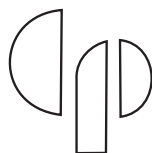
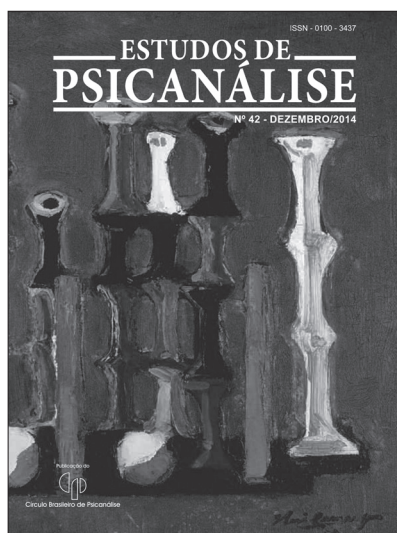


ESTUDOS DE PSICANÁLISE

ISSN - 0100-3437



Publicação do
Círculo Brasileiro de Psicanálise

REVISTA

ESTUDOS DE
PSICANÁLISE

Indexada em:
CLASE (UNAM – México)
IndexPsi Periódicos (BVS – PSI) – <www.bvs-psi.org.br>

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
ANPPEP – Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia
Classificação Capes/Anppep–B4

Esta revista é encaminhada como doação para todas as bibliotecas
da Rede Brasileira de Bibliotecas da Área de Psicologia – ReBAP

Os artigos são de total responsabilidade dos autores.

FICHA CATALOGRÁFICA

ESTUDOS DE PSICANÁLISE. Belo Horizonte. Círculo Brasileiro de Psicanálise,
n. 42, dez. 2014. 160 p.

Semestral. ISSN: 0100-3437 – 28 x 21cm

1. Psicanálise – periódicos



Revista Estudos de Psicanálise

EDITORES DA REVISTA

Anchyses Jobim Lopes (CBP-RJ)
Cibele Prado Barbieri (CPB)
Isabela Santoro Campanário (CPMG)
Marcelo Wanderley Bouwman (CPP)
Noeli Reck Maggi (CPRS)
Ricardo Azevedo Barreto (CPS)

CONSELHO CONSULTIVO

Ana Cristina Teixeira da Costa Salles (CPMG)
Carlos Antônio Andrade Mello (CPMG)
Carlos Pinto Corrêa (CPB)
Déborah Pimentel (CPS)
Maria Beatriz Jacques Ramos (CPRS)
Marie-Christine Laznik (ALI-França)
Paulina Schmidtbauer Rocha (CPP)
Stetina Trani de Meneses e Dacorso (CBP-RJ)

CONSELHO EDITORIAL

Miriam Gorender (CPB)
Juliana Marques Caldeira Borges (CPMG)
Rodrigo Cardoso Ventura (CBP-RJ)

FIGURA DA CAPA

“*Carreteis*”, autoria de: Iberê Camargo - 1958
Técnica: OST, 65 x 92, coleção particular, BH/MG
Foto: Pedro Oswaldo Cruz

ENDEREÇO DA REDAÇÃO

Rua Maranhão, 734/3º andar – Santa Efigênia
CEP: 30150-330 – Belo Horizonte/MG
<www.cbp.org.br>

PROJETO GRÁFICO, FORMATAÇÃO E CAPA

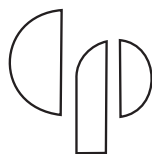
Valdinei do Carmo

REVISÃO

Dila Bragança de Mendonça – Português
Anchyses Jobim Lopes – Inglês

CtP, IMPRESSÃO E ACABAMENTOS

Gráfica O Lutador – Certificada FSC®



Círculo Brasileiro de Psicanálise – CBP

DIRETORIA 2012-2014

PRESIDENTE

Stetina Trani de Meneses e Dacorso (CBP-RJ)

VICE-PRESIDENTE

Maria Beatriz Jacques Ramos (CPRS)

1ª SECRETÁRIA

Maria Helena Correa Araujo Barros (CPP)

2ª SECRETÁRIA

Maria Melania Wagner Pokorski (CPRS)

1º TESOUREIRO

Anchyses Jobim Lopes (CBP-RJ)

2ª TESOUREIRA

Paola Giacomini Fachini (CPRS)

COORDENADORA DA COMISSÃO CIENTÍFICA

Ana Cristina Teixeira da Costa Salles (CPMG)

EDITORES DA REVISTA ESTUDOS DE PSICANÁLISE

Anchyses Jobim Lopes (CBP-RJ)

Cibele Prado Barbieri (CPB)

Isabela Santoro Campanário (CPMG)

Marcelo Wanderley Bouwman (CPP)

Noeli Reck Maggi (CPRS)

Ricardo Azevedo Barreto (CPS)

PÁGINA ELETRÔNICA

Natalia Gonçalves Galucio Sedeu (CBP-RJ)



Círculo Brasileiro de Psicanálise – CBP

INSTITUIÇÕES FILIADAS

Círculo Brasileiro de Psicanálise – Seção Rio de Janeiro – CBP/RJ

Av. Nossa Senhora de Copacabana, 769/504 - Copacabana

20050-002 - Rio de Janeiro - RJ

Tel.: (21) 2236-0655 Fax: (21) 2236-0279

E-mail: <cbp.rj@terra.com.br>

Site: <www.cbp-rj.com.br>

Círculo Psicanalítico da Bahia – CPB

Av. Adhemar de Barros, 1156/101 - Ed. Máster Center - Ondina

40170-110 - Salvador - BA

Tel./Fax: (71) 3245-6015

E-mail: <circulopsi.ba@veloxmail.com.br>

Site: <www.circulopsibahia.org.br>

Círculo Psicanalítico de Minas Gerais – CPMG

R. Maranhão, 734/3º andar - Santa Efigênia

30150-330 - Belo Horizonte - MG

Tel.: (31) 3223-6115 Fax: (31) 3287-1170

E-mail: <cpmg@cpmg.org.br>

Site: <www.cpmg.org.br>

Círculo Psicanalítico de Pernambuco – CPP

R. Desembargador Martins Pereira, 165 - Rosarinho

52050-220 - Recife - PE

Tel.: (81) 3242-2352 Fax: (81) 3242-2353

E-mail: <circulopsicanaliticope@yahoo.com.br>

Site: <www.circulopsicanaliticope.com.br>

Círculo Psicanalítico do Rio Grande do Sul – CPRS

R. Senhor dos Passos, 235/1001 - Centro

90020-180 - Porto Alegre - RS

Tel./Fax: (51) 3221-3292

E-mail: <circulopsicanaliticors@gmail.com>

Site: <www.cbp.org.br/cprs>

Círculo Psicanalítico de Sergipe – CPS

Praça Tobias Barreto, 510/1208

São José Ed. Centro Médico Odontológico

49015-130 - Aracaju - SE

Tel.: (79) 3211-2055

E-mail: <cps@infonet.com.br>

Site: <www.circulopsicanalitico-se.com.br>

Sumário

- 11** Editorial
- 15** **Arendt contra Freud: a banalidade do mal contra a radicalidade do mal**
Arendt versus Freud: the banality of evil versus the radical evil
Anchyses Jobim Lopes
- 31** **A criança do marketing: uma leitura ferencziana**
The Marketing child: a ferenczian reading
Carlos Mario Alvarez
- 39** **Preso pelo ato, condenado à palavra: um olhar psicanalítico**
Arrested by the act, condemned to the word: a psychoanalytical view
Esperidião Barbosa Neto
Maria Consuêlo Passos
- 47** **Recalque versus inveja: beijinho no ombro**
Repression versus envy: a little kiss on the shoulder
Fernanda Nunes Macedo
- 53** **Psicopatologia psicanalítica: subjetividade e alteridade contemporâneas**
Psychoanalytic psychopathology: contemporaneous and alterity
Francisco de Assis Duque
Ana Cristina de Araújo Vianna
- 61** **O trabalho e a subjetividade**
The work and the subjectivity
Gabriela Lazarini
- 73** **Notas sobre o ato político no Movimento de Articulação das Entidades Psicanalíticas Brasileiras**
Notes on the political act in the Movement of Psychoanalytic Entities Brazilian Articulation
Mariana Abreu Mayerhoffer
- 81** **Paixão e Arte**
Love and Art
Marli Piva Monteiro

- 87** **A transposição da vida sexual nos tratamentos psicanalíticos. O modelo da histeria morreu?**
The transposition of sexual life at the psychoanalytic treatments. Has the hysteria model died?
Monique David-Ménard
Tradução: Leda Beirão
- 97** **Os sentidos da saúde na obra de Donald Winnicott**
The meanings of health in Donald Winnicott's work
Rafaela Mota Paixão França
Maria Consuelo Passos
Zeferino Rocha
- 107** **Da toxicomania à adicção: uma abordagem relacional**
From Toxicomania to Addiction: a relational approach
Ricardo de Lima Sedeu
- 121** **A construção da realidade através do brincar**
The construction of reality through play
Sabrina Barbosa Sironi
- 127** **Sexualidade masculina**
Male Sexuality
Stetina Trani de Meneses Dacorso
- 135** **Filosofia e liberdade: o desafio da psicanálise**
Philosophy and liberty: the challenge of psychoanalysis
Vincenzo Di Matteo
- 145** **O direito se lê como campo de gozo: o caso jurídico como caso único e a clínica no laço social**
The law read as a field of jouissance: the legal case as unique case and the clinic in the social bond
Walter Rodrigues Filho
- 155** **Normas de publicação**
- 159** **Roteiro de avaliação dos artigos**

Editorial

A revista *Estudos de Psicanálise* apresenta Iberê Camargo, artista plástico, nascido no Rio Grande do Sul, que fez da arte uma forma de falar do sofrimento psíquico, do olhar sobre a natureza, das cores e de suas variações diante do tempo e do espaço entre os humanos.

Como falou Freud no seu texto *Escritores criativos e seus devaneios* (1907), o artista encontra uma forma de dizer e revelar o que pulsa dentro dele representando no discurso falado, escrito, desenhado, como fazem as crianças, a expressão do que lhe faz sentido. A psicanálise nos salva de ficar aprisionados no campo restrito da desfiguração ou do caos inominável. Freud, a partir da própria experiência, apontou que a escuta do inconsciente pode ser uma forma de compreender as restrições do pensamento e das emoções. O tema rico e abrangente apresentado neste número é representativo do trabalho investigativo, criativo e persistente de profissionais dedicados ao entendimento da condição humana. Esta publicação abre mais caminhos à continuidade da discussão acerca das reflexões teóricas e empíricas aqui tratadas com muita propriedade por seus autores.

O lançamento da *Estudos de Psicanálise* na sua edição 2014/2 registra o conjunto de textos escritos por psicólogos, psicanalistas e pesquisadores investidos do propósito de estudar temas relacionados com a vida psíquica, os dinamismos do inconsciente dominado pelo amor e pelo ódio, pela vida e pela morte, pelo prazer e pelo desprazer. A experiência do trabalho terapêutico e clínico, experimentado por profissionais que estão em contato permanente com as vicissitudes do psiquismo humano registra suas experiências, suas inquietações e abastece os leitores com suas ideias e princípios que fundamentam a sua prática e o seu fazer cotidiano.

A revista continua com o compromisso de estender o conhecimento junto aos escritores e leitores, reanimando o debate e a crítica entre os que fazem da psicanálise o seu ofício cotidiano. São estudos representados por artigos, ensaios, resenhas, relatos de atividades desenvolvidas em consultórios, em seminários de formação, em estudos desenvolvidos em jornadas científicas, que figuram nas páginas deste periódico, com a intenção de socializar a elaboração de concepções teóricas e empíricas sobre assuntos relacionados à psicanálise.

A linguagem verbal e escrita, como princípio que sustenta esse estudo, transversaliza todo o texto com diversas formas de apresentação dos escritos. A narrativa da experiência, a contextualização de princípios teóricos, a problematização da prática clínica realizada por estudiosos do assunto constituem o eixo articulador deste periódico. O tema que introduz este número é a proposta de reflexão sobre as concepções teóricas e práticas na área psicanalítica.

Por acreditar na necessidade de uma formação permanente e dedicados ao estudo da psicanálise como princípio norteador do ofício em diversos espaços de trabalho, os autores de artigos, ensaios e resenhas contribuem com o presente número com suas experiências e suas inquietações tanto teóricas quanto clínicas. A inquietude humana, a pulsão que vibra dentro de cada um produz o que é inventado, recriando o sentido da vida como fez o artista que protagoniza a capa desta revista. A psicanálise tem como objeto de trabalho o inconsciente, instância que vai sendo anunciada na linguagem dos sonhos, do corpo e da palavra.

Essa linguagem, que na instância do texto se apresenta na escrita, é partilhada por muitos leitores que recriam, a partir de suas representações, seus personagens e seus dizeres. Assim, vai se constituindo com o texto que, originalmente escrito por Freud, vai se recriando, embora sempre retornando ao autor original. Assim, fazemos a incursão em cada leitura e em nossos encontros de estudos.

E para dar continuidade ao trabalho, convidamos os profissionais relacionados com as áreas humanas da saúde e estudantes para participar do XXI Congresso do Círculo Brasileiro de Psicanálise e do I Congresso Internacional do Círculo Psicanalítico do Rio Grande do Sul, nos dias 23, 24 e 25 de julho de 2015. Esse evento, que traz como tema central a comunicação virtual, pretende agregar no seu desenvolvimento a comunicação de trabalhos em mesas-redondas, painéis e conferências.

O tema da capa – *Os carretéis* – sugere um desdobramento de linhas, figuras, onde os limites dessa configuração são a angústia, as formas de vínculo, as correntes da vida. O nosso limite para esse Congresso é a possibilidade de deslocar o olhar para os diversos vértices e ângulos sobre o tema das conexões virtuais. Na cidade de Porto Alegre e com o caloroso acolhimento no inverno do Rio Grande do Sul, esperamos por todos vocês.

Noeli Reck Maggi
Membro do Conselho Editorial



*“Nosso papel como psicanalista,
não é o de desejar algo para alguém,
mas de ser aquele graças a quem
ele pode chegar até seu desejo.”*

FRANÇOISE DOLTO, 1908–1988

Arendt contra Freud: a banalidade do mal contra a radicalidade do mal

*Arendt versus Freud:
the banality of evil versus the radical evil*

Anchyses Jobim Lopes

Resumo

Arendt e a polêmica sobre o conceito de banalidade do mal. A genealogia desse conceito a partir de Sócrates e Sto. Agostinho. Freud e o conceito de pulsão de morte interpretado como radicalidade do mal. A genealogia desse conceito a partir dos atomistas gregos e do romantismo alemão. O romantismo alemão como fonte comum ao pensamento freudiano e ao nazismo. O amor de si como origem do mal radical segundo Kant. Amor de si e narcisismo.

Palavras-chave: Banalidade do mal, Radicalidade do mal, Dualismo, Romantismo, Pulsão de morte, Amor de si, Narcisismo.

*Estou lendo Shaw - divertido.
[...] Isto para ajudar-me superar um verdadeiro choque:
dei uma olhada no 'Behaviorismo' de Watson.
Ninguém pode de verdade ler aquilo.
Comparado com ele, Freud é um pensador profundo,
não, um gênio, Deus ele mesmo.
Carta de Hannah Arendt
a seu marido Heinrich Blücher.
8 de junho de 1941*

Introdução:

Freud e Arendt, duas Linhas que só se encontram no infinito

A clínica possibilitou a Freud ir além da corrente filosófica alemã que, ao longo do século XIX, já tateava e escrevia sobre o inconsciente: Schelling, Schopenhauer, von Hartmann, Nietzsche. Contudo, esses filósofos tinham o ofício de escrever e lecionar, sem dúvida eram grandes observadores da natureza e do comportamento humanos, mas os descreviam como viajantes que só olham de um navio a costa, sem jamais desembarcar em um porto. Foi a clínica que permitiu a Freud

descobrir como ancorar e aportar, indo das cidades costeiras a exploração das terras do interior. Se o inconsciente – o *unbewusst* – do romantismo alemão, e de sua expressão em filosofia, já era aceitos, ancorar e ir em direção ao interior deve-se as descobertas freudianas na clínica: os sintomas, a resistência, a transferência, a repetição. O que parecia uma ilha era um gigantesco continente e da clínica individual Freud aos poucos partiu para desbravá-lo também por uma ótica do social. Da clínica Freud passou à antropologia, à religião e até mesmo ao estudo do ser humano na *polis* – a política.

Nascida duas gerações depois de Freud, outra grande pensadora do século XX fez da política e do estudo do homem enquanto ser político sua morada principal: Hannah Arendt. Apesar de ao longo da vida rodeada de pensadores e artistas em graus variados afeitos à psicanálise, Arendt sempre lhe teve ojeriza. Não tanto que se preocupasse em combater as ideias de Freud. Nem mesmo criticá-las. Judia de língua alemã, idolatrando a literatura germânica, obrigada ao exílio pelo nazismo, nunca mais retornando a morar em sua terra natal, agnóstica ou até mesmo ateia, sem querer conscientemente (mas no inconsciente talvez querendo) divulgar ideias que provocaram forte, para não dizer violenta, resistência, o que levou a ser atacada em termos pessoais. São muitas as analogias com a biografia de Freud. Mas Freud e Arendt produziram suas obras como se tivessem vivido em mundos paralelos, cada qual em um deles onde o outro nunca tivesse existido.

Seria uma ofensa a ambos pensadores reduzir as ideias de um às do outro. Vamos tentar percorrer alguns trechos desses dois caminhos paralelos. Que como todas as linhas paralelas só se encontram no infinito.

Uma pensadora tão banal que ameaçou à direita e à esquerda

Hannah Arendt nasceu em 1906, perto de Hanover, no norte da Alemanha, filha única de um casal judeu não religioso originário de Königsberg,¹ cidade a qual retornou aos três anos em virtude da doença de seu pai, que veio a falecer quando ela tinha sete anos. Cidade perdida no mar Báltico, conhecida

1. Talvez a melhor introdução à biografia e às ideias de Arendt, bem como a controvérsia sobre o julgamento de Eichmann e a banalidade do mal, seja *Hannah Arendt*, filme teuto-francês de 2012, dirigido por Margarethe von Trotta. Conforme pesquisamos, o filme fundamenta-se, quase todo, na melhor e mais profunda biografia de Arendt, a de Young-Bruhel (1982) e em trechos diretamente tirados de *Eichmann em Jerusalém* (ARENDR, 2013).

por seu filho mais ilustre, Immanuel Kant, nascido nela cerca de cento e oitenta anos antes. Arendt ingressou nas prestigiosas universidades de Marburg e Heidelberg, sob a orientação de Martin Heidegger e de Karl Jaspers. Com o advento do nazismo perdeu a cidadania alemã e emigrou para a França. Emigrante sem passaporte participou ativamente do movimento sionista. Com o início da Segunda Guerra Mundial, devido à sua origem alemã e na qualidade de “inimiga estrangeira”, foi encarcerada pelos próprios franceses em um campo de prisioneiros, de onde fugiu. Hannah Arendt sarcasticamente referiu-se ao episódio como fruto de “um novo tipo de ser humano criado pela história contemporânea, que é colocado em campos de concentração pelos inimigos e em campos de internação pelos amigos” (citado por YOUNG-BRUEHL, 1982, p. 152, tradução do autor).

Depois de várias peripécias acabou indo juntamente com seu segundo marido para os Estados Unidos em 1941. Residiu em Nova York até seu falecimento em 1975. Passava temporadas lecionando em importantes universidades, como Berkeley e Chicago, sendo a primeira mulher nomeada professora na universidade de Princeton. Mas seu nome é frequentemente associado à não menos famosa Nova Escola de Pesquisa Social de Nova York. Trabalhou também como jornalista e publicou vários livros e inúmeros artigos. Contudo, recusava ser classificada como ‘filósofa’ e também se distanciava do termo “filosofia política”; preferia que suas publicações fossem classificadas dentro da “teoria política”. Sua primeira obra famosa *As origens do totalitarismo* (2012) dissecou as tiranias do século XX, inclusive o stalinismo, o que a colocou em choque contra as correntes dos marxismos oficiais e dos patrulhamentos ideológicos. Fato que também ocorreu no Brasil em relação às ideias de Arendt e pessoalmente vivenciado pelo autor deste texto. Como descreve o autodenominado filósofo lacanianiano Zizek (2002), marxista confesso:

[...] se em um colóquio de Estudos Culturais nos anos 70, alguém era inocentemente indagado, “Não é a sua linha de argumentação parecida com a de Arendt?”, era um sinal seguro de que este alguém estava em grandes apuros (ZIZEK, 2002, p. 2, tradução do autor).

Hannah Arendt teve pouco contato e nenhuma afinidade com a psicanálise. Em seus textos publicados há muito poucas menções, todas elas muito breves, vagas e negativas. Alusões que se contam nos dedos de uma mão. Também nunca se preocupou em escrever contra ou contestando a psicanálise. A única semelhança com Freud deu-se apenas no hábito europeu de adorar escrever cartas. Dos vários volumes de correspondência publicada que pesquisamos, apenas em uma carta há o duvidoso elogio a Freud, citado na epígrafe acima. Mas, como também acontece com o fundador da psicanálise, sempre há o risco de que algum texto ou carta inédita surgir com novas informações. Enquanto isso não acontece, tudo se passa como se Arendt tivesse vivido seus sessenta e nove anos – convivendo com filósofos, poetas e escritores famosos – em um universo paralelo onde o saber criado por Freud jamais tivesse existido. O que torna sua leitura um ótimo refrigerante, um alívio contra o habitual cansaço de se ler a repetição psicanalítica do mesmo, rebuscada pela jargonofasia e por torções teóricas quase delirantes.

Hannah Arendt, de passagem, critica a psicanálise pela confusão que, em sua opinião, era feita entre as esferas pública e privada. Preocupação em parte originada pelas perseguições políticas presenciadas na Europa e nos Estados Unidos, em nome da religião, etnia ou meros gostos pessoais. Esferas que julgava também essencial serem separadas, por sua formação no Iluminismo e nas ideias universalistas de seu conterrâneo Kant. Também Arendt, com muitos outros, julgava o romantismo do século XIX uma das principais raízes dos nacionalismos desse século e do seguinte. E desses nacionalismos

a causa dos totalitarismos, de tantas guerras, culminando nas ideologias justificadoras das duas guerras mundiais e nos extermínios do século XX. Essa ojeriza aos nacionalismos fazia com que Arendt declarasse publicamente não amar nenhum povo, nem o judeu, embora sempre afirmasse a importância sua identidade judaica e tivesse sido participante ativa do movimento sionista. Afirmção contra os nacionalismos que deixava implícita que seu amor era pela humanidade e pelas pessoas e, poeta amadora que era e que passou a vida escrevendo poemas a si mesma e apenas aos mais próximos, em entrevista contava que no final só ficara o idioma:

[...] sei de cor, em alemão, um bom número de poemas alemães, que de certa maneira estão presentes no mais profundo da minha memória. [...] De qualquer forma não foi a língua alemã que enlouqueceu! E, depois, ninguém pode substituir a língua materna (ARENDR, 1993, p. 134).

Resistência pessoal de Arendt à psicanálise?

Ora a psicanálise e o inconsciente freudiano são tributários, senão um dos ápices, do romantismo alemão na filosofia. Linhagem que vai de Hegel e Schelling, passando por Schopenhauer e Eduard von Hartmann, chegando a Nietzsche. Uma leitura superficial sem dúvida pode colocar o inconsciente freudiano como simples continuação do irracionalismo e do triunfo da vontade preconizados pelos três últimos pensadores germânicos citados. É uma ideia grotesca e nada agradável para os admiradores de Freud que sua obra inicialmente se insira em uma genealogia filosófica na qual se postule que, a semelhança da famosa frase de que ‘a neurose é, por assim dizer, o negativo da perversão’, se diga que ‘a psicanálise é, por assim dizer, o negativo do nazismo’.

Contudo, poucos podem ser lembrados como fonte de um pensamento tão crítico destabilizador a qualquer poder tirânico,

quanto o pai da psicanálise, embora Freud fosse um homem muito conservador em seus gostos artísticos, literários e políticos, como fica bem claro em *Mal-estar na civilização* (1930), muito mais próximo ao rigor na educação do que ao liberalismo. Mas sua mania de explicar o até então inexplicável por meio de raciocínios que julgava científicos e confirmáveis, levando a racionalidade à compreensão do inconsciente, bem como sua acerba crítica a religião o colocava pessoalmente como um herdeiro do Iluminismo – logo próximo a Kant. Freud tinha ojeriza movimentos de vanguarda – como o Surrealismo, por exemplo. Provavelmente a leitura superficial que Arendt fez da obra freudiana fazia com que identificasse a psicanálise como uma mais uma das correntes irracionistas oriunda do romantismo, perigosa pela possibilidade de ser utilizada totalitariamente. Nada mais distante dos objetivos pessoais de Freud, cuja vida metódica, obsessiva mesmo, dedica à família e ao trabalho, nada tinha a ver com a biografia de autores românticos como Byron, ou que enlouqueceram como Nietzsche.

Deve-se, contudo, lembrar que Arendt tinha idade para ser neta de Freud. O freudismo com o qual tomou contato era já uma instituição sólida, e não a do romantismo revolucionário de suas primeiras décadas. A psicanálise com a qual tomou contato hipertrofiara a noção de pulsão de morte, conceito que, como será visto abaixo, era a mais moderna variante do de radicalidade do mal.

Exilada da Europa, a vertente psicanalítica com a qual passou a tomar contato foi a da psicologia do ego, que – com inúmeras honrosas exceções – imperava em solo americano durante os trinta e cinco anos em que lá viveu. Sem dúvida não apenas lá que muitos seguidores da psicanálise foram mais realistas que o rei, normatizando a subjetividade e a sexualidade humana, criando ortodoxias que mais se parecem com religiões, reduzindo a conhecimento psicanalítico, de sua pos-

tura inicialmente subversiva, a meros apêndices da psiquiatria e da psicologia enquanto ideologias do saber e poder oficiais.

Até mesmo o uso do conhecimento psicanalítico como técnica de manipulação de massa e de propaganda, a serviço de objetivos nada éticos, uso que bem pode ser caracterizado como totalitário, ocorreu sob a égide de um sobrinho do próprio Freud, filho de sua irmã com o irmão de sua esposa, Edward Bernays (1891-1995). Teve esse Bernays a fama de ser em solo americano o pioneiro do uso das teorias de seu tio para inaugurar a marquetagem na eleição de presidentes (Calvin Coolidge, 1924) e, entre muitos livros sobre propaganda, escreveu um com o gracioso subtítulo de *Como manipular a opinião na democracia* (BERNAYS, 2008). Lembremos que também na década de 20 do século XX surgiu o primeiro tirano que utilizou os modernos meios de comunicação para assumir e manter o poder: Mussolini. Em seguida um de seus grandes admiradores: Joseph Goebbels, nomeado oficialmente Ministro da propaganda do Terceiro Reich. Bernays também se especializou na publicidade de cigarros e foi o pioneiro da propaganda subliminar.

O julgamento

que seria engraçado não fosse trágico

Falando de propaganda, o julgamento de Adolf Eichmann tornou-se famoso evento da mídia por vários motivos. Tratava-se de um dos muitos nazistas graúdos que fugiram da Europa ao final da guerra, que assim como muitos outros conseguira um refúgio seguro na América do Sul, com o beneplácito do governo e da igreja católica europeia e local. Mas, ao contrário desses outros, sua tranquilidade foi brutalmente rompida por seu sequestro pelo serviço secreto israelense em 1960 e levado para ser julgado em Israel. Desde a divulgação espetacular do rapto, passando pelo protesto do governo Argentino na ONU, indo à divulgação televisiva de seu julgamento Eichmann tornou-se

grande fenômeno mundial de mídia. Arendt solicitou a prestigiosa revista *The New Yorker* para ir como repórter. Escreveu cinco artigos publicados pela revista e posteriormente reunidos em livro. Ao contrário do que Arendt jamais esperaria, seus escritos ficaram tão ou mais famosos que o julgamento.

Eichmann (1906-1962) fora tenente coronel da famigerada SS (de *Schutzstaffel*, 'esquadrões de proteção' ou 'corpos de defesa', organização paramilitar do partido nazista). Eficiente organizador havia sido o responsável pelo gerenciamento e logística da deportação de milhões de pessoas para os campos de extermínio onde foram mortos. Estima-se que entre cinco e meio a seis milhões de pessoas tenham morrido, em sua esmagadora maioria judias, além de ciganos, eslovacos, doentes mentais, homossexuais e outras impurezas da raça segundo o credo nazista. Em sua defesa Eichmann argumentava que não possuiu nenhum papel na formulação da política de extermínio. Apenas obedecia a ordens de um governo legitimamente constituído. Sua função operacional era coletar informações, depois recolher e organizar o transporte ferroviário daqueles indicados pelos dados obtidos. Uma operação enorme da qual prestava, por meio de tabelas e gráficos, minuciosas contas a seus superiores. Jamais matara pessoalmente alguém. Muito menos fora responsável pelos métodos de extermínio ou pelas condições nos campos de concentração. Não era de sua alçada, na qual, diga-se, era efficientíssimo. Como acusado desculpava-se:

[...] com base de no fato de ter agido não como homem, mas como mero funcionário cujas funções podiam ter sido facilmente realizadas por outrem, isso equivale a um criminoso que apontasse para as estatísticas do crime – que determinou que tantos crimes por dia fossem cometidos em tal e tal lugar – e que só fez o que era estatisticamente esperado, que foi um mero acidente ele ter feito o que fez e não outra pessoa, uma vez que, no fim das contas,

alguém tinha de fazer aquilo (ARENDR, 2013, p. 312).

O que primeiro chama a atenção no relato de Arendt, é que Eichmann não possuía nenhuma das características dos vilões de televisão ou cinema. Não tinha tiques, manias, excentricidades, tudo o que tanta cor dá aos antagonistas dos heróis e super-heróis. Nada o caracterizava como um típico gênio do mal. Muito menos se parecia com um chefão do crime: nem arrogância, nem onipotência. Nem mesmo com algo ultrapassado, como o Mefistófeles do *Fausto*, tinha semelhança.

O problema com Eichmann era exatamente que muitos eram como ele, e muitos não eram nem pervertidos, nem sádicos, mas eram e ainda são terrível e assustadoramente normais. [...] essa normalidade era muito mais apavorante do que todas as atrocidades juntas (ARENDR, 2013, p. 299).

De fato, Eichmann na época saiu incólume dos exames psiquiátricos e psicológicos aos quais foi submetido, tanto quanto hoje sairia ileso da avaliação pelos critérios de uma CID ou DSM. Isto posto, é claro que hoje passaria com facilidade nos demais itens de uma bateria de testes para seleção profissional em uma multinacional.

Eichmann rodeava-se de frases feitas, *slogans* e chavões. Imagens prontas e acabadas que se antepunham entre ele e a percepção das consequências de seus atos no mundo. Possuía uma total incapacidade para entender um ponto de vista diferente. Seu 'oficialês' era uma forma de linguagem que o impedia de se colocar na pele do outro. Outra carência sua segundo Arendt era uma absoluta falta de imaginação. Se não se pode brincar com a realidade, ela possui algum valor afetivo? "Essa distância da realidade e esse desapego podem gerar mais devastação mais devastação que todos os maus instintos juntos [...]" (ARENDR, 2013, p. 311)

O uso externo da linguagem por Eichmann refletia o que Arendt analisou em seu uso interno. Se considerarmos o pensamento como o diálogo silencioso com nós mesmos, segundo Arendt, a partir das práticas de Sócrates e Platão, diálogo que se dobra sobre a percepção que temos de nós mesmos e nos faz auto-observar – *re-flexão* – Eichmann era incapaz de pensar. Esse diálogo interior, que no passado remoto foi incorporado a nós, e que hoje se atualiza no diálogo com outros, torna-se muito mais importante que qualquer conceito formal ou operacional de inteligência, pois é uma das coisas que nos torna humanos. E como sua própria carreira no Terceiro Reich demonstrava, Eichmann não era privado de capacidade política nem de talento operacional, nem da capacidade de resolver problemas logísticos complexos. Pelo contrário, nos doze meses finais da guerra, em que o caos instaurou-se por toda a Europa, ele superava dificuldades materiais cada vez maiores para manter funcionando a máquina de transporte ao extermínio. Como descreve Arendt:

Ele não era burro. Foi pura irreflexão – algo de maneira alguma idêntico à burrice – que o predispôs a se tornar um dos grandes criminosos desta época. E se isso é ‘banal’ e até engraçado, se nem com a maior boa vontade do mundo se pode extrair qualquer profundidade diabólica ou demoníaca de Eichmann, isto está longe de se chamar lugar comum [...] (ARENDR, 2013, p. 311).

Genealogia da banalidade do mal

Em 1943 Arendt já se encontrava em Nova York quando começaram a chegar as primeiras informações sobre a existência e do que estava acontecendo nos campos de extermínio, em especial em Auschwitz. As notícias eram assombrosas, tanto pelo gigantismo do massacre, quanto pela completa falta de propósito militar em uma nação que deveria estar canalizando todas as suas forças para a luta numa guerra total. Caíam por terra to-

dos os pressupostos das ideias de avanço da civilização, tão acalentadas pelo iluminismo e pela ideologia de progresso burguesa dos séculos XIX e XX.

E se é verdade que nos estágios finais do totalitarismo surge um mal absoluto (absoluto porque não pode ser atribuído a motivos humanamente compreensíveis), também é verdade que sem ele nunca poderíamos ter conhecido a natureza realmente radical do mal. [...] O surgimento de um mal radical antes ignorado põe fim à noção de gradual desenvolvimento e transformação de valores (ARENDR, 2012, p. 13 e 589).

A única explicação plausível para Arendt em sua formação filosófica era a da radicalidade do mal segundo Kant. Esse conceito fora defendido pelo filósofo em um livro pouco lido pelos pensadores até o século XX, *A religião nos limites da simples razão* (KANT, s.d.), mas que na época da publicação fora muito bem lido pelos censores do estado e resultou numa ordem direta do Rei da Prússia, que proibia o filósofo de publicar novamente textos sobre religião. Kant havia percebido que o mal podia ter origem não nos instintos da natureza ou em uma motivação demoníaca. Nesses dois casos o ser humano não seria responsável por seus atos, e também iria contra a ideia religiosa de que o homem no início fora criado bom. O mal teria origem no uso perverso das faculdades racionais cuja própria liberdade de escolha torna o ser humano como tal. Seria radical por ter sua raiz no mau uso da própria razão, o que destoava bastante da visão otimista do iluminismo do século XVIII.

Arendt associou o mal radical kantiano não apenas aos campos de concentração, eles seriam a consequência lógica da base de sustentação do governo nazista. Vimos como usou o conceito em *As origens do totalitarismo* (ARENDR, 2012). Mas a ideia lhe trazia profundo desconforto por causa de sua linhagem filosófica, sua confiança no

iluminismo e sua defesa na positividade da política. Além disso, os tortuosos raciocínios kantianos para justificar o uso perverso da liberdade e da razão pouco defendiam a ideia de um mal radical de que fosse parte da natureza humana. Ver de perto um grande criminoso nazista permitiu a Arendt rever o conceito kantiano de radicalidade do mal em seu oposto: a banalidade do mal.

A expressão “banalidade do mal” é na realidade a herdeira de uma longa tradição filosófica da qual Arendt foi a mais recente pensadora famosa. O termo possui em Sócrates (470-399 a.C.) seu mais antigo representante, provavelmente seu fundador. Para Sócrates o ser humano não errava por uma maldade intrínseca, por um desejo ou prazer de realizar o mal pelo mal, mas por ignorância. Vários dos diálogos de Platão mencionam esse conceito. Citemos uma fala de Sócrates no *Protágoras*, talvez o último dos diálogos platônicos da sua primeira fase de escritos, os ditos diálogos socráticos, por serem considerados uma tentativa do autor ateniense em deixar para a posteridade um retrato do Sócrates histórico:

Ceder a si mesmo nada mais é senão ignorância, e controlar a si mesmo nada mais senão sabedoria [...] ninguém busca voluntariamente o mal ou o que considera como tal. Aparentemente agir assim não é da natureza humana, a saber, desejar buscar aquilo que se tem como mau de preferência ao bom (PLATÃO, 2014, p. 315).

Arendt em seus escritos não só utiliza profusamente de citações dos diálogos platônicos, quanto a própria figura de Sócrates, a qual intimamente desenvolve no que descreve como sendo a transformação de “uma figura histórica em um modelo [...] um tipo ideal” (ARENDR, 2004, p. 236-237).

Tendo Platão abandonado a primeira fase de seus diálogos, a socrática, em uma segunda fase, conhecida como platônica, passou a expor suas próprias ideias. Embora aqui e ali

ainda restem traços provavelmente originários da figura histórica, Sócrates na maioria das vezes tornou-se um mero artifício para que Platão expusesse suas próprias opiniões e teorias. Uma das características principais do platonismo era a separação entre este mundo aqui, material e corruptível, em oposição a outro, eterno, espiritual e perfeito. Foi a própria Arendt em *Religião e política* (ARENDR, 1993, p. 134-135) quem chamou a atenção de como, na famosa *Alegoria da caverna*. Ao ilustrar a separação dos dois mundos, Platão traça o esboço de como este mundo aqui é a antecâmara do futuro inferno cristão.

O platonismo e o neoplatonismo tiveram em Agostinho de Hipona (356-430) seu primeiro e maior expoente na era cristã. Antes de se converter ao cristianismo, o que só fez próximo dos trinta anos, Sto. Agostinho era adepto do maniqueísmo. Pouco se sabe dessa seita gnóstica, também derivada do cristianismo, e que pouco depois foi exterminada pelo catolicismo. Fundada por um profeta persa chamado Manichaeus ou Manés, pregava um cristianismo dualista, em que existiriam dois deuses. O maniqueísmo pregava uma elaborada cosmologia dualista que descrevia o mundo como um conflito entre um deus bom e espiritual da luz, e outro do mal, ligado à matéria e a escuridão. Agostinho abandonou conscientemente essa crença em parte devido à influência de Platão e Plotino, em parte devido à influência a de Sócrates. O conceito de um deus que não fosse único e absoluto – onisciente, onipotente, onipresente – era incompatível com o monoteísmo.

Em termos filosóficos, acreditar no deus do mal maniqueísta equivalia a conceder ao mal um estatuto ontológico igual ao deus do bem. Por isso, escreve Agostinho nas *Confissões*, sua primeira grande obra:

[...] Logo, privado de todo bem é o nada absoluto. De onde se segue que, enquanto as coisas existem elas são boas. Portanto, tudo que existe é bom; e o mal [...] não é uma

substância, porque fosse uma substância seria um bem. (SANTO AGOSTINHO, s.d., p. 130)

Em vez do erro por ignorância, termo evocado por Sócrates e que é um moralmente neutro, Agostinho utiliza um termo mais carregado, bastante contemporâneo nosso – perversão – para justificar a falha humana. Mas a perversão, apesar de culpabilizar seu agente, apenas corrompe uma vontade primeira e boa, não possuindo existência real:

Procurei o que era a maldade e não encontrei uma substância, mas sim uma perversão da vontade desviada da substância suprema [...] e tendendo para as coisas baixas: vontade que derrama suas entranhas e se levanta com intumescência (SANTO AGOSTINHO, 1997, p. 158).

Infelizmente, apesar de já associada à ideia cristã de pecado, a noção mais benevolente do mal como ontologicamente inexistente não perdurou na obra agostiniana nem na igreja oficial. Nas *Confissões* entre o homem e deus há um diálogo direto, semelhante ao do judaísmo mais popular, e nenhuma função para a instituição religiosa. O Bispo de Hipona levou um bom percurso, até escrever sua maior e mais conhecida obra – *A cidade de Deus* – na qual justificasse a necessidade dos dízimos e o controle das interpretações pelas leituras oficiais dos textos sagrados.

E, finalmente, o maniqueísmo tão conscientemente rejeitado por Agostinho retornou em toda sua força, no que podemos interpretar como um brutal retorno do recalçado. Como poderia ser previsto pela metáfora sexual contida na última citação, Agostinho aprofundou a noção platônica deste mundo como material e corruptível, associando-lhe a ideia de carne, pecado e sexo como origem de todo mal. Com todo seu talento literário e erudição, o fez em um grau que, na prática recriou a noção de um deus do mal tão poderoso quanto o do bem. Compreende-se o maniqueísmo tão evidente na religiosida-

de de popular de hoje. Ou, como diria Melanie Klein, utilizando tanto de mecanismos esquizo paranoides. Sempre é mais cômoda a credence infantilizante de um demônio tão poderoso quanto deus.

Entretanto, o conceito de mal como erro, ou como derivado de um nada, de que o mal não possuía substancialidade ontológica, era muito precioso para Arendt. Quando jovem, defendera sua tese de doutorado com o título *O amor e Santo Agostinho* (ARENDR, 1996). Mas não era somente por suas raízes filosóficas, mas porque a ideia de um mal radical poderia implicar uma visão negativa da atividade política. Uma visão que justificasse o totalitarismo, como defensor do povo contra o mal, e não sendo o próprio totalitarismo como causado pelo mal. Depois do abandono da ideia de radicalidade, sintetiza romanticamente a pensadora em uma de suas mais conhecidas citações:

Realmente, minha opinião é a de que o mal nunca é “radical”, é apenas extremo e não possui profundidade nem dimensão demoníaca. Ele pode crescer demais e deteriorar o mundo inteiro, precisamente por que se espalha como um fungo na superfície. Ele é “desafiante-do-pensamento”, como eu disse, porque o pensamento tenta alcançar alguma profundidade, chegar às raízes, e o momento em que se ocupa do mal não há nada. Essa é sua “banalidade”. Apenas o bem tem profundidade e pode ser radical (ARENDR, 1996 citada por YOUNG-BRUEHL, 1982, p. 369, tradução do autor).

Genealogia da radicalidade do mal

Muitas religiões são dualistas. Há um ou mais deuses do bem e um ou mais deuses do mal. Ambos os lados com igual força e poder. A mais famosa entre essas crenças talvez tenha sido o zoroastrismo. Antiga religião persa fundada pelo profeta Zaratustra, a quem os gregos antigos chamavam de Zoroastro, e cujo antigo nome voltou a tornar-se tão famoso pelo livro de Nietzsche. A concepção

mais simplificada do zoroastrismo é a de que admite a existência de duas divindades, as quais representam o Bem (*Aúra-Masda*) e o Mal (*Arimã*). Da luta entre essas divindades, no final, sairia vencedora a divindade do Bem.

Por uma interpretação a partir da psicanálise de Melanie Klein, o dualismo e o já mencionado maniqueísmo seriam reflexos da psique infantil mais precoce de sua majestade o bebê, que divide todas as percepções em dois extremos sem misturas: muito boas e muito ruins. A tão famosa posição esquizo-paranoide, onde esquizo se refere à cisão em dois polos opostos, e paranoide o expelir todo o ruim, mas que termina por retornar e perseguir. Só com o amadurecimento psíquico e físico o bebê passaria a ver que, sua realidade interna e seu mundo externo, não são tão extremados. Tudo e todos são feitos de mais ou menos. O que não é uma visão tão grandiosa de si e do mundo, logo um olhar mais realista, mas muito mais modesto, cuja aceitação implica em seu próprio nome: posição depressiva.

Já na Grécia antiga grande parte do pensamento se desprendera da religião. Aconteceu o início da filosofia. Cerca de século e meio após o início do movimento pré-socrático, viveu um de seus mais famosos nomes, Empédocles (490-430), conhecido por ser o criador da teoria cosmogônica dos quatro elementos que constituiriam todo o cosmos: terra, água, ar e fogo. Ele também propôs duas causas, chamadas por ele de *Amor* (*philia*) e *Discórdia* (*neikos*) que atuariam como forças que, unindo ou desunindo esses quatro elementos, tanto podem formar tudo que existe quanto separar tudo num quase caos de partículas. O termo discórdia também é traduzido como revolta ou como ódio. As concepções de Empédocles continuaram através dos atomistas gregos – Leucipo e Demócrito – indo deles a Epicuro, que com sua escola perpassaram todo o pensamento de Alexandria e de Roma antigas. Trata-se de um dualismo filosófico e não mais religioso.

A partir do século XIX, tanto pela influência de Hegel e Nietzsche, quanto pela redescoberta de muitos fragmentos de textos da Antiguidade, os pré-socráticos foram revalorizados. No século XX passaram a ser tão ou mais importantes que os clássicos Platão e Aristóteles. Heidegger, por exemplo, escreveu várias reflexões sobre os pré-socráticos. E Freud, em uma carta de 1º de novembro de 1906, indica ao editor Hugo Heller sua lista dos dez bons livros, na qual inclui *Os pensadores gregos*, de Theodor Gomperz. Freud escreve que sua indicação não são obras-primas ou clássicos da literatura, mas livros com que “nos relacionamos do mesmo modo que com bons amigos, aos quais devemos algo de nosso conhecimento da vida e nossa concepção de mundo [...]” (ROUANET, 2003, p. 12). A obra de Gomperz, em três volumes, tem o primeiro dedicado aos pensadores pré-socráticos.

Explicações psicanalíticas à parte e revalorização contemporânea dos pré-socráticos, outra das origens do pensamento atual, bem mais próxima no tempo, foi o romantismo. Movimento artístico, filosófico e político que se inicia no final do século XVIII e possui seu ápice no século XIX. Caracterizou-se como perspectiva contrária ao racionalismo e ao iluminismo. Distinguiu-se por toda uma visão de mundo centrada no indivíduo. Os autores românticos voltaram-se cada vez mais para si mesmos, retratando o drama humano, amores trágicos, ideais utópicos e desejos de escapismo. Se o século XVIII fora marcado pela objetividade e pela razão, o início do século XIX seria marcado pelo lirismo, pela subjetividade, pela emoção e pelo eu. À primeira vista, parecem-nos aos ligados à área *psi* e às artes uma corrente muito simpática. Sedutora até demais, talvez.

Uma característica menos retratada do romantismo é ter sido uma das raízes do nacionalismo europeu e, por tabela, difundido em todo o mundo. As particularidades e as diferenças culturais foram exacerbadas até o exotismo. Em oposição ao século XVIII, o

século das luzes, a Idade Média, melhor definida como idade das trevas, foi idealizada pelo romantismo como quase uma época de ouro. Completamente ao oposto de todas as evidências históricas do que realmente ocorreu no período medieval: obscurantismo, fanatismo, enorme atraso material e de redução tanto numérica da população quanto de sua vida média a não mais de trinta anos.

A exaltação das características culturais e de suas mitificadas raízes medievais mostrou-se muito útil como ideologia de opor cada nação como dona de uma herança inigualável, como sendo superior a sua vizinha. Logo justificada toda agressão bélica por que

[...] a própria instituição do Estado [...] podia agora ser interpretada pelos românticos como a nebulosa representação de uma “alma nacional”, que pelo próprio fato de existir, devia estar além e acima da lei (ARENDR, 2012, p. 324).

Um passo além e origens apenas linguísticas ou de tradições particulares, tornaram-se homogeneizadoras e o que parecia ser o reconhecimento de diferenças passou a ser sua negação. Mais um passo, o que era cultural passou a ser confundido com o étnico. Bastou um sopro de darwinismo completamente mal interpretado em relação às ideias do próprio Darwin e o étnico foi deturpado em teoria de superioridade racial. O que era uma teoria de história dos idiomas foi deturpado em racismo. Do estudo das origens e dos idiomas indo-arianos, surgiu o delírio de uma imagem de raça ariana pura. É compreensível que Arendt (2012) tantas vezes critique o romantismo em *As origens do totalitarismo*.

O romantismo exacerbou a força das paixões acentuando seu caráter desmedido e irracional. Exaltação que não ficou nem poderia ter se restrito à arte, onde produziu algumas das maiores conquistas humanas. Perpassou a maior parte da filosofia no século XIX. Desde autores herdeiros do

Iluminismo, como Fichte e Schelling, até seu ápice no pensamento de Schopenhauer e Nietzsche, para o qual “a vontade de poder não é nem um ser, nem um devir, é um pathos” (NIETZSCHE, s.d., p. 260).

A força das paixões, do eu, do irracional, não se revelou apenas através dos heróis bastante dúbios de grandes escritores, como Stendhal, mas também pela criação de vilões supremos. Já em Goethe, Mefistófeles é personagem tão ou mais interessante do que Fausto. Mas até então, o demoníaco, o mal radical, tentava o homem, mas era ele mesmo inumano: entidades sobrenaturais gregas, demônios cristãos ou até o próprio maligno em pessoa como Mefistófeles. No século do romantismo surgem ícones contemporâneos como o monstro de Frankenstein, Drácula, capitão Nemo. O primeiro foi construído de partes de seres humanos, mas não atingiu essa condição como indivíduo, o segundo renegou sua humanidade tornando-se fisicamente um monstro provido de desmedido poder de sedução, o terceiro manteve sua humanidade biológica, mas renegou seu pertencimento a espécie humana, dedicando-lhe ódio eterno, protótipo do cientista louco que deseja escravizar ou destruir a humanidade.

Desde então o mal radical passou a ser caracterizado por vilões – humanos ou quase, humanos – geniais, singularíssimos e apaixonados por sua própria perversão. Vilões quase sempre muito mais interessantes que os mocinhos. Nada a ver com a personalidade sem nenhum charme, do normopata, que só obedecia a ordens sem refletir em suas consequências; do intelectualmente medíocre, mas eficiente burocrata, que não conseguia pensar além do repetir de chavões: Eichmann. Não era um vilão de cinema ou televisão. Não era um anti-herói que pudesse ser idolatrado por neonazistas. “Apesar de todos os esforços da promotória, todo mundo percebia que este homem não era um ‘monstro’, mas era difícil não desconfiar que fosse um palhaço” (ARENDR, 2013, p. 67).

Pulsão de morte: o olhar de Freud sobre a radicalidade do mal

Vários foram os caminhos que conduziram Freud a conceitualizar a pulsão de morte, cuja primazia já fora brutalmente prefigurada em *A pulsão e seus destinos*: “O ódio, em relação aos objetos é mais antigo que o amor (FREUD [1915] 1978, p. 139)”. Na clínica o mais importante desses caminhos talvez tenha sido a convivência com pacientes cuja recorrência de sintomas ia além do que poderia ser compreensível pelo princípio de prazer. Freud observara muitas vezes o retorno de sintomas e sofrimento como um fenômeno incontrolável, que ia muito além do que seria justificado como tentativa de elaboração. Também não era compatível com a ideia de que o sintoma seria uma forma secreta de prazer, que desvendada poderia ser substituída por satisfações mais gratificantes na realidade externa. Era um fenômeno além do que o psicanalista podia controlar e compreender. E não era apenas a ele Freud que isso assustava. Descreve em *Além do princípio de prazer*:

Pode-se supor também que, quando pessoas não familiarizadas com a análise sentem um medo obscuro – um temor de despertar algo que, segundo pensam, é melhor deixar adormecido – aquilo de que no fundo têm medo, é do surgimento dessa compulsão com sua indicação de posse por algum poder ‘demoníaco’ (FREUD, [1920] 1978, p. 36, tradução do autor).

Além da invocação desse poder ‘demoníaco’, Freud também observara na clínica a importância do prazer na agressividade. Fosse ao sadismo em relação a outrem, fosse sobre si mesmo, o masoquismo. Era mais do que uma característica originária da sexualidade infantil. Associava-se à compulsão à repetição como uma malignidade que tanto ia além do explicável pelo prazer na dor do outro ou de si, quanto parecia compreensível apenas por um desejo de aniquilamento total

do ser. Origem da hipótese de um masoquismo primário, um estado primevo de busca pela autodestruição, de retorno ao inorgânico.

Vale lembrar que essas observações clínicas de Freud foram acentuadas pela experiência de outro fenômeno, só que externo: a Primeira Guerra Mundial. Seu horror à autodestruição sem nexos da Europa, que para ele era tudo de importante que existia na face da Terra, já havia sido descrito uns quatro anos antes de *Além do princípio de prazer* (1920), em seu lírico texto *Sobre a transitoriedade* (1916), escrito nove meses depois de *A pulsão e seus destinos*. Texto em que descrevendo um passeio ocorrido um ano antes do início da guerra, com um amigo taciturno e um poeta jovem, mas já famoso (Lou Andreas-Salomé e Rainer Maria Rilke), Freud expõe seus sentimentos:

[...] Um ano depois, irrompeu o conflito que lhe subtraiu o mundo de suas belezas. Não só destruiu a beleza dos campos que atravessava e as obras de arte que encontrava em seu caminho, como também destroçou nosso orgulho pelas realizações de nossa civilização, nossa admiração por numerosos filósofos e artistas, e nossas esperanças quanto a um triunfo final sobre as divergências entre as nações e as raças. Maculou a elevada imparcialidade da nossa ciência, revelou nossos instintos em toda a sua nudez e soltou de dentro de nós os maus espíritos que julgávamos terem sido domados para sempre, por séculos de ininterrupta educação pelas mais nobres mentes. Amesquinhou mais uma vez nosso país e tornou o resto do mundo bastante remoto. Roubou-nos do muito que amáramos e mostrou-nos quão efêmeras eram inúmeras coisas que consideráramos imutáveis (FREUD, [1916] 1996, p. 317).

Em que pesem as observações sobre a clínica e sobre a guerra, o dualismo pulsional de uma pulsão de vida em oposição a uma pulsão de morte, não foi e não é aceito por

muitos. Frequente é a crítica de que o dualismo em si era mais caro a Freud de como o justificava. Uma vez que o primeiro dualismo – pulsões sexuais em oposição a pulsões (ou interesses) do eu – não pudera mais ser mantido, face às críticas de Jung, respondidas, mas não de todo com êxito, em *Introdução ao narcisismo* (1914), Freud resolveu criar um novo dualismo. Tudo bem que as pulsões sexuais, com seu nome genérico de libido, e os interesses do eu, que no fundo possuem por objetivo manter a vida da espécie e a vida do indivíduo, sejam no fundo apenas uma só pulsão. Mas se ambas unem-se na tarefa de manter a vida – a pulsão de vida – crie-se outra pulsão que seja seu oposto – a pulsão de morte. Freud aferrava-se ao dualismo, qualquer que fosse seu invólucro, porque a ideia monista, com uma única força no universo e no homem cheirava-lhe como tentativa de prova da ideia de deus.

Quanto aos motivos últimos da crítica que Jung fizera, Freud estava correto, pois, além de negar a importância da sexualidade, o pai da psicologia analítica desejava pela união das pulsões em uma única para provar a existência de deus como fonte dessa força. Freud era radicalmente ateu, conforme já foi analisado por inúmeros autores e também descrevemos em outro artigo (LOPES, 1996). Mais do que isso, possuía uma visão trágica do ser humano, criatura dividida por conflitos intransponíveis, vítima de seu próprio excesso (*hybris*), que para os gregos antigos era a fonte do mal. Mas para Freud eram esses mesmos conflitos e desmedidas que, em sua tentativa sempre impossível de superação, produziam a grandeza humana. O texto *Sobre a transitoriedade* (1916), cujo título também pode ser traduzido por ‘finitude’, constitui uma profunda reflexão existencial sobre a finitude absoluta e a não existência de deus.

Das três fontes descritas para a ideia de radicalidade do mal e sua perspectiva dualista, a primeira – a religiosa – não possui nenhuma ligação com o pensamento de Freud.

Muito menos lhe era característica uma visão de mundo que poderia ser rotulada de esquizo-paranoide. Já a segunda, a da filosofia pré-socrática é explicitamente descrita como uma das fontes da ideia de pulsão de morte.

Estou pronto para abandonar o prestígio da originalidade [...], principalmente porque nunca posso estar seguro, devido às extensas leituras de minha juventude, se o que eu tenho como uma criação nova não pode ser o efeito de criptomnésia. [...] Mas a teoria de Empédocles, que especialmente merece nossa atenção, é uma que se aproxima tanto da teoria psicanalítica das pulsões, que somos tentados a afirmar que são idênticas, se não fosse pela diferença de que a teoria do filósofo grego é uma fantasia cósmica e a nossa contenta-se em afirmar sua validade biológica (FREUD, 1978, p. 245, tradução do autor).

Mas para o Empédocles existiria uma alternância eterna entre amor e ódio, cada qual já com o oposto em seu seio. Como vimos Freud foi radical no dualismo: o ódio, em relação ao objeto, é mais antigo que o amor: “Ele é derivado do repúdio primordial do mundo externo [...] pelo eu narcísico” (FREUD [1915] 1978, p. 139).

Quanto à terceira das fontes descritas para a ideia de mal radical, tal como chega até a contemporaneidade – o romantismo – possui impacto ainda maior no pensamento freudiano. O individualismo, o drama humano, os amores trágicos, a força das paixões, a desmedida humana, o irracional e, no caso aqui em questão, a autodestruição tão idolatrada pelos autores românticos e vivida por muitos deles em suas vidas pessoais, tudo isso se encontra disfarçadamente (ou não tanto) descrito em linguagem psicanalítica nos textos freudianos. Apesar de Freud pessoalmente não ter sido um personagem ou autor cuja vida ou obra fossem lá muito românticas. Politicamente era muito conservador, dono de uma tradicional famí-

lia patriarcal, obsessivamente dedicado ao trabalho, líder severo até a intransigência, e que não entendia nada das vertentes mais modernas da arte de seu tempo. Para seus seguidores sim, a aura muitas vezes exagerada, da incompreensão inicial de suas ideias e de seu exílio e morte, criaram a imagem de um personagem romântico.

Entretanto a psicanálise é continuadora direta das influências do romantismo na filosofia alemã. Principalmente em se tratando de Schopenhauer e de um seguidor seu menos conhecido, Eduard von Hartmann. Em *Além do princípio de prazer* (1920), após dissertar sobre as justificativas biológicas da pulsão de morte, acrescenta Freud:

Há algo mais, de qualquer modo, do qual não podemos permanecer cegos. Sem querer navegamos nosso curso em direção ao porto da filosofia de Schopenhauer. Para ele a morte é 'o verdadeiro resultado e desse modo o propósito da vida', enquanto a pulsão sexual é a encarnação da vontade de viver (FREUD, [1920] 1978, p. 50, tradução do autor).

Quanto a Hartmann (1842-1906) é hoje um nome bastante esquecido. Mas sua *Filosofia do inconsciente* (HARTMANN, 1884), publicada em 1869 causou furor na época e teve dez edições em alemão até 1890, tendo sido traduzido para o inglês. Obra extensa que disserta sobre a vontade e a razão, sendo que a primeira move o inconsciente, conjuga as ideias de Schopenhauer com dezenas de menções a Darwin e ao darwinismo. Para ilustração de Hartmann como uma das fontes de Freud, basta a citação dos títulos de alguns capítulos da *Filosofia do inconsciente*: *O inconsciente na linguagem*, *O inconsciente na vida sexual*, *O inconsciente no sentimento*, *O inconsciente no caráter e na moralidade*, *Fome e amor*, *O sono e os sonhos*. Freud cita o livro de Hartmann já em a *Interpretação dos sonhos*.

Já a influência de Nietzsche no pensamento de Freud é até hoje matéria de grande

controvérsia e de livros inteiros, como *Freud e Nietzsche*, de Jean-Laurent Assoun (1989). Apenas será colocada uma citação de *O problema econômico do masoquismo* (1924), segundo maior pilar da defesa de uma pulsão de morte no texto freudiano, em que é novamente defendida a ideia da prioridade do inorgânico sobre o orgânico, logo do retorno pela compulsão à repetição ao nada original, que antecede tanto o sadismo, quanto o masoquismo secundário e se revela como sendo a essência da malignidade humana, logo da radicalidade do mal. Como defesa contra a autodestruição imediata do organismo:

A libido tem a função de tornar a pulsão de destruição inócua, e preenche este papel a direcionando em grande parte para fora [...] contra os objetos do mundo exterior. A pulsão é, então, chamada de pulsão de destruição, pulsão de domínio, *ou vontade de poder* (grifo nosso) (FREUD, [1924] 1978, p. 163).

Amor próprio e narcisismo

– Kant e Freud contra Arendt

Pode-se defender uma confluência parcial da visão de Arendt da banalidade do mal, que possa se aproximar com a ideia de Freud sobre a radicalidade do mal, a partir de uma releitura de Kant. Autor que influenciou a ambos. A expressão “radicalidade do mal” foi cunhada por Kant no já mencionado *A religião nos limites da simples razão*. De onde foi utilizada por Arendt em *A origem do totalitarismo*. Não há referências à leitura desse livro por Freud que, contudo, faz várias menções a Kant em sua obra. Principalmente a um dos textos de Kant que antecede o livro sobre religião: *A fundamentação da metafísica dos costumes*. Do conceito-chave dessa obra, Freud afirma, também em *O problema econômico do masoquismo*: “o imperativo categórico de Kant é, portanto, o herdeiro direto do complexo de Édipo” (FREUD, [1924] 1978, p. 167). Imperativo categórico é o que impulsiona nossas ações quando reconhecemos o outro ser humano como um fim em si

mesmo, e não apenas um meio para atingir nossos fins. Quando me coloco ‘na pele do outro’, transformando-me nele, reconheço a mim mesmo.

Kant argumenta que o mal não pode ser atribuído a uma natureza animal dos seres humanos. Nem a existência de uma razão que fosse má em si mesma. No primeiro caso o homem seria apenas uma besta como todas as outras. No segundo seria uma criatura demoníaca. Em ambos os casos não teria liberdade de escolha, suas ações não seriam fruto do livre arbítrio, mas obrigatoriamente más. Kant defende que, embora o mal radical não seja essencial ao homem, isto é, não constitui parte maior da natureza humana, necessariamente está presente em todos os seres humanos. Assim, o mal radical é uma característica inescapável em todos os homens, mas somos sempre moralmente responsáveis por ele. Para Kant a origem de todo mal radical é “[...] o amor de si; tal amor aceite como princípio de todas as nossas máximas, é precisamente a fonte de todo mal” (KANT, s.d., p. 51). A pessoa que subordina o amor de si mesmo à moralidade possui uma boa disposição; a pessoa que faz o oposto é má. A base dessa moralidade não está na busca da felicidade e do bem-estar individuais, mas na ‘dignidade de ser feliz’, que só pode ser atingida considerando a universalidade desse direito. Isto é, reconhecendo o outro como um fim em si mesmo – um ser humano – e não apenas algo para satisfazer meus objetivos – uma coisa como se fosse uma mercadoria. Tenho de reconhecer no outro a minha humanidade. Kant ressalta que o amor de si não é o mal radical em si mesmo, torna-se tal apenas quando seu excesso leva à negação do direito à dignidade aos outros seres humanos.

Amor de si é termo que nos leva a pensar no uso do termo narcisismo cunhado por Freud. Conceito elaborado ainda ao final de sua primeira teoria da pulsão – libido *versus* interesses do eu – e cuja conceituação deveria ter sofrido um acréscimo quando da elaboração da segunda teoria pulsional – pul-

são de vida contra pulsão de morte. Como vimos acima, o ódio é primordial e fruto do repúdio do mundo pelo eu narcísico. Assim a oposição entre narcisismo e libido objetual ou libido do eu, poderia ser substituída pela oposição por narcisismo de vida e narcisismo de morte. Sem uma boa dose de amor de si não haveria como amar a si próprio nem aos outros. Mas quando em excesso tudo se passa como se o amor exagerado de si tivesse o caminho facilitado para regredir como ódio aos objetos e, finalmente, contra si mesmo e a quem ou o que se deveria amar. Como diz a personagem do diabo, representado pelo ator Al Pacino, ao final do filme *O advogado do diabo*: “Vaidade, com certeza, meu pecado favorito”.

Como descreve Kant, a radicalidade do mal não é o mais importante característica, mas está universalmente presente na natureza humana. Arendt rejeitou o conceito de radicalidade ao ver de perto a superficialidade do mal ambulante que era Eichmann. Em parte a pensadora o fez por recusar em Eichmann todas as características dos vilões geniais e excêntricos do romantismo. Em parte para acentuar como a burocracia, o esconderijo na normopatía, a desculpa do ‘só obedecer a ordens’, pode levar à morte de milhões e não livra um milímetro de responsabilidade quem assim o faz. Talvez Freud pudesse, em parte, contradizer Arendt, subcrevendo algumas palavras de Karl Jaspers (autor que também não tinha a mínima simpatia pela psicanálise), orientador de tese e amigo até ao fim da pensadora. Sobre o polémico *Eichmann em Jerusalém* escreveu em carta Jaspers a Arendt: “Acho a noção esclarecedora, e o título do livro é extraordinário [...] significa que o mal *deste* homem é banal, não que o mal seja banal [...]” (YOUNG-BRUHEL, 1982, p. 370, tradução do autor).

Conclusão: Freud e Arendt, o diálogo sem fim

Tal fora subscrito ao início, os caminhos de Freud e Arendt ocorreram em linhas para-

lelas. Embora em momentos essas linhas se aproximassem, como na ocasião do conceito kantiano de mal radical, nunca realmente se cruzaram. Ambos pensadores também se aproximaram através da semente socrática em suas formas de pensar. Nos diálogos da primeira fase de Platão, mencionados acima, nomeados diálogos socráticos e que tentaram reproduzir como teria sido o Sócrates histórico, os vários conceitos sobre um tema são debatidos, sem que se chegue a lugar algum. Como um homem que afirmava 'só sei que nada sei', poderia fechar um diálogo como alguma conclusão? Mesmo Platão não tolerou muito tempo permanecer nessa postura socrática e nos diálogos seguintes acabou por defender suas próprias conclusões criando o sistema filosófico que é conhecido como platonismo. Freud e Arendt fizeram o mesmo que Platão: ambos criaram dezenas de ideias e conceitos. Mas a lembrança socrática nos libera de procurar a criação de uma síntese das ideias de ambos os autores, o que fatalmente acabaria numa redução do pensamento de um ao de outro. Reducionismo que ou seria impossível ou produziria uma simplificação grotesca. Fato socraticamente paradoxal é que a confluência possível entre Arendt e Freud se dê em suas origens intelectuais aparentemente opostas, e que num século de massacres, desumanização, totalitarismos, submissão ao consumismo, manipulação desenfreada pela propaganda, ambos tenham se unido em defesa da dignidade humana.

Abstract

Arendt and the controversy over the banality of evil. Genealogy of this concept from Socrates and Saint Augustine. Freud and the concept of death drive. Genealogy of this concept from the the Greek atomists and German romanticism. German romanticism as a common source to the psychoanalytical thought and Nazism. Self-love as the source for radical evil according to Kant. Self-love and narcissism.

Keywords: *Banality of evil, Radical evil, Dualism, Romanticism, Death drive, Self-love, Narcissism.*

Referências

ARENDDT, H. *As origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ARENDDT, H. *Eichmann em Jerusalém*. 15. reimpr. São Paulo, Companhia das Letras, 2013.

ARENDDT, H. *Love and Saint Augustine*. Chicago and London: University of Chicago Press, 1996.

ARENDDT, H. Religião e política. In: *A dignidade da política*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.

ARENDDT, H. *Responsabilidade e julgamento*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

ARENDDT, H. Só permanece a língua materna. In: _____. *A dignidade da política*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.

ARENDDT, H., BLÜCHER, H. *Within four walls*. The correspondence between Hannah Arendt and Heinrich Blücher 1936-1968. New York: Harcourt, 2000.

ASSOUN, P.-L. *Freud e Nietzsche - semelhanças e dessemelhanças*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BERNAYS, E. *Propaganda*. Comment manipuler l'opinion en démocratie. Montreal: Lux, 2008.

FREUD, S. Analysis terminable and interminable (1937). In: *The Standard Edition of the Complete*

Psychological Works of Sigmund Freud, v. XXIII. London: The Hogarth Press and the Institute of Psycho-Analysis, 1978.

FREUD, S. Beyond the pleasure principle (1920). In: *The Standard the Edition of the Complete Psychological Works of Sigmund Freud*, v. XVIII. London: The Hogarth Press and the Institute of Psycho-Analysis, 1978.

FREUD, S. *Correspondência de amor e outras cartas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

FREUD, S. Instincts and their vicissitudes (1915). In: *The Standard the Edition of the Complete Psychological Works of Sigmund Freud*, v. XIV. London: The Hogarth Press and the Institute of Psycho-Analysis, 1978.

FREUD, S. Sobre a transitoriedade (1916 [1915]). In: _____. *A história do movimento psicanalítico: artigos sobre metapsicologia e outros trabalhos* (1914-1916). Direção-geral da tradução de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 317-319. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 14).

FREUD, S. The economic problem of masochism (1924). In: *The Standard the Edition of the Complete Psychological Works of Sigmund Freud*, v. XIX. London: The Hogarth Press and the Institute of Psycho-Analysis, 1978.

HARTMANN, E. *Philosophy of the unconscious*, 3 vol. London: Trübner & Co., 1884.

KANT, I. *A religião nos limites da simples razão*. Lisboa: Edições 70, s.d.

LOPES, A. J. Breve sùmula de ateologia pràtica: psicanálise e religião. *Estudos de Psicanálise*. Belo Horizonte, n. 31, out. 2008, p. 17-28. Publicação do Círculo Brasileiro de Psicanálise.

NIETZSCHE, F. *A vontade de potência*. São Paulo: Escala, s.d.

PLATÃO. *Diálogos - I. 2*. reimpr. Bauru, SP: EDIPRO, 2014.

ROUANET, S. *Os dez amigos de Freud*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SANTO AGOSTINHO. *As confissões*. Rio de Janeiro: Ediouro, s.d.

SANTO AGOSTINHO. *Confissões*. Petrópolis: Vozes, 1997.

YOUNG-BRUEHL, E. *Hannah Arendt - for the love of the world*. New Haven and London: Yale University Press, 1982.

ZIZEK, S. *Did somebody say totalitarianism?* - Five interventions in the (mis)use of a notion. London, New York: Verso, 2002.

Recebido em: 17/10/2014

Aprovado em: 21/10/2014

SOBRE O AUTOR

Anchyses Jobim Lopes

Médico e bacharel em Filosofia pela UFRJ. Mestre em medicina (psiquiatria) e em filosofia pela UFRJ. Doutor em filosofia pela UFRJ. Psicanalista e membro efetivo do Círculo Brasileiro de Psicanálise-Seção Rio de Janeiro (CBP-RJ), Professor do curso de formação psicanalítica do Centro de Estudos Antonio Franco Ribeiro da Silva do CBP-RJ. Supervisor do Centro de Atendimento Psicanalítico do CBP-RJ. Presidente do CBP-RJ 2000-04, 2008-12 e 2014-16. Presidente do Círculo Brasileiro de Psicanálise (CBP), 2004-06. Professor Titular III do curso de graduação em psicologia e especialização em teoria e clínica psicanalítica da UNESA.

Endereço para correspondência

Rua Marechal Mascarenhas de Moraes, 132/308
Copacabana
22030-040 - Rio de Janeiro - RJ
Página: <www.anchyses.pro.br>
E-mail: <anchyses@terra.com.br>

A criança do marketing: uma leitura ferencziana¹

The Marketing child: a ferenczian reading

Carlos Mario Alvarez

Resumo

A teoria do trauma ferencziana – que pensa a cisão entre dois mundos: o da criança e o dos adultos, onde a linguagem da ternura infantil pode ser atropelada pela linguagem da paixão dos adultos – é um importante instrumento teórico para se pensar psicanaliticamente o uso abusivo e violento que as práticas contemporâneas do *marketing* exercem sobre as crianças.

Palavras-chave: Ferenczi, Trauma, Crianças, Ternura, Paixão, Violência, Abuso, *Marketing*.

Ferenczi foi o psicanalista que introduziu a criança na psicanálise como modalidade de formação psíquica. Não o fez de forma a entender sua gênese ou pensá-la como a matriz pulsional que vai dar origem ao adulto após a ação do recalque, tampouco negou a teoria da sexualidade infantil trazida por Freud. Ele trouxe a criança sob uma perspectiva muito particular: a criança em sua relação de dependência para com o adulto. Com isso, estabeleceu uma diferença entre essas duas formações psíquicas ao mostrar que parte fundamental do psiquismo da criança será formada a partir de uma relação de troca que se estabelecerá em torno da linguagem.

Dois mundos, marcados por afecções corporais diferentes, entrarão em contato podendo gerar ou não formas de entendimento mútuo: de um lado, o adulto, investido de suas intenções, que, quaisquer que sejam, serão, para a criança, sempre desejantes e afirmativas; de outro lado, a criança, cuja modalidade de desejo é predominantemente compatível com suas fantasias e potências autoeróticas, mas carecem ainda de uma certa autonomia e segurança, e podem sob circunstâncias particulares ser atravessadas

pelos urgências e violências impostas pela superioridade biológica do adulto. A essa diferença entre adulto e criança, Ferenczi deu o nome de embate entre paixão e ternura.

Para Ferenczi, a criança, a fim de alcançar uma existência psíquica satisfatória, deverá ser necessariamente acolhida pelo adulto sob o signo da ternura. Cabe ao adulto uma função de preservação e respeito dos signos da ternura. Somente um adulto que foi tocado por essa dimensão será capaz de desenvolver esse papel. Em outras palavras, para se firmar psiquicamente, a criança depende de um adulto que comungue com ela os elementos da ternura.

A criança pensada por Ferenczi é habitada por uma temporária fragilidade. Ela precisa necessariamente do adulto. Se acontecer de o adulto ser cruel e violento, o que toma lugar é da ordem da catástrofe: um atropelamento marcado por um corte de temporalidades onde o tempo do adulto sequestra o da criança e a escraviza. Eis aqui uma boa expressão para o que Ferenczi detecta: submissão da criança pelo adulto. Quando a linguagem falha – e para Ferenczi, a falha da linguagem é sempre uma ausência de empatia,

1. Trabalho apresentado na *International Ferenczi Conferenci*, *Faces of Trauma*, em Budapeste, 2 jun. 2012.

de acolhimento e de respeito mútuo – então há uma espécie de morte psíquica da integridade infantil, e mecanismos de defesa são postos em operação de maneira emergencial a tentar debelar os impactos destrutivos do apagamento psíquico.

É nesse ponto que Ferenczi nos fornece a seguinte explicação: a criança, para sobreviver, é obrigada a introjetar de forma maciça o adulto, seus desejos e, sobretudo, sua culpa. A criança pós-trauma é uma criança que não tem outra escolha senão identificar-se ao desejo do adulto e passar a viver em função de elementos que não são consoantes com suas experiências lúdicas primevas.

A criança morre, e nasce naquele corpo, um ser marcado por uma espécie de arritmia pulsional.² O que antes era autoerótico, sob o sentido de uma codificação do corpo através das experiências de júbilo da criança agora passa a ser uma massa de afetos cuja permanência e insistência geram medo, pânico, obsessões, esvanecimentos psíquicos e necessidade de adaptação a uma nova e estranha realidade. A criança é levada a engolir o adulto e a tornar-se parte dele. O que se quebrou aí foi uma relação de equilíbrio. Mais do que isso, é a confiança que a criança tinha no adulto e, portanto, na sua vida, que se perdeu.

II

O século XXI vive freneticamente animado por um conceito que Ferenczi não conhecia: o *marketing*. O que é *marketing*? São conjuntos estratégicos de inteligência e ações que visam cooptar de forma extremada e agressiva, mas também de forma convidativa e sedutora, os consumidores de forma tal que escolham caminhos desejados pelos grupos

que se utilizam do *marketing* para vender produtos, serviços e ideias. O *marketing* se materializa através de práticas discursivas que encontram seus argumentos emprestados aos achados da psicanálise, da psicologia, da antropologia e de qualquer outro campo de conhecimento que, de alguma maneira, seja capaz de mapear os caminhos e as preferências dos desejos e comportamentos humanos. Aqui, o conhecimento é utilizado como via expressamente indutora de laços sociais.

Através das ações de *marketing* se estabelecem canais de acesso a toda população mundial que seja capaz de consumir. O *marketing* produz, de forma sistemática, ousada e dissimulada, realidades amplamente sedutoras e é capaz de ensinar as pessoas a desejar de acordo com seus interesses. O *marketing* é uma pedagogia do consumo dirigida às massas, mas também é capaz de atingir individualmente determinados grupos de pessoas. Mais do que isso, através das pesquisas de *marketing* é possível criar identidades de grupos baseadas em suas tendências de consumo. O *marketing* cria novas etnias que agora são baseadas em perfis de consumo e seus respectivos potenciais. O chamado relacionamento com o cliente é uma forma eficaz de viabilizar vendas e manter acesa a chama do consumo. Em tempos atuais, o relacionamento que impera é o mercadológico.

Entre as ficções criadas pela prática do *marketing*, está a ideia de que as pessoas são livres para experimentar e escolher produtos e serviços de maneira espontânea. Por detrás de toda a violência que incita o consumo de forma compulsória e compulsiva está a ideia de que a felicidade é passível de ser traduzida em sonhos realizáveis. Liberdade, paz de espírito, autonomia... É através desse imaginário que se é capaz de promover uma adesão maciça ao universo do consumo. Em verdade, substituiu-se a violência e a repressão físicas pela cooptação psíquica. Vive-se em uma época em que parte da violência entre os homens conseguiu deixar de lado as

2. Incidências violentas e desordenadas de elementos que instauram uma angústia dilacerante continuada. Essa experiência é marcada pelo atravessamento de temporalidades que se multiplicam e impedem uma sincronidade harmônica capaz de apaziguamento psíquico, daí a recorrência à ideia de arritmia. A arritmia pulsional se instala e toma o lugar da ternura.

práticas de dominação ostensiva para passar a fazê-la de forma dissimulada. O agressor, como nos ensina Ferenczi, é sempre aquele que nos inspira confiança. A agressão traumática no sentido ferencziano é sempre feita de forma a confundir as intenções e induzir múltiplos sentidos.

Em nome da liberdade e do gozo máximo, tudo é vendável. Tudo deve ser comprável. As vias de facilitação ao consumo se multiplicam a cada dia. Trabalha-se com processos de euforização. Pontos de venda, campanhas milionárias, prêmios, promoções liquidadas e sobretudo dinheiro a preço de banana, todos esses artifícios regulam a vida das pessoas. Com isso, parece estar perdida uma certa capacidade de defesa que permitiria às pessoas os movimentos de questionamento, evitação e mesmo recusa desses padrões de realidade.

Deve-se falar de *over marketing*? Talvez esse conceito represente bem a ideia do que se produz hoje em dia: todos os excessos devem ser buscados uma vez que não há sociedade democrática contemporânea que tenha conseguido pensar uma forma inteligente de veicular movimentos que suscitem a vontade de parar ou reduzir o consumo. Ao contrário, as palavras de ordem são sempre ligadas às ideias de progresso, desenvolvimento, riqueza, diversidade, liberdade e felicidade. Quem hoje é capaz de recusar essas maravilhas ideológicas?

A perspectiva do excesso, da euforia e da ausência de limites e critérios faz da criança um mercado consumidor como outro qualquer. Na verdade, por constatar que a população infantil cresce de forma ostensiva, o *marketing* desenvolveu técnicas e estratégias para tornar as crianças vorazes consumidores. Criança, como conceito, tal qual Ferenczi o pensou, é uma categoria em extinção. Deve-se falar em pequenos adultos, em consumidores mirins, pois, para o *marketing*, não há diferenças nem particularidades a serem respeitadas. É preciso invadir o quanto antes o mundo dos pequenos para fidelizá-los

e acostumá-los a comprar. O *marketing* deve ser entendido como uma força constante que visa promover o gozo através do excesso. Ele apreende as características próprias da linguagem infantil e as reproduz a fim de investir as crianças de maneira tal que suas forças estejam todas orientadas para o uso e consumo desenfreado.

As crianças são, em verdade, as melhores consumidoras. Se o *marketing* quer o excesso do consumo, quem melhor do que as crianças para embarcar nessa viagem? Afinal de contas as crianças ainda não conhecem bem os limites, não aceitam ser contrariadas e não conseguem pensar de forma a distinguir valores, custo-benefício, prejuízos. As crianças são seres afinados com o deslumbramento das coisas mais hipnóticas, confiam cegamente no que lhes dizem ser bom e não sabem diferenciar de forma adequada o princípio do prazer do princípio de realidade.

A ternura infantil é totalmente complacente à violência imposta pelo *marketing*. A criança, terna, tende a confiar e se entregar de forma ampla e sem questionamento ao adulto que admira. Trata-se de processos de hipnose e submissão.

Sabedores disso, os estrategistas de *marketing* descobriram que, quanto mais cedo se tiver acesso às crianças, mais rápido se poderá moldar seus movimentos desejantes e comportamentos de acordo com a lógica do consumo. Da criança espera-se que tenha o mais rapidamente o poder decisório de consumir influenciando, inclusive, seus pais. Dos adultos espera-se que ajam como crianças de maneira a colocar a vontade compulsiva de comprar na frente de qualquer questionamento maior. Dessa forma, o mundo do *marketing* homogeneiza crianças e adultos dando a eles um estatuto único: potenciais consumidores. O desaparecimento das fronteiras entre adulto e criança, em parte engendrado pelo *marketing*, constitui-se em um problema de graves consequências.

Agora, temos a figura da indústria do *marketing* como sendo o adulto do adulto.

Ou seja, trata-se de uma questão de força: a indústria de *marketing* torna o adulto uma criança, pois o cativa em sua infantilidade. Infantilizado e violentado, esse adulto é incapaz de se manter íntegro em suas relações afetivas e, desta feita, é incapaz de ser suporte para a experiência da ternura infantil. Com a ausência do adulto respeitador da ternura, a criança se vê levada a interagir diretamente com os elementos oferecidos pelo *marketing*. Assim, as crianças passam a ser amadas e educadas não sob o signo da ternura, mas sim sob o signo da euforia. Euforia aliada à velocidade e onipresença dos elementos que surgem para ocupar o imaginário infantil. Essa euforia não é outra coisa senão a expressão de desespero coletivo de pessoas que são invadidas e desabilitadas em sua capacidade de gerenciar o princípio do prazer.

Para a criança, criou-se o chamado 'marketing 360'. Essa estratégia prevê que, não importa o que faça uma criança, não importa de que *gadget* ela se utilize (celulares, internet, DVDs, filmes, *video games*, etc.), ela sempre estará apta a entrar em contato, direta ou indiretamente, com produtos para serem consumidos. Que fique claro: não há pudor nem pensamento de preservação do mundo infantil que seja levado em consideração pelo *marketing*. Não há respeito a temporalidades e desconhecem-se as particularidades psíquicas. O *marketing* é a encarnação de um adulto cujo objeto de desejo é a criança. Não estamos longe, aqui, do que hoje se denomina de pedofilia.

As estratégias de *marketing* infantil não levam em conta o que Ferenczi chamou de atenção enquanto ternura. Ao contrário, o *marketing* infantil seduz a criança para que ela se torne adulta mais rapidamente, e sua eficácia é tal que as crianças, pouco a pouco, se tornam elas mesmas agentes de *marketing*.

O mundo ferencziano infantil é agora atacado não mais por um agressor, mas por múltiplos agressores. A criança da ternura, aquela que precisava contar com a benevo-

lência do adulto, agora é chamada ao mundo voraz do consumo através de técnicas e estratégias semelhantes às que são utilizadas para atrair os adultos.

A infância vem, pouco a pouco, sendo uma concepção superada. Em nome de que se deve preservar a infância? Os pais de hoje em dia, e mesmo os professores das escolas, cedo perdem importância e exclusividade em seus postos e dão lugar a novos educadores (na maioria das vezes eletrônicos ou virtuais) que, pelas vias do *marketing*, inserirão as crianças no mundo maravilhoso das compras e da rapidez do gozo. O excesso que leva a crer que nada nunca é suficiente, que há sempre um brinquedo ou produto a mais para se comprar, o convite à criança para navegar no mundo do adulto através das múltiplas portas interativas que se abrem sem censura e sem critérios tem por objetivo igualar a criança ao adulto o quanto antes para que ela se torne cada vez mais um elemento ativo no consumo.

A palavra de ordem parece ser: poder para as crianças!

Se há uma epidemia de crianças hiperativas isso se dá como resposta psíquica à superexposição e superexcitação a que estão sendo submetidas. As crianças, com suas pulsões epistemológicas à flor da pele, fazem adesão maciça ao mundo maravilhoso oferecido pelo *marketing*. Identificadas completamente aos signos que emanam em 360°, elas parecem responder de forma intensa e voraz. Sabe-se que, qualquer que seja ele, o prazer sexual, quando instalado no circuito pulsional é de difícil renúncia.

Hoje em dia, uma criança, que passa a ser concebida como parceira (segundo a linguagem do *marketing*) representa força de consumo indispensável. É fato que isso a torna também mais esperta e mais autônoma no que diz respeito a seus pensamentos de individualidade. Crianças estão se tornando rapidamente seres capazes de discutir, argumentar e brigar de igual para igual com adultos. Elas, de fato, são neoadultos, isto é,

elas se emancipam rapidamente e criam uma nova forma adulta de ser.

Em verdade, o *over marketing* substituiu o papel que exerciam a escola e a família nos tempos da sociedade de controle. As crianças são agora também educadas pela sagacidade que adquirem entrando em contato mais rapidamente com o mundo adulto.

A invasão do *marketing* no mundo infantil, na constituição das formas desejantes das crianças, muitas vezes ganha contornos de violência física e sexual, pois os conteúdos adultos são sempre versões de desejos agressivos e sexuais recalcados. Sendo assim, devemos nos perguntar o seguinte: a ternura pensada por Ferenczi, ou seja, aquele mundo onde as coisas ainda não são maliciosas, mas existem em seu estatuto lúdico, em sua amabilidade espontânea, o mundo das relações amistosas e amorosas envolvidas por compreensão e comprometimento mútuo, onde supostamente estaria ausente qualquer forma de imaginário sexual passional do adulto, esse mundo da ternura capaz de distinguir a criança do adulto é indispensável para a saúde psíquica das crianças? Em outras palavras: a criança sobrevive sem a ternura?

Se entendermos, com Ferenczi, que a ternura tem uma função narcísica de garantir as redes de fixação de elementos como amor próprio, autoestima e capacidade de renúncia pulsional, então diremos que a ternura será sempre um estágio ou estado psíquico indispensável para a constituição de um psiquismo mais homeostático e, portanto, de suma importância para evitar a fragilidade psíquica. Isso significa dizer que uma relação suficientemente boa entre adulto e criança deve ainda ser entendida como o núcleo fundamental para a constituição de um psiquismo capaz de resistir aos atentados e infortúnios advindos do exterior.

A permanência da experiência da ternura ainda está na dependência da disponibilidade afetiva que lhe emprestará o adulto. Se os pais ou responsáveis diretos pela constituição das malhas afetivas infantis se abstiverem de

exercer suas funções, então todo o mundo invasivo de um outro agressor como o do *marketing* será capaz de saquear o direito da experiência da ternura infantil. Em verdade, esse papel que hoje é exercido pelo *marketing* não é nenhuma novidade. As crianças sempre foram alvo de adultos. Sempre foram cobiçadas sexualmente por atitudes que desconhecem os limites da ternura.

Por outro lado, a criança – segundo nos ensina Ferenczi, através dos processos de identificação maciça com o agressor – tem imensa disponibilidade e desejo de se tornar adulta. Toda criança almejará o tesão do adulto se isso lhe for acessível. A ternura não é um estágio indispensável, mas sem ela um pequeno corpo deverá tolerar e absorver os impactos de investimentos de um grande corpo. Tornar-se grande é uma conquista que se dá através da experiência. Isso implica tempo e elaboração. A ternura é, sem dúvida, a condição não só de estabelecimento das condições psíquicas fundamentais para consolidação da existência psíquica mas também o elemento de ligação entre criança e adulto.

A título de síntese, enumero seis tópicos conclusivos que permitirão a compreensão dos argumentos apresentados neste trabalho:

1. Ao emancipar a criança e infantilizar o adulto; tirando-lhes a diferença psíquica, o *marketing* age na criação de uma língua exclusiva: o ser potente-para-consumir. Essa nova potência é gerada e geradora de euforia. A euforia remete os seres a uma adesão totalizante junto aos elementos que são oferecidos para consumo. O adulto, que deveria cuidar do espaço de ternura infantil, se ausenta tornando-se ele mesmo uma criança, e a criança, que poderia contar com o adulto, passa cedo a, com ele, rivalizar e negociar sua própria potência de gozo. Resultado: hipnose do adulto e hipnose da criança induzida pela ação do *marketing* gerando uma reatualização do que Ferenczi chamou de confusão de línguas.

2. O que é traumático, a partir do pensamento ferencziano, é o impacto que resulta do embate entre forte e fraco, grande e pequeno. Quanto maior a dissimetria, quanto maior a imposição de um em relação a outro, maior a potência de choque cujos efeitos são o trauma. Assim, o *marketing*, cuja força é de uma indústria e os investimentos compatíveis com valores orçamentários expressivos para uma nação, inevitavelmente exerce uma força desproporcional e, portanto, traumática, na direção da criança e também do adulto infantilizado.
3. O *marketing* enquanto agressor contínuo é capaz de engendrar desejos e impor caminhos de realidade psíquica previamente testados em laboratório. Isso quer dizer que sua força de ação é suficientemente forte para derrubar as proteções que poderiam haver entre o adulto e a criança em âmbito familiar. O que se perde é a intimidade do lar, que passa a ser atravessada pela onipresença de elementos midiáticos e cria microlares dentro do lar. Desta feita, adultos e crianças compartilham espaços físicos, mas cada vez mais interagem com seus *gadgets* e *softwares*. Hoje em dia, é possível estar à mesa de jantar, ou mesmo compartilhando a sala de estar com familiares, mas cada um conectado à sua própria rede virtual.
4. É verdade que, ao emancipar a criança, o *marketing* pode, em muitas situações, estar dando a ela condições para que se livre do adulto familiar agressor. No entanto, por mais que uma criança seja capaz de argumentar e de se defender do adulto familiar agressor através de *gadgets*, *softwares* e redes sociais, ela será sempre um ser frágil cuja imaturidade biológica a fará dependente dos cuidados do adulto. Nesse sentido, não é possível falar de uma superação da criança em relação ao adulto através da realidade virtual já que uma criança sempre dependerá dos signos de ternura a serem também sinalizados pelo adulto.
5. Há que pensar, hoje em dia, o que significa para as pessoas a noção de cuidado. Cuidar da criança, cuidar da família, cuidar da relação amorosa, cuidar da amizade. Essa dimensão do cuidado deve ser incluída dentro das discussões da clínica psicanalítica, pois ela é talvez o grande possibilitador de defesa e criação de força psíquica capaz de evitar o saqueamento total do corpo pelas forças violentas do *marketing*. O cuidado remete a uma relação de amor e respeito à história individual de todo corpo que se viu chamado a vir-a-ser. Diz respeito também a um respeito à preservação dos códigos de amor e mútuo respeito que são indispensáveis na constituição de espaços psíquicos fluidos e criativos. Não faço aqui nada senão retomar uma questão que foi marca da clínica ferencziana e que ganhou muitos adeptos ao longo da história.
6. Por fim, é preciso dizer que a teoria psicanalítica ferencziana do trauma e suas propostas clínicas marcadas pelos signos da empatia, do “sentir com” e do tato psicológico são a matriz de um pensamento cuja importância e atualidade são inequívocas. O legado de Ferenczi deve poder interessar aos psicanalistas que, assim como ele, pensam a psicanálise como dispositivo capaz de diminuir os impactos psíquicos violentos advindos dos encontros entre adultos e crianças.

Abstract

The Ferenczi's theory of trauma – that establishes the split between two worlds: the child's and the adult's, where the child's language of tenderness can be run over by the adult's language of passion – is an important psychoanalytic theoretical tool to better understand the violence and abuse that contemporary marketing practices have on children.

Keywords: Ferenczi, Trauma, Children, Tenderness, Passion, Violence, Abuse, Marketing.

Referências

- FERENCZI, S. *A adaptação da família à criança* (1928). São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 1-13. (Obras completas, v. 4).
- FERENCZI, S. *A criança mal acolhida e sua pulsão de morte* (1929). São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 47-51. (Obras completas, v. 4).
- FERENCZI, S. *Análise de crianças com adultos* (1931). São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 69-83. (Obras completas, v. 4).
- FERENCZI, S. *Confusão de línguas entre os adultos e a criança* (1933). São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 97-106. (Obras completas, v. 4).
- FERENCZI, S. *Elasticidade da técnica psicanalítica* (1928). São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 25-36. (Obras completas, v. 4).
- FERENCZI, S. *Masculino e feminino* (1929). São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 37-46. (Obras completas, v. 4).
- FERENCZI, S. *Princípio do relaxamento e neocatarse* (1930). São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 53-68. (Obras completas, v. 4).

Recebido em: 17/10/2014
Aprovado em: 21/10/2014

SOBRE O AUTOR

Carlos Mario Alvarez

Psicanalista. Psicólogo, PUC Rio.
Mestre em teoria psicanalítica, UFRJ.
Doutor em literatura, PUC Rio.
Professor convidado de Paris 2, Ciffop.
Membro fundador e titular da Formação Freudiana.

Endereço para correspondência

Av. Ataulfo de Paiva, 1251, sala 609 - Leblon
22440-034 - Rio de Janeiro - RJ
E-mail: <carlosmario@terra.com.br>

Preso pelo ato, condenado à palavra: um olhar psicanalítico

Arrested by the act, condemned to the word: a psychoanalytical view

Esperidião Barbosa Neto
Maria Consuelo Passos

Resumo

O objetivo deste artigo é fazer uma articulação do ato à palavra, como próprios da condição humana, considerando a predominância de um deles em detrimento da disfunção do outro, e a dinâmica da palavra no contexto clínico. A partir do enredo da peça *Le Profe*, escrita por Dopacne, trabalhamos o sentido do *ato*, segundo a teorização de Freud e de Lacan; apresentamos a noção de *ato*, desde os supostamente inocentes e despropositados aos de força destrutiva, e enfocamos a palavra como possibilidade de representação do ato, no contexto clínico, necessária a uma nova ordem do ponto de vista do tratamento.

Palavras-chave: Ato, Compulsão à repetição, Fala, Linguagem, Psicanálise.

*Estamos feitos desse ato x
pelo qual o nó já está feito.*

LACAN

Introdução

Do ponto de vista clínico, o ato e a palavra são inerentes ao humano. Não é fácil apreender esses conceitos a partir apenas de uma teorização, sobretudo para os que não exercem a clínica. O apoio de material criativo no campo das artes a princípio é sempre apropriado. Freud faz várias referências a autores criativos nos seus escritos teóricos: *Delírios e sonhos na "Gradiva"*, de Jensen (FREUD, [1907] 1976), *Escritores criativos e devaneio* (FREUD, [1908] 1976), além de *Édipo Rei*, de Sófocles, para explicar o *complexo de Édipo*. No caso Dora, Freud afirmou:

[...] no campo dos atos sintomáticos a observação psicanalítica também tem de conceder prioridade aos escritores criativos.

Ela só pode repetir o que eles já disseram há muito tempo (FREUD, [1901] 1976, p. 259).

Lacan ([1958-1959] 2002) utilizou *Hamlet*, de Shakespeare, para explicar a força do desejo e seus efeitos, em se tratando da condição humana. Essa temática é relevante na medida em que se põe em questão a motivação do ato e o recurso terapêutico da palavra.

O objetivo deste artigo é fazer uma reflexão a respeito do sentido do *ato* e a função da *palavra*, na perspectiva psicanalítica, articulando-os entre si, a partir do enredo da peça *Le Profe*. Primeiro, trabalharemos 'o sentido do ato', segundo os conceitos freudianos e a teorização de Lacan: 'o ato que falha, o ato que impera e o ato que destrói', articulando

este último à peça. No segundo momento, enfocaremos 'a palavra como função de sentido', no contexto da clínica, considerando o ato que chega ao seu extremo e a palavra como Lei, que o substitui – seguindo a dinâmica do que se apresenta na encenação do texto teatral. Nossa conclusão é de que o sujeito é vulnerável, enquanto indissociável de um saldo de excitação que o condena – como destino –, e por se encontrar condenado à palavra, esta como único recurso que o absorve, por isso tendo que exercê-la por toda a vida.

Le Profe, do dramaturgo belga Jean-Pierre Dopagne, tem sido representada em vários países. Foi encenada no Rio de Janeiro, em 2013, com o nome de “Prof! Prof!”, pela atriz Jandira Martini, dirigida por Celso Nunes. É um monólogo: uma professora de literatura que, frustrada com os acontecimentos da sala de aula, toma uma atitude radical e irreparável – comete um crime contra os alunos, pelo qual foi condenada. A pena a cumprir é inusitada.

1 O sentido do ato na psicanálise

Ato é gesto dirigido ao outro, esvaziado de palavra. A força de sua intensidade persiste causando estranheza ao próprio sujeito. Pode ser manifestação subjetiva do cotidiano, considerada banal, ou gesto impactante e ameaçador do equilíbrio psíquico, e até expressão de efeito violento contra a vida, do outro ou de si. Esta última na ordem do além do princípio de prazer, efeito de experiências traumáticas, na condição de afetos não representados.

O ato precede o sujeito. O primeiro grito humano pode ser pensado como ato de estranheza, vazio de representação frente ao mundo caótico. Imerso na dimensão da linguagem, o bebê se esforça para nela se conduzir, até que toma a palavra, mas o faz precariamente, de modo a nunca se desfazer do ato, porque as palavras não dão conta. Mesmo tendo se constituído pela linguagem, ele não se emancipa de um saldo remanes-

cente de excitação, que perdura, por isso não tem controle sobre seu destino, nem pleno conhecimento de si mesmo.

O sujeito não pode prever suas ações, ele fala e não sabe o que diz:

[...] quando falamos somos sempre levados além de nós mesmos. [...] na medida em que se quer dizer algo, se produzem incidentes, as coisas nunca vão bem (MILLER, 2002, p. 33).

O querer é impotente, e as intenções são suplantadas pelo desejo, as coisas não se “encaixam” no plano da razão: há tropeços, atos falhos, um sentido excedente – não cogitado –, a linha do dizer intencional é perturbada.

O ato não acontece por acaso. Os eventos psíquicos são postos em movimento por um certo nível de tensão, e o trabalho do aparelho psíquico consiste em conter esse fluxo pulsional no sentido de ligar afetos a representações. A vida psíquica equilibrada situa-se na fronteira entre alguma excitação, e o excesso dela, um nível nem muito elevado, nem de modo que possa se esgotar completamente. Mas a pulsão não cessa de produzir tensão, da qual o sujeito não pode fugir (FREUD, [1915] 1974), sobretudo quando se trata de magnitude excessiva às condições de domínio do aparelho. O recalque é uma forma de defesa, pela qual a ideia incompatível com o eu, carregada de tensão, é banida da consciência.

A princípio, a pulsão se compõe de uma representação (ideia) associada ao afeto (*quantum* de excitação). O recalque atua apenas sobre a representação, banindo-a da consciência, e o afeto fica desagregado. Freud ([1915] 1974) ensina que o recalque ocorre por uma força conjunta: de um lado, o representante da pulsão é rejeitado pelo sistema consciente; do outro, o recalque original, a partir do inconsciente, atrai a representação refutada pelo consciente. Uma vez tornadas inconscientes, as representações se organizam, articulando-se umas às outras, e dão origem a seus derivados. Esse conteúdo, diz

Freud ([1915] 1974, p. 172), se expande com abundância e esbanjamento, “prolifera no escuro”, assume formas extremas de expressão, de modo que, se apresentado à pessoa, causaria terrível estranheza e susto, pela perigosa força com a qual opera. Sua tendência é voltar à dimensão consciente, e não perde oportunidade nessa insistência; por outro lado, seu retorno aumentaria drasticamente a sensação de desprazer, tornando-se insuportável o nível de tensão. Nesse conflito, retorna o recalcado dissimuladamente, em forma de *ato*, um dos meios possíveis de se manifestar sem que se revele à consciência.

Atos que falham

“Atos sintomáticos” foi o termo utilizado por Freud para se referir a manifestações inconscientes que perturbam o curso das atividades conscientes, no cotidiano: troca-se uma palavra por outra ou o nome de alguém; a pessoa não se dá conta da rua na qual deveria entrar e passa direto. São sintomas que representam algum tipo de conflito, negação de uma situação traumática ou revelação de algo subjacente que não era para aparecer. Freud ([1901] 1976, p. 262) exemplifica: as melodias que se cantam,

[...] não intencionalmente, e com frequência, sem se notar o que está fazendo. A partir de uma observação apurada, o sujeito poderá [...] descobrir a relação entre as palavras da canção e o assunto que está ocupando sua mente.

O ato surge de forma automática, e a pessoa se nega a lidar com sua significação: “um incidente”, “apenas troquei as coisas, sem intenção”. Tomado como algo inocente, não merece atenção; por outro lado, esse material é da maior importância para a psicanálise:

[...] essas ações, sobre as quais a consciência nada sabe ou deseja saber, de fato dão expressão a pensamentos e impulsos inconscientes, e são, portanto, valiosíssimos e instrutivos

como manifestações do inconsciente que não puderam vir à tona (FREUD, [1905] 1972, p. 74).

Isso quer dizer que há algo à revelia do pensamento, que determina a escolha das palavras utilizadas e que a intenção apenas transparece o sentido mais profundo do ato. Cada ato deve ser visto no seu contexto.

Destacamos as observações de Freud quanto ao caráter inconsciente do ato. A pessoa não conjectura sobre si mesma, ela não tem ciência do modo como está agindo e pode se ver no outro:

[...] é fato bastante comum os pacientes encontrarem em outras pessoas ligações que, devido a suas resistências emocionais, não percebem em si mesmos (FREUD, [1905] 1972, p. 76).

Quando se apresentam conclusões sobre os atos sintomáticos à própria pessoa, é natural sua indignação e esforço em negar qualquer fundamento ou intencionalidade das suas ações, queixando-se de ter sido mal entendida pelo outro. Não adianta convidar o sujeito a pensar sobre seu ato.

O ato é falho porque não se realiza, ele apenas se apresenta em parte, e obscuramente. A professora da peça em questão não levou em conta seus deslizes como efeito das contrariedades e tinha a convicção de se manter no equilíbrio. Porém, para Freud o conflito não se dissipa, apenas as impressões desagradáveis são ignoradas, esquecidas com facilidade, sobretudo restos de desejo da infância:

[...] a memória tem aversão por recordar tudo que está em conexão com sentimentos de desprazer e com a reprodução daquilo que renova o desprazer (FREUD, [1917] 1976, p. 95).

Atos que imperam

Atos sintomáticos são, a rigor, aqueles mais simples, que passam despercebidos. Não são acompanhados de perplexidade, não preci-

sam de justificativas pelo sujeito: mexer as moedas que estão no bolso, rabiscar no papel. Por outro lado, Freud observou, na sua reformulação teórica de 1920, que há outro tipo de ato, acompanhado de intenso sofrimento, o qual a pessoa repete. A vida psíquica não se reduz a uma busca de prazer e fuga ao que é desagradável:

[...] estritamente falando, é incorreto falar na dominância do princípio de prazer sobre o curso dos processos mentais. [...] a experiência geral contradiz completamente uma conclusão desse tipo (FREUD, [1920] 1976a, p. 20).

Esses atos representam a força de afetos sem representação, que geram a compulsão a repetir, uma pulsão que não circula nem se esgota. A pessoa não se lembra da experiência traumática, ela revive presentificando-a em ato, e dá-se a “paixão” pelo círculo repetitivo, impedindo a simbolização. Na análise, julga o analista como causa do seu sofrimento.

Freud nos ensina que a força compulsiva da repetição é gerada pelo déficit compreendido entre o que a pulsão objetiva e o que é conseguido, isto é, o impulso é gerado à proporção da insatisfação pulsional. Lacan (1985) chama de “automatismo de repetição” os atos compulsivos originados do trauma, signos que retornam repetindo-se sem sentido algum. Os significantes retornam como repetição dos símbolos, portanto sem articulação em cadeia.

O ato compulsivo é o que impera, determinando a pessoa. Ele fala pelo sujeito. Possivelmente a professora não pôde avaliar a força dos seus atos, suficiente para desestabilizar a vida psíquica. Ela os relevou, tolhendo alguns efeitos da compulsividade, sob a ilusão de tê-los sob controle, a ponto de seu ato perder de vez o vínculo com a palavra.

Atos que destroem

O ato que destrói é aquele que chega a seu extremo, um desfecho trágico; está vincula-

do à pulsão de morte e a própria morte. O aparelho psíquico se torna impotente no trabalho de simbolização perante o fluxo pulsional; o sujeito, escravo da pulsão, não detém a palavra. Na compulsividade, segundo Hanns a pessoa está condenada a realizar a pulsão para além de sua vontade; algo exige dela agir em certa direção,

[...] tal qual o suco de uma fruta que, de tão espremida, é obrigado a escoar pelas incisões feitas na casca [...], o sujeito só pode escapar da pressão agindo na direção para a qual foi forçado (HANNIS, 1996, p. 101-102).

No ato pulsional não há espaço para associação que conduza ao simbólico, é a ordem do Real, difícil de suportar, mas que determina o sujeito. No ato(atar) do nó borromeano, diz Lacan ([1974-1975] 2002), a dimensão do Real adquire consistência, incidindo sobre o simbólico, ofuscando-o; o nó se estreita, contraindo-se o simbólico e o imaginário.

A professora, em *Le Profe*, metralhou os alunos. O que inicialmente se manifestava como simples atos que não triunfaram, porque apenas se davam no âmbito puramente subjetivo e sem credibilidade, foi se avolumando, acumularam-se restos de coisas não ditas. O pote de mágoas adquiriu consistência a partir da trama dos afetos inconscientes, esgotaram-se todas as possibilidades da palavra, até que o eu se viu em conflito, e deu-se o ato extremo.

O pai da professora, simples agricultor, havia posto a filha num bom colégio, à custa de grandes esforços. Ela se tornou docente, com o sonho de dar continuidade ao modelo da escola de sua infância, que fazia do ensino uma relação de encanto entre professor e aluno. Havia se inspirado numa professora de tempos passados, no ambiente escolar e estimulante, e tinha o saber como uma paixão. Agora queria compartilhar o sonho com seus alunos: juntos, se maravilharem com o saber dos grandes autores, o prazer da literatura. Porém, os alunos praticavam todo tipo

de engenhosidade no sentido de destituir o ensino, um desinteresse generalizado pela falta de atenção, ignorância de possibilidades.

O trágico vincula-se à força incontida do desejo. Para Freud ([1913] 1974) e Lacan ([1958-1959] 2002) a força do desejo é suficiente para desenlaçar a tragédia (morte) e, paradoxalmente, possibilitar uma nova ordem (vida). Isto é, o desastre de grandes proporções causa perdas e muito sofrimento, no entanto é suficiente para edificar um saber sobre si mesmo. Rocha (2011, p. 46) diz que a tragédia chama o homem à responsabilidade sobre seus atos, mas de modo a poder moderar-lhe os sofrimentos. Nela, o homem se depara com sua condição de desamparo: “[...] o trágico põe em evidência a confrontação do homem com a dureza e inexorabilidade de seus limites”.

Pensamos, do ponto de vista clínico, a tragédia individual. Nela a elaboração pode ocupar o lugar da tragédia, desde que se antecipe ao desfecho trágico. É o caso do “fort-da” freudiano (FREUD, [1920] 1976), pelo qual a criança cria mecanismos para elaborar a experiência do trauma, dominando-a – uma forma ativa do que viveu na passivamente. Os atos, desde os que falham aos que destroem, podem se tornar aliados do tratamento, uma vez mediados pela palavra. A pena prescrita à professora condenada não se reduzia à clausura, o ato tinha que ser representado.

2 A palavra como função de sentido

Encarcerada, a professora deveria ir até o teatro, todas as noites, para relatar a história do crime – o que levou a cometê-lo. Sua missão: repetir, através da fala, aquilo no qual se havia implicado; o ato em vias de ser tomado pela palavra. Lacan ([1974-1975] 2002; [1964] 2008) disse que “o inconsciente conta”, isto é, toda a rede de linguagem que antecede o sujeito, e o determina, é levado em conta no ato: “isso conta”; e, “no contado está o contador”.

O sujeito é feito de linguagem, esta o afasta da condição predominantemente biológica. Instala-se o desejo, expressão da falta. O sujeito é marcado pelo desejo do Outro, que se faz seu, e como a palavra não dá conta da sua revelação nem do preenchimento da falta, ele se faz em ato. O discurso do sujeito é composto por versões do seu ato, sob interstícios de lacunas (omissões) e acréscimos – cada fala contém esquecimentos e adição de novos elementos. A palavra, desde que na sua autenticidade como função terapêutica, conduz à instância inconsciente – Outro –, lugar do sentido. É por fechamentos e aberturas do inconsciente que um Outro saber se apresenta, cuja elaboração faz perder a consistência do ato, dando lugar à palavra.

O sujeito é responsável pelo seu desejo, embora este se dê à revelia. A psicanálise não culpa o sujeito, ela o chama à responsabilidade pelo seu ato que, quanto mais solidificado, mais distante da palavra se encontra, tornando-se tão estranho quanto indomável. A palavra, na análise, funciona como Lei na medida em que detém a pulsão desgovernada, enfraquecendo o ato. Ao nomeá-lo, a palavra o substitui.

No contexto clínico, o ato pode ser escutado, ainda que não através da verdadeira palavra, mas pela ação. A narrativa, por associação livre, contorna o afeto sem representação, e o endereçamento ao outro – à pessoa do analista – se constitui endereçamento ao Outro simbólico, de modo que o próprio sujeito escuta a si mesmo e pode questionar sua problemática. Nisso consiste a possibilidade de domínio do ato pela palavra.

Desde o princípio de suas pesquisas, Freud se apoiou na palavra como recurso terapêutico, não apenas porque ela constituiu o sujeito, mas porque pode reconstituí-lo. No *Projeto para uma psicologia científica* (FREUD, [1895] 1977) ele afirma que a mãe, ao cuidar do bebê, o leva à organização psíquica em meio ao caos pulsional, de modo que o disperso adquire forma. A mãe o faz pelo olhar, sorriso, gestos e sobretudo por pa-

lavras. A palavra que contorna os afetos sem representação, capaz de nomeá-los, torna-se Lei. Segundo o registro mitológico da criação, no Gênesis, a palavra organizou aquilo que era até então disperso, dando sentido ao mundo: “faça-se”, e tudo se fez. No desenvolvimento da criança, a função do Pai separa a mãe do bebê, no momento fálico (LACAN, 1998); pela palavra, o pai institui a Lei, que determina o sujeito como ser de linguagem.

Na peça em questão, contar repetidamente como se dava o desinteresse dos alunos é contornar a circunstância do ato, trazê-lo à palavra. Somente assim ele pode ser contado, levado em “conta” – o ódio, até então silenciado, passa à ordem da palavra. “Por que o ato?” E o desinteresse dos alunos? Deve haver uma história em cada um deles, assim como há uma história no percurso da professora. Como fazer para dar a palavra a cada sujeito?

Ao contar e recontar seu crime e a história dele, a palavra da professora contorna o que não pôde ser dito – e deve ser consumado. A palavra, desse modo, enquanto se encaminha ao outro e ao Outro, contorna o impossível de ser dito e de ser suportado, podendo nomeá-lo. Ela é capaz de produzir furo no Real (LACAN, [1974-1975] 2002), e o faz ao sobrepor a dimensão do Imaginário. Em outro texto, Lacan ([1964] 2008) teoriza que por trás do *Autômaton*, na repetição, há a *Tiquê*, esta como encontro com o Real, um encontro falho. Isto é, um encontro que não se dá porque é impossível o acesso do sujeito à situação do trauma, mas que, pela repetição, surge a novidade, um acontecimento no campo da articulação simbólica.

No teatro tudo acontece, assim como na análise, pela via da fala. Lacan ([1974-1975] 2002) distingue, até certo ponto, o dizer do blá-blá-blá. “Até certo ponto” porque do blá-blá-blá pode surgir um dizer. O dizer é aquilo que faz nó; quando o inconsciente diz, é quando há a palavra autêntica. Na livre associação, pelo blá-blá-blá, há muita palavra que desliza, deixa deslizar, de modo que não há cadeia, e tudo se dá numa única dimen-

são, a do Real, do Imaginário ou do Simbólico. Não há conflito, nesse caso, porque falta trânsito entre as dimensões. A intervenção do analista ocorre no sentido de não deixar a palavra deslizar, simplesmente: o analista leva o sujeito a fazer nó. No ato(atar) se encontra principalmente o Real, assim como a possibilidade de alguma articulação simbólica. Por isso, o papel do analista é fazer nó ou, o que dá no mesmo, levar o analisante a fazê-lo. O enodamento se dá com o impacto. Uma corda solta, diz Lacan, desliza no espaço, aleatória e dispersamente; disso inferimos: uma corda enodada impõe um trabalho ao sujeito, o que produz efeito de sentido, isto é, um dizer, porque nele está implicado o inconsciente. Sob a tensão do nó, o sujeito se vê em peleja com o Real:

[...] o efeito de sentido a se exigir do discurso analítico não é Imaginário, não é também Simbólico, é preciso que seja Real. [...] se está habituado a que o efeito de sentido se veicule por palavras e não sem reflexão, sem ondulação imaginária (LACAN, [1974-1975] 2002, p. 76).

O efeito de sentido, no nó borromeano, se encontra na junção do Simbólico com o Imaginário. A análise é um processo distinto das outras psicoterapias, ela trabalha o sujeito no campo do além do princípio de prazer, no confronto com o Real, em vez do apaziguamento na ordem do princípio de prazer. Se o efeito de sentido se produzisse no campo do simbólico, bastaria o analista ‘dizer’ para o analisante, e pronto. Não seria necessário o ‘mergulho’ no inconsciente.

Le Prof pode ser pensada como uma encenação em dois palcos: um consciente, outro inconsciente. No primeiro, o sujeito repete o mesmo texto, toda noite, no mesmo lugar, enquanto os que o escutam se prendem ao repetido. O palco inconsciente não é visto, ele está além, muito além de quem fala – na cena – e de quem escuta. Nele se encontram não apenas os feitos do indivíduo, segundo

o que ele conta, mas também os que julgaram pelo seu crime e todos os elementos que antecederam as cenas, avançando-se à anterioridade do sujeito e dos juízes, como existentes. Nesse palco inconsciente, inúmeras conexões podem ser feitas, porque ali há o código, ou a senha, dos acontecimentos, e que, por isso, pode produzir alguma articulação simbólica. Na medida em que se utiliza da palavra, o sujeito do palco consciente tem possibilidades de engendrar essas conexões do outro palco, mesmo sem o saber, de modo que, enquanto no palco consciente há repetição, no do inconsciente se faz a diferença.

Acreditamos que a absolvição da professora condenada se dará na medida em que a repetição possa ter produzido algo de não repetição, isto é, quando a diferença articulada no palco do inconsciente puder emergir, a tal ponto de o palco consciente não mais precisar repetir, não mais ser capaz do ato – como o fizera – mas da palavra. Porque professor não é aquele que ensina, fazendo, ditando, entregando fórmulas ou proferindo doutrinação; professor é quem, pela palavra, propõe elementos que deem subsídios para que o outro possa fazer conexões, e esse outro aprende na medida em que toma também a palavra.

Considerações finais

Nenhum homem é dono de si mesmo, por se encontrar preso ao ato, enquanto força inconsciente e determinante. Ao mesmo tempo, ele é responsável pelo ato: deve arcar com suas consequências e tem que passar toda a vida utilizando-se da palavra em função de reparar o ato, cuja fonte que o gera é inesgotável, porque é pulsional.

Cada homem se encontra preso pelo ato – ligado a ele –, por natureza: “estamos feitos desse ato x pelo qual o nó já está feito” (LACAN, [1974-1975] 2002, p. 153). Por isso, cada um, tendo se inserido na ordem da linguagem, há que pagar um preço: recorrer à palavra, passar a vida fazendo uso dela, ainda que não dê conta, não seja suficiente.

Somente assim o ato perde a consistência, e o mundo o é por palavras.

“Preso pelo ato e condenado à palavra”, é o destino e a saga de todo sujeito, desde o nascimento. O bebê, regido pelo ato inocente porém humanizado, tem pela frente o exercício da palavra, a vida inteira. O homem grande não se desvencilha dessa herança, dá continuidade ao mesmo labor. Na condição de existente, ele tem que representar. Portanto, a tarefa do sujeito, como ser de linguagem, é se esforçar, por toda a existência, no sentido de se apossar da palavra: “aquilo que herdastes, adquira-o para poder possuí-lo” (GOETHE).

Abstract

The purpose of this paper is to make an articulation of the action to the word, both proper to the human condition, considering the predominance of one over the dysfunction of the other, and the dynamics of the word in the clinical context. From the plot of the play Le Professe, written by Dopagne, we work the meaning of the act, according to the theory of Freud and Lacan; we present the notion of act, from the supposedly innocent and unreasonable to the destructive force, and we focus on the word as a possible representation of the act, in the clinical setting, necessary to a new order from the point of view of the treatment.

Keywords: Act, Compulsion to repeat, Speech, Language, Psychoanalysis.

Referências

FREUD, S. Além do princípio de prazer (1920). In: _____. *Além do princípio do prazer, psicologia de grupo e outros trabalhos* (1920-1922). Direção-geral da tradução de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1976. p. 13-85. (Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud, 18).

FREUD, S. *Conferências introdutórias sobre psicanálise* (Partes I e II) (1915-1916). Direção-geral da tradução de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1976. p.

27-101. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 15).

FREUD, S. Delírios e sonhos na “*Gradiva*” de Jensen (1907 [1906]). In: _____. “*Gradiva*” de Jensen e outros trabalhos (1906-1908). Direção-geral da tradução de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1976. p. 13-98. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 9).

FREUD, S. Escritores criativos e devaneio (1908 [1907]). In: _____. “*Gradiva*” de Jensen e outros trabalhos (1906-1908). Direção-geral da tradução de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1976. p. 147-158. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 9).

FREUD, S. Fragmento da análise de um caso de histeria (1905 [1901]). In: _____. *Um caso de histeria, três ensaios sobre a teoria da sexualidade e outros trabalhos* (1901-1905). Direção-geral da tradução de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1972. p. 1-119. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 7).

FREUD, S. Os instintos e suas vicissitudes (1915). In: _____. *A história do movimento psicanalítico: artigos sobre metapsicologia e outros trabalhos* (1914-1916). Direção-geral da tradução de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1974. p. 129-182. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 14).

FREUD, S. Projeto para uma psicologia científica (1950 [1895]). In: _____. *Publicações pré-psicanalíticas e esboços inéditos* (1886-1889). Direção-geral da tradução de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1977. p. 381-517. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 1).

FREUD, S. *Sobre a psicopatologia da vida cotidiana* (1901). Direção-geral da tradução de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1976. p. 166-192. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 6).

FREUD, S. Totem e tabu (1913). In: _____. *Totem e tabu e outros trabalhos* (1913-1914). Direção-geral da tradução de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1974. p. 20-194. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 13).

HANNIS, L. *Dicionário comentado do alemão de Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

LACAN, J. *Escritos*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

LACAN, J. *O seminário, livro 6: o desejo sua interpretação* (1958-1959). Associação Psicanalítica de Porto Alegre (circulação interna, publicação não comercial), 2002.

LACAN, J. *O seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise* (1964). 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

LACAN, J. *O seminário, livro 2: o eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise* (1954-1955). Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

LACAN, J. *Le Séminaire, livre VI: R.S.I.* (1974-1975). Paris: Éditions de l'Association Freudienne Internationale. Publication hors commerce, 2002.

MILLER, J-A. *Percurso de Lacan: uma introdução*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

ROCHA, Z. *O desejo na Grécia antiga*. Recife: Ed. UFPE, 2011.

Recebido em: 30/09/2014

Aprovado em: 21/10/2014

SOBRE OS AUTORES

Esperidião Barbosa Neto

Professor da Universidade Federal de Alagoas. Especialista em filosofia política, psicologia social e psicopedagogia. Mestre em psicologia clínica. Doutor em psicologia clínica, linha de pesquisa psicopatologia e psicanálise pela Universidade Católica de Pernambuco.

Maria Consuelo Passos

Professora do Programa de pós-graduação de psicologia clínica da Universidade Católica de Pernambuco. Mestre em psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Doutora em psicologia social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, estuda psicanálise e cultura, processos de amadurecimento humano e psicodinâmicas da família.

Endereço para correspondência

Esperidião Barbosa Neto

Rua Clementino do Monte, 317, ap. 303 - Farol 57055-190 - Maceió - AL
Telefone: (82) 9994-8906
E-mail: <esperidiao.bn@ig.com.br>

Maria Consuelo Passos

Rua Zeferino Galvão, 100, ap. 903 - Boa Viagem 51111-110 - Recife - PE
E-mail: <mariaconsuelopassos@gmail.com>

Recalque versus inveja: beijinho no ombro

Repression versus envy: a little kiss on the shoulder

Fernanda Nunes Macedo

Resumo

As palavras, por mais que saibamos sua etimologia e das circunstâncias de seus usos, possuem um aspecto que encontramos no interior da própria linguagem: a produção de sentidos. Sendo assim, elas se destacam de sua origem e significam, por vezes, opostos, como é possível perceber no bordão “beijinho no ombro pro recalque passar longe”, criado pelos autores Vianna, Vieira e Pardal (2013) na música brasileira *Beijinho no ombro*. O presente estudo tem como propósito apresentar as diferenças de conceitos de dois termos que têm sido frequentemente vinculados como sinônimos: recalque e inveja.

Palavras-chave: Psicanálise, Recalque, Inveja.

Considerações iniciais

Quem nunca ouviu pessoas conhecidas ou até desconhecidas nas ruas, nas redes sociais e nos programas de entretenimento dizendo enfaticamente “sai, recalçada” ou fazendo referência ao bordão da música criada por Vianna, Vieira e Pardal (2013) ao beijar o próprio ombro e dizer “beijinho no ombro pro recalque passar longe”?

É possível perceber que de forma abrupta os termos “recalque” e “recalcado(a)” começaram a ser usados de modo frequente e usual. Parece que em questão de dias grande parte da sociedade começou a entender da teoria do campo clínico, que tem como foco o estudo da psique humana. No entanto, a escuta mais detalhada permite observar que esses termos comumente verbalizados pela população não se assemelham ao conceito proposto pelos grandes pensadores da psicanálise. O que se percebe é uma reprodução em massa de bordões citados em novelas e músicas que ganharam espaço na mídia e nas redes sociais. Quase que de um dia para o outro o conceito de recalque ficou atrelado ao de inveja e, dessa forma, é comum observar a multiplicação de pessoas que reprodu-

zem esses termos como forma de caricaturar o outro.

A proposta do presente artigo é fazer um levantamento teórico das diferenças conceituais dos termos citados, para que assim fique possível visualizar o caminho que tem levado a sociedade a criar conexões de sinônimos.

Recalque

Desde o princípio de seus estudos e investigações, Freud se preocupou em entender a formação e o funcionamento dos mecanismos de defesa do aparelho psíquico tanto para a neurose quanto para a psicose: *verdrängung* (recalque) para a neurose e *verwerfung* (forclusão) para a psicose (KUSNETZOFF, 1982). Cabe salientar, que o segundo conceito não é foco deste estudo.

Verdrängung é considerado o primeiro mecanismo de defesa investigado por Freud e serve como modelo para a construção de outros mecanismos de defesa mais complexos. Na fase inicial de suas investigações, trabalhando com a neurose histérica, Freud estava preocupado em entender os mecanismos que poderiam explicar os esquecimen-

tos. Freud atribuía a autoria desse conceito a ele próprio, mas em 1914, quando publicou *A história do movimento psicanalítico*, reconheceu que a ideia já havia sido pensada pelo filósofo Arthur Schopenhauer, na obra apresentada a Freud por Otto Rank, *O mundo como vontade e como representação* (ROUDINESCO; PLON, 1998).

A teoria psicanalítica explica que o recalque é o processo automático que mantém fora da consciência, impulsos, ideias ou sentimentos inaceitáveis, os quais não podem se tornar conscientes através da evocação voluntária. O recalque é um dos mais importantes mecanismos de defesa do ego e é utilizado desde os primeiros anos de vida para protegê-lo da angústia originada dos conflitos psíquicos. É um mecanismo de defesa básico e precede a maioria dos outros, os quais, em geral, funcionam como reforços ou adjuntos, quando o recalque é incompleto (LEITE, 2009).

Descrevem-se três momentos do recalque. O primário consiste na perpetuação no inconsciente de material que nunca foi consciente, como os impulsos não organizados do id e as primitivas experiências infantis, por exemplo, o próprio nascimento. O secundário é a expulsão automática da consciência de conteúdos do ego, que não podem ser conservados dentro dos limites do pré-consciente sem ser uma ameaça para a integridade do sujeito. E, por último, o retorno do recalçado, onde o material estará, a todo o momento, tentando encontrar um caminho que possibilite o retorno à consciência (LEITE, 2009).

O segundo momento do recalque explana que nem todas as tendências e desejos que nos habitam são admitidos à consciência clara – os que não o são têm o inconsciente como seu lugar natural. O material inconsciente é primitivo e permanece assim porque é intolerável ao eu consciente. É possível considerar que dentro de cada sujeito existe um guardião responsável por velar a entrada do salão onde está sediada a consciência. Ele

recalca os desejos inaceitáveis, as ideias atormentadoras, que não se poderiam admitir no salão visível da consciência (SCHLACHTER; BEIVIDAS, 2010).

O sujeito utiliza-se do recalque para manter fora da vista da consciência o que ela não poderia ver, para que ela sequer suspeite da presença dos habitantes do seu inconsciente. O guardião é um porteiro inconsciente, cujo papel tende à boa ordem, à paz e ao equilíbrio da consciência, mas cuja função de censor é recalcar no inconsciente para que permaneçam aí, sem exame e fora da vista da consciência, tendências às quais a consciência não pede razões (SCHLACHTER; BEIVIDAS, 2010).

Freud ([1915] 1996) considera que a função do recalque consiste em manter os desejos inadmissíveis impedidos de passar do sistema inconsciente para o pré-consciente. Ao manter esses desejos no campo do inconsciente, o sujeito nem sabe que os possui ou os carrega.

O guardião não é um sábio que renunciaria à realização de desejos considerados utópicos, perigosos, imorais, sem valor: o recalque não é a renúncia; é uma tentativa de salvação, de defesa. Observando a premissa de que o material recalçado permanece no aparelho psíquico, o retorno desse material do inconsciente para o consciente poderá ocorrer de forma disfarçada, através dos atos falhos, sonhos, chistes e sintomas (SCHLACHTER; BEIVIDAS, 2010).

Freud ([1915] 1996) afirma que a força do recalque exige um gasto de energia constante, uma vez que o material recalçado exerce pressão contínua para se tornar consciente. Através desse duelo ocasionado pela existência da censura, que impede a manifestação consciente das ideias e desejos recalçados, é que surgem os sintomas, que aparecem como substitutos de algo que foi afastado pelo mecanismo de defesa.

A análise tem como intuito trabalhar as resistências que tentam manter fora da consciência as representações tidas como amea-

çadoras. As ideias ou os impulsos desagradáveis são não apenas expulsos da consciência como também forçados a permanecer fora. O analista deve ajudar o analisando a trazer esse material para o consciente, a fim de enfrentá-lo e interpretar seus significados (LEITE, 2009).

Inveja

A visão psicanalítica defende que a inveja é um impulso causado pelo ódio, que já se encontra presente no indivíduo desde a mais tenra infância. A inveja é o ódio que afeta o homem de tal modo que ele se entristece com a felicidade de outro e se alegra com o mal do outro. Geralmente, ela diz respeito ao desejo de possuir ou gozar do que é possuído por outrem (TRINCA, 2009).

Para Klein (1991) a inveja é o sentimento raivoso que um sujeito nutre ao perceber que outra pessoa possui e desfruta de algo que ele deseja, e o impulso invejoso é tomar ou estragar esse objeto de desejo. O aspecto destrutivo está sempre presente na inveja e, para a teoria kleiniana, os impulsos destrutivos operam desde o começo da vida – na relação do bebê com o seio.

Segundo Trinca (2009) a inveja cria impulsos negativos que têm como intenção destruir ou se apoderar dos bens de outra pessoa, para acalmar uma pulsão de morte do sujeito. A inveja tem por substrato o ódio consciente ou inconsciente do indivíduo voltado contra si mesmo por causa de lacunas, falhas ou faltas que se tornam insuportáveis na comparação com outras pessoas. Ainda conforme o autor, a inveja é a intensificação do ódio, podendo assim ser considerada um sentimento. Esse sentimento é intensificado quando o indivíduo se sente desestabilizado devido a um complexo de inferioridade em relação a um ou mais indivíduos.

O indivíduo se culpa por se sentir inferior e fantasia com aquilo que lhe faz falta. Acredita ser merecedor daquilo que fantasia, e quando a realidade não lhe proporciona o que ele sente ser merecido, o ódio e a humi-

lhação são projetados para um sujeito que o indivíduo não considera estar ao seu nível, por isso não tem direito a ter aquilo que este não tem (TRINCA, 2009).

Klein (1991) considera que a pessoa invejosa é insaciável, pois o sentimento de inveja brota de dentro e sempre encontra novos focos de desejo, sendo assim incapaz de ser satisfeito.

Recalque versus inveja

Apesar da conceituação explanada, o termo recalque se tornou popular e vinculado ao sentimento de inveja. A inveja é uma antiga conhecida da nossa cultura, e parece que agora ela surge em todas as ilustrações das redes sociais, nas brincadeiras entre amigos e, é claro, na tradicional provocação alheia; só que com um nome teoricamente novo – recalque – para descrever um padrão comportamental conhecido de todos.

É importante entender, entre outros aspectos, que o conceito de recalque define um mecanismo através do qual o indivíduo tenta eliminar do seu consciente representações que considera inaceitáveis. É um processo ativo no qual o indivíduo tenta manter no nível do inconsciente as emoções, os desejos, as lembranças ou os afetos passíveis de entrar em conflito com a visão que o sujeito tem de si mesmo ou na sua relação com o mundo. A inveja, em contrapartida, envolve o sentimento que o sujeito nutre pela outra pessoa, desejando possuir algo que pertence ao outro, a quem ele julga desmerecedor de tal objeto (FREUD, [1915] 1996).

Considerações finais

“Keep calm e deixa de recalque” é um trecho da música *Beijinho no ombro*. Ao entender que o trecho citado solicita que se tenha calma e deixe de recalque, percebemos uma indiferenciação entre a proposta dos termos recalque e inveja. Com isso, podemos concluir que alguns termos têm sido alvo de artifícios que repercutem na produção de novos sentidos para as palavras e têm gerado

a popularização de conceitos. O recalque foi reconhecido, mas não no sentido habitual da abordagem psicanalítica, que o distingue de inveja.

O crescimento da disseminação instantânea de ideias e bordões pelas redes sociais faz com que se aumente drasticamente a reprodução de novas noções sem que haja ponderações críticas. A sociedade atual percebe o ato de reproduzir como uma forma de produção e dentro desse contexto frases citadas em músicas, seriados, novelas e revistas ganham espaço e reconhecimento, e o valor psicanalítico dos termos se perde por meio da produção baseada no senso comum.

Dessa forma, é possível pensar que o trecho da música *Beijinho no ombro*, popularizado na voz da cantora de funk Valeska Popuzada, que se tornou conhecida pelo bordão “beijinho no ombro pro recalque passar longe”, poderia, do ponto de vista psicanalítico, ser escrito de outra forma, já que o recalque é algo que passa tão longe que o próprio sujeito desconhece.

Beijinho no ombro

*Desejo a todas inimigas vida longa
Pra que elas vejam cada dia mais nossa vitória
Bateu de frente é só tiro, porrada e bomba
Aqui dois papos não se cria e nem faz história*

*Acredito em Deus e faço ele de escudo
Late mais alto que daqui eu não te escuto
Do camarote quase não dá pra te ver
Tá rachando a cara, tá querendo aparecer*

*Não sou covarde, já tô pronta pro combate
Keep Calm e deixa de recalque
O meu sensor de perigete explodiu
Pega sua inveja e vai pra...
(Rala sua mandada)*

*Beijinho no ombro pro recalque passar longe
Beijinho no ombro só pras invejosas de plantão
Beijinho no ombro só quem fecha com o bonde
Beijinho no ombro só quem tem disposição*

Abstract

The words, however we know the etiology and the circumstances of their use possess an aspect which we find inside the language itself: the production of meaning. So, many words stand out from its origin and present new directions, sometimes opposed to the first one. As we can see in the catchphrase “a little kiss on the shoulder to move away from repression” by the authors Vianna, Vieira and Pardal (2013) in the brazilian song “A little kiss on the shoulder”. This study aims to present the differences in concepts of two terms that have often been linked as synonyms: repression and envy.

Keywords: *Psychoanalysis, Repression, Envy.*

Referências

FREUD, S. Repressão (1915). In: _____. *A história do movimento psicanalítico, artigos sobre metapsicologia e outros trabalhos*. Direção-geral da tradução de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Edição eletrônica brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 14). [CD-ROM Versão 2.0].

KLEIN, M. *Inveja e gratidão e outros trabalhos* (1946-1963). Rio de Janeiro: Imago, 1991.

KUSNETZOFF, J. C. *Introdução à psicopatologia psicanalítica*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
LEITE, S. Angústia, recalque e forclusão: algumas notas para a clínica. *Psicanálise & Barroco* em revista, v. 7, n. 1, p. 209-218, jul. 2009. Disponível em: <<http://www.psicanaliseebarroco.pro.br/revista/revistas/13/P&Brev13Leite.pdf>>. Acesso em: 04 jul. 2014.

ROUDINESCO, E.; PLON, M. *Dicionário de psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

SCHLACHTER, L; BEIVIDAS, W. Recalque, rejeição, denegação: modulações subjetivas do querer, do crer e do saber. *Ágora*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, dez. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1516-14982010000200005&script=sci_arttext>. Acesso em: 10 jul. 2014.

TRINCA, W. O sistema mental determinante da inveja. *Revista brasileira de psicanálise*, São Paulo, v. 43, n. 3, set. 2009. Disponível em: <<http://pepsic.org.br>>.

bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S-0486-641X2009000300006>. Acesso em: 01 jul. 2014.

VIANNA, W; VIEIRA, A; PARDAL, L. *Beijinho no ombro*, 2013. Disponível em: <<http://letras.mus.br/valeska-popozuda/beijinho-no-ombro>>. Acesso em: 15 out. 2014.

Recebido em: 16/10/2014

Aprovado em: 21/10/2014

SOBRE A AUTORA

Fernanda Nunes Macedo

Especialista em psicologia organizacional.

Membro candidato à formação em psicanálise pelo Círculo Psicanalítico de Sergipe (CPS).

Endereço para correspondência

Rua José Seabra Batista, 255, ap. 603 - Jardins.

49025-750 - Aracaju - SE

Fone: (79) 9992-2725

E-mail: <fernandanunesmacedo@hotmail.com>

Psicopatologia psicanalítica: subjetividade e alteridade contemporâneas

*Psychoanalytic psychopathology:
contemporaneous and alterity*

Francisco de Assis Duque
Ana Cristina de Araújo Vianna

Resumo

Neste artigo, faz-se uma reflexão acerca dos estudos sobre psicopatologia e sua aplicação no campo psicanalítico ao considerar aspectos da subjetividade e alteridade contemporâneas. Para tanto, abordam-se as modificações da constituição da família na história e a influência dessas modificações na imagem paterna, diferenciando-a da função paterna. Aborda-se também o sintoma enquanto expressão da verdade do inconsciente e o paradoxo do diagnóstico psicanalítico, bem como se discute o enlaçamento do “estranho” com a alteridade.

Palavras-chave: Psicanálise, Psicopatologia, Subjetividade, Alteridade.

Pensar a psicopatologia a partir da psicanálise é um desafio, uma vez que a “psicopatologização” da subjetividade humana está cada vez mais presente no discurso hegemônico na área da saúde mental.

Psicopatologia contém a palavra grega *pathos*, que, em sua origem, possui vários significados. Dois conceitos, bastante diferentes, interessam-nos sobremaneira: o passional, a paixão, a passividade; e o patológico, a doença, presente no diagnóstico médico. A fronteira que separa estas duas perspectivas é frágil e varia de acordo com as épocas e as civilizações (MARTINS *apud* CECCARELLI, 2003, p. 13-25).

Nessa perspectiva, o homem não é responsável por suas paixões, pois não as escolhe. Contudo, torna-se responsável pela influência delas nas suas ações, sendo possível julgar o aspecto ético do sujeito. Essa era a

ideia defendida por Aristóteles. Assim, a virtude estaria naquele que age em harmonia com suas paixões, alcançando o equilíbrio *logos*/paixão. Estaria nessa balança o “crime passional”, assim como as grandes obras, tendo a paixão como impulsionadora desses dois opostos.

No estoicismo, em oposição às teses aristotélicas, as paixões seriam obstáculos ao *logos* e deveriam ser domadas. Elas não poderiam ser usadas para o aprimoramento pessoal, e enquanto o apaixonado estivesse preso ao seu *pathos* (como doença), nada poderia ser feito para ajudá-lo. Dessa forma, não seria ele responsável por seus atos. Qual a saída? Evitar a expressão da paixão e extirpá-la pela raiz (CECCARELLI, 2003).

Há um debate interminável entre esses dois pressupostos, o “normal” e o “patológico”. O *pathos* como causa da conduta do sujeito ou como uma doença que o aliena e que o faz necessitar de cuidados especializados.

Ao se tratar de psicopatologia na psicanálise, tem-se como implicação o desejo recalcado, impregnado de culpa que se inscreve na interação relacional, reflexo do imperativo original do sujeito. Por outro lado, a psicopatologia cunhada como doença tende a reduzir o mesmo como sendo o portador de um mal, ainda que possa ser apenas temporário.

Em ambas as situações, o 'apaixonado' é depositário das mazelas que o envolvem no sentido social e cultural, um ser que denuncia a falta. Isso aconteceu nos manicômios de outrora, e agora, nas ruas, a céu aberto, na vida dos que estão marcados numa sociedade que não os vê.

Ao esboçar os pilares da psicanálise, Freud desvelou a existência do inconsciente que se constrói a partir da realidade externa e abastece a realidade interna. As vicissitudes humanas ao longo dos séculos mostram o enfrentamento do sujeito diante da castração que remete à diferença, à capacidade de superar as frustrações e ressignificar o desejo. Um exemplo disso pode ser visto nos adolescentes que gritam pela falta do simbólico, buscam, na ficção violenta, inscrever-se em um laço social. Talvez estejam num movimento como o das histéricas de outrora, exibindo a paixão à flor da pele. Cabe ainda ressaltar que o imprevisto da paixão, acima descrito, explica-se pelo estranho (*Unheimliche*), ou seja, o estranho que é familiar e também pela alteridade intrínseca na estrutura subjetiva do sujeito.

A psicopatologia na história

Segundo Ferreira (2002), a psicopatologia começou a se estruturar como clínica pelos médicos alienistas a partir do final do século XVIII. Constituiu-se por meio de um discurso científico, utilizando um método de observação e de organização da loucura, numa visão racionalista. Dessa forma, os médicos procuraram se apropriar da loucura como foco da clínica, numa tentativa de dominá-la. Os discípulos seguiam ao lado do

mestre, aprendendo com ele, numa observação direta, o manejo dos distúrbios mentais. Esse modelo de clínica permaneceu no século XIX. No final do século XIX, com as pesquisas de Charcot, a clínica do olhar ganhou força quando ele passou a demonstrar para seus discípulos que podia introduzir e retirar sintomas utilizando o método hipnótico. Tais demonstrações tinham o intuito de mostrar que, no caso das histéricas, as paralisias de membros não provocavam lesões, ao contrário do que os médicos pensavam. Com essa descoberta, Charcot se consagrou como o mestre das histéricas.

Freud, no fim do século XIX e início do século XX, inovou a perspectiva da psicopatologia, trazendo um corpo de conceitos precisos para reconhecer a histeria e a conversão histérica, além de trazer à luz a diferenciação clara da neurose obsessiva e da angústia. Ao desenvolver a metapsicologia, contribuiu para a atual classificação das psicopatologias a partir da perspectiva estrutural, a saber: (a) neuroses de defesa ou transferenciais, nas quais se encontram as histéricas conversivas e fóbicas, as neuroses obsessivas e as neuroses de ansiedade; (b) as psicoses; (c) as perversões; e (d) as afecções psicossomáticas. Tais estruturas são determinadas a partir das fixações em fases do desenvolvimento psicosexual desde os primeiros anos de vida.

A família e a subjetivação na contemporaneidade

Se, de um lado, a *Ética a Nicômaco*, de Aristóteles (a ética das virtudes) é uma ética para todos e questiona o que é bom ou o bem e, por outro lado, a ética de Kant é uma ética do imperativo categórico universal (a ética dos deveres), a ética da psicanálise ocupa-se da singularidade da experiência humana, em um imperativo original. Nesse sentido, trata-se de uma ética do bem dizer gerada na clínica psicanalítica, relativa ao campo da linguagem. É uma prática que envolve o discurso do analista, do suposto saber, no qual o desejo se implica eticamente, não como desejo de

fazer o bem, mas como um operador de um discurso e, pelo lado do analisante, há uma relação da ação do sujeito com o desejo que o habita. Assim sendo, o inconsciente, objeto de estudo da psicanálise, implica-o em seus atos ao revelar as inscrições do desejo nos sintomas, atos falhos, chistes, sonhos, lapsos e esquecimento (AZENHA, 2011). É o desejo recalçado que se representa nessas facetas.

Para a psicanálise, o agente da castração simbólica é o pai e, nesse sentido, fica mais acentuada do que revelada a verdadeira função do pai que é, essencialmente, unir (e não opor) um desejo à Lei (AZENHA, 2011, p. 67).

O enfraquecimento da figura paterna nas novas configurações familiares coloca em xeque, de forma inadvertida, a psicanálise, atribuindo-lhe um caráter ultrapassado. Na contemporaneidade, os novos modos de relações familiares são apontados como indicadores do declínio da função paterna, todavia é a introdução do terceiro na relação dual mãe-bebê que barra o gozo do sujeito e o coloca diante da realidade e da cultura.

Retomada por Lacan, em 1938, a hipótese freudiana da mudança de relações do homem com o pai, nas representações da função paterna e no lugar de filiação como núcleo do sintoma social em nossa cultura tem gerado discussões em torno do enfraquecimento do significativo pai e de seus efeitos nas formas de subjetivação dos sujeitos modernos (AZENHA, 2011, p. 67).

É necessário distinguir claramente os conceitos de “função paterna”, na psicanálise, e de “imagem social do pai”, na cultura. Para Roudinesco (*apud* AZENHA, 2011), a imagem encontra-se relacionada à imagem internalizada da figura paterna, ao passo que a função diz respeito à ordem simbólica e independe da presença ou ausência do pai. Por função, compreende-se o exercício de uma nomeação que permite à criança ter acesso

a uma identidade. No entendimento de Roudolfo (*apud* VITORELLO, 2011), as funções nomeiam os implicados no advir do sujeito, ou seja, aqueles que no processo de constituição psíquica cumprem a função materna, a função paterna e a função de irmãos. Não restam dúvidas das grandes transformações da figura paterna no transcorrer da história. O declínio do sistema patriarcal na modernidade acelerou o enfraquecimento da autoridade do pai e, com isso, as relações sociais e subjetivas sofreram grandes transformações.

Há no sujeito formas de subjetivar de acordo com o meio, familiar e social, em que ele se constitui. De outro modo, a cultura e a época em que o sujeito vive também definem nele as formas de subjetivação. Na Antiguidade, o poder era prerrogativa do homem, o qual ocupou o papel central na família. O direito era muito limitado para as mulheres e as crianças. Durante a Idade Média, a vida das crianças piorou e as mulheres estavam sob o domínio dos homens. Nesse período, a guerra era o principal modo de relação social. Em vista disso, a liberdade de expressão das pulsões e da gratificação dos impulsos se exacerbou nessa época em que as mulheres eram vistas como objeto sexual, sujeitas aos ímpetos dos homens. No período medieval, não havia restrição de circulação da criança no mundo adulto, pois não havia ainda uma diferenciação entre adultos e crianças, nem as famílias eram responsáveis pela educação delas.

Importantes transformações passaram a ocorrer quanto à estrutura social e aos modos de estruturação da personalidade no final da Idade Média e início da Modernidade. A estrutura social monarquista, que se instaurou a partir do século XVII, elege o pai como “o lugar tenente de Deus” (BADINTER *apud* VITORELLO, 2011, p. 9), tornando-se o sucedâneo do rei na família. A família constituída no sistema patriarcal, com sua estruturação hierarquizada e vertical, não estava fundada nos laços afetivos, tampouco as crianças ocupavam o lugar afetivo que têm

hoje para os adultos. De acordo com Arriès (1981), nesse século, surge, nas classes dominantes, a primeira concepção real da infância. O adulto passa, pouco a pouco, a se preocupar com a criança, porque ela é um ser dependente e fraco. A palavra “criança” passou a designar a primeira idade de vida, a idade da necessidade de proteção.

Com o surgimento do “Estado” no século XVIII, o patriarcado familiar perdeu força para o patriarcado estatal, o qual se consolidou como autoridade pública à medida que vai enfraquecendo o poder do pai. Há um processo de “humanização” do pai divino e, nesse contexto, a criança e a mãe ganham valor. “Nos séculos seguintes a mulher passa a ocupar o lugar de “rainha do lar”, e a criança torna-se o “menino rei”. Está então instalado o modelo de família nuclear burguesa” (BADINTER *apud* VITORELLO, 2011, p. 10). O fortalecimento do Estado e a ideologia iluminista surgem como fatores preponderantes de mudanças no tecido social da época, promovendo alterações nas condutas sociais e nas formas de subjetivar dos sujeitos.

Fleig (2008) discute as relações entre as formas de neuroses dominantes e as mudanças nas condições da família, tal como ocorreu na modernidade com o declínio do Nome-do-Pai. Embora se constate o enfraquecimento do pai moderno, o declínio da imagem que o processo histórico deflagrou não coincide com a função paterna. O pai como função continua a ser o organizador fundamental da subjetividade e da cultura. A função paterna, como operação estrutural tanto para o sujeito quanto para o social, pode ser encarnada por vários agentes. Na contemporaneidade, as funções parentais não se tornam tão visíveis como eram na ordem tradicional. Há que considerar que, em qualquer época, a cultura trata de criar estratégias de recalque e repressão com a finalidade de mascarar o mal-estar existente. Na contemporaneidade, a qual se vive, houve uma mudança na dimensão da percepção do espaço-tempo, que resultou em um

desamparo psíquico ainda maior para o ser humano. A atemporalidade e a alteridade do inconsciente, inconciliável com a temporalidade e objetividade do mundo externo, criaram novas formas de subjetivação para fazer frente ao desamparo e ao controle do estado de cultura do mundo globalizado.

Experiência realizada por alunos do curso de pedagogia da UFRGS, na disciplina de Psicologia da Educação, ao observar as crianças e suas famílias, em 2011, mostraram a diversidade de modos de agrupamento familiar e de arranjos quanto ao desempenho das funções parentais. As observações dos discentes de pedagogia revelaram que nem sempre o pai ou a mãe exercem as funções parentais na família.

[...] por vezes são os tios, os avós ou são compartilhadas por várias pessoas. Há também os casos em que a função parental está vazia, pois os pais denotam estar na posição de filhos e os filhos na posição dos adultos (VITORELLO, 2011, p. 11).

A pesquisa permitiu reconhecer na comunidade local a diversidade quanto às configurações familiares, tal como constata Roudinesco (2003): famílias “recompostas”; famílias com a “guarda compartilhada dos filhos”; famílias “extensivas”, nas quais pais, filhos e avós convivem na mesma casa; “mães solteiras” ou “separadas” com a responsabilidade de cuidar sozinhas dos filhos. Situações que produzem questionamentos acerca dos papéis e funções: como estão definidos, de quem é a responsabilidade do cuidado das crianças e quem desempenha o que nessa nova estruturação familiar. A presença do pai e da mãe não quer dizer que o desempenho da função paterna e materna esteja garantido. Por outro lado, há famílias “monoparentais” nas quais a mãe cuida dos filhos, e as funções estão instaladas, via desejo materno (VITORELLO, 2011).

Fleig (2008) indica a emergência de um patriarcado no cenário contemporâneo,

pois hoje muitas famílias estão situadas em torno da mãe. As técnicas de procriação caminham no sentido de dispensar a participação do homem-pai na filiação. Entretanto, ressalta-se que o significativo paterno tem a propriedade de barrar a demanda engolfante da mãe e situar a criança em relação ao desejo do Outro materno. Dessa forma, a lei simbólica (lei do pai) interdita a mãe e, ao mesmo tempo, autoriza o sujeito ao acesso a um lugar sexuado. Na visão de Fleig (2008), há na cultura contemporânea a expressão de uma nova economia psíquica decorrente da suposição de se estar liberado da referência paterna.

As novas e múltiplas configurações da família ocidental evidenciam as mudanças nos papéis sociais do homem e da mulher, assim como a nova realidade nas relações entre os sexos. A família atual não é mais caracterizada pela “parentalidade”, mas pela descentralização do poder e por múltiplas aparências. A dominância masculina, característica do sistema patriarcal, cedeu lugar para um contexto em que a mulher tem importância. Muitas vezes, é em torno da mãe que estão as “famílias recompostas” (ROUDINESCO, 2003). Há que considerar, na nova perspectiva, as famílias “homoparentais” (constituída por um casal homossexual e seus filhos adotivos ou não). O próprio direito civil já reconhece a união civil dos casais homossexuais, garantindo inclusive o direito à adoção de filhos. Tal efetivação denota a transformação da família na contemporaneidade.

O sintoma e o diagnóstico psicanalítico

A psicanálise torna-se, desde sua descoberta por Freud, um balizamento de escuta para a cura dos sintomas do sofrimento. Sintomas que vêm expressar, por meio de uma metáfora, a verdade do sujeito. Há uma relação de afetos, que mantém a produção de sintomas com a verdade e que abarca um “saber” inconsciente sobre o sujeito. Desse modo, o sintoma evidencia algo que tem uma significação e que está relacionado à história de

cada um. Assim, não se pode perder de vista as relações do sintoma com a estruturação subjetiva do sujeito (VITORELLO, 2011).

Para Rodolfo (*apud* VITORELLO, 2011), o discurso familiar é para o sujeito o “tesouro de significantes”, lugar de onde retira as significações para sua inscrição no universo simbólico. Ao salientar a importância do “mito familiar”, o autor diferencia-o de história familiar. O mito diz respeito ao lugar ocupado pela criança na família, sua posição em relação ao campo desejante dos pais, incluindo tanto os processos ou tramas imaginárias (as fantasias e o brincar) como as funções parentais (materna, paterna, dos irmãos). Muito tem sido discutido sobre as funções parentais e as novas configurações familiares na contemporaneidade. Como identificar esses conflitos no sujeito?

Na compreensão de Dor (1994, p. 9), “o diagnóstico psicanalítico remete à dimensão de um embaraço técnico no campo do inconsciente” ao se confrontar com a prática psicanalítica e sua investigação. Nessa perspectiva, há uma dificuldade de balizamento ao utilizar um método dependente de “ferramentas” subjetivas. O psicanalista trabalha com incertezas ao escutar a narrativa histórica do paciente. Uma narrativa que, por vezes, entra em ressonância com sua própria história.

Segundo Dor (1994, p. 13),

[..] diagnóstico psicanalítico difere do diagnóstico médico. Existe no diagnóstico psicanalítico um paradoxo: por um lado, a necessidade de estabelecer um diagnóstico que balize o tratamento e, por outro, a impossibilidade de fazê-lo precocemente, uma vez que ele só poderá se delinear no transcurso da análise.

O diagnóstico médico visa, inicialmente, determinar a natureza de uma afecção ou uma doença, a partir de uma semiologia. A seguir, objetiva a classificação dos sintomas, que permite localizar um estado patológico no quadro de uma nosografia. Para o autor, o

ato psicanalítico não pode se apoiar prontamente na identificação diagnóstica como tal. Uma interpretação psicanalítica não pode se constituir, em sua aplicação, como pura e simples consequência lógica de um diagnóstico, já que o sintoma tem múltiplas faces.

A técnica de investigação que o analista dispõe é a associação livre do paciente e a atenção flutuante, e é na dimensão do dizer e do dito que se definirá o campo de investigação psicanalítica. Como o espaço de palavra está saturado de “mentira” e tem o imaginário como parasita, a avaliação psicanalítica é essencialmente subjetiva e deve buscar desvelar a verdade do desejo. Ao considerar as incertezas encontradas no balizamento do diagnóstico psicanalítico, leva-se em conta a singularidade, a “composição” do mundo interno e do mundo externo, da realidade e da presença do outro.

O estranho e a alteridade contemporânea

Em suas descobertas analíticas, Freud interessou-se pelo tema do “estranho” no início do século XX, constatando que o estranho era um tema negligenciado no ramo da estética, uma vez que o enfoque, em seu tempo, era dado ao estudo da beleza. A temática do estranho, captada por Freud, constituiu-se como um assunto gerador de polêmica e de constrangimento, o qual a sociedade, em geral, evitava e ainda evita abordar. O tema do “estranho” foi aprofundado por Freud no texto intitulado *Das Unheimliche*, de 1919. Após pesquisa do sentido da palavra *Unheimliche* (estranho), em várias línguas, Freud o definiu como assustador e familiar, que se pode inferir também como lugar estranho (que pode se articular à ideia de uma pessoa desorientada no ambiente) *estrangeiro*, que pode dar a ideia de alguém vindo de outro lugar (THONES; PEREIRA, 2013).

É importante ressaltar que ele buscou seu significado nos fenômenos que causam estranheza. Assim, constatou que entre os exemplos de coisas assustadoras existe uma

classe em que o elemento que amedronta pode se mostrar como algo recalcado que retorna. Contudo, o estranho não é nada novo ou alheio ao sujeito, mas algo que é familiar e há muito nele instalado, sendo que somente teria se alienado de sua consciência por uma operação de recalçamento (THONES; PEREIRA, 2013). A partir disso se pensa na conexão do estranho com a alteridade, ou seja, há um enlaçamento do estranho com a diferença, com a alteridade, com o outro da relação.

O sentimento do estranho no âmbito social se apresenta como pendular, relativo e relacional; oscila entre sentimentos amorosos e hostis, entre a representação de si mesmo e a representação dos outros. Portanto, o estranho se constitui como um território minado. Muitas são as definições e as relações que se fazem em torno dessa paradoxal categoria, na qual se busca compreender sobre um afeto e uma representação. O estranho mantém íntima relação com o que é próprio, aparecendo, assim, como o duplo do mesmo.

O duplo constitui, para Freud no seu ensaio sobre o estranho, um componente psíquico de fundamental importância. Rank (*apud* FREUD, 2006) constata que o duplo, como negação do poder da morte, se torna uma segurança para o sujeito contra a destruição do eu. As produções literárias de ficção da época, observadas por Rank, segundo Freud em 1914, indicavam a correlação direta do escrito com o psiquismo do escritor. Freud aprofundou essa noção de relações contra a castração na linguagem dos sonhos e no narcisismo primário. A partir de Freud, a psicanálise vem desvendando a topologia do sujeito de tal forma que se pode afirmar hoje, com segurança, que toda forma de expressão do sujeito guarda relação intrínseca com o mesmo. Todas as representações se mostram por meio do enunciado do discurso e no discurso do enunciado, como afirma Lacan. Nesse sentido, o duplo ocuparia o espaço da sombra, dos fantasmas que retor-

nam, dos reflexos perdidos, de sujeitos que na ficção procurariam persistir à morte.

Thones e Pereira (2013) evidenciam formas diferentes sobre a representação do estranho, de si mesmo em relação ao Outro desconhecido. Para esses autores, é apenas a partir de si mesmo que o sujeito pode definir o outro, porquanto seja também definido pelo outro a partir do alcance de seu próprio olhar. Assim, as formas de relação do sujeito com o outro, e vice-versa, dependem dessa condição, ou seja, da incidência do Outro sobre o sujeito e do quanto este conseguiu se tornar independente, reconhecendo-o.

As mudanças na estrutura familiar da contemporaneidade, bem como a crise no conhecimento e o fim das certezas ou verdades absolutas surgem como possíveis causas de uma desorganização social e violência sem precedentes. Tem-se a impressão de uma ruptura do laço social e o fim das referências simbólicas, o fim da função e também da imago paterna. Para Cecarelli (2010), cada época tem a sua própria leitura de mundo, não sendo uma melhor que a outra. Desse modo, uma verdade ou um comportamento dura até que outra verdade venha sobrepor-la. Em *Totem e Tabu*, Freud (1914) traz o conceito de *Weltanschauung*, como visões de mundo às quais o homem recorreu ao longo do processo evolutivo: animista, religiosa e científica. Tais visões de mundo acompanharam a necessidade de proteção através do amor para aliviar o sofrimento psíquico de cada época.

Considerações finais

Com os estudos freudianos, desvelou-se a falsa soberania da consciência marcada pelas forças pulsionais sob a determinação do inconsciente. Dessa forma, a psicanálise entende a psicopatologia a partir dos conflitos que se estabelecem entre o inconsciente e o consciente do sujeito, fruto de seu imperativo original. Por essa razão é chamado de psicopatologia psicanalítica. A variação ou o grau desse conflito indica o tipo de psico-

patologia: as neuroses histéricas, fóbicas, obsessivas, de ansiedade; as psicoses; as perversões; as afecções psicossomáticas.

Considera-se que o modo singular de subjetivação do sujeito responde ao meio familiar e social em que ele se constitui, bem como a implicação cultural de sua época. Na atualidade, no mundo globalizado, a busca de normatização de comportamentos vem gerando uma padronização da normalidade e transformando a singularidade em anormalidade. Em vista disso, são criadas regras de procedimentos a partir de parâmetros que não levam em conta a particularidade da dinâmica pulsional do sujeito. A tão falada globalização da atualidade, ao produzir a subjetividade que lhe é própria, arrasta consigo o padecimento psíquico na forma de mal-estar, fruto das marcas da sociedade e desse momento histórico. Assim sendo, acredita-se que o sofrimento psíquico impingido à humanidade atual culminará numa reorganização para uma nova visão de mundo.

Abstract

This paper holds a reflection about the studies on psychopathology and its application to the psychoanalytic domain when considering aspects of contemporary subjectivity and alterity. It addresses to the changes in family pattern through history and the influence of these changes over the paternal imago, distinguishing it from the paternal function. It addresses the symptom as an expression of the truth of the unconscious and the paradox of psychoanalytic diagnosis. It discusses the bonding of "weird" with alterity.

Keywords: *Psychoanalysis, Psychopathology, Subjectivity, Alterity.*

Referências

ARIÈS, P. *História social da criança e da família*. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

AZENHA, C. A. C. O lugar do sujeito na contemporaneidade e na psicanálise: questões éticas. *Revista Impulso*, Piracicaba, n. 21 (52), p. 65-74, jul.-dez. 2011. Publicação da Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep).

CECCARELLI, P. R. A contribuição da psicopatologia fundamental para a saúde mental. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, São Paulo, ano 1, n. 1, p. 13-25, mar. 2003. Publicação da Associação Universitária de Pesquisa em Psicopatologia Fundamental.

CECCARELLI, P. R. Sexualidade e preconceito. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, São Paulo, ano III, n. 3, p. 18-37, set. 2000. Publicação da Associação Universitária de Pesquisa em Psicopatologia Fundamental.

DOR, J. *Estruturas e clínica psicanalítica*. Rio de Janeiro: Taurus, 1994.

FERREIRA, A. P. O ensino da psicopatologia: do modelo asilar à clínica da interação. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*. São Paulo, ano V, n. 4, p. 11-29, dez. 2002. Publicação da Associação Universitária de Pesquisa em Psicopatologia Fundamental.

FLEIG, M. O pai moderno dilapidado: efeito do declínio patriarcal. *Revista do Instituto Humanista da Unisinos: IHU On-Line*. São Leopoldo, ano VIII, n. 267. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2001&secao=267>. Acesso em: jul. 2014.

FREUD, S. O 'estranho' (1919). In: _____. *Uma neurose infantil e outros trabalhos* (1917-1918). Direção-geral da tradução de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 2006. p. 237-269. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 17).

FREUD, S. Totem e tabu (1913). In: _____. *Totem e tabu e outros trabalhos* (1913-1914). Direção-geral da tradução de Jayme Salomão. Rio de Janeiro, Imago, 2006. p. 21-162. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 13).

ROUDINESCO, E. *A família em desordem*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

THONES, A. P. B.; PEREIRA, M. A. Um entre o outro e eu: do estranho e da alteridade na educação. *Revista Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 38, n. 2, p. 501-520, 2013. Publicação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FACED/UFRGS).

VITORELLO, M. A. Família contemporânea e as funções parentais: há nela um ato de amor? *Revista Psicologia da Educação*, São Paulo, n. 32, p. 7-24, 2011. Publicação do Departamento de Psicologia e Educação da PUC-SP.

Recebido em: 07/09/2014

Aprovado em: 21/10/2014

SOBRE OS AUTORES

Francisco de Assis Duque

Bacharel em Comunicação Social
– Relações Públicas, Especialista em Psicanálise e Educação, em Formação Psicanalítica no Instituto de Estudos de Psicanálise (IEP) do CPRS.

Ana Cristina de Araújo Vianna

Enfermeira, Mestre em Enfermagem pela UFRGS, em Formação Psicanalítica no Instituto de Estudos de Psicanálise (IEP) do CPRS.

Endereços para correspondência

Francisco de Assis Duque
Rua Angelo Chiarello, 2865/303 - Bairro Pio X
95032-460 - Caxias do Sul - RS
E-mail: <assisduque275@gmail.com>

Ana Cristina de Araújo Vianna
Rua Alfredo Chaves, 1550/202 - Bairro Exposição
95020-460 - Caxias do Sul - RS
E-mail: <anacristina.vianna@gmail.com>

O trabalho e a subjetividade¹

The work and the subjectivity

Gabriela Lazarini

Resumo

Este artigo é uma revisão de literatura sobre o tema subjetividade e trabalho segundo o referencial da psicanálise. Diferentemente de propor soluções ou concluir a respeito de como entender a subjetividade nos modelos de gestão existentes, o objetivo aqui é levantar questionamentos que possibilitem reflexões acerca de problemas inerentes às relações de trabalho e aos interesses, muitas vezes distantes, entre as empresas e as pessoas. A contribuição teórica são os estudos de Freud, da psicodinâmica do trabalho e a análise de Foucault sobre micro e macropoderes, numa tentativa de refletir sobre as mudanças e o exercício dos poderes nas organizações. Como hipótese, pergunta-se: é possível atender as demandas subjetivas dentro da estrutura empresarial e dos valores políticos e econômicos que compartilhamos atualmente?

Palavras-chave: Subjetividade, Psicanálise, Relação, Trabalho, Poder.

Introdução: psicanálise e subjetividade

Entre o final do século XIX e meados do século XX, Freud pôde estruturar um modelo de funcionamento mental voltando-se para os efeitos dos conteúdos inconscientes na vida e no comportamento dos sujeitos, indo de encontro a ideias que predominavam na época a respeito da racionalidade do pensamento, da objetividade e da experimentação, características do paradigma positivista. Ao longo de seu trabalho, Freud partiu do estudo e do tratamento das patologias mentais para teorizar acerca do que está por trás do comportamento tido como normal daqueles inseridos numa ordem cultural e simbólica típica das sociedades humanas. O entendimento do termo “subjetividade” em psicanálise, além de considerar os fenômenos psíquicos inconscientes, parte de uma perspectiva filosófica que define o sujeito enquanto

“fundamento de seus próprios pensamentos e atos”, sendo, ele mesmo, “a essência da subjetividade humana, no que ela tem de universal e singular” (ROUDINESCO; PLON, 1998, p. 742).

Acerca do funcionamento psíquico nas psiconeuroses, Freud postula que o organismo opera sob o princípio do prazer, o que significa dizer que o curso dos eventos psíquicos

[...] é invariavelmente colocado em movimento por uma tensão desagradável e toma uma direção tal, que seu resultado coincide com uma redução da tensão, isto é, com uma evitação do desprazer ou uma produção de prazer (FREUD, [1920] 1996, p. 17).

No *Projeto para uma psicologia científica*, Freud explica que o desamparo do recém-

1. Trabalho de conclusão de curso do MBA em Psicologia Organizacional da Faculdade Ruy Barbosa, orientado por Márcia Mattos no ano 2012. Os estudos da autora realizados no Círculo Psicanalítico da Bahia e no Instituto Viva Infância em Salvador contribuíram de forma significativa para a produção deste artigo.

nascido diante das urgências da vida só desaparece mediante ações específicas que o bebê ainda não tem condições de realizar. Nos primeiros meses de vida, caso exista um desprazer causado pelo aumento da quantidade de energia gerada pela sensação de fome ou sede, a primeira consequência é uma descarga motora da tensão que se reflete no choro, no grito ou numa contração muscular. Sendo apenas a ingestão do alimento ou do líquido o que põe fim ao desprazer no bebê, ele se torna dependente, por um longo período da vida, de outra pessoa que virá satisfazer suas necessidades através de ‘ações específicas’ mediadas pelo desejo desse outro de anular as sensações do bebê vividas como incômodo (SILVA, 1995).

A incapacidade do recém-nascido de satisfazer por si mesmo suas necessidades vitais não se deve apenas à sua incapacidade motora, visto que o bebê ainda não diferencia em seu corpo o mal-estar provocado pela fome, pela sede, pelo sono, pelo frio ou pelo calor de qualquer sensação diferente de desconforto (SILVA, 1995).

A presença de uma pessoa adulta nesse contexto é imprescindível, pois é ela que irá traduzir os choros e os gritos do bebê atribuindo a eles um sentido. Para a criança e seu cuidador, algo fundamental acontece nesse intervalo variável de tempo que se passa entre a tradução de uma necessidade, a ação específica e o posterior alívio do excesso de excitação corporal. Isso porque o adulto, desejando “encontrar” a ação específica que irá garantir alívio para o bebê, recorre à sua própria experiência subjetiva para interpretar aquele mal-estar, ou seja, lança mão de sua própria narrativa fantasmática para dar sentido ao que acontece no corpo da criança carregado de afetos.

Pinheiro (2012, p. 28), ao explicar o modelo fantasmático da histeria, base para as postulações da metapsicologia freudiana, caracteriza o aparelho psíquico como um sistema “capaz de interpretar um objeto, atribuindo-lhe uma subjetividade semelhante à

sua própria”. Diz inclusive que “não há possibilidade de entender esse aparelho sem lançar mão da fantasia histórica”. Afinal, segundo a autora, “as possibilidades de articulação da subjetividade como intérprete de outras subjetividades tem por requisito o instrumental da fantasia”.

Enquanto a ação específica não vem, o bebê tem de suportar o acúmulo de tensão em seu organismo coagindo o sistema psíquico a abandonar uma tendência primitiva de funcionamento baseado na lei da inércia (FREUD, [1895] 1996), quando a descarga do desprazer tenderia para o nível zero. Seria então o armazenamento do excesso de energia, proveniente das “grandes necessidades somáticas” (Q η) que são fontes contínuas de excitação, com a finalidade de satisfazer a exigência de espera da ação específica o que modificaria esse primeiro modo de operação. O armazenamento manteria a excitação não mais no nível zero, mas sim no menor nível possível, no intuito de defender o aparelho contra a elevação e manter a energia do sistema constante. É a partir da regulação da ação específica que o sistema passa a operar segundo o princípio de Constância (FREUD, [1950/1895] 1996).

Segundo Freud, essencial é considerar a percepção específica da ‘vivência de satisfação’, cuja imagem mnêmica fica associada “ao traço mnêmico da excitação produzida pela necessidade” (FREUD, [1900] 1996, p. 594). Ou seja, num momento posterior de desprazer, estando estabelecido o vínculo entre aumento de tensão e ação específica, surgirá de imediato uma monção psíquica que procurará recatexizar a imagem mnêmica da percepção e reevocar a própria percepção. Essa é a chamada ‘vivência de satisfação’, que marca de modo singular o início da sensação de prazer para o sujeito e não será experimentada do mesmo modo quando repetida, não terá a mesma intensidade nem o mesmo sentido num momento posterior.

O sentimento advindo de um estado de completude entre o bebê e o mundo externo,

geralmente proporcionado por momentos de satisfação na relação entre a criança e sua mãe, é uma espécie de ponto zero da teoria freudiana e o fim último de toda a libido “que visaria atingir novamente um estágio de completude, sem conflito com o mundo” (SELIGMANN-SILVA, 2011 *apud* FREUD, 1930).

Segundo Freud, está aí a origem do sentimento oceânico proposto pelas religiões, “uma projeção posterior do sentimento do bebê de indistinção com o mundo e de amparo absoluto” (SELIGMANN-SILVA, 2011 *apud* FREUD, 1930). Esse sentimento estaria relacionado à ideia de felicidade e de amor que atravessa as expectativas atribuídas aos parceiros afetivos, às figuras de autoridade e de poder que marcam as relações humanas na família, no trabalho e na sociedade. Uma demanda dirigida aos amantes, aos pais, aos chefes, e até mesmo aos governadores, que escamoteia uma exigência de satisfação plena impossível de ser atendida, teria suas raízes firmadas em experiências primordiais, próprias à constituição da subjetividade.

A busca por satisfação plena é uma das formas de expressão da força que Freud nomeou como pulsão de morte. Isso porque o sistema psíquico postulado em 1915 também operaria segundo a função primária, isto é, fora da regulação do princípio do prazer ou do campo das representações, quando a tendência seria aquela de proporcionar um escoamento total da excitação psíquica, o que poderia, inclusive, acarretar na morte do organismo. Nesse modo mais arcaico de operação, o sistema recorreria às facilidades, ou seja, à compulsão à repetição como um meio para retenção e descarga necessários às exigências da vida (FREUD, [1895] 1996). É esse o modo de regulação que prevalece nas “neuroses atuais” descritas a partir de 1920, cujo funcionamento serve inclusive de paradigma para a compreensão das “novas formas de mal-estar” vistas na contemporaneidade (BIRMAN, 2012).

A satisfação pulsional e as exigências da cultura

Ao tratar da sexualidade, Freud compara o homem selvagem à criança e caracteriza a sexualidade na infância por sua disposição perversa polimorfa.

[...] a disposição para as perversões é a disposição originária universal da pulsão sexual humana, e a partir dela, em consequência de modificações orgânicas e inibições psíquicas no decorrer da maturação, desenvolve-se o comportamento sexual normal (FREUD, [1905] 1996, p. 218).

Na primeira fase da sexualidade, a satisfação da pulsão sexual manteria uma relação de apoio com a satisfação das necessidades vitais do bebê, porque a mãe, ao amamentar, proteger do frio, cuidar da higiene e acalantar, não apenas satisfaria a fome ou as demais necessidades biológicas de seu filho, mas também ofereceria à pulsão sexual uma fonte orgânica, uma direção e um objeto (GARCIA-ROZA, 2009, p. 99).

Freud explica essa relação de apoio utilizando como exemplo a satisfação da pulsão oral observada no comportamento de sugar muito característico de crianças ainda bem pequenas. Primeiramente, o sugar estaria vinculado à amamentação, porém, após alguns meses de vida ou mesmo nos recém-nascidos, acabaria por se tornar uma atividade voluntária por proporcionar ao bebê uma espécie de adormecimento ou uma reação motora que acarreta numa espécie de orgasmo, apesar de estar excluído aí algum propósito de nutrição (FREUD, [1905] 1996).

O estabelecimento de um circuito da pulsão, que pressupõe um percurso a ser inscrito no corpo e no psiquismo como consequência da satisfação de pulsões orais, anais e fálicas, será marcado pela qualidade e pela quantidade das excitações sentidas no corpo da criança em interação com outra subjetividade. A ação e a palavra materna, ambas submetidas à rede de códigos marcados pela

história, pelos valores e pelo lugar social que caracteriza o que vem a se constituir como referência do feminino e do masculino em cada cultura, aos poucos, regulam as experiências de prazer e desprazer vividas desde o nascimento. Ao longo do tempo, a criança passa a fazer suas essas palavras e essas ações, a fim de obter satisfação por si mesma no ambiente exterior.

A trama psíquica que diz respeito ao complexo de Édipo pode ser capaz de dar conta de toda a ternura vivida na infância e irá orientar o sujeito na maturidade em sua escolha do objeto sexual. Na adolescência, o caminho mais curto para um filho seria escolher seus pais como objetos sexuais; porém a interrupção da primeira fase do desenvolvimento sexual por um período de latência faz erigir,

[...] junto a outros entraves da sexualidade, a barreira do incesto, para que assim se integrem os preceitos morais que excluem expressamente da escolha objetal, na qualidade de parentes consanguíneos, as pessoas amadas na infância (FREUD, [1905] 1996, p. 213).

A dissolução do complexo de Édipo implica o abandono das catexias de objetos que são substituídas por identificações e acarreta diferenças entre os modos masculino e feminino de satisfação. A autoridade dos pais é introjetada no eu formando o núcleo do superego, de modo que a severidade do pai perpetua a proibição contra o incesto e defende o eu do retorno das catexias libidinais relacionadas aos pais (FREUD, [1924] 1996). Freud entende que a cultura é responsável por esse recalçamento e que está inscrita no avesso da sexualidade animal (SELIGMANN-SILVA, 2011 *apud* FREUD, 1930).

Da violência ao trabalho como modo de satisfação pulsional

A satisfação da pulsão pela via da agressividade está presente desde os primórdios

na humanidade. Na cultura primitiva, por exemplo, traço essencial era o arbítrio do chefe e pai de determinada comunidade ser ilimitado, formando um ideal de onipotência e onisciência, necessário para conter a violência, assim como as relações sexuais entre os membros de uma mesma linhagem.

Segundo Lins (2012, p. 22), um fator que deve ter contribuído não só para o desenvolvimento das sociedades como também para a formação de uma ideologia de dominação foi a “criação de um tabu que permitisse o contato entre as tribos”. O incesto teria surgido com a finalidade de impedir os quase inevitáveis relacionamentos consanguíneos quando “grupos compostos por não mais de quarenta ou cinquenta pessoas podiam viver juntos sem jamais verem outro ser humano” (LINS, 2012, p. 22).

O estágio que se seguiu a esse modelo centralizado de poder se caracterizou pela aliança entre irmãos que só foi firmada após os filhos subjugarem o pai acreditando ser essa uma associação mais forte (FREUD, 1930). O parricídio foi o que tornou possível essa passagem e deu origem ao sentimento de culpa, que é a

[...] expressão imediata do medo da autoridade externa, o reconhecimento da tensão entre o eu e esta última, o derivado direto do conflito entre a necessidade do amor dessa autoridade externa e o ímpeto que busca a satisfação dos impulsos, cuja inibição gera a tendência à agressão (FREUD, 1930, p. 168).

Quanto mais selvagem a pulsão, ou seja, menos sujeita às restrições culturais inerentes à vida social, mais intensa a satisfação. De acordo com Freud (1930, p. 68), “o caráter irresistível dos impulsos perversos, talvez a atração do proibido em geral, encontra aqui uma explicação econômica”. Segundo Freud (1930, p. 103), as exigências que um modelo de organização social impõe como privação à satisfação pulsional só fizeram sentido quando o homem primitivo “descobriu que

estava em suas mãos – literalmente falando – melhorar o seu destino na Terra por meio do trabalho”.

Como condição, tornou-se necessário que outro homem trabalhasse com ele ou contra ele em prol da transformação da natureza. O hábito de se organizar em famílias, além de reunir esses trabalhadores, tinha como função a satisfação genital, porque mantinha os homens próximos às mulheres e as mulheres próximas aos seus filhos.

A principal exigência do processo de aculturação se baseia numa renúncia à pulsão, principalmente no que diz respeito aos aspectos agressivos e destrutivos. O aprofundamento dos laços comunitários que atende a necessidade de coesão social determina que a energia pulsional opere através do mecanismo psíquico deslocamento (FERRAZ, 2010).

Freud (1930, p. 70) afirma:

Não é possível apreciar adequadamente o significado do trabalho para a economia libidinal no quadro de um panorama sucinto. Nenhuma outra técnica de condução da vida ata o indivíduo tão firmemente à realidade quanto a insistência do trabalho, que ao menos o inclui com segurança numa parte da realidade, na comunidade humana. A possibilidade de deslocar uma quantidade considerável de componentes libidinais, sejam eles narcísicos, agressivos e mesmo eróticos para o trabalho profissional e para as relações humanas ligadas a ele, confere-lhe um valor que não fica atrás de sua indispensabilidade para sustentar e justificar a existência da sociedade.

No entanto, para que esse deslocamento de libido traga ao homem satisfação similar a supostamente obtida por vias diretas, ou seja, similar à advinda da realização de impulsos mais grosseiros e primários, a atividade profissional deve ser escolhida livremente, deve permitir “tornar utilizáveis [...] inclinações existentes, impulsos contínuos ou constitucionalmente reforçados” (FREUD, 1930, p.

70). “Satisfações como a alegria do artista ao criar, em dar corpo aos produtos de sua fantasia, ou a do pesquisador na solução de problemas e na descoberta da verdade, possuem uma qualidade especial” (FREUD, 1930, p. 69). Infelizmente, por inúmeras razões, escolher livremente uma profissão ou executar um trabalho intelectual ou artístico não faz parte da realidade da maioria.

Segundo Freud (1930, p. 70), as estruturas políticas e sociais que determinam as relações do homem com o trabalho infelizmente não o consideram, antes de qualquer outro valor, dentro de suas possibilidades de satisfação, “a grande maioria dos seres humanos trabalha sob coação e dessa repulsa natural dos homens ao trabalho derivam-se os mais graves problemas sociais”. O trabalho não é valorizado como fonte de felicidade dentro daquilo que a psicanálise entende a respeito do termo. Ancorado no conceito do princípio de prazer, Freud não acredita que ser feliz seja algo destinado aos homens.

Toda permanência de situação anelada pelo princípio de prazer fornece apenas uma sensação tépida de bem-estar; somos feitos de tal modo que apenas podemos gozar intensamente o contraste e somente muito pouco o estado. Dessa forma, nossas possibilidades de felicidade já são limitadas pela nossa constituição. Muito menores são os obstáculos para experimentar a infelicidade (FREUD, [1930] 1996, p. 63).

Nos contextos organizacionais, ainda nos dias de hoje, o potencial humano é entendido como um recurso onde o controle do corpo e do pensamento, com vistas à obtenção do lucro e da produtividade, é a metodologia que prevalece. Seria possível pensar em relações de trabalho mais satisfatórias considerando a ordem política e econômica presente na cultura contemporânea e o pensamento freudiano, que afirma, sem deixar de considerar a sublimação, que as possibilidades de felicidade são limitadas desde o princípio?

Ao pensar em política, o que estaria em jogo, segundo a psicanálise, seriam as relações dos trabalhadores com as figuras de autoridade mediadas por uma reedição das vivências edípicas cujo principal eixo seria a metáfora paterna. E a ordem econômica teria uma relação estreita com o ideal moderno da produtividade, quando o aproveitamento máximo do potencial humano tem no domínio do corpo seu principal instrumental.

A psicopatologia do trabalho

Segundo Ferraz (2010, p. 196), “o trabalho é, em quase todas as culturas, uma atividade central na organização social e econômica” e, em virtude de inúmeras “distorções que vamos encontrar na relação do homem com o seu trabalho, os canais que possibilitam a ocorrência da sublimação estão, na maioria das vezes, totalmente bloqueados”. Há uma insatisfação generalizada nos ambientes organizacionais resultantes da impossibilidade do homem em desenvolver suas aptidões (FERRAZ, 2010). Ainda de acordo com Ferraz (2010, p. 197), as limitações ligadas à configuração social, bem como aos potenciais de cada indivíduo, expõem claramente um problema capital “que aflige o homem contemporâneo em seu afã de buscar um pouco de felicidade”.

O conceito de saúde mental engloba requisitos básicos como

[...] a capacidade para amar e a concomitante capacidade para trabalhar. Ou seja, há de se obter alguma satisfação direta para os impulsos afetivos e sexuais e, ao mesmo tempo, há de se conquistar a capacidade de deslocamento sublimatório (FERRAZ, 2010, p. 200).

Ao contrário do que comumente se pensa, numa perspectiva clínica, a resolução de um problema da ordem do trabalho pode alterar “substancialmente a relação do paciente com sua sexualidade, e não apenas a recíproca” (FERRAZ, 2010, p. 200).

Apoiados não só na psicanálise, mas também na psicossomática e no pensamento marxista, os pesquisadores que tratam das psicopatologias relacionadas ao trabalho são de opinião que “a distorção do trabalho na sociedade capitalista coincide com a própria deformação do homem [...] um modo de trabalho fragmentado corresponde a um homem fragmentado” (FERRAZ, 2010, p. 195).

Segundo Dejours e Abdoucheli (2011, p. 24), “o prazer do trabalhador resulta na descarga de energia psíquica que uma tarefa autoriza”, o que corresponderia ao escoamento do acúmulo de tensão, mais precisamente, do excesso de energia pulsional. A questão a ser respondida seria a seguinte: as tarefas executadas nas rotinas de trabalho exigem suficientes atividades psíquicas, ou seja, oferecem uma canalização apropriada da energia psíquica? (DEJOURS; ABDOUCHELI, 2011).

Joyce McDougall (1991 *apud* FERRAZ, 2010, p. 203), vai ainda mais fundo quando explica que os fenômenos psicossomáticos são “tudo aquilo que atinge a saúde ou a integridade física quando os fatores psicológicos desempenham algum papel”. De acordo com essa conceituação, certos acidentes corporais no trabalho poderiam ser entendidos como “atos que visam descarregar a sobrecarga afetiva e a dor mental que ultrapassam a capacidade de absorção do sujeito” (FERRAZ, 2010, p. 203).

Segundo a autora, problemas como comer, beber ou fumar demais, provocar brigas com pessoas queridas ou com colegas de trabalho, destruir um automóvel ou mesmo pegar uma gripe estariam associados à impossibilidade de conter emoções e refletir sobre elas no intuito de encontrar uma resposta mais adequada à descarga pulsional (McDOUGALL, 1991 *apud* FERRAZ, 2010).

No livro *A psicodinâmica do trabalho* (DEJOURS; ABDOUCHELI, 2011), os autores advertem que, quando ambientes organizacionais são desfavoráveis à construção de sentido, impeditivos à sublimação, se faz necessário buscar alternativas que viabilizem

a ética do trabalho relacionada ao respeito às questões subjetivas dos trabalhadores.

Entre o homem e a organização prescrita para o trabalho, existe, às vezes, um espaço de liberdade que autoriza uma negociação, invenções e ações de modulação do modo operatório, isto é, uma invenção do operador sobre a própria organização de trabalho, para adaptá-la às suas necessidades, e mesmo para torná-la mais congruente com seu desejo. Logo que essa negociação é conduzida a seu último limite, e que a relação homem-organização de trabalho fica bloqueada, começa o domínio do sofrimento – e da luta contra o sofrimento (DEJOURS 1987, *apud* DEJOURS; ABDOUCHELI, 2011, p. 15).

Foucault e os processos de subjetivação

Ao analisar os processos de subjetivação na modernidade, período que antecede a atualidade, Foucault atribuiu como essencial a compreensão do funcionamento das engrenagens do poder, que consiste numa torção analítica quanto ao seu entendimento, uma vez que o poder deixa de ser compreendido como algo passível de ser localizado em determinada instância e passa ser pensado como uma relação (SILVA, 2007).

Nesse sentido, os indivíduos não seriam mais caracterizados “por suas vontades conscientes ou por suas liberdades de atuação” (SILVA, 2007, p. 3), mas por um conjunto de “condições que [os] possibilitam cumprir sua função de sujeito” (FOUCAULT *apud* SILVA, 2007, p. 3). O cotidiano seria um espaço de “contínua tensão, atravessado por instituições disciplinares e por diversificadas práticas culturais empreendidas por não menos diversos sujeitos sociais” (SILVA, 2007, p. 3).

Através de um procedimento investigativo, Foucault

[...] concebe que são as produções, discursos e representações advindas de uma lógica circunstancial de poder e de saber que contribuem para a construção dos espaços possíveis

dentro dos quais se estabelecem as necessidades e exigências de uma época (SILVA, 2007, p. 3).

Foucault critica o uso da ideologia como conceito para se formular verdades, pois, segundo ele, queira-se ou não, a ideologia sempre estaria “em oposição virtual a alguma coisa que seria a verdade” (FOUCAULT, 1979, p. 6). O problema estaria em perceber “historicamente como se produzem efeitos de verdade no interior de discursos que não são em si verdadeiros nem falsos” (FOUCAULT, 1979, p. 4). Foucault procurou entender os efeitos do poder próprios ao jogo enunciativo, ou seja, os poderes que circulam nos enunciados científicos: “qual é seu regime interior de poder; como e porque ele se modifica de forma global” (FOUCAULT, 1979, p. 4). A intenção foi analisar como o poder se exerce, diferentemente de “denunciá-lo no ‘outro’, no adversário, de uma maneira ao mesmo tempo polêmica e global” (FOUCAULT, 1979, p. 6). O autor exemplifica dizendo que, nas ideias que predominavam durante os anos em que foram publicados seus primeiros trabalhos,

[...] o poder no socialismo soviético era chamado por seus adversários de totalitarismo; no capitalismo ocidental, era denunciado pelos marxistas como dominação de classe; mas a mecânica do poder nunca era analisada (FOUCAULT, 1979, p. 6).

Segundo Foucault (2004, p. 118), “em qualquer sociedade o corpo está preso no interior de poderes muito apertados, que lhes impõem limitações, proibições ou obrigações”. No entanto, é a partir do século XVIII que o interesse pelas novas técnicas de controle direcionou o olhar não mais para uma massa ou para os elementos significativos do comportamento, ou mesmo para a linguagem corporal.

Nesse período marcado pelo ideal de que o sujeito deveria sempre caminhar contri-

buindo para o progresso individual, econômico e social, o corpo passa a ser priorizado em seus detalhes mais sutis, e a economia, que seria a eficácia dos movimentos, assim como sua organização interna, é o que faria do exercício o ritual mais importante (FOUCAULT, 2004).

A função do que foi atribuído como ‘poder disciplinar’, um “método que permite o controle minucioso das operações do corpo, que asseguram a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade”, é fundamental para compreensão do pensamento de Foucault (FOUCAULT, 2004, p. 118).

Segundo o autor, no decorrer dos séculos XVII e XVIII, período que antecedeu a modernidade, a disciplina inaugura uma “política das coerções” que são uma manipulação articulada dos elementos do corpo humano, de seus gestos e de seus comportamentos (FOUCAULT, 2004), uma “mecânica do poder” que esquadrinha, desarticula e recompõe o corpo para que este opere como se quer, “com as técnicas segundo a rapidez e eficácia que se determina” (FOUCAULT, 2004, p. 118).

As técnicas disciplinares disseminadas ainda naquela época foram responsáveis pela distribuição ordenada dos indivíduos em espaços determinados e exclusivos, asseguraram o controle da atividade humana e do tempo para sua execução, tornando útil cada pessoa no nível máximo de sua eficiência.

De acordo com Foucault (2004), ao longo da história, o modelo dos conventos se impôs pouco a pouco na educação, nas fábricas, e os quartéis fixaram sua massa de combatentes, os horários foram definidos de acordo com cada tarefa a ser exercida. Os lugares passaram a servir não apenas para satisfazer a necessidade de vigiar ou de romper com as comunicações perigosas, mas para criar um espaço de utilidade. Nos hospitais, controlar mercadorias, localizar medicamentos e registrar sua utilização tornaram-se tarefas prescritas antes mesmo do cuidado com os

doentes, e todo médico passou a consultar o registro de um paciente antes mesmo de atendê-lo (FOUCAULT, 2004).

Pouco a pouco um espaço administrativo e político se articula em espaço terapêutico; tende a individualizar os corpos, as doenças, os sintomas, as vidas e as mortes; constitui um quadro real de singularidades justapostas e cuidadosamente distintas (FOUCAULT, 2004, p. 123).

Os exemplos de instituições sociais que foram escolhidas pelo autor e serviram de fundamento para o que ele denominou de ‘genealogia do poder’ foram as militares, as médicas, as escolares e as industriais. Porém, para Foucault (2004, p. 121), outros exemplos poderiam ser tomados a fim de retratar “o nascimento do homem do humanismo moderno”, um sujeito que, submetido ao saber científico e à opressão do utilitarismo econômico, atravessou e vivenciou as mudanças culturais ocorridas desde a modernidade e seguiu em direção ao final do século XX e início do século XXI tentando dar conta das consequências que decorreram dessas transições.

O poder disciplinar teria ainda como principal dispositivo a vigília, ou seja, o olhar vigilante que garantiria o controle do tempo, do espaço, além da distinção entre condutas e hábitos. O olhar vigilante é o que marca o encontro entre poder e saber graças à elaboração de registros e da produção de conhecimentos específicos acerca do que se está sendo observado (SILVA, 2007). Está aí a origem dos saberes das ciências modernas que multiplicam ainda mais a observação em busca de conhecimento difundindo as situações de poder.

Foucault (2004, p. 127) também aponta para o lado transformador, para a eficácia produtiva da disciplina capaz de criar espaços complexos e hierárquicos. Segundo ele, a primeira grande operação do poder seria “a constituição de quadros vivos” que transfor-

mariam “as multidões confusas, inúteis ou perigosas em multiplicidades organizadas” (FOUCAULT, 2004, p. 127). A disciplina é política quando utilizada como um instrumento ao mesmo tempo de poder e de saber capaz de organizar o múltiplo, de percorrê-lo e dominá-lo, impondo-lhe uma ordem. A repressão tratada como uma força, e não como uma lei que sempre diz não, faz da proibição algo positivo, relacionado ao que ela permeia e produz: induz prazer, forma saber e produz discurso (FOUCAULT, 1979).

Ao desconsiderar o Estado como único detentor da força repreensiva, Foucault caracteriza a relação entre os poderes macro e micro como autônoma, ou melhor, marcada por uma relativa independência da periferia com o centro (MACHADO *apud* FOUCAULT, 1979). Para o autor, “as grandes estratégias de poder se incrustam, encontram suas condições de exercício em microrrelações de poder”, e sempre há movimentos de retorno, “que fazem com que as estratégias que coordenam [tais] relações produzam efeitos novos e avancem sobre domínios que, até o momento, não estavam concernidos” (FOUCAULT, 1979, p. 249).

No quadro de relações analisado por Foucault, não haveria indivíduos detentores do poder, aqueles que, ao se colocar como vítimas ou algozes, teriam controle total ou mesmo o descontrole de uma situação. A disciplina, ao modular o comportamento humano, abarcando inclusive os aspectos agressivos e sexuais tratados neste artigo pela psicanálise, produziria as subjetividades de determinada época que, por sua vez, submetidas ou exercendo seu poder sobre as demais, constituíram o sistema político e social vigente. Toda e qualquer ação de uma pessoa traria maior ou menor consequência, a ponto de modificar gradualmente ou de contribuir para a manutenção de determinado cenário. As relações de poder, fundamentais para a formação do inconsciente quando transpostas por Freud para a triangulação familiar, adquirem com Foucault caracte-

rísticas complexas, próprias das sociedades contemporâneas.

O controle do corpo através do poder disciplinar, assim como o pensamento freudiano a respeito da satisfação das pulsões, fundamentam a relação existente entre as relações de trabalho na atualidade e o excesso de energia pulsional que não encontra na sublimação um destino. Essa relação seria inversamente proporcional na medida em que, quanto maior a sujeição dos corpos à disciplina, menores são as chances de satisfação, ou seja, menores as chances de felicidade.

Fortes (2000) aponta que Freud, ao caracterizar a pulsão de morte como uma força regida pelo princípio do Nirvana cujo objetivo é o aniquilamento, vai de encontro a essa perspectiva vitalista e evolucionista muito presente no século XX e que atravessa os processos de subjetivação descritos por Foucault.

Segundo Fortes (2000), a imprevisibilidade do circuito pulsional pela qual a pulsão de morte é a força responsável, quebra de forma radical com a crença de que o homem caminha em direção ao progresso ou ao melhoramento.

Movido por uma pulsão disruptiva que o deixa permanentemente em estado de inquietude, o ser humano não tem a garantia de um caminho em direção ao progresso, ele é um devir em estreita correlação com o jogo das forças que se trava na pulsão (FORTES, 2000, p. 89).

Conclusão

Quando nos deparamos nos ambientes organizacionais com a dificuldade em dar conta do que a psicanálise traz como fundamental para sujeitos, nos confrontamos com interesses políticos e com práticas de dominação profundamente enraizadas em nosso cotidiano. Ao tratar desse tema, concluímos que há, tanto em Freud como em Foucault, uma razão predominantemente humana que produz o homem e a sociedade segundo as re-

gras e os valores que prevalecem atualmente. Ainda assim, a psicodinâmica do trabalho e o próprio Freud expõem claramente os efeitos nefastos consequentes do modo como nos organizamos e se alterássemos esse modo, poderíamos ter acesso a experiências de satisfação.

A ênfase deste artigo está posta na importância de compreender indivíduos com interesses e poderes distintos sem julgá-los ou diferenciá-los numa escala de valor. A análise de Foucault pode fundamentar essa forma de se relacionar com as pessoas, que é diferente daquela que parte de um ideal ou de um modelo pronto de convivência supostamente mais vantajoso para todos e aponta as falhas nos mais diversos espaços, os culpados ou mesmo os mantenedores de um sistema econômico. Ainda hoje, as especulações e os temores gerados por uma acusação dessa ordem, mesmo que implícita, dificultam um acordo necessário entre gestores e trabalhadores, fazendo com que toda a equipe de trabalho seja resistente às mudanças.

Quando se trata de alcançar objetivos através da alteração de padrões de comportamento ou hábitos, propor soluções que impliquem somente as esferas em nível macro, ou seja, modificando as regras de convivência, por exemplo, ou os gerentes, ou diretores de determinada organização, além de ser o caminho mais fácil, pode apenas garantir a manutenção de uma ordem já existente, visto que as microrrelações de poder estabelecidas continuariam atuando segundo as mesmas leis. Ao final, as mudanças estariam restritas aos diferentes personagens que trocariam de lugar numa estória até então conhecida.

As questões que orientam esse artigo, bem como toda a teoria aqui exposta, podem servir como pano de fundo para as novas ações na área de gestão, porque acreditamos que, até certo ponto, qualquer intervenção que considere o que é essencial para os sujeitos em meio ao que já está prescrito, tende a gerar espaços de diálogos, de exposição de desejos ou soluções de conflitos silenciados

diariamente. O gestor seria um facilitador desse processo ao canalizar aquilo que é discutido nos diversos espaços em vias de formalização de desejos.

Sem ditar fórmulas ou modelos cristalizados de atuação, deixamos um espaço aberto para novas investigações que acrescentem conhecimentos ao tema. Relatos da experiência de profissionais que trilharam um caminho de acordo com suas realidades ou com seus referências teóricas são valiosos para uma compreensão mais aprofundada.

Como conclusão, entendemos que as tarefas dos gestores atentos para essa problemática que incluem entrevistas de recrutamento e seleção, dinâmicas de grupo, treinamentos, definição de pautas de reuniões, elaboração de planejamento estratégico, avaliações, exposições de resultados, ações de endomarketing e demais atividades exercidas como rotina nas empresas, quando bem aproveitadas, trazem em si mesmas possibilidades de renovações que ainda não podemos antecipar.

Abstract

This paper is a literary review about subjectivity and work under the framework of psychoanalysis. Unlike offering solutions or conclusions about how to understand the subjectivity within the existing models of management, it aims to promote questions that enable reflections on problems inherent to labor relations and concerns, often far away, between companies and people. The theoretical contribution is the study of the psychodynamics of work and Foucault's analysis about micro and macro power in an attempt to reflect on the changes and power practices inside organizations. As hypothesis, the question is: is it possible to meet subjective demands within the business structure and political-economic values currently shared?

Keywords: *Subjectivity, Psychoanalysis, Relationship, Work, Power.*

Referências

- BIRMAN, J. *O sujeito na contemporaneidade: espaço, dor e desalento na contemporaneidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- DEJOURS, C.; ABDOUCHLI, E. *Psicodinâmica do trabalho: contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer e trabalho*. São Paulo: Atlas, 2011.
- FERRAZ, F. C. *Psicossoma II: psicossomática psicanalítica*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.
- FORTES, A. M. I. *O sentido do sofrimento: a positividade da dor em Freud*. Rio de Janeiro: CFCH/UFRJ, 2000.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 2004.
- FREUD, S. A dissolução do complexo de Édipo (1924). In: _____. *O ego e o id e outros trabalhos* (1923-1925). Direção-geral da tradução de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 205-209. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 19).
- FREUD, S. *A interpretação dos sonhos* (1900-1901). Direção-geral da tradução de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 5).
- FREUD, S. Além do princípio de prazer (1920). In: _____. *Além do princípio do prazer, psicologia de grupo e outros trabalhos* (1920-1922). Direção-geral da tradução de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 12-75. (Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud, 18).
- FREUD, S. O mal-estar na cultura (1930 [1929]). Tradução de Renato Zwick. Revisão técnica e prefácio de Márcio Seligmann-Silva. Porto Alegre: L&PM, 2011.
- FREUD, S. Projeto para uma psicologia científica (1950 [1895]). In: _____. *Publicações pré-psicanalíticas e esboços inéditos* (1886-1889). Direção-geral da tradução de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 355-450. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 1).
- FREUD, S. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade (1905). In: _____. *Um caso de histeria, três ensaios sobre a teoria da sexualidade e outros trabalhos* (1901-1905). Direção-geral da tradução de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 128-229. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 7).
- GARCIA-ROZA, L. A. *Freud e o inconsciente*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- LINS, R. N. *O livro do amor*. Rio de Janeiro: BestSeller, 2012. v. I.
- MACHADO, R. Introdução. In: FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p. VII-XXIII.
- PINHEIRO, T. O modelo melancólico e os sofrimentos da contemporaneidade. In: VERZTMAN, J. et al. (Orgs.). *Sofrimentos narcísicos*. Rio de Janeiro: Cia. de Freud: UFRJ; Brasília, DF: CAPES PRODOC, 2012. p. 17-38.
- ROUDINESCO, E.; PLON, M. *Dicionário de psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- SELIGMANN-SILVA, M. Prefácio. In: FREUD, S. *O mal-estar na cultura* [1930]. Porto Alegre: L&PM, 2011. p. 21-38.
- SILVA, A. F. R. *A metapsicologia de Freud*. Belo Horizonte: A. S. Passos, 1995. v. I.
- SILVA, S. J. C. Foucault e as relações de poder: o cotidiano da sociedade disciplinar tomado como uma categoria histórica. *Revista Aulas: Dossiê Foucault*, Campinas, n. 3, p. 349-376, dez. 2006/mar. 2007. Versão on-line: <http://www.unicamp.br/~aulas/revista_aulas/foucault/dossieFoucault.pdf>.

Recebido em: 24/09/2014

Aprovado em: 21/10/2014

SOBRE A AUTORA

Gabriela Lazarini

Psicóloga, atuou em uma empresa de médio porte em Salvador-BA. Aluna do curso de formação para psicanalistas do Círculo Brasileiro de Psicanálise – Seção RJ.

Endereço para correspondência

Rua Vereador Duque Estrada, 39, ap. 604
24240-210 - Niterói - RJ
E-mail: <gabilazarini@gmail.com>

Notas sobre o ato político no Movimento de Articulação das Entidades Psicanalíticas Brasileiras

*Notes on the political
act in the Movement of Psychoanalytic Entities
Brazilian Articulation*

Mariana Abreu Mayerhoffer

Resumo

A questão de como se pensar o ato político no Movimento de Articulação das Entidades Psicanalíticas Brasileiras é o cerne deste artigo, que tem como norte a via do ato analítico tal como definido por Lacan: No *Seminário 15* Lacan define o ato analítico como aquele que, não elidindo a dimensão do Outro, traz consequências que se referem ao efeito divisor do objeto *a* no sujeito, deixando a questão de como, a partir do ato analítico, se definiria o ato em geral, o que ele “não nomeia”, como diz. Nessa breve reflexão tenta-se pensar se um ato político, a partir da experiência de Articulação, pode com essa referência ser definido como um ato que instaura uma divisão, no coletivo, colocando-nos uma interrogação sobre como essa divisão seria verificada. Se pudermos chamar de ato político alguma(s) das intervenções do Movimento que fez(fizeram) mudar o rumo do que estava sendo proposto em relação à regulamentação da psicanálise – o que lhe destituiria de sua condição estrutural de ser não regulamentável – teríamos que pensar em como verificar o efeito de divisão, que é apenas no sujeito que pode ser verificado. De que forma um coletivo nos testemunharia efeitos de ato nesse campo das ações de Articulação?

Palavras-chave: Política da psicanálise, Ato analítico, Ato político.

Este trabalho é fruto de minha fala na mesa-redonda “Mais além do código social: análise leiga”, que fez parte do IV Colóquio Internacional do Corpo Freudiano Escola de Psicanálise, com o título *Psicanálise leiga e seus destinos: entre a arte e a política*, realizado em abril de 2014, no Rio de Janeiro. Meus agradecimentos ao Corpo Freudiano, pela honra de ter estado nessa mesa, com colegas cujo trabalho admiro (Anchyses Jobim, Heloneida Nery e Sonia Alberti), para debatermos sobre o Movimento de Articulação das Entidades Psicanalíticas Brasileiras, pelo

qual tenho um apreço especial e participo apresentando minha Escola, o Laço Analítico.

Dividirei algumas questões que andaram me tomando, para tentar formular da melhor forma a pergunta sobre de que ato se trata no trabalho de Articulação e, em sendo do ato político, em que condições é possível verificá-lo.

A Articulação é um movimento que pretende responder a tentativas de regulamentação da psicanálise, com o intuito de manter a psicanálise como leiga na sustentação de uma transmissão do que seja nossa po-

sição política, a política da psicanálise, que tem seu ato como não regulamentável. Para história e reflexões sobre o Movimento, ver o livro *Ofício do psicanalista: formação vs. regulamentação* (ALBERTI, AMENDOEIRA, LANNES, LOPES, ROCHA, 2009).

No *Seminário 15: o ato psicanalítico*, Lacan (1967-1968, p. 28) diz em relação aos profissionais, que “desse ato, à medida que se faz dele profissão, resulta uma posição da qual é natural se sentir assegurado pelo que se sabe, pelo que se guarda dessa experiência”. Em relação à psicanálise Lacan dirá em seguida que da natureza própria do ato nesse campo resulta uma “posição que se deve manter por estar apto a exercê-lo”, do qual “dependem consequências mais sérias” em relação ao que resulta disso. Nesse ponto Lacan diz que “o ato psicanalítico diz respeito, e muito diretamente, em primeiro lugar” aos que dele não fazem profissão, mas que, “desse ato fazem profissão de agente”, como cita Alberti (1998, p. 97). Seu ato é não regulamentável porque “a psicanálise não se transmite como qualquer outro saber”, como citado no *Seminário 17: o avesso da psicanálise*, citação que assim prossegue:

O psicanalista tem uma posição que eventualmente pode ser a de um discurso. Ele não transmite um saber – não porque não tenha nada a saber, ao contrário do que imprudentemente se diz. Isto é o que está posto em questão – a função, na sociedade, de um certo saber, aquele que lhe transmitem. Ele existe (LACAN, [1969-1970] 1992, p. 188).

É igualmente por ser o discurso do analista, segundo Lacan ([1969-1970] 1992) o conceitua com os discursos no *Seminário 17*, aquele que fará interrogar os outros, e suas citadas estruturas de dominância a partir de um certo lugar agente, que a psicanálise não é uma profissão, e não há como verificar, senão em termos particulares, sua eficácia, que lhe será inculcada somente pelo valor da interpretação, que é sempre no um a um

que se produz. O discurso analítico não fará jamais mudar a estrutura social, mas não é nunca sem ele que qualquer troca de discurso se processa, como dito, por exemplo, no *Seminário 20* (LACAN, [1972-1973] 1985, p. 26-27). O saber que é transmitido numa análise é um saber deveras particular, no sentido de não compreender mais do que a estrutura topológica, enodada por um *savoir y faire*¹ adquirido singularmente pelo sujeito – o qual lhe trará um estilo, tributário de seu *sinthoma*.

Retomando a referência do *Seminário 15*, onde Lacan já de saída diferencia ato e tarefa, então nessa questão sobre do que se trata de tomar como responsabilidade da Articulação, podemos talvez também pensar, por um lado, qual é sua tarefa e, por outro, se é quando o Movimento faz ato. O que queria dizer Lacan (1967-1968, p. 87) ao afirmar nesse seminário que o ato psicanalítico reinterroga “esse ponto de equilíbrio, em torno do qual se coloca a questão do que é o ato” e em texto contemporâneo (LACAN, [1970] 2003, p. 269), que “está claro que, se todo ato é apenas uma figura mais ou menos completa do ato psicanalítico, não há quem domine este último”?

Lacan ([1970] 2003, p. 407) explicita que somente o ato analítico pode esclarecer qualquer outro ato – mesmo não sendo dominado, uma vez que algo da dimensão do ato analítico está mais ou menos presente em qualquer ato que assim possa ser nomeado, o que está muito longe do que comumente chamamos de ato no senso comum. Resta nomear o que é um ato e no que ele comporta a dimensão de consequência de um dizer por um efeito de divisão, de sujeito, que define o ato analítico. Um ato político, dando um passo a mais no que nos move, poderemos também defini-lo como o ato que instaura

1. Saber-fazer aí, tal qual Lacan (1976-1977, p. 12) se refere ao saber fazer com o sintoma, no *Seminário 24*. Na edição brasileira de *Outros escritos* se traduz como “saber haver-se”, em relação à verdade (LACAN, 2003, p. 442).

tais efeitos de consequência de divisão do sujeito?

Lacan diz que o ato analítico se dá do lado do analista, enquanto a tarefa da psicanálise é do analisante. O que define a posição do psicanalisante que pautamos como a posição política mais interessante do ponto de vista de tolerância quanto à singularidade, princípio da psicanálise é o discurso do analista. Situamo-nos para pensar a posição do psicanalisante com o que Lacan (1967-1968) no *Seminário 15* chama de sua tarefa na psicanálise, analisar, contrapondo-a com o ato, que então é do analista. Ato ou tarefa, do que quer que se trate em Articulação é de coisa bem distinta do ato analítico, obviamente, mas o tomo como referência a partir do que Lacan desenvolve nesse seminário, que é a conceitualização do ato analítico, que ele diz ser o único que pode esclarecer qualquer outro ato.

Quando logo no início da lição 6, Lacan (1967-1968, p. 87) se refere ao ato analítico na interrogação do que é o ato, diz que tem duas ambições falando do ato, a curta, “a melhor”, é saber em que consiste o ato analítico e a longa, que diz que não pode ser descartada, é esclarecer o que é o ato. Dessa longa ambição recorto então o que seria o ato político, e em Articulação.

Articular o ato analítico, diz Lacan aí, se for um ato, implica sua consequência uma vez que o ato é um dizer e um dizer na medida em que a dimensão do Outro no testemunho que ele faz não pode ser eliminável. Lacan (1967-1968, p. 211) diz que o que constitui o ato está no objeto *a*, que permite destituir de sua função a relação com o “todo”.

No ato analítico, a encarnação do objeto *a* faz a destituição subjetiva para que o sujeito possa aceder ao lugar de objeto no seu desejo, o que só pode ocorrer por um efeito de hiância. O analisante, Lacan diz que chegando à realização que é a da castração, consuma nesse ato sua divisão. Ele define o ato analítico como ato de natureza, por introduzir outra dimensão que é a de não agir por si

mesmo, como de natureza a lançar luz sobre o ato “sem qualificação”.

Esse ato que Lacan diz ser o “que não nomeia”, entendemos, seria o ato, se houvesse, do psicanalisante. O ato é “fato de significante”, diz Lacan (1967-1968, p. 216), “por onde tem lugar o retorno do efeito dito efeito de sujeito, que se produz pela fala, na linguagem”, uma vez que “ele é radicalmente divisor”.

Essa construção desemboca na afirmação de que todo pensamento ordenado se situa “a partir de um *bivium*” que, diz Lacan, é “particularmente claro” em nossos dias, ou se rejeita o efeito de divisão de sujeito ou o pensamento “entrega-se à dimensão do ato e, para isto, basta que toque no efeito de sujeito” (LACAN, 1967-1968, p. 217). Para concluir o acompanhamento teórico de Lacan nesse ponto, é por ora apenas importante dizer que segundo ele a valorização da presença do objeto *a* somente pode ser feita à luz da psicanálise (LACAN, 1967-1968, p. 225).

A partir dessa construção poderíamos definir o ato político como o que instaura um efeito de sujeito, de divisão, por um dizer que não elimina a dimensão do Outro? Se assim é, esse ato só pode ser esclarecido pelo ato analítico, pois é à medida que faz intervir a dimensão do objeto *a* que se faz ato. Lacan ([1970] 2003, p. 269) fala sobre todo ato ser “apenas uma figura mais ou menos completa do ato psicanalítico”. Como poderíamos verificar um ato como político, e, mais ainda, um ato político como tendo dimensão de ato analítico? Se verificamos num ato político a consequência do ato, uma divisão, ela seria consumada de forma análoga ao que seria o ato psicanalisante na assunção de uma divisão.

Voltando ao que se refere ao que fazemos em Articulação, temos, podemos dizer, como “tarefa” manter o quanto possível a psicanálise como leiga no que tange às tentativas nefastas de extirpação da singularidade nos projetos que pretendem regulamentá-la. Seria tarefa num sentido diferente, mas pró-

ximo do que faz o analisante ao narrar sua história, acompanhando sua construção aí mesmo, em transferência com um analista que, ao encarnar no lugar de objeto *a* a partir do ato, faz o sujeito não eliminar mais o lugar do Outro, mas considerá-lo desse vazio divisor que o pequeno *a* representa?

Na posição de analisantes, segundo esse raciocínio, em transferência com o texto freudiano, acompanhando as tentativas de regulamentar a psicanálise e sua transmissão, cabe verificar se e em que momento fazemos o ato de aceder a essa divisão a partir da consequência que um ato pode testemunhar na não eliminação do Outro, que se faz a partir desse ato. Podemos chamar de ato o que testemunhamos em momentos como os da presença de membros desse Movimento no Congresso Nacional, que teve o efeito de derrubada de projetos de lei que pretendiam regulamentar a psicanálise?

O que Lacan diz sobre o ato implica uma consequência podemos ver se refletir nessas ocasiões, mas podemos verificar tais efeitos de divisão, e como efeitos de ato, a serem atribuídos ao que fez Articulação? Se sim, podemos considerá-los efeitos que testemunham uma posição política a partir da posição do analisante, definida pelo discurso do analista, portanto pelo sujeito no lugar de trabalho, sobre o qual incide a inclusão do que há de divisor no objeto *a*.

Lacan (1967-1968, p. 229) diz que a noção de consequência se liga às funções de sequência lógica, pela qual o que tem consequência é “a articulação de um discurso, com o que ele comporta de sequência, de implicação”. Certamente um discurso foi articulado nas experiências de Articulação citadas, o discurso da psicanálise, que coloca a questão da verificação de terem ocorrido ou não atos políticos nos citados exemplos de transmissão. Tomo todo esse cuidado, pois, como sabemos, o nosso ato de referência, o ato analítico, traz consigo uma extrema dificuldade no que tange sua transmissão. A própria questão do passe, dispositivo que

Lacan criou para verificar a existência de um analista, conseqüentemente seu ato – que é o que o define –, ser tão difícil de ser implantada corrobora essa dificuldade de como verificar um ato analítico, um analista, fora da análise ainda por cima.

Em relação ao ato político, é prudente tomar as mesmas referências, de verificação de sua consequência ter ou não trazido efeito de divisão, o que diz respeito ao sujeito. Portanto, no ato político a dificuldade aqui aparece em como verificar num coletivo tal efeito.

Diz Lacan (1967-1968, p. 230) em relação aos efeitos do ato que por:

[...] sua duração, sua persistência e seu efeito aderente ao que dura, ao que se mantém nesse esforço de articulação, poderemos, com efeito, medir indiretamente o que há de deslocado no outro campo que é precisamente o campo das forças reais. Mas é sempre por algum nó de consequências, e de consequências significantes, que apreendemos o que ocorre.

“Forças reais”, interessante expressão que nos remete ao que há de mais político, no sentido amplo do termo, de viver na *polis*.

Em “todo discurso há efeitos de ato”, diz Lacan (1967-1968, p. 104). Então, quando diz que somente o ato analítico pode esclarecer qualquer outro ato, isso nos autoriza a tentar esclarecer a leitura política a partir do discurso do analista? Esse discurso tem como produto um significante-mestre, mas “outro estilo de significante-mestre” (LACAN, [1969-1970] 1992, p. 168), que se produz através da histerização do discurso que tem num outro giro discursivo o advento dos efeitos do discurso do analista, a ida do saber para o lugar da verdade, o que não seria verificável num coletivo, que determina a política.

Em *Radiofonia*, Lacan ([1970] 2003, p. 405), diz que “o efeito que se propaga não é de comunicação da fala, mas de deslocamento do discurso”. Assim, não se pode deslocar o discurso na política, a não ser pontual-

mente. Complementando a frase que abre o parágrafo, Lacan a termina da seguinte forma: “Se houvesse apenas a dimensão do discurso, isso deveria propagar-se mais rápido” (LACAN, 1967-1968, p. 104).

Quanto à questão de se objetivar histerizar o discurso, tal qual Lacan ([1969-1970] 1992, p. 31) diz, no *Seminário 17*, que é o objetivo do discurso do analista, também na política, poderíamos fazer a analogia de nesta se desejar fazer histerizar os discursos. Voltando num giro ao discurso da histórica propriamente dito, este é o que leva ao saber, mas para nada saber sobre isso, ela quer levar o *mestre* ao saber, fazer furo no discurso do mestre. Se esse passo é desejável, tem-se a condição de não ficar aí para aceder ao saber no lugar da verdade como barrado a ser agente, uma vez que esse discurso oblitera o objeto. O discurso do analisante é o que se histeriza a partir do lugar do analista, o que faz ressaltar a diferença sobre o discurso da histórica, no qual o sujeito está no lugar de agente, portanto não do trabalho, que não faz mais do que fazer o outro trabalhar. O lugar do analisante, então, se define de saída como diferenciado em relação ao agente histórico. Desse modo, uma posição política deve desta se diferenciar.

Tomando a construção que Lacan ([1969-1970] 1992, p. 160) faz ao sustentar que o discurso do universitário é a versão perversa do discurso do mestre, no *Seminário 17*, ele a nomeia como “mutação capital” que “confere ao discurso do mestre seu estilo capitalista”, que algumas páginas à frente Lacan vai complementando, primeiro dizendo ser uma “pretensão insensata” do agente desse discurso, o S_2 , ter como produção um sujeito, um sujeito que de modo algum pode “se perceber por um só instante como senhor do saber” (LACAN, [1969-1970] 1992, p. 166). O S_1 então como agente, no discurso do mestre, ao contrário, extraía seu saber do lugar do trabalho do escravo, como Outro, o que se modifica no discurso universitário por se ter o saber como agente do discurso “a partir

de certo momento da história”, sobre o que diz em seguida: “a partir de certo dia, o mais-de-gozar se conta, se contabiliza, se totaliza. Aí começa o que se chama de acumulação de capital” (LACAN, [1969-1970] 1992, p. 169).

O objeto *a*, assim contabilizado, totalizado, confere, entendemos, à política quando exercida a partir do discurso universitário sua semelhança com a característica desse discurso, de ocupação pelo objeto *a* de um lugar “da exploração mais ou menos tolerável”, como diz Lacan na página seguinte. A política assim, quando intenciona “tudo-saber” (LACAN, [1969-1970] 1992, p. 29), característica do discurso universitário, se enquadraria neste quando tivesse o saber como demanda. Mas será que a política intenciona mesmo “tudo saber”? Ou ela faz uso do saber para que tudo funcione – como as políticas hoje fazem uso dos aparatos técnicos de saber, como no discurso do mestre mesmo, que nada quer saber, mas quer que isso funcione?

No trabalho de Articulação testemunhasse, com essa referência, o exercício de uma política que se move pela direção contrária à totalização discursiva na contabilização capitalista: onde uma política quer regulamentar o saber, a política da psicanálise exercida em Articulação faz furá-la. É um trabalho que intenciona agenciar-se pela posição do psicanalisante, tal qual esta se apresenta, no discurso do analista, o que entendo como o que traz a possibilidade de vermos girar os discursos a partir de intervenções que se mostram, com seus efeitos, atos políticos. Em resumo, trata-se então da tentativa de fazer enquadrar a psicanálise no discurso do universitário, o que faz empuxo do “tudo-saber”, da contabilização e da totalização do objeto *a*. É o que Lacan (1992, p. 59) chama do que seria uma *Eu-cracia*,² que pode

2. “[...] que se encontra no horizonte da ascensão do sujeito-senhor em uma verdade que se afirma por sua igualdade a si mesma, por essa *Eucracia* de que falei certa vez, e que é, parece, a essência de toda afirmação na cultura que viu florescer, entre todos, esse discurso do senhor” (LACAN, 1992, p. 75).

aqui ser exemplificada pelo contexto que é o nosso na política brasileira. Temos como esclarecedor exemplo recente de intervenção do Movimento uma Carta enviada pela Articulação das Entidades Psicanalíticas Brasileiras, entregue em mãos à presidente Dilma Rousseff, com o pedido de veto da apelidada “Lei do Ato Médico”, que pela representatividade que possui o Movimento acreditamos ter ajudado em parte no veto que de fato ocorreu ao projeto de lei. Esse exemplo não diz respeito exatamente a uma tentativa de regulamentar a psicanálise, mas alia-se a ela no que implicitamente viria a ser uma reserva de mercado para o tratamento e diagnóstico também de psicanalistas, além de ser um acinte à liberdade de exercício profissional das outras profissões do campo da saúde que se veriam submetidas burocraticamente ao poder médico.

Com isso poderíamos identificar as tentativas de regulamentação da psicanálise com a tentativa sempre presente no humano de fazer Um, de *identificar-se*, pela unificação, plenamente com os “semelhantes” com a ajuda caridosa de um mestre que os comande, lembrando o axiomático *Psicologia das massas e análise do eu* (FREUD, [1921] 2011), aliado ao que Lacan diz sobre a massa visar comumente ser comandada por um Outro, na *Conferência em Genebra sobre o sintoma* (LACAN, [1975] 1998, p. 8) ou ao que é dito no *Seminário 23*: “A maior necessidade da espécie humana é que haja Outro do Outro” (LACAN, [1975-1976] 2007, p. 124). E a partir dessa realidade, tratar de responder ao que daí advém como mais-de-gozar, quando o que se apresenta é a intenção de ganho de um bônus que compensaria a perda originária, como se pode ler as tentativas de regulamentação da psicanálise, às quais a Articulação se contrapõe. Já 14 anos de trabalho ilustram a responsabilidade assumida por Articulação na persistência em sustentar a transmissão do discurso da psicanálise em nosso país. De novo no *Seminário 15* Lacan diz que “só há exemplos quando os efeitos se

tornam um pouco persistentes” (LACAN, 1967-1968, p. 256). Isso verifica a presença de analistas no mundo? Difícil responder, na medida em que a verificação do ato analítico é questão em sua transmissão num espaço que não seja o próprio, analítico, mas sem dúvida alguns efeitos, advindos da transmissão que faz Articulação, são verificáveis em nossa política. Lacan (1967-1968, p. 252), falando sobre a insurreição de maio de 1968, diz que assinar a título de psicanalistas parece um modo muito fácil de proceder em momentos como esse, pois seria considerar-se analista “estando quite com os acontecimentos”, o que liga a estar em “comunidade absoluta” com estes. Superficialidade, como nomeia, que nos adverte nesse momento recente tão fecundo de insurreição em nosso país – com as Jornadas de Junho de 2013 – contra a aceitação dócil da exploração capitalista. Em Articulação tratamos com a mesma advertência de responder, sem estar em *comunidade absoluta*, mas responder quando pertinente, a tentativas de retirar da psicanálise exatamente sua especificidade, a de ser *à margem*.

Abstract

The question of how to think about the political act within the Brazilian Movement of Articulation of Psychoanalytical Entities is the aim of this paper. It conceives the analytic act as defined at Seminar book 15 by Lacan. There the analytic act is outlined as one that, not eluding the Other's dimension, causes consequences that refer to the splitting effect on the subject by the object “a”, leaving the interrogation of how, departing from the analytical act, would define the act in general, the act that he “doesn't name”. In this brief reflection we try to see if a political act that stems from the experience of the Articulation, could be defined as an act that establishes a division among a collectivity, bringing us the issue of how this division would be verified. If we name as a political act some of the interferences of this Movement – that changed

the course of what was being proposed about legalizing psychoanalytic practice and which would deprive of its structural condition of not being legalizable – we would have to think about how to check the effect of division, which is only subjectively verifiable. How could a collectivity witness effects of act in this field of action named Articulation?

Keywords: Politics of Psychoanalysis, Analytic act, Political Act.

Referências

- ALBERTI, S. O quadrilátero no ato psicanalítico. *Opção lacaniana*, Revista Brasileira Internacional de Psicanálise. Rio de Janeiro, n. 21, p. 96-99, 1998.
- ALBERTI, S.; AMENDOEIRA, W.; LANNES, E.; LOPES, A.; ROCHA, E. *Ofício do psicanalista: formação vs. regulamentação*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009.
- FREUD, S. Psicologia das massas e análise do eu (1921). In: _____. *Psicologia das massas e análise do eu e outros textos* (1920-1923). Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p. 13-113. (Obras completas, 15).
- LACAN, J. *Seminário o ato psicanalítico* (1967-1968). Escola de Estudos Psicanalíticos. Publicação para circulação interna e uso dos membros. Inédito.
- LACAN, J. *O seminário, livro 17: o avesso da psicanálise* (1969-1970). Rio de Janeiro: Zahar, 1992.
- LACAN, J. *Discurso na Escola Freudiana de Paris* (1970). In: LACAN, J. *Outros escritos*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. p. 265-287.
- LACAN, J. *Radiofonia* (1970). In: _____. *Outros escritos*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. p. 400-447.
- LACAN, J. *O seminário, livro 20: mais, ainda* (1972-1973). Texto estabelecido por Jacques-Alain Miller. Versão brasileira de M. D. Magno. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- LACAN, J. *Conferência em Genebra sobre o sintoma* (1975). In: *Opção Lacaniana - Revista Brasileira Internacional de Psicanálise*. São Paulo: Eolia, n. 23, p. 6-21, 1998.
- LACAN, J. *O seminário, livro 23: o sinthoma* (1975-1976). Tradução de Sérgio Laia. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- LACAN, J. *O seminário, livro 24: l'insu que serait de l'une bévue s'aile à mourre* (1976-1977). Inédito.
Recebido em: 16/10/2014
Aprovado em: 21/10/2014

SOBRE A AUTORA

Mariana Abreu Mayerhoffer

Psicanalista, membro do Laço Analítico – Escola de Psicanálise. Doutoranda em Pesquisa e Clínica em Psicanálise pela pós-graduação do Instituto de Psicologia da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Assessora de Formação, Ensino e Pesquisa da Superintendência de Saúde Mental da Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura do Rio de Janeiro.

Endereço para correspondência

Rua Costa Bastos, 77/405 - Santa Teresa
20240-020 - Rio de Janeiro - RJ
E-mail: <mariana0307@hotmail.com>

Resumo

A criação artística em qualquer dos campos que se desenvolva, sempre foi considerada um ato solitário e sofrido. Admitir um casal de artistas vivendo uma intensa relação sexual, morando juntos e produzindo obras de mérito parece utópico. As mulheres, principalmente, são tidas como discípulas ou dependentes do homem. A autora coloca essa pressuposição em questão, tentando desmistificá-la. O sujeito, em relação a seu trabalho criativo, desenvolve uma relação narcísica, dual onde não há lugar para um terceiro. Um casal de gênios, na verdade, é um encontro de dois pares, cada um acoplado à sua obra de criação.

Palavras-chave: Criatividade. Narcisismo. Relação dual. Casais de gênios.

Nossa proposta é enfocar um aspecto curioso do tema. Não é da paixão pela arte propriamente que vamos falar, nem da paixão como arte, mas da possibilidade ou não de uma relação entre duas pessoas envolvendo simultaneamente dois artistas.

A partir da proposta de observação dessas parcerias surgem, de início, algumas indagações: Será o processo de criação um acontecimento irremediavelmente solitário? E ainda: Seria essa luta árdua e sofrida uma missão exclusivamente masculina?

Será possível admitir parcerias de casais de artistas que conseguiram manter suas produções individualmente e se ajudarem mutuamente na arte sem um deles atuar como dependente ou subalterno? Até que ponto as mulheres deveriam ser consideradas discípulas ou imitadoras de seus amantes famosos?

Numa interessante coletânea desses nomes, Isabelle de Courtviron e Whitney Chadwick estudaram 39 casais hetero e homossexuais que, na diversidade de suas interações compartilharam de forma exuberante e efervescente o caminho da criação artística. Entre eles, Camille Claudel e Auguste Rho-

din, Vanessa Bell e Duncan Grant, Lee Kramer, Jackson Pollock, Frieda Kahlo e Diego Rivera, todos pintores; Simone de Beauvoir e Sartre, filósofos e escritores; Virginia Wolf e Vita Sackville-West, que se beneficiaram no convívio dos seus parceiros para a realização das respectivas obras. Shari Benstock, que também estudou o tema, considera que nesses casos há uma luta dos parceiros na busca da realização e da autoexpressão.

No entanto, o mais interessante do modo como o assunto é tratado no livro de Chadwick e Courtviron (1993), chamado *Amor e arte*, é o critério de escolha das autoras, que se preocuparam em não escolher casais em que um dos dois fosse conhecido, assim como destacaram aqueles que mantinham uma relação visivelmente de ordem sexual, confirmando os conflitos da relação entre os dois e o ciclo artístico e de amizade a que cada um está ligado, bem como as relações familiares. Além de pessoas cuja saída da vida psíquica é criativa, retratam-se situações e o contexto sexual-afetivo no qual estão inseridos confrontando o tempo inteiro, o prazer, o sofrimento e o terror de serem “gênios vivendo juntos”.

Uma série de preconceitos sempre tentou desmentir a possibilidade de um par de gênios – gênio só pode ser um de cada vez e frequentemente homem, as mulheres quando se masculinizam são consideradas ameaças potenciais à criatividade. Às mulheres caberia contestar essa rivalidade ou conformar-se ao ostracismo. É como se a condição biológica que favorece à mulher o papel de criadora de outro ser humano lhe cerceasse em contrapartida, a capacidade de gerar obras de arte, produções artísticas. Até se poderia dizer que se atribuía o corpo à mulher e a mente ao homem. Desse modo, também se considera que o trabalho das mulheres é menos sério, apenas catártico; no entanto, a pesquisa das autoras o desmistifica.

Para a psicanálise é na pulsão, considerada em suas duas vertentes, Eros e Tanatos, que a paixão vai encontrar a sua matéria-prima. Ora, a paixão é afeto e como tal confunde e deixa cheios de dúvidas e imprecisões, os psicanalistas. E a psicanálise dá conta da paixão? Por mais estranho que possa parecer, a vida e não a morte é que é a impossibilidade extrema. Em seu caminho inevitável para a morte, a vida tenta a todo custo, perpetuar-se. A pulsão de vida se manifesta claramente na defesa da sobrevivência e nas expressões eróticas, tendendo à fusão inicial – relação dual com a mãe, o paraíso perdido do útero materno. Atuando junto à pulsão de vida há um *quantum* de agressividade que estimula os contatos entre as pessoas e com o mundo, ou de modo francamente agressivo, tentando modificar as pessoas ou o próprio mundo ou tornando-as mais compatíveis com o princípio do prazer. Às vezes é o impulso agressivo a tentativa única, possibilidade extrema de aproximação que se experimenta com o outro. Além disso, agressividade representa também a defesa contra o outro.

O sujeito vive entre os impulsos da pulsão de vida, que o lança nos embates, e a pulsão de morte, que tende ao repouso e alívio das tensões. No dizer de Maria Rita Kehl (1986, p. 474) “somos sobreviventes de nossa von-

tade de morrer”. As pulsões se desenrolam numa trama intrincada sempre num sentido conservador, mas a representação mais próxima do repouso absoluto é a fusão perfeita com o corpo materno. Tanto na fusão com a mãe como na perspectiva do aniquilamento na morte o que se busca é o repouso. Assim ocorre na experiência dual narcísica do começo da vida, do mesmo modo que nos momentos de paixão. Tanto o sujeito quanto o bebê só conseguem ver a si mesmos, e o mundo não passa de sua extensão.

A teoria kleiniana é que nos permite obter subsídios para entender o que acontece com o bebê onipotente, senhor e dono do mundo, que considera tudo que é bom, como sendo seu, incorporando-o e projetando ou expulsando o que é mau, como se não pudesse lhe pertencer. Somente após a primeira frustração com o seio, pode o bebê perceber que é o mesmo seio que o farta, que o frustra também. É então que se dá conta de que existe além dele alguém mais.

A relação amor-ódio ou **amordio**, como quer Lacan, uma vez estabelecida, está garantida a ambivalência das relações afetivas infinitamente.

Imaginemos a força desse ódio no recém-nascido porque na sua impotência, sendo totalmente dependente da mãe, a falta ou o retardo dos cuidados equivale para ela à ameaça à sua própria vida. Como a criança não exercitou ainda o controle desses impulsos desenfreados, a sensação desprazerosa que a intensidade deles costuma provocar poderia ser comparada ao desencadear de uma avassaladora paixão no adulto.

A psique necessita de exercer certa dose de repressão às paixões para se proteger. É por causa disso, a idealização que fazemos de um período no qual a satisfação dos desejos era também intensa. O paraíso perdido é a ilusão eterna do ser humano que a realidade afasta definitivamente, mas o narcisismo insiste em propor.

O desejo visa o retorno a essa fusão com a mãe, mas é a realidade que nos propõe a bar-

ganha para conseguir satisfações menores e com elas nos enganamos, pois a realidade é inimiga da satisfação absoluta do desejo. Ou o desejo é por si só insaciável ou como dissera Jacques Lacan “é intransitivo e eterno”.

Desse modo, o narcisismo primário terá que ser irremediavelmente abandonado para dar lugar às nossas diferentes possibilidades de amar. A essa impossibilidade de manter-se no narcisismo primário é que Lacan chamou castração. Freud a definiu sem denominá-la de simbólica, com as associações pênis/falo. Portanto, castração é separação, perda, falta e limite à onipotência do desejo e dela ninguém pode escapar ileso – somos todos castrados e é somente pela castração que temos acesso ao desejo.

A situação da paixão aproxima-se dessa onipotência arcaica porquanto o começo da relação apaixonada tira do outro sua condição de existência própria, ele é apenas depósito das idealizações, o representante da possibilidade da formação do *Um inicial*, do narcisismo primário da relação dual mãe-filho onde não há falta, um e outro se completam e desejam a mesma coisa, sendo ambos onipotentes.

Mas, passado o momento do encontro inicial, o amante, como a criança, vai experimentar a dor da frustração de perceber que o mesmo ser que o ama pode frustrá-lo também, e a ambivalência se incumbe de começar a sacudir a certeza absoluta da paixão. A realidade se incumbe depois de revelar a falta. A decepção revivida na paixão amorosa pode ter dois destinos ou ganha vida própria para além do desejo onipotente podendo daí nascer o amor ou opta pela morte, morrer por amor ou de amor.

No *Banquete*, de Platão, o diálogo de Fedro, que Lacan explora ao falar da transferência, introduz o tema do amor vinculando-o à linguagem. Trocam impressões o filósofo Sócrates e Fedro, iniciando por defender a tese de Lísias de que na relação amante/amado é preferível um amante sem paixão porque isso possibilitaria uma amizade duradoura,

ética e socialmente mais aceitável.

Sócrates mantém o ponto de vista de que o amor é desejo – desejo do belo – pontuando que é preciso distinguir o desejo do prazer que é instintivo e não se submete à razão e o desejo do melhor que exige reflexão. Além disso, demonstra que o apaixonado (“*érastês*”) movido pela paixão e por ela inteiramente dominado é escravo do prazer – praticamente um doente que deseja o amado (“*érôménos*”) como coisa e joguete. [É um governado que quer governar ou um escravo que escraviza].

Enfim, o diálogo de Fedro tem dois epílogos, segundo Pessanha (1987), o primeiro é o do amor submetido à ordem e à medida. O amante aqui, ao invés de querer escravizar o amado, tenta libertá-lo filosoficamente para que ambos se dirijam à sabedoria. Resulta na perfeita reciprocidade – o amado – objeto de amor, no fim se torna amante – sujeito do amor. O amante vê no amado outro amante. A face do outro no espelho é a sua própria face. O segundo epílogo é o do amor sem domínio de si, dominador, sem ponderação. É o amor de duas almas desmesuradas, entregues à indominável e irrefreável paixão sem continuidade na vida e na morte.

Se quisermos encarar a paixão sob a ótica lacaniana, teremos que considerar que o sujeito se realiza sempre no Outro onde não persegue senão uma metade de si mesmo. E seu desejo, no dizer do mestre Lacan (1983), é somente encontrado pelo sujeito na condição de dividido e pulverizado na metonímia da palavra. O sujeito, vale lembrar, só é sujeito, sujeitado no campo do Outro. Para Jacques Lacan, Freud coloca as pulsões parciais de um lado e, do outro, o amor. Quanto à pulsão genital total (*Die Ganze Sexualtrepung*), Lacan questiona se ela existe e se existe é dissoluta, não ajuntada e inapreensível. Ela não estaria em nenhum lugar e ao mesmo tempo ali estaria, porém, difusa. Para Freud, o amor na essência deve ser julgado como paixão sexual do *Gesamt-Ich* (Eu total) – este seria um campo onde todas as excitações poderiam

ser colocadas e se difundiriam em rede por mil canais.

O caráter clássico do amor é “querer seu bem para si”. O que é uma característica capciosa. É um pretense altruísmo que se satisfaz em preservar o bem de quem? – daquele que precisamente nos é necessário. Na relação sexual entram em jogo todos os intervalos do desejo – os amantes eternamente se perguntam: “Que valor tem para ti o meu desejo?”

Essa fusão primitiva é a busca tanto da relação apaixonada quanto da criação artística. Ambas se voltam para o re-encontro com o paraíso perdido e a ilusão da relação dual e da onipotência absoluta, da fusão mãe-bebê, onde dois fazem um e esse par garante a aquisição do objeto de desejo, irremediavelmente perdido, sem ter sido jamais, de fato encontrado.

No momento da criação é a obra de arte, o objeto *a*, furo, falta, buraco, recobrando a hiância. E nesse instante o objeto é apenas um. Não há por que considerar inadmissível a possibilidade da criação na convivência a dois, se ambos conseguirem a mesma forma idealizada de criar, se fundamentalmente situados, como dois sujeitos, não se relacionarem a dois entre si, mas cada um com seu desejo e seu objeto de desejo. O grande problema é cada um deles abrir mão da sua onipotência para se confrontar com a falta.

O narcisismo primário buscado, não admite a castração, o corte, a separação do ainda não sujeito e, portanto, objeto de desejo ele também, do falo. A entrada de um terceiro é inadmissível; é nesse embate que é impossível imaginar a relação entre dois sujeitos.

A criação artística mantém vínculos estreitos com a sublimação, e à medida que se detinha sobre os aspetos inovadores e inventivos da perversão na clínica, Joyce McDougall (1992) passou a cogitar se a sexualidade perversa teria algo a ver com a sublimação e conseqüentemente com a criação artística.

Chamou-lhe a atenção o fato da frequência com que os perversos se dedicam a ati-

dades artísticas que consideram integrantes do seu erotismo e delas faz o centro e os argumentos da sua atividade erótica. McDougall propõe então que se diferencie a atitude criativa do escritor e do artista da atitude do perverso ou que se estabeleça a dessemelhança entre a pornografia e a produção erótica. A teoria de McDougall embora ousada não deixa de ser intensamente instigante.

O psicanalista, de modo diferente do leigo tem outro olhar sobre a perversão. Não a vê como uma aberração criminosa, mas como uma outra possibilidade de inserção do sujeito na comunidade dos falantes, ao lado da psicose e da neurose, na medida em que é uma estrutura psíquica.

Nos *Três ensaios sobre a sexualidade* (1905), Freud definiu a perversão e a sublimação de forma idêntica – ambas adotam uma atividade na qual as pulsões são desviadas do seu alvo original ou visam um objeto que não é mais o objeto original. Além disso, ambas dizem respeito a pulsões parciais tanto libidinais quanto agressivas. A diferença reside na concepção de que na sublimação a atividade é “dessexualizada” quanto a seu alvo visando outros objetos socialmente aceitáveis, ao contrário da situação da perversão.

Freud já percebera que somos todos pequenos perversos polimorfos na nossa infância e perversos eternamente, em potencial. Esse núcleo perverso, entretanto, é difícil de ser reconhecido como também muitas das nossas potencialidades criativas inatas. Recentemente vimos Susan Boyle descobrir-se com uma voz primorosa aos 48 anos.

Há, de fato, relações ineludíveis entre as expressões perversas e as manifestações de criatividade, lembra McDougall, como entre o *voyeur* e o pintor, o exibicionista e o ator, o fetichista e o filósofo, bem assim entre os profissionais das diversas áreas como no caso dos cirurgiões onde não é difícil identificar traços sado-masoquistas, num pesquisador se evidenciarão traços de voyeurismo, traços obsessivos ajudarão decisivamente o

trabalho de um perito criminalista e assim por diante. E por que não lembrar ainda do voyeurismo e da escotofilia quando se trata dos psicanalistas?

Os limites entre uma sexualidade desviante e a dita normal são bastante tênues, uma e outra em algumas circunstâncias se confundem tanto, a ponto de questionarmos se existe mesmo uma sexualidade normal.

O perverso não escolhe ser perverso e, portanto, diz McDougall, o que o caracteriza não é o que ele *faz*, mas a constatação de que *não pode fazer de outro modo*. É o sem sentido ou o insensato das suas atitudes que garante o seu equilíbrio psíquico. Contudo, essa expressão é limitada e se for obstruída pode ameaçar o sujeito em sua tentativa de manter o equilíbrio psíquico no que diz respeito à sua economia identificatória. A sua atitude é abrangente e compulsiva, por isso, sua atividade erótica lhe ocupa muitas horas do dia o que costuma perturbar sua vida profissional.

Muito se assemelha essa atitude com a dos artistas e intelectuais quando envolvidos com suas preocupações internas e excessivas durante os períodos de criação. O que varia de um caso para o outro é o público que para o artista é muito mais abrangente que o do restrito mundo do perverso que às vezes se contenta com um simples espelho. Tanto os artistas quanto os perversos lidam com seus objetos internos na tentativa de restaurar o narcisismo primário através de suas criações.

No entanto, a tentativa de seduzir o público por parte do artista não conduz ao prazer orgástico, enquanto o perverso busca um gozo que às vezes só lhe vem através do gozo do seu parceiro. É então que o perverso se mostra um artista, refere McDougall (1989), ao *tentar fazer o público sentir algo*, invadir com sua visão, *comunicar com sua ilusão* da realidade. De maneira semelhante o perverso procura submeter o prazer sexual à sua criação pessoal. Ainda que o tema básico seja o mesmo, porém, a obra autêntica traz uma marca pessoal e indiscutível – o estilo

do seu criador, por isso, as obras não podem ser idênticas.

Quando se trata da produção de perversos, no entanto, fica patenteada uma necessidade de repetir o igual – o eternamente semelhante. Complexos e enigmáticos como são ambos, paixão e processo criativo, com características de grande semelhança ao seu desenrolar, parece-nos estéril especular se é possível o processo de criação a dois.

Ele é a tentativa eternamente repetida e frustrada de conseguir mais uma vez com o seu objeto, a fantasia da unicidade primeira e tão absoluta se configura que nenhuma paixão humana poderia jamais igualá-la.

Abstract

Artistic creation in any field has always been viewed as a lonely and painful work. To accept that a couple of artists can experience an intense sexual relationship, while living together and producing great work seems to be an utopic notion. Women, mainly, are considered disciples or dependent on men. The author questions this presumption in an attempt to demystify it. The subject, in relation to his creative work, develops a dual narcissistic relationship with no room for a third one. A couple of geniuses, in reality, is the meeting of two pairs each one fused on his/her creative work.

Keywords: *Creativity, Narcissism, Dual relationship, Couples of geniuses.*

Referências

CHADWICK, W.; COURTIVRON, I. *Amor e Arte: duplas amorosas e criatividade artística*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

FREUD, S. Sobre o narcisismo: uma introdução (1914). In: _____. *A história do movimento psicanalítico, artigos sobre a metapsicologia e outros trabalhos (1914-1916)*. Direção-geral da tradução de Jayme Salomão Rio de Janeiro: Imago, 1989. p. 89-119. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 14).

KEHL, M. R. A psicanálise e o domínio das paixões. In: NOVAIS, A. (Org.). *Os sentidos da paixão*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 469-496.

LACAN, J. Do amor à libido. In: _____. *O seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise (1964)*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985. p. 177-189.

LACAN, J. *O seminário, livro 8: a transferência (1960-1961)*. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.

McDOUGALL, J. *Em defesa de uma certa anormalidade: teoria e clínica psicanalítica*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

PESSANHA, M. A. J. Platão: as várias faces do amor. In: NOVAIS, A. (Org.). *Os sentidos da paixão*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 77-103.

Recebido em: 17/09/2014

Aprovado em: 21/10/2014

SOBRE A AUTORA

Marli Piva Monteiro

Psicanalista. Membro do Círculo Psicanalítico da Bahia. Delegada da IFPS.

Endereço para correspondência
Av. ACM, 1034, s/121C - Itaipara
41825-000 - Salvador - BA
Tel.: (71) 3359-2555

A transposição da vida sexual nos tratamentos psicanalíticos. O modelo da histeria morreu?

The transposition of sexual life at the psychoanalytic treatments. Has the hysteria model died?

Monique David-Ménard
Tradução: Leda Beirão

Desde a era vitoriana caracterizada, dizem, por um interdito massivo e socialmente orquestrado, dirigido contra a realização plena da vida amorosa e sexual, nossa sociedade, a dos países do neocapitalismo poderia se resumir por “gozar e consumir”.

A permissividade do sexo, que a caracteriza na mídia, vem acompanhada do retorno de um moralismo combativo. A violência atuante nas relações sociais se radicaliza. Esses fatores levam à obliteração do que chamamos em psicanálise ‘a sexualidade na formação das individualidades humanas’: não só os atos sexuais ou a sexualidade dita psíquica, mas o campo definido pelas experiências de prazer, desprazer e de angústia, que são também experiências pelas quais se formam as singularidades humanas.

Há muito tento não usar mais a oposição do psíquico e do somático, que alimentou demasiados debates insolúveis sobre de que, afinal, se trata quando falamos de sexualidades. Defini, portanto, a sexualidade da seguinte maneira: a formação das singularidades no terreno do prazer, do desprazer e da angústia imprime sua marca em todos os campos da existência de um sujeito, seja ela de saber, seja ela de atos e, na antiga lingua-

gem da psicanálise, de representações ou de afetos, de significantes ou de pulsões.

O que denominei vivências pode ser chamado também de experiências (em alemão *Erlebnis* pode se traduzir de duas maneiras)¹ porque os desejos são polarizados por um excesso que pode ser destrutivo, se ele se realiza ignorando (quer dizer, não levando em conta) os obstáculos ou as limitações que encontra. O desejo – podemos definir, então, além do princípio do prazer – não tem limite natural. A maneira pela qual as interdições do incesto e do assassinato limitam a realização passa pela família e pelas pessoas cujos gestos e palavras intervêm diretamente nessa tendência excessiva de visar os prazeres e sua proximidade com a angústia.

O que chamei de tendência excessiva na busca do prazer implica que os indivíduos que se constroem nessas experiências não as dominam. Os filósofos sempre, e equivocadamente, assimilaram esse não domínio à irracionalidade, enquanto a novidade freudiana foi fazer a análise rigorosa desse excesso. Propor a junção sistemática entre as regras que formam os pensamentos do sonho e o excesso que habita nossas buscas de prazer caracteriza especialmente a psicanálise. Esse não domínio da parte do sujeito por aquilo do

1. É o termo usado por Freud no *l'Esquisse d'une psychologie scientifique: das Anfangen der Psychoanalyse*. London: Imago Publishing, 1950. p. 325.

qual ele é constituído se realiza nas suas atividades tanto quanto nos seus pensamentos e se formaliza nos seus sonhos sem que ele possa guiá-los. Esse não domínio concerne também ao saber ou, antes, ao não saber que ele tem daquilo que o constitui. Na história da psicanálise, esse aspecto teve por muito tempo um papel relevante: aquilo que é sexualizado não somente é inconsciente, mas é o inconsciente.

Fazendo do inconsciente um substantivo, Freud e os psicanalistas que o seguiram quiseram insistir na separação entre si (*soi*) e si (*soi*), que implica a sexualidade no momento em que ela escapa ao domínio daquele ou daquela que ela forma. Falando de não domínio, antes de usar o termo “inconsciente”, quero insistir sobre aspectos diversos, não somente da ordem do saber e da verdade, dessa digressão. Essa é a razão pela qual no termo alemão que nós traduzimos por “*transfer*” em francês e por “transferência” em português, eu realço o aspecto da atuação *Übertragung*, e não somente o aspecto representativo.

Transposição implica uma mudança de espaço e, portanto, uma modificação relativa das condições nas quais se expande a via dos desejos: não tenhamos medo de fazer do tratamento uma das cenas do sexual, caracterizado pela prevalência instituída da palavra e pela interdição das realizações sexuais, o que mostra bem que incitamos os desejos a se exercer em condições um pouco diferentes das experiências comuns.

Enfim, se essa aproximação entre o passional de nossos desejos e as leis do pensamento do sonho pode ocorrer, é graças aos sintomas que se produzem na existência e na palavra: sintomas são entraves fatuais, produzidos pelo encontro do desejo excessivo com os recalques que tentam, frequentemente mal, limitar esse excesso.

Quando Lacan ([1964] 1973) definiu em *Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*, ele começa pelo inconsciente, que definiu na clínica como a ausência de si – esse *fading* característico do sujeito que fala a um

outro desconhecido. Ele cita, em seguida, a repetição, a pulsão, a transferência. Mas no momento em que aborda a transferência, ele esclarece que se trata de um “retorno na transferência”, quer dizer, a tudo que ele formulou sobre o inconsciente e a significância do desejo, sobre a repetição e as pulsões, sobre o velamento (LACAN, [1964] 1973, p. 165) da falta interna na rede de significantes e da falta interna à pulsão que induz a função do objeto contornado pela pulsão. Tudo isso só tem sentido nas condições da transferência, “colocada em ato pela realidade do inconsciente” (LACAN, [1964] 1973, p. 137).

Quando Lacan aborda o primeiro conceito – o inconsciente – sua proposição é muito interessante. Lembrando os esquemas freudianos do aparelho anímico (*seelisches Apparat*), designa o inconsciente como aquilo que se produz e se situa “entre percepção e consciência, como se diz, entre pele e carne” (LACAN, [1964] 1973, p. 46).

Esse fenômeno do surgimento e da perda daquilo que acaba de surgir em favor dos lapsos, dos sintomas, dos atos falhos e dos jogos de palavra é induzido pela posição do analista que acolhe a transferência, ou seja, a transposição do desejo e da angústia no espaço de tratamento. Nesse seminário, Lacan é muito pouco normativo, porque ele tomou a transferência como produção daquilo que se repete graças às condições nas quais o desejo e a angústia são mobilizados. E ele toma mais de perto que “a sexualidade é estritamente consubstancial à dimensão do inconsciente” (LACAN, [1964] 1973, p. 133).

Hoje minha tese é a seguinte: quando expomos dessa maneira o que é a sexualidade, a questão não é definir o que regula os desejos, e não vemos como a sexualidade tal qual a prática analítica a convoca poderia estar ultrapassada.

Dois críticas muito diferentes da sexualidade

Caracterizada dessa forma, a vida sexual aparece como uma dimensão necessária da

existência humana cujas manifestações entavam a vida ao ponto de que uma mulher ou um homem queiram se livrar dos sofrimentos ou das inibições que ela ou ele encontra. Dimensão que ocuparia um campo que se estende entre medicina e cultura. Por todo lado, elevaram-se vozes para dizer que a sexualidade assim concebida não era um dado inerente das sociedades.

A primeira voz foi a de Michel Foucault que considerava a era vitoriana não de repressão da sexualidade; ao contrário, a orquestração social que inventava sua importância. Por exemplo, nos “colégios” ingleses, da sociedade vitoriana, as interdições faziam o sexo interessante, impondo por todo lado um sistema de educação no qual o sujeito se lança aos desejos sexuais, desejos que davam mais substância a um saber de si quando as realizações de prazer eram suspensas. Foucault (1976) aproximou de início e muito rapidamente (*La volonté de savoir* [A vontade de saber]) o dizer do desejo à prática cristã da confissão. Em seguida, aperfeiçoou sua crítica da psicanálise fazendo desse dispositivo de sexualidade apenas uma das tecnologias de si que se instituíram nas tradições ocidental e oriental: o uso dos prazeres, o cuidado de si, a sabedoria articulada à arte erótica ligam de outra maneira prazeres, angústias, sociabilidade e pensamento que, pelo sistema das interdições, moldam o sujeito por sua culpabilidade. Perspectiva que será própria ao “dispositivo de sexualidade”.

É à superação do epistema dessa prática discursiva que nós assistimos? E qual foi o papel dos movimentos *gays* que, tendo lido Foucault, propõem a modificação das formas de vida, de preferência, a uma análise da sexualidade?

Antes de responder diretamente a essa questão pelo debate que eu tive alhures com Deleuze e Gattari no *Deleuze et la psychanalyse: L'Altercation* (2007), mais recentemente com Foucault no *Eloge des hasards dans la vie sexuelle* (2011) e ainda com Judith Butler

em *Sexualités, genre, mélancolie* (2009), prefiro hoje contar como trabalho na clínica.

A questão de saber se os modelos psicanalíticos tradicionais são invalidados pelas nossas práticas e se a sexualidade teve sua época se colocará a partir daí. Da mesma forma, as discussões com os movimentos *gays* se coloca em termos diferentes a partir da clínica.

Foucault propunha uma análise crítica da sexualidade que fazia dela um sistema de enunciados (práticas e saberes) onde a positividade tinha limites temporais, como era o caso da *mathesis universalis* no século XVII (*Les mots et les choses* [As palavras e as coisas]) ou do “fragmento do suplício” como arte de punir antes da invenção das prisões (*Surveiller et punir* [Vigiar e punir]).

É surpreendente escutar os analistas proporem a ideia de que a sexualidade talvez chegue ao final. Charles Melman, em sua obra lançada em 2007, falava de um homem sem gravidade porque sem sexualidade, quer dizer, que não será mais constituído pela união entre o inconsciente (o fato de o sujeito estar preso na linguagem) com a conseqüente perda do ser e a questão de diferença dos sexos.

No que foi dito antes, liguei intimamente inconsciente e sexualidade. Melman, quanto a ele, começa pelo inconsciente, mas sem o ligar à transferência como fez o Lacan de 1964.

Esse homem contemporâneo para o qual a junção inconsciente e sexual não se fará mais, não somente sem gravidade mas sem lugar porque ele será abandonado pelas normas que ligavam nas gerações anteriores a falta-a-ser e a função paterna autorizando, assim, a sexualidade dos filhos, graças à metaforização dos desejos do incesto e do assassinato. Mas Charles Melman descreve esse homem sem gravidade em termos negativos. O quadro conceitual a partir do qual ele questiona a clínica parte sempre da distinção que, sem dúvida, Lacan usou e abusou, mas que é muito mais simples: distinção entre o desejo e a necessidade.

Não seria simplificação retórica invocar sempre a perda de parte da vida que o vivente vincula à linguagem e que viria se juntar à falta do objeto da pulsão sexual sem que compreendamos exatamente como a metonímia do desejo, que o objeto evita por princípio, se articula à perda concernente ao vivente do fato de que ele fale?

Sabemos pela leitura de Lacan e Winnicott que aquilo que Winnicott denomina “necessidades da criança” não é nada biológico, mas faz referência aos processos de ilusão e de desilusão que formam a própria experiência do tratamento e pelos quais se forma um ser humano sexuado.

Minha tese salienta que a sexualidade forma muitas das singularidades humanas, mesmo se as diversas hipóteses, que lhe dão sentido, sejam não verdades eternas mas teorias, submetidas ao mesmo tempo à discussão racional, à verificação e à invalidação no nosso campo experimental, que é o da clínica.

Charles Melman, que deplora que o homem psicanalítico não exista mais, que crê que nas novas patologias os objetos do desejo se tornaram meros objetos da necessidade, que lamenta que a apresentação (*Darstellung*) desses objetos tenha se tornado mais importante que a elaboração da ausência deles pela representação (*Vorstellung*), esse analista, entretanto, não se questiona de que, talvez, os analistas tenham raciocinado sobre uma base conceitual muito estreita que adquiriu, nos círculos psicanalíticos, papel de esquemas normativos e não mais de hipóteses para reagrupar e discutir a novidade dos fenômenos clínicos. Ele nunca se pergunta se as oposições conceituais de base pelas quais os analistas abordam os sintomas não seriam muito simples e inadequadas.

Antes mesmo de nos interrogarmos sobre os “casos-limite” e depois sobre uma eventual “perversão generalizada” na cultura do “consumir e gozar”, podemos afirmar a inadequação para a clínica de dados teóricos demasiadamente gerais.

Desde 1983, na *L'hystérique entre Freud et Lacan*,² eu discutia a pertinência da abordagem da histeria por Lacan, que foi retomada por Charles Melman em 1984: reconduzir a insatisfação histérica ao desejo de tomar o lugar do pai morto, acedendo ao saber sobre o sexo; instalar o desejo do ser insatisfeito como recurso estrutural da histeria na leitura lacaniana do sonho da açougueira (*Interprétation du revê* [Interpretação dos sonhos]), isso integra diretamente a histérica a esse esquema segundo o qual só a função simbólica do pai permite aceder à falta-a-ser constitutiva do desejo na clínica e do *fala a ser* na teoria.

Não estou certa de que, ao reduzir os sintomas de conversão a uma lógica de signo que não alcançaria a significância do desejo, faríamos verdadeiramente justiça à busca por parte do histérico de um acordo impossível entre o gozo e o saber. Isso que se delineia há vinte anos é que, para escutar nossos pacientes e permitir uma transformação subjetiva, convém se desfazer dos esquemas teóricos prontos que pretendem unificar epistemologia do desejo e eficácia clínica. Dito de outra forma, é necessário se ater aos “quatro conceitos fundamentais da psicanálise”. Quando uma teoria se torna norma de escuta, ela impede os impasses da sexualidade de correr o risco de uma repetição.

É sempre tempo, se verdadeiramente a clínica for uma fonte de pensamento, de transformar os esquemas sobre os quais, equivocadamente, nos apoiávamos. Por exemplo, se outro dispositivo além do Nome-do-Pai permitir a um(a) paciente sair do impasse, por que não chamar de simbólico esse dispositivo, relativizando o valor das teorias sobre a função do pai e revendo o estatuto da linguagem que não é somente estrutura significante como acreditávamos?

2. Tradução brasileira *A histérica entre Freud e Lacan*. São Paulo: Escuta, 2001.

Como pensamos o sexual na clínica?

Antoine Decitre poderia ser descrito sob a rubrica dos “obsessivos” conforme a primeira tradução do termo alemão *Zwangsneurose*, que atualmente substituímos por neurose de coerção. Sua vida, tanto de trabalho quanto sexual, se choca a inibições constantes. Ele diz viver razoavelmente bem, ter uma profissão universitária reconhecida e algumas relações amorosas no decorrer das quais afronta com angústia a impotência que o paralisa, pelo menos, no princípio da relação. Reconhece que suas atividades de pesquisa também estão como paradas, que ele se contenta com o mínimo o que pode, no final, comprometer sua carreira. A regularidade das sessões de análise transformou-as num rito entre ritos, do qual se trata também de poder emergir.

Ele é tão perspicaz quando fala de um sonho que tudo o que ele quer a propósito desse sonho é uma maneira de se distanciar do fato mesmo de ter sonhado. Por seu saber, ele pulverizou o desconforto que o sonho, no momento, o fez sentir. O analista é tentado a esperar passivamente que a violência contida na sua amabilidade tão constante se coloque em relação com uma suposta violência nas suas relações com o pai. Mas nada disso ocorreu.

Um acontecimento da sua vida amorosa chamou minha atenção para a violência recalcada que se inscreveria dentro do esquema clássico do conflito edipiano: ambivalência na relação com o pai, obstáculo ao desejo pela mãe. Seu primeiro sonho durante a análise efetivamente colocava em cena sua culpabilidade. Ele fugia com um amigo porque tinha cometido um crime. Crime indeterminado mas que se acompanhava de uma cláusula suplementar: tinha roubado as orelhas dos pais. Ele se encontrava só, na prisão, estava condenado à morte e escrevia uma última carta aos pais, falando-lhes do seu amor.

Despertar... Que maravilhoso sonho edipiano, diríamos a esse, cujo crime se dirigia aos pais tomados em conjunto. Não adianta-

va, no tratamento, esperar que se manifestasse uma violência diretamente dirigida ao pai.

Como a verdade frequentemente ultrapassa a ficção, durante a análise ele se apaixonou e viveu durante certo tempo com uma jovem cujos pais tinham sido assassinados. Eu notava que sua impotência deixava de existir quando ele ia encontrá-la em outro continente, interrompendo a análise por algumas semanas. Ele respeitava tanto o sofrimento dela ligado à morte dos pais que aceitava, para não fazê-la sofrer mais – e por ciúme nesse caso – não rever seus amigos nem, sobretudo, suas amigas “de antes”, pronto a se separar de quase todos aqueles que contavam para ele. Durante esse período, ele teve muitos sonhos nos quais era sempre culpado, mesmo se não fizesse nada pelo qual sua amiga pudesse reprová-lo. Ele não podia se justificar diante dela – sua culpabilidade estava além da razão. Para ele era de certa forma mais confortável se sentir culpado sempre. Esses sonhos lhe permitiram, no entanto, dar conta de como a situação lhe era insuportável.

Nesse período em que se expunha às reivindicações violentas de sua companheira, ele falava muito, e dessa vez sem intelectualização, do fato de que não suportava ser para alguém a causa ou mesmo a ocasião de um sofrimento.

Eu assumo a culpa por tudo de que Flore me recrimina. Mesmo se não há nada mais entre mim e Isabelle faz tempo, quando Flore me acusa, de todo modo, sou culpado e prefiro desaparecer da sua vida.

Não lhe passava despercebido que esse cenário de culpabilidade era também uma maneira eficaz de se distanciar da Isabelle. Culpabilidade, portanto, transformada em masoquismo de exclusão, que não se organizava segundo o esquema rígido de uma rivalidade edipiana. Era isso que ele repetia no tratamento falando sem parar, fazendo como se não se dirigisse a ninguém nas ses-

sões. Para ele seria pedir muito que o analista estivesse presente e existisse por sua escuta. A transferência foi vinculada ao retraimento generalizado que tinha marcado sua adolescência. Era inesgotável o terror – sempre presente – que lhe inspirava a avó materna, que tinha perdido sucessivamente o marido e o filho em circunstâncias trágicas. Ele “sabia bem” que sua relação com o sofrimento vinha do poder exercido pela avó que lhe incumbia de compensar todos seus pesares, mas isso não mudava em nada suas inibições.

O importante na repetição transferencial é o seguinte: a pessoa que o escutasse não deveria figurar no programa do tratamento. Isso possibilitava, paradoxalmente, minha intervenção concernindo a ouvinte indeterminada da qual ele necessitava para não sair do esconderijo. Em resposta a minha intervenção, evoca palavras de sua mãe que o tratava de “carniça” quando ele ficava insuportável e fazia coisas perigosas e excessivas. Pois ele não tinha sido sempre esse homem retraído. Datava da adolescência o momento em que não acompanhava mais os companheiros, persuadido que não saberia jamais o que fazer com as meninas, nem desenvolver seu corpo como eles. Nessa época começou a investir no trabalho intelectual, compatível com seu retraimento.

Um acontecimento inesperado, no entanto, lhe ocorreu: um dia, para afirmar sua presença de menino junto a uma companheira de classe, se plantou diante dela no pátio do recreio e lhe disse todos os desaforos que conhecia. Desde a escola primária, ele sempre tinha considerado as mães que esperavam os filhos à saída da escola umas fofoqueiras “esquadrinham merda”. No dia seguinte, na saída de escola, a mãe dessa menina o chamou de lado e lhe repreendeu, “passou um sabão”. Com os olhos de hoje, ele considera que ela agiu corretamente: de fato, ela o chamou à parte sem divulgar a questão para sua família, nem às outras crianças do pátio do recreio.

Não impede que as mães da saída da escola sejam fofoqueiras. Eu queria apenas afirmar a Cécile que eu gostava dela. Desde então não me importo mais com nenhuma mulher.

Na verdade não é exato quando digo que essa lembrança lhe voltou inesperadamente. Depois da minha intervenção sobre “falar com ninguém”, ele teve o seguinte sonho: ele mastigava um cartucho de tinta, deixando correr tinta pela garganta. Diante dele estava um colega, um pouco mais velho, mas que tinha um percurso de pesquisa satisfatório. No momento em que o colega se surpreendia com o seu gesto, ele diz no sonho “Sou completamente louco”. Na sessão, ele fala, então, de seu exibicionismo. Diz que se envergonha de ser surpreendido em uma cena tão boba: “Como se eu fosse o idiota da aldeia”.

Escutando-o, eu pensava nas páginas de Sartre sobre Flaubert, nas de Deleuze sobre a idiotice, nas de Foucault, nas de Lacan. Sabemos que etimologicamente um idiota é um ser encerrado em uma posição limitada e muda, que pertence somente a ele. O contrário da uma singularidade. Depois, Antoine atravessa uma crise violenta de hipocondria que o subjuga sem que se desse conta de que aquilo pudesse ter relação com a lembrança das “mães fofoqueiras” ou com sua escolha de uma analista-mulher. Ele tinha hemorroidas, se sentia exausto e acreditava estar gravemente enfermo. “Talvez seja seu sonho que o fatigue ao extremo”, lhe disse. Ele escutava educadamente minhas palavras quando eu o reconduzia ao sonho, mas estava transtornado – eis o excesso, no caso – pela convicção de estar gravemente doente. Seu clínico geral, ao ver o resultado dos exames prescritos (era uma mulher), lhe disse: “Não estou preocupada com você”.

Ele tampouco acreditou nela, mas nesse momento um episódio novo na sua vida profissional lhe permitiu ao mesmo tempo o reconhecimento de seu gozo passivo e sua transformação: um conflito violento envolvia vários colegas e, em vez de fugir como de

costume, ele interveio na violência do conflito e ficou surpreso de que lhe agradecessem calorosamente por ter criado uma saída para a crise. Imediatamente esqueceu a angústia de estar enfermo, surpreso de ter saído da inibição usual com a intervenção ao mesmo tempo violenta e eficaz no conflito. Ele trouxe de volta, na análise, o fluxo de impropios que tinha sido sua maneira, quando menino, de se colocar perante uma menina. A única maneira que dispunha, então, para estar lá, para afirmar sua presença.

Podemos sempre dizer, na escuta desse paciente, que lhe faltou um pai mais vigoroso que o fizesse sair de seu aprisionamento no gozo materno e no da avó. E que a analista – mulher ou homem, pouco importa – estava em posição de pai simbólico. Mas em nome de que gostaríamos de impor determinada norma de subjetivação, que a escuta clínica não exige? O gozo desse homem se desenvolve conforme um cenário efetivamente passivo, mas não era a rivalidade edipiana nem o esquema da castração simbólica que o faziam sair.

A seguir do sonho, ele falou muito dos lápis que seu pai, empregado em uma papelaria, lhe oferecia encorajando, assim, seus talentos de pintor e desenhista. Mas ao mesmo tempo, é o poder próprio do “sonho do cartucho de tinta escorrendo dentro da garganta” que lhe permitiu, nesse momento da sua análise, se reconhecer na sua passividade.

Até então ele o admitia intelectualmente, com a condição de não se imaginar no “gozo de idiota”. E esse reconhecimento – eis o processo da análise – se identifica com a invenção em outra cena, a das relações sociais, de uma saída desse gozo até então aprisionado nos sintomas de fuga e de impotência.

Quando essa transformação se produziu, notemos que interveio de forma contingente uma ocasião, um fator aparentemente independente, mas que permite que se invente a transposição do sintoma que ao mesmo tempo utiliza um aspecto de sua história ligada ao social – o trabalho do pai – e alcança a se

transpor para realidade social atual: o conflito dos colegas – alheio a ele – mas no qual ele intervém.

Esse papel do fator contingente, tomado da realidade e por si-mesmo sem conexão com o sintoma mas que transforma, graças à transferência, o real em sofrimento no sintoma, me fez escrever no *Eloge des hasards dans la vie sexuelle* [Elogio do acaso na vida sexual], que o analista é menos um “sujeito suposto saber”, conforme expressão de Lacan, que um conector, graças a quem se faz a ligação entre espaços de existência até então cuidadosamente separados pelo gozo – no presente caso –+ o gozo mudo de um “idiota”.

Que esses fatores contingentes sejam emprestados da realidade e que, graças a eles, o real ou seja, o traumático do sintoma, encontra para se transportar, mostra também que não há de um lado um sujeito e ao exterior dele uma realidade social ou relações de poder que, às vezes, cruzam os desejos. Desse ponto de vista, mesmo se Deleuze e Guattari, no *l'Anti-Œdipe O anti-Édipo* erraram ao construir o social e o político a partir unicamente dos fluxos de desejos, eles tiveram razão ao afirmar que o desejo não era uma interioridade nem um “psiquismo” independente da realidade social que lhe seria exterior. Eles têm razão de colocar um fim ao psicologismo e ao pressuposto da extraterritorialidade da *psique* em relação ao social e ao político. Mas como esse exemplo permite precisar, a convivência do social e do desejo é paradoxal: ela requer um momento de contingência (não de exterioridade) que, único, permite transformar o que se encontrava paralisado “dentro” do sujeito a quem, erroneamente, creditamos uma interioridade.

Os sintomas podem se resolver pela intervenção de fatores tomados emprestados da realidade aparentemente exterior ao desejo, mas do qual o desejo, em sofrimento na repetição transferencial, consegue se servir para se transportar. O sonho do cartucho de tinta toma emprestado um objeto que per-

tence à profissão do pai, empregado em uma papelaria. Esse objeto é ao mesmo tempo social, paternal e integrado no cenário do gozo do qual Antoine Decitre vive até então de forma congelada.

Qual é exatamente a função desse objeto? O objeto não é único em si mesmo. Ele faz parte de um cenário erótico que faz comunicar pelo menos três zonas erógenas: sua boca, seu ânus, um pênis, talvez. Deveríamos acrescentar o olhar que circula entre o colega e ele? Não exatamente, porque nada no sonho indica que a presença desse homem se produz no elemento do olhar. Mais que o olhar, é a palavra do colega que o desentoca do gozo e é a pesquisa científica, objeto comum aos protagonistas do sonho, que faz parte do circuito pulsional: uma e outra característica tecem a presença (*Darstellung*) mútua desses dois pesquisadores.

Já me ocorreu muitas vezes lhe perguntar: “Mas como você se tornou um pesquisador? Não estava previsto na sua história!”. Ora, até esse período da análise essa posição de ignorância que eu tinha tomado restara sem efeito. Ela não se coadunava a sua “idiotice”; o que o sonho, no momento, efetuava. O objeto “cartucho” condensa de modo até então mudo o que para esse homem é o mais inassimilável e o mais importante na sua vida. A atividade pulsional não isola em si mesmo o objeto que faz parte de uma cena erótica complexa. Ele bebe a tinta da caneta por um movimento ativo dos lábios e dos músculos da boca, o que não pode deixar de fazer pensar na sucção de um bebê. No momento em que se dá conta, ele fica horrorizado. Foi exatamente isso que o horrorizou quando ele se deu conta do fato. Mas não se tratava de um retorno a um gozo de bebê: a indeterminação do detentor da caneta (o colega pesquisador, ele mesmo ou a analista “esquadrinha-merda”) inscreve a cena em outro modo pulsional, epistemofílico.

Além disso, a maneira anal de participar do sonho (as hemorroidas) inventa outro compromisso entre a atividade e a passivi-

dade, mais ligada à lembrança das “mães esquadrinha merda” (entre as quais a analista). Um resumo da história da sua sexualidade, de certa forma! Esse gozo privado concerne ao que Lacan às vezes denominou “um sujeito acéfalo”, ou seja, dotado de uma capacidade de invenção singular e pessoal, tudo sendo aparentemente anônimo como os circuitos pulsionais. Ora, esse gozo privado é o elemento mais ligado às relações sociais, tanto pelo elemento referido ao trabalho do pai quanto pela iniciativa atual de Antoine Decitre, possibilitada pelo fato de que ele aceitou, no presente, reconhecer-se no seu “gozo de idiota”.

Para ficar no vocabulário de Lacan, é esse processo que ele denomina a queda do objeto *a* na análise. É porque uma transformação está em vias de se produzir que sua maneira de gozar inventa um sonho, que se trata de revelar à analista, mas no princípio, não se entende nada... Os recursos da linguagem em matéria de ambiguidades e de significância permitem esses acordos, ao passo que o ato de superar a inibição foi a audácia de ter o sonho. Que isso possa também ser dito é solidário desse ato.

É vão se perguntar se o que prima é o caráter linguageiro e significativo do sonho no tratamento ou se é a reorganização pulsional. O poder de uma análise se atém a um registro onde não temos mais que fazer essa distinção. E esse momento só pode surgir se o analista se desfaz das supostas normas do desenvolvimento psíquico.

Antoine Decitre tinha sintomas obsessivos, mas não respondia ao esquema de um obsessivo tradicional. O que foi eficaz nesse tratamento foi, ao mesmo tempo, que ele tenha podido repetir sua fuga sem que o analista se impacientasse muito e que, chegado o momento, quando ele repetiu até a saciedade, o analista pode nomear aquilo que estava por trás da repetição.

O inconsciente não se liga unicamente ao sexual pela função normatizante da função fálica e pela vivência bem atravessada da di-

ferença dos sexos concebida como única experiência útil. O analista não é nem pai simbólico, nem mãe menos adoecedora. É a junção entre a repetição do pulsional e a escuta que é eficaz e permite a criação do sonho no qual o sonhador retorna sobre aquilo que ele havia excluído.

Conclusão

Espero ter mostrado que, mesmo nos tratamentos comuns e não somente nos das psicoses ou novos sintomas, invocar o Nome-do-Pai como função limitadora do excesso que impede o acesso ao gozo suportável ou invocar sua ausência como causa do sintoma simplifica o panorama e não faz mais que avaliar os processos de tratamento por norma estrangeira. Talvez a sexualidade, mesmo na Era Vitoriana, tenha sido colocada em ação por outros processos além do “dispositivo da sexualidade”, ou o Nome-do-Pai como única solução aos impasses dos quais os sintomas testemunham.

Será que eu deveria ter me lançado na polissmia da palavra “cartucho”? Um cartucho é tanto um tubo de vidro ou de plástico que contém tinta para uma caneta como aquilo que se introduz em um fusil para que se possa atirar. Eu poderia construir uma teoria na qual o animal em que se devia atirar seria o pai, enfim confrontado como em *Totem et tabou*. Um cartucho é ainda um recurso final para ganhar em uma prova difícil “um último cartucho”.

Mas fazendo isso, eu não me daria conta do processo mesmo da análise. Eu sobrecarregaria a ocorrência do tratamento com uma teoria geral do desenvolvimento psicosexual ou da castração simbólica. Fazendo isso, eu perderia o que nos aporta a clínica da psicanálise:

1. Para o pensamento: uma nova relação do real do sintoma com a realidade contingente do qual esse real do sintoma necessita para se transformar, ou seja, o pensamento da ocorrência.

2. Para a ética: apesar de não gostar muito desse termo, frequentemente empregado para reinstalar a análise como norma: o processo do tratamento é uma das experiências que nos libera de toda moral, justamente porque os sintomas podem encontrar aí sua própria transformação. Eu ficaria tentada a dizer de modo imanente (como Deleuze) se a estranheza do ‘outro-analista’ e a contingência daquilo que move elementos traumáticos não tivessem aí um papel decisivo.
3. Às concepções ideológicas do sexo, quer sejam ligadas à norma da diferença dos sexos ou, ao contrário, à máquina de guerra das práticas sexuais que atacam esta última. Porque a clínica mostra que, no tratamento, pela superação do recalçamento da sexualidade infantil – que não é a sexualidade da infância – uma existência se transforma. Repetimos, a partir de Freud, que o inconsciente ignora a diferença dos sexos, mas raramente levamos isso em conta: de fato, quando são convocadas as pulsões parciais, a questão da sexuação reinventa as formulações utilizando, para isso, materiais a partir dos quais a questão da sexuação se cristalizou nos sintomas. Desse ponto de vista, não se fará mais a apologia, por exemplo, das formas anais da sexualidade “contra” as formas fálicas. Não há que idealizar tal pulsão parcial antes de outra. Há aí uma questão a ser reaberta.

Abstract: *This paper brings basic contributions about present sexuality through a clinical case of obsessive neurosis. The author shows that in some instances of neurosis it's necessary to summon the Name-of-the father as a restraining function to the excesses shown at current clinic.*

Keywords: *Contemporary sexuality, Present clinic, Excess, Obsessive neurosis.*

Referências

LACAN, J. *Le Séminaire, livre XI, Les quatre concepts fondamentaux de la psychanalyse* (1964). Paris, Seuil, 1973.

MELMAN, Charles. *L'homme sans gravité*. Paris: Denöel, 2007.

Recebido em: 20/10/2014

Aprovado em: 21/10/2014

SOBRE A AUTORA

Monique David-Ménard

Psicanalista, com formação conjunta em filosofia e psicanálise. Doutora em filosofia e psicanálise. Doutora em psicopatologia clínica e psicanálise, sob a orientação de Pierre Fédida (1978), Universidade de Paris 7. Doutora em filosofia, sob a orientação de Jean-Marie Beyssade (1990), Universidade de Paris 4/Sorbonne-nouvelle. Membro da Escola Freudiana de Paris (1979-1980), do Centro de Formação e Pesquisa Psicanalítica (1982-1994) e da Sociedade de Psicanálise Freudiana desde 1994. Títulos e funções atuais: psicanalista, membro associado da Sociedade de Psicanálise Freudiana; professora emérita de cadeiras superiores; orientadora de pesquisa da Universidade Paris-Diderot, Escola de Pós-Graduação. Membro da *Rede Internacional de Mulheres Filósofas*, da UNESCO. <winmail.dat>.

Endereço para correspondência

29, Place du Marché St. Honoré
75001 Paris
E-mail: <mdm01paris@aol.com>

Os sentidos da saúde na obra de Donald Winnicott

The meanings of health in Donald Winnicott's work

Rafaela Mota Paixão França

Maria Consuelo Passos

Zeferino Rocha

Resumo

Pretende-se neste ensaio abordar os sentidos da palavra “saúde” na obra de Donald Winnicott, com o objetivo de mostrar a sua complexidade conceitual e suas relações com o processo de amadurecimento.

Palavras-chave: Saúde, Doença, Teoria do amadurecimento, Criatividade.

*Para tornar a realidade suportável,
todos temos de cultivar em nós
certas pequenas loucuras.*

MARCEL PROUST

Introdução

A noção de saúde esteve, durante muito tempo, marcada por críticas e controvérsias no que se refere a sua definição e às expectativas sociais produzidas a partir dela. Historicamente observou-se uma evolução conceitual importante no que se entende por saúde e doença quando essas concepções, antes marcadas pela hegemonia do naturalismo e da biologia, foram colocadas em questão, passando a ser problematizadas em diferentes áreas do conhecimento. Os desdobramentos desses debates resultaram, então, numa modificação significativa na definição de saúde, que foi ampliada frente ao destaque que os aspectos culturais e contextuais assumiram.

Sob o prisma das ciências sociais, das ciências naturais, da psicanálise ou e da filosofia, por exemplo, a definição de saúde não encontra uma univocidade conceitual ainda hoje. Dessa forma, é possível dizer que os sentidos da palavra “saúde” sempre foram

relacionados aos diferentes contextos históricos e ao panorama aberto pelas leituras sob as quais foram analisados, sendo, portanto, fundamental que seja considerada a perspectiva epistemológica e a filiação teórica de um estudo que enseja essa noção.

No presente trabalho não nos debruçamos sobre o debate epistemológico a respeito da saúde, tampouco sobre a redefinição do seu conceito. Nosso objetivo foi compreender a utilização do conceito de saúde feito por Donald Winnicott em seus escritos, com a finalidade de debater a complexidade de sua formulação, mostrando como esse autor contribuiu para uma reflexão positiva acerca da saúde. Caminhamos pelas trilhas do paradigma psicanalítico, mais precisamente, acompanhamos o desenvolvimento desse conceito na obra do referido autor, numa tentativa de sistematização dos textos em que encontramos pistas da trajetória seguida para formular a concepção de saúde psíquica presente em sua obra.

Estudiosos da obra de Winnicott rapidamente compreenderam que, pelo seu estilo de escrita e pela sua forma de apresentação teórica – geralmente marcadas pela sua experiência clínica e apresentadas em conferências de rádio ou palestras que proferia –, a teoria winnicottiana se diferenciava daquilo que era produzido pela psicanálise até então. Essa diferença deu margem, por exemplo, a que a sua teoria fosse considerada simplista ou sem uma unidade teórica.¹ Embora esse ensaio não se proponha a desenvolver as críticas que envolvem essa questão, reconhecemos o quão difícil pode ser a delimitação de determinadas conceituações em sua obra frente a sua maneira livre de desenvolvimento teórico. Por ora, gostaríamos de destacar a importância desse esforço de sistematização na medida em que a noção de saúde, tal como foi formulada pelo autor, apresenta uma construção muito peculiar e de impacto importante na clínica psicanalítica. Tendo como referência as significativas contribuições do psicanalista britânico, pensamos poder refletir sobre os ideários de saúde que marcam a atualidade. Foi nosso propósito investigar: em que aspectos essa concepção de saúde pode ser entendida como inovadora e como Winnicott definiu o conceito de saúde psíquica em sua obra. Lançamos como questões: Pode-se dizer que há uma unidade teórica quanto ao sentido da palavra saúde em sua obra? Como as formulações winnicottianas podem nos ajudar a entender a busca pela “saúde perdida”² na contemporaneidade?

Seguimos, como roteiro metodológico, alguns artigos espalhados pela obra de Win-

nicott, cujas proposições argumentativas possibilitaram ao autor introduzir, ou complementar, a sua noção de saúde. Sempre que possível, fizemos uma análise cronológica dos textos, com o intuito de facilitar ao leitor a visualização da sua trajetória, tentando ressaltar os aspectos significativos desse material, bem como os pontos de conexão, similitudes e complementaridades existentes entre eles. A atualidade das formulações winnicottianas explica por que os seus escritos vêm sendo constantemente revisitados, sobretudo, quando se trata da psicanálise de crianças. Um mergulho na obra desse autor, portanto, justifica-se como uma tentativa de acompanhar o percurso que empreendeu, percorrendo os meandros de cada produção, com a finalidade de contribuir ao estudo do sofrimento psíquico.

Saúde e normalidade

A elucidação do conceito de saúde psíquica, ainda que não corresponda ao conceito-chave da psicanálise winnicottiana, é um aspecto emblemático da formulação de sua teoria do amadurecimento pessoal normal. De maneira geral, podemos dizer que sua concepção de saúde e doença está atravessada pela noção de indivíduo saudável, que, por sua vez, corresponde à capacidade de adequação entre a maturidade emocional e a idade cronológica.

Contudo, antes que a sua formulação relativa à saúde encontre sentido na perspectiva da maturidade individual, ou seja, na teoria do amadurecimento, pode-se dizer que Winnicott introduziu a sua proposição sobre esse conceito a partir de um alargamento na concepção de normalidade. Em 1931, quando escreve *Nota sobre normalidade e ansiedade*, ele assinala a complexidade de um estudo relativo ao tema. Na ocasião, ele diz que “às vezes pode ser mais normal para uma criança estar doente do que estar bem” (WINNICOTT, [1931] 2000, p. 58), demonstrando um entendimento muito diferente das perturbações (físicas ou emocio-

1. Em seu livro *A teoria do amadurecimento de D.W. Winnicott*, Dias (2003) indica a crítica empreendida por Jacobs, quando em 1995 afirma que Winnicott é um escritor profícuo, mas que pouco teria publicado que possa ser apresentado como compreensível.

2. Em analogia ao título do livro de Proust *Em busca do tempo perdido*, entendemos que haveria uma idealização da saúde na contemporaneidade, o que levaria a sociedade a estar permanentemente “em busca da saúde perdida”: quiçá nunca tida mas sempre desejada.

nais) que podem acometer as crianças. Winnicott fundamenta a sua assertiva na ideia de que haveria um mal-estar normal vivido por toda criança; mal-estar esse, inclusive, que pode ser expresso na forma de um sintoma físico, mas que decorreria de conflitos emocionais – como uma espécie de sinal de que a saúde psíquica não estaria bem.

Nesse trabalho, Winnicott elabora uma série de proposições que estão relacionadas à ansiedade na infância: sintomas físicos que são acompanhados pela ansiedade e que costumam provocá-la; desde ansiedades que resultam de mudanças ambientais às doenças físicas que seriam mascaradas pela ansiedade. Entretanto, o que fica mais evidente em sua apresentação corresponde não apenas ao fato de que Winnicott relativiza as causas da ansiedade, mas, especialmente, à maneira como redimensiona o papel da criança em sua existência, na medida em que ressalta “que muita coisa depende da capacidade da criança para tolerar o nível de ansiedade” (WINNICOTT, [1931] 2000, p. 71). Ou seja, o autor acena para o lugar de implicação da criança frente ao seu sintoma.

Nessa época, embora escrevendo como pediatra, Winnicott demonstra a grande influência que recebeu do esquema teórico da psicanálise: os aspectos inconscientes e o sentimento de culpa já estão em pauta em suas proposições. No que se refere à definição de saúde, mesmo que não explicitamente descritos, existem indícios de que a resposta (saudável ou não) ao ambiente decorre de aspectos singulares, mas não parece ainda desenvolver esse conceito a partir do axioma da teoria do amadurecimento do indivíduo, tal como fará pouco depois. Nesse momento, Winnicott parece muito mais preocupado em desfazer a relação direta entre normalidade e saúde, do que em afirmar que a saúde decorreria de conquistas adquiridas com a maturidade.

O sentido de saúde, então, parece significar algo que não se resume ao oposto de anormalidade. Em outras palavras, fica evi-

dente a tentativa de Winnicott de propor uma separação desses conceitos, quando esclarece que uma diminuição da saúde, quando resultante de questões emocionais, não é necessariamente indicativa de anormalidade no indivíduo. Para ele:

Apesar de ser possível admitir que um mau estado de saúde pode ser normal, é legítimo, por outro lado, utilizar a perturbação da saúde física como um indicador de que a saúde psicológica vai mal, e dizer que as dificuldades de uma criança tornaram-se patologicamente intensas quando seu estado físico apresenta problemas que, direta ou indiretamente, a saúde – ou mesmo a própria vida – sofrem uma ameaça mais do que apenas temporária (WINNICOTT, [1931] 2000, p. 60).

Em alguns dos seus escritos, entretanto, essa relação entre normalidade e saúde não parece ter o mesmo destino, qual seja, ser cuidadosamente dissociados. Isso pode ser observado, por exemplo, em seu texto *A mente e sua relação com o psicossoma*. Apresentado em 1949 à sessão médica da *British Psychological Society*, o trabalho teve como objetivo, entre outras coisas, propor uma teoria da mente. Nele Winnicott começa a apresentar a sua elaboração da noção de “continuidade da existência”, demarcando a sua posição no que se refere às influências da saúde no desenvolvimento do psicossoma. É possível perceber também como aparecem com todo vigor, as formulações do autor sobre o papel do ambiente na adaptação às necessidades do bebê – que corresponde, em suas palavras, a um “recém-criado psicossoma”.

O ambiente perfeito é aquele que se adapta ativamente às necessidades do recém-criado Psicossoma, esse que, enquanto observadores, sabemos ser um bebê que acabou de nascer (WINNICOTT, [1949] 2000, p. 334).

Parece intrigante, contudo, como em algumas passagens desse texto Winnicott to-

mou a definição de saudável como sinônimo de normalidade, escorregando no automatismo da relação de sobreposição entre esses dois conceitos. Tal como pode ser observado neste trecho: “O estudo dessas tendências anormais deve preceder o exame mais direto da mente enquanto especialização da *psique saudável ou normal*”. E mais adiante, seguiu comentando:

[...] os neurocirurgiões vêm agindo sobre o *cérebro normal ou saudável* na tentativa de modificar ou melhorar os estados mentais (WINNICOTT, [1949] 2000, p. 333, grifo nosso).

Exemplos como esse nos permitem pensar que, no momento em que tomou dessa forma tais conceitos, mesmo que não estivesse se detendo especificamente neles, Winnicott deixou escapar ao leitor como o uso que se faz dessas noções de saúde e normalidade pode induzir uma interpretação sinonímia entre elas. O sentido de saúde nessas afirmações, mesmo se mostrando expressamente relacionado às influências do ambiente suficientemente bom, parece escorregar na tendência comum de tomar a noção de saúde como expressão de normalidade, desconsiderando os aspectos singulares da condição individual e das capacidades normativas.

Apesar de Winnicott ter feito uma relação aproximada desses conceitos nessa/naquela ocasião, não a entendemos como comprometida de seu posicionamento sobre o tema. Isso porque a sua maneira de equivaler automaticamente o conceito de normalidade e saúde nos faz tomar essa passagem como um aparente descuido, frente às descrições que realiza em sua obra problematizar estas noções. Assim, poderíamos dizer que o lapso acima apontado não desfaz o projeto winnicottiano de destacar aquilo que considerou fundamental à saúde psíquica: a vitalidade do amadurecimento individual e suas relações com o ambiente, na medida em que não sustenta uma posição do autor sobre essa referência.

Não foi diferente quando, em 1951, ele escreveu ao *British Medical Journal* problematizando a noção de higiene mental, presente no relatório da segunda sessão da Comissão de Especialistas em Saúde Mental da Organização Mundial de Saúde. Apesar de reconhecer o destaque dispensado à infância nesse relatório, ele considerou que o grande feito desse tipo de produção era a necessidade de enfatizar o papel da saúde mental. Winnicott associou essas impressões a alguns comentários que teceu sobre a monografia do Dr. John Bowlby,³ cujo trabalho ele considerava não ter trazido nada de novo, a não ser o fato de conseguir traduzir a importância dos cuidados maternos em números (expressivos). Em suas palavras:

Talvez o principal resultado dessas investigações, especialmente quando foram confirmadas e ampliadas, seja o de servir de lição para os profissionais da área médica, incluindo os administradores. Deve ser sempre difícil para os especialistas em saúde manter presente a maior importância da saúde mental (WINNICOTT, [1951] 2005, p. 193).

Esse artigo, intitulado *O alicerce da saúde mental*, soa muito mais como uma crítica contundente à forma como a OMS usa as conclusões apontadas pelas estatísticas de Bowlby, na medida em que as considera pouco ou nada representativas no que se refere ao desenvolvimento emocional das crianças. Winnicott não deixou de considerar a importância dessas afirmações para a medicina preventiva, na medida em que elas podem refletir o favorecimento e a redução das tendências antisociais, bem como a diminuição do sofrimento que se produz nas situações de separação de pais e filhos, especialmente,

3. John Bowlby (1907-1990) foi um psicanalista e psiquiatra inglês, especialista em psiquiatria infantil. A convite da Comissão Social das Nações Unidas, coordenou um amplo estudo sobre os problemas e as necessidades das crianças sem lar.

os menores. Mas o destaque a ser dado a essa apresentação está no desfecho desse artigo. Nele Winnicott assume uma posição contundente de assegurar a existência de aspectos marcantes do desenvolvimento emocional da criança, presentes desde o início da vida. Ele sutilmente parece sugerir que de nada adiantaria tudo isso, se não for considerados: “a riqueza da personalidade, o vigor do caráter e a capacidade de autoexpressão plena, livre e madura” (WINNICOTT, [1951] 2005, p. 194). Tal colocação apresenta, de certo modo, a sua concepção inovadora de saúde, considerando-a um estado marcado pela vitalidade criativa.

Em 1953, ele escreveu *Tolerância ao sintoma em pediatria: relatório de um caso*, artigo de significativa importância, na medida em que nele recoloca a problematização da normalidade e anormalidade em cena, mas o faz dando um acento todo especial à consideração de que o corpo teria uma tendência natural para o restabelecimento da saúde.

Creio que nas melhores escolas de medicina o ensino inclui o lembrete de que as crianças sobreviviam às doenças mesmo antes da penicilina, e que mesmo atualmente é a criança e os seus tecidos sadios que ao final das contagens produzem a restauração da saúde, e não os antibióticos (WINNICOTT, [1953] 2000, p. 168).

Pensando assim, Winnicott demarca as diferentes nuances que se aplicam na definição da saúde, seja física, seja psíquica, ao afirmar que

[...] na medicina psicológica podemos perceber um vínculo entre o normal e o anormal ainda mais estreito que o existente entre a fisiologia e os processos patológicos dos tecidos e das funções (WINNICOTT, [1953] 2000, p. 169).

Nessa passagem é possível reconhecer o desdobramento de sua escrita dos anos 1930,

quando a noção de normalidade começa a ser vista por ele em toda a sua complexidade. Indo mais além, nesse artigo o psicanalista recorre ainda à distinção entre o papel do pediatra e do psiquiatra infantil destacando sobretudo os diferentes sentidos dados ao sintoma por cada um deles.

Para ele, enquanto o pediatra se debruça sobre o sintoma usando a melhor terapêutica na tentativa de fazê-lo desaparecer, o psiquiatra infantil entende que o papel do sintoma é complexo e mantido pelo valor que tem em si mesmo. Isso nos permite pensar que, para Winnicott, tal como proposto por Freud, os sintomas têm um sentido que deve ser considerado. Mas não apenas isso, no caso das crianças, dirá que correspondem, de modo geral, a um sinal das dificuldades no seu desenvolvimento emocional.

A partir dessas asserções é possível afirmar que a proposição winnicottiana avançou não apenas na compreensão dos sentidos dos sintomas infantis, mas possibilitou uma reformulação da noção de saúde psíquica, na medida em que empreendeu uma análise aprofundada das condições do desenvolvimento emocional infantil. Em sua leitura do fenômeno da saúde, o autor destaca a importância da condição individual, considerando a existência de processos corporais que favoreceriam por si sós, a restauração da saúde independentemente da terapêutica. Ou seja, ao dizer que haveria uma tendência natural à saúde em cada um de nós, Winnicott amplia o conceito de saúde, que passa a ser considerado como expressão de força de vida.

Saúde e doença: paradoxos do amadurecimento

Essa forma de entender a saúde leva Winnicott, por conseguinte, a propor a necessidade de tolerância ao sintoma, porque para ele a presença do sintoma na criança deve ser entendida como uma saída para alcançar o amadurecimento do desenvolvimento, que por alguma razão estacionou.

A sua formulação do conceito de saúde pode ser considerada inovadora, uma vez que coloca em cena a dimensão da saúde como estando associada à dimensão do amadurecimento. Com isso, queremos dizer que, não sem razão, Winnicott formula sua compreensão do estado de saúde, tendo, por princípio, a capacidade espontânea de uma condição natural para a sua restauração. Somente uma teoria que assume a criatividade como primária – no sentido de uma condição de existir – pode interpretar a doença como decorrente de uma submissão à vida. Nesse sentido, o estado de ser saudável tem relação direta com a capacidade do indivíduo de viver criativamente. Por conseguinte, a noção de adoecimento passaria a ser norteada pela perda da criatividade na vida ou pela sua inibição.

Essa forma de compreender a existência perpassa todas as proposições de Winnicott e repercute também na sua análise da saúde e da doença. Para ele, o sentido de existir faz parte da natureza humana, mesmo que a garantia do ser não esteja dada em princípio. O ser corresponde a uma experiência complexamente desenvolvida e será estabelecido na medida em que o ego começa a se organizar. Em suas palavras: “ser e se sentir real dizem respeito essencialmente à saúde, e só se garantirmos o ser é que poderemos partir para coisas mais objetivas” (WINNICOTT, [1984] 2005, p. 18). A isso, soma-se ainda a capacidade de ter experiência cultural, condição para o viver criativo, e, por isso, considerado como “o bônus mais importante proporcionado pela saúde” (WINNICOTT, [1984] 2005, p. 21).

O papel da condição individual, acima citado, será melhor desenvolvido por Winnicott em 1967 por intermédio do conceito de indivíduo saudável. Debruçando-se sobre o estudo da saúde do indivíduo, ele defende que a saúde social depende da primeira, sem deixar de considerar a importância do lugar social dos homens e das mulheres. Em trabalho intitulado *O conceito de indivíduo saudá-*

ável (1984), o psicanalista britânico aborda novamente a questão da normalidade e da saúde, agora destacando a proposição, segundo a qual a maturidade individual é marcada pelo movimento de dependência. O seu fundamento reside na consideração de que a dependência faz parte da existência humana e, nesse sentido, a independência absoluta para Winnicott não existiria. Assim, resume:

Seria nocivo para a saúde o fato de um indivíduo ficar isolado ao ponto de se sentir independente invulnerável. Se esta pessoa está viva, sem dúvida há dependência! Dependência da enfermeira de um sanatório ou da família (WINNICOTT, [1984] 2005, p. 3).

Essa é uma forma de Winnicott problematizar o tema da dependência\independência, que lhe é tão caro e ao qual dedicou muitas passagens de seus escritos. Ainda sobre isso, afirma que:

A independência nunca é absoluta. O indivíduo normal não se torna isolado, mas se torna relacionado ao ambiente de um modo que se pode dizer serem o indivíduo e o ambiente interdependentes (WINNICOTT, [1983] 2007, p. 80).

Até mesmo antes do nascimento, o bebê é absolutamente dependente e caminhará, desde os primeiros meses de vida, rumo à aquisição de uma independência, mesmo que ela não possa ser considerada definitiva, apesar da chegada à maturidade. É fundamental lembrar que, para ele, a presença dos cuidados infantis é a porta de entrada para o trabalho psíquico necessário nessa caminhada da dependência absoluta rumo à independência. Na *conferência Da dependência à independência no desenvolvimento do indivíduo*, pronunciada na Clínica Psiquiátrica de Atlanta, em outubro de 1963, Winnicott examina detalhadamente essa caminhada e propõe três categorias que definiriam o processo de maturação: dependência absoluta,

dependência relativa e rumo à independência. Apesar de ressaltar que não pretende se distanciar da conceituação freudiana em termos das zonas eróticas e das relações objetivas, seu exame vai mais além no estudo das relações iniciais do bebê com o ambiente, explicando que

[...] o ambiente favorável torna possível o progresso continuado dos processos de maturação. Mas o ambiente não faz a criança. Na melhor das hipóteses possibilita à criança concretizar seu potencial (WINNICOTT, [1983] 2007, p. 81).

Essa citação é um bom exemplo da complexidade da teoria winnicottiana, na medida em que, apesar de considerar o papel do ambiente nas origens da saúde, ele não o faz pela via redutora e simplista, que tende a tomar o indivíduo unicamente como um produto do meio. A formulação de Winnicott, portanto, continua destacando as tensões intrapsíquicas, tais como pensadas pela psicanálise, mas avança ao abrir caminho para o fator ambiental, sem tomá-lo como argumento necessariamente mais forte.

De modo geral, o autor vai considerar a saúde em termos do desenvolvimento, o que o leva a considerar a saúde como uma condição relativa à maturidade, que inclui também, mas não apenas, a idade. Como tendência ao amadurecimento ele faz referência aos fatores internos, tais como aqueles que são herdados, bem como ao meio ambiente saudável nas inter-relações mãe-bebê. Para ele, esse momento não se resume apenas a uma saúde individual, mas envolve sobretudo a capacidade de adaptação do ambiente ao bebê. Só depois desse processo bidirecional, ele considera ser possível a saúde prosperar, o que é dificultado por um meio ambiente não saudável. Essa forma de compreender o papel do ambiente como parte da promoção da saúde psíquica confere um relevo especial ao ambiente facilitador (condição para os ajustes às necessidades individuais) dentro

do arcabouço psicanalítico e marca a definição de saúde enquanto elemento complexo.

Ao apresentar a trajetória intelectual de Winnicott, Dias (2002, p. 124) esclarece a questão do seguinte modo:

Na obra winnicottiana, o conceito de ambiente, ou de fator externo, é extremamente complexo, e, assim como se constitui em uma das principais chaves para entender o seu pensamento, é também, se mal-entendido, uma das maiores fontes de equívocos. Quando, referindo-se aos estágios iniciais, e levando em conta o que seria o ponto de vista do bebê, o autor fala de ambiente externo, este só é externo da perspectiva do observador. No início da vida, o ambiente é subjetivo e, nesse sentido, não é externo nem interno. Enquanto subjetivo, o ambiente participa intrinsecamente da constituição do si-mesmo e não é, meramente, uma *influência externa*. É somente no decorrer do processo de amadurecimento que a criança poderá chegar ao sentido de externalidade. Só então o ambiente poderá ser visto como externo e, mesmo assim, não inteiramente e nem sempre.

Winnicott, assim, questiona o modo de ver daqueles que reduzem a saúde à simples ausência de distúrbio psiconeurótico, na medida em que considera que existem critérios mais sutis que precisavam ser considerados. Ele acreditava não estar formulando uma teoria contrária às proposições freudianas sobre a etiologia das neuroses; todavia, mais do que curar os pacientes, ele queria saber sobre o que versa a vida. Em sua perspectiva: “a ausência de doença psiconeurótica pode ser saúde, mas não é vida” (WINNICOTT, [1967] 1975, p. 139).

Podemos perceber que a definição negativa da saúde – aquela que a considera como ausência de doença – parece insuficiente aos olhos de Winnicott, o que se evidencia pelo fato de que em praticamente toda a sua obra se escute um sutil apelo para que sejam considerados os aspectos positivos dela. Essa di-

menção positiva do conceito de saúde exige que ele seja tomado em toda a sua complexidade, desde seus aspectos biológicos aos psíquicos e sociais, sem perder de vista a sua relativização quanto ao que corresponde à doença. De acordo com essa visão, é a presença de certas capacidades, e não a pobreza ou falta delas, que corresponde à condição saudável do indivíduo. Esta inclui a capacidade de ter uma vida em que as relações interpessoais constituem um aspecto fundamental, bem como a condição de lidar com o seu mundo interno e externo, além da vigência da experiência cultural. Seriam, portanto, três áreas importantes e, segundo Winnicott, experienciadas pelas pessoas saudáveis. Nesse sentido, ele conclui: “quando apenas são, somos decididamente pobres” (WINNICOTT, [1945] 2000, p. 225).

Grosso modo, pode-se dizer que, enquanto Freud se debruçou sobre a dinâmica das neuroses para desenvolver a sua teorização dos distúrbios psíquicos e da natureza humana, Winnicott viu no desenvolvimento emocional primitivo a chave para a compreensão da doença, deslocando o eixo de sua pesquisa para as perturbações precoces e psicóticas, que considera decorrentes de uma não integração do eu, dado que o processo de amadurecimento, por alguma razão, falhou. Ele não discorda das formulações freudianas, mas afirmando que as bases da saúde se consolidam no início da vida, põe em questão a dimensão universal das relações neuróticas com a saúde. A sua compreensão não desconsidera as múltiplas experiências ao longo da vida como condição de facilitação e/ou impedimento à continuidade saudável da existência, mas aponta para o papel fundamental do desenvolvimento inicial como condição de possibilidade para a emergência do indivíduo saudável.

Como escreve Dias (2002, p. 142)

[...] na ótica winnicottiana, a neurose, nesse sentido bem específico, significa saúde e, é esse o sentido da afirmação de que, se o

desenvolvimento primitivo é perturbado, a criança não tem ‘saúde suficiente’ para chegar a uma neurose.

As diferenças entre as concepções de saúde e doença se colocam também no campo epistemológico. Freud descreve a saúde em termos metapsicológicos e busca na vida pulsional o segredo das relações entre o corpo e a psique, enquanto Winnicott parte do processo de amadurecimento para explicar as conquistas subjetivas e objetivas da criança. Embora esse não seja o foco do nosso trabalho, reconhecemos que o debate sobre as aproximações e os distanciamentos das teorias de Freud e Winnicott é um terreno fértil em questões que poderiam ser abordadas noutro momento.

Quando escreveu *O psicossoma e a mente* (1949), Winnicott retomou a problematização dos conceitos de soma, psique e mente, iniciada em 1949. Nesse ensaio, ele se ocupou de contrapor soma e psique, com a ressalva de considerar não ser lógico opor mental a físico, pois não os entendia como fazendo parte de uma mesma ordem. O que se coloca como questão a partir dessas proposições é a suposição de diferenças entre aquilo que definirá como saúde física, psíquica e intelectual.

Novamente o que salta aos olhos neste trabalho é a presença de uma concepção de saúde marcada pelo processo de maturação do indivíduo em suas relações com um ambiente que propicie um *holding* satisfatório.

Sobre essas considerações, Winnicott ressalta a dupla via entre corpo e psique, destacando as relações que existem entre elas, ou seja, os efeitos da psique sobre o corpo e vice-versa. Segundo Estellita-Lins (2007, p. 367), essas relações “respondem aqui por um domínio lógico e normas operatórias que recobrem *grosso modo* fisiologia e patologia, acrescentando-lhes, contudo, a dimensão do cuidado e do desenvolvimento”. Para o autor, portanto, uma nova concepção de cuidado se estabelece a partir da leitura sobre saúde e

doença empreendida por Winnicott, fazendo-se necessário, inclusive, reconsiderar a intervenção psicanalítica.

Assim, pode-se dizer, essa dimensão de cuidado que perpassa a compreensão winnicottiana confere novos ares aos sentidos da saúde em sua obra. Inicialmente entendido como *holding* – aquilo que proporciona uma continuidade da existência –, o cuidado aparece na teorização e definição da saúde, na medida em que é suposto como uma possibilidade de saída de uma vida doentia.

Em 1970, em palestra intitulada *A cura*, Winnicott nos lembra que ‘cura’, em suas raízes, significa ‘cuidado’ (WINNICOTT, [1984] 2005, p. 105). Para ele, é fundamental que o psicanalista pratique um “cuidar-curar”, contrariamente a um exercício voltado para a erradicação de um mal, tal como proposto pela perspectiva que toma a doença de um ponto de vista negativo. Esta se tornou uma de suas contribuições mais significativa para a terapêutica psicanalítica: a ampliação do(s) sentido(s) da saúde.

Considerações finais

O nosso mapeamento do conceito de saúde psíquica na abordagem examinada permitiu observar uma evolução conceitual nas teorizações de Winnicott sobre os sentidos da saúde. Acreditamos que essa definição perpassa pelo menos duas formas ao longo de sua obra: uma, que toma a saúde relacionando-a ao conceito de normalidade, sem uma problematização do conceito; e outra, quando a presença da saúde é ampliada pela via do cuidado, ou seja, quando a saúde é considerada como decorrente do processo de amadurecimento e provisão do ambiente. Parece-nos que é na segunda, que se encontra a maior riqueza da construção conceitual do autor sobre a noção de saúde.

É possível afirmar também que a direção tomada por Winnicott nesse debate, apesar de não estar explicitamente posta, mostra-se colocada ao longo de toda a sua obra, mesmo que dispersamente. Em diferentes passa-

gens, o autor pincela o seu argumento fundamental sobre a concepção de normalidade e anormalidade na infância, a saber, a relação da criança com a complexidade da sua própria existência.

Dessa forma, acreditamos que Winnicott conseguiu elaborar, dentro da perspectiva psicanalítica, uma concepção peculiar de saúde, na medida em que a supôs como parte da existência e tomou os aspectos da criatividade como condição para a uma vida saudável. Essa abertura para a diversidade de sentidos sobre ser o que se define como ‘saúde’ se mostra como elemento fundamental aos que trabalham na clínica contemporânea e, portanto, não pode deixar de ser considerada.

Abstract

It is intended in this essay to address the sense of the word ‘health’ in the work of Donald Winnicott, as the aim of showing its conceptual complexity and its relations with the ripening process.

Keywords: *Health, Disease, Theory of maturation, Creativity.*

Referências

DIAS, E. O. *A teoria do amadurecimento de D. W. Winnicott*. Rio de Janeiro: Imago, 2003.

DIAS, E. O. A trajetória intelectual de Winnicott. *Revista Natureza Humana*, São Paulo, 4(1), p. 111-156, jan.-jun. 2002. Publicação da Sociedade Brasileira de Fenomenologia e Sociedade Brasileira de Psicanálise Winnicottiana.

ESTELLITA-LINS, C. E. Saúde e doença na psicanálise: sobre Georges Canguilhem e Donald W. Winnicott. In: BEZERRA JR., B. (Org.). *Winnicott e seus interlocutores*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2007. p. 363-390.

WINNICOTT, D. W. A cura (1989). In: _____. *Tudo começa em casa*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2005.

WINNICOTT, D. W. A localização da experiência cultural (1967). In: _____. *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago, 1975. p. 133-143.

WINNICOTT, D. W. A mente e sua relação com o psicossoma (1949) In: _____. *Da pediatria à psicanálise: obras escolhidas*. Rio de Janeiro: Imago, 2000. p. 332-346.

WINNICOTT, D. W. Da dependência à independência no desenvolvimento do indivíduo (1983). In: _____. *O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional*. Porto Alegre: Artmed, 2007. p. 79-87.

WINNICOTT, D. W. Desenvolvimento emocional primitivo (1945). In: _____. *Da pediatria à psicanálise: obras escolhidas*. Rio de Janeiro: Imago, 2000. p. 218-232.

WINNICOTT, D. W. *Natureza humana*. Rio de Janeiro: Imago, 1990.

WINNICOTT, D. W. Nota sobre normalidade e ansiedade. (1931). In: _____. *Da pediatria à psicanálise: obras escolhidas*. Rio de Janeiro: Imago, 2000. p. 57-76.

WINNICOTT, D. W. O alicerce da saúde mental (1951). In: _____. *Privação e delinquência*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2005. p. 191-194.

WINNICOTT, D. W. O conceito de indivíduo saudável (1984). 4. ed. In: _____. *Tudo começa em casa*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2005. p. 105-114.

WINNICOTT, D. W. Tolerância ao sintoma em pediatria: relato de um caso (1953). In: _____. *Da pediatria à psicanálise: obras escolhidas*. Rio de Janeiro: Imago, 2000. p. 168-186.

Recebido em: 22/09/2014

Aprovado em: 21/10/2014

SOBRE OS AUTORES

Rafaela Mota Paixão França

Mestre em Psicologia Clínica.

Psicóloga do CPPL.

Membro do Círculo Psicanalítico de Pernambuco.

Maria Consuelo Passos

Doutora em Psicologia Social.

Psicanalista de casal e família.

Docente-pesquisadora do Programa

de Pós-Graduação em Psicologia Clínica

da UNICAP.

Zeferino Rocha

Mestre em Filosofia e Teologia

pela Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma.

Doutor em Psicologia pela Universidade

de Paris X, Nanterre.

Professor da Pós-Graduação de Psicologia Clínica

da UNICAP.

Membro fundador do Círculo Psicanalítico

de Pernambuco.

Endereço para correspondência

Rafaela Mota Paixão França

Rua Cardeal Arcoverde, 308 - Graças

52011-240 - Recife - PE

E-mail: <rafaelapaixao@cppl.com.br>.

Maria Consuelo Passos

Rua Almeida Cunha, 245, sala 003

Térreo do Bloco G4 - Boa Vista

50050-590 - Recife - PE

E-mail: <mariaconsuelopassos@gmail.com>

Zeferino Rocha

Rua Almeida Cunha, 245, sala 003

Térreo do Bloco G4 - Boa Vista

50050-590 - Recife - PE

E-mail: <zephyrinus@globo.com>

Da toxicomania à adicção: uma abordagem relacional

*From Toxicomania to Addiction:
a relational approach*

Ricardo de Lima Sedeu

Resumo

Dada a importância do problema da toxicomania no mundo atual, bem como sua complexidade, faz-se necessária uma abordagem psicanalítica abrangente, que privilegie não apenas o aspecto pulsional, mas também a perspectiva relacional. No presente artigo, analisamos as contribuições de dois autores que tratam do problema sob esta última perspectiva: Donald W. Winnicott e Joyce McDougall. Concluimos com um resumo dessas contribuições, formando um modelo geral de análise do problema a partir de um enfoque relacional e indicando possíveis aplicações desse modelo a outros problemas da contemporaneidade.

Palavras-chave: Toxicomania, Adicção, Relações objetais, Objeto transicional, Solução adictiva.

Introdução

A toxicomania é inegavelmente um dos problemas mais proeminentes na psicopatologia da pós-modernidade, juntamente com a depressão e a síndrome do pânico (BIRMAN, 1999). É patente o aumento do número de casos no mundo nas últimas décadas, o que faz a toxicomania ser considerada um dos principais “flagelos da humanidade” no mundo atual.

Em 1960 Herbert Rosenfeld apontava uma escassez de contribuições psicanalíticas recentes (na época) sobre a toxicomania, pois “a grande maioria dos trabalhos sobre o assunto é anterior a 1945” (ROSENFELD, [1960] 1968, p. 148). Quatro anos depois, em uma extensa revisão crítica da literatura psicanalítica existente sobre a toxicomania (ROSENFELD, [1964] 1968), o autor só consegue citar dois trabalhos de S. Rádo, um de E. Simmel e um de J. Meerloo posteriores a 1945.

Cinquenta anos depois, o quadro é bem diferente: verificamos que, em consonân-

cia com o crescimento da importância do problema, também vem aumentando nos últimos anos a produção de textos psicanalíticos sobre o tema. Grande parte desses textos, contudo, em especial os disponíveis no Brasil (em sua maioria, de orientação lacaniana), analisa a questão da toxicomania principalmente sob um ponto de vista estrutural-pulsional (GREENBERG; MITCHELL, 1994), intrassubjetivo, com ênfase no papel da pulsão de morte como impulsionadora da busca incessante do indivíduo pelo gozo no uso da droga.

Sem desconsiderar a importância e a validade do modelo pulsional, entendemos, no entanto, ser fundamental ampliarmos a visão de um assunto tão complexo como é a toxicomania, incorporando as contribuições referentes a outras abordagens psicanalíticas. No que se refere às diversas escolas de pensamento psicanalítico, concordamos com Christopher Bollas quando afirma:

Acho que cada uma das escolas, em alguns pontos, polemiza um único aspecto da vida analítica. Cada freudiano poderia também ser um kohutiano, um kleiniano, um winnicottiano, um lacaniano e um bioniano em potencial, já que cada uma dessas escolas reflete somente uma certa perspectiva analítica limitada (BOLLAS, 1992, p. 117).

Em outras palavras, cada escola prioriza um determinado aspecto da vida analítica, sendo importante conhecer as diversas abordagens para uma visão mais ampla dos problemas psíquicos – conhecimento que deve, a nosso ver, ser profundo o suficiente para evitar os perigos de um “ecletismo” que obscureça as divergências teóricas existentes entre as várias escolas. Ainda segundo Bollas,

[...] a tarefa do analista contemporâneo é compreender as muitas escolas do pensamento analítico, uma vez que cada uma representa uma função analítica específica que necessita ser incluída no campo psicanalítico (BOLLAS, 1992, p. 119).

Assim sendo, pretendemos, no presente artigo, contribuir para uma abordagem psicanalítica da questão da toxicomania de uma forma mais ampla, destacando autores que adotam um ponto de vista “relacional”, intersubjetivo, vinculado ao que Jay Greenberg e Stephen Mitchell chamam “teoria de relações objetais”. De acordo com esses autores, o termo designa

[...] teorias, ou aspectos de teorias, relacionadas com o explorar relacionamento entre pessoas reais externas e imagens e resíduos internos relacionados com elas e o significado de tais resíduos para o funcionamento psíquico (GREENBERG; MITCHELL, 1994, p. 7).

Em outras palavras, refere-se “às interações dos indivíduos com outras pessoas externas e internas (reais e imaginadas) e à relação entre seus mundos objetais inter-

no e externo” (GREENBERG; MITCHELL, 1994, p. 8).

Na impossibilidade de apresentar aqui os diferentes enfoques dos autores que trataram do tema da toxicomania sob essa perspectiva relacional, optamos por abordar neste artigo as contribuições de dois importantes autores: Donald W. Winnicott, que introduz alguns conceitos muito importantes para a análise do problema, e Joyce McDougall, que desenvolve, a partir de conceitos winnicottianos, uma abordagem mais global sobre o que chama de “economia psíquica da adicção”.

Donald W. Winnicott (I):

objetos e fenômenos transicionais

Não encontramos nenhum livro ou artigo específico sobre o tema da toxicomania escrito por Donald W. Winnicott; no entanto, alguns de seus artigos introduzem conceitos muito úteis para a análise do problema: *Objetos transicionais e fenômenos transicionais* (1951), *A capacidade para estar só* (1958) e *Cordão: uma técnica de comunicação* (1960).

O autor inicia o artigo *Objetos transicionais e fenômenos transicionais* (1951) indicando que pretende estudar o que acontece na passagem entre um primeiro momento, em que o bebê usa o punho, os dedos ou os polegares para estímulo da zona erógena oral (lembramos a descrição freudiana do “chuchar” no segundo dos *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*, de 1905), e um segundo momento, meses mais tarde, em que os bebês passam a gostar de brincar com objetos e “a maioria das mães permite a seus bebês algum objeto especial, esperando que eles se tornem, por assim dizer, *adictos a tais objetos*” (WINNICOTT, [1951] 1993, p. 389, grifo nosso).

Esse objeto específico (em geral um pano, um ursinho de pelúcia, uma boneca, etc.) é, segundo Winnicott, a “primeira possessão não eu do bebê”, que assume direitos (reconhecidos pelos pais) sobre o objeto, amando-o e manipulando-o como quiser: mordendo-o, acariciando-o, mutilando-o, etc. Como

símbolo do seio materno (objeto da primeira relação), esse objeto se torna importante para o bebê, constituindo para ele uma “defesa contra a ansiedade” na hora de dormir e em momentos de solidão ou depressão. De acordo com o autor:

É claro que algo mais é importante aqui, além da excitação e da satisfação orais, embora estas possam ser a base de todo o resto. Muitas outras coisas importantes podem ser estudadas, tais como: 1. A natureza do objeto; 2. A capacidade do bebê de reconhecer o objeto como *não-eu*; 3. A localização do objeto – fora, dentro, na fronteira; 4. A capacidade do bebê de criar, imaginar, inventar, originar, produzir um objeto; 5. O início de um tipo afetivo de relação de objeto (WINNICOTT, [1951] 1993, p. 390, grifo do autor).

Winnicott fará mais tarde, na introdução de *O brincar e a realidade* (1971) uma observação importante para o correto entendimento do que está sendo discutido neste artigo:

[...] aquilo a que me refiro nesta parte de meu trabalho não é o pano nem o ursinho que o bebê usa; *não tanto o objeto usado quanto o uso do objeto* (WINNICOTT, 1975, p. 10, grifo nosso).

Voltando ao artigo de 1951, o autor introduz os termos “objetos transicionais” e “fenômenos transicionais” para designar

[...] a área intermediária de experiência, entre o polegar e o ursinho, entre o erotismo oral e a verdadeira relação de objeto, entre a atividade criativa primária e a projeção do que já foi introjetado, entre o desconhecimento primário de dívida e o reconhecimento desta (WINNICOTT, [1951] 1993, p. 390).

Assim, entre a realidade externa (mundo real) e a realidade interna (mundo interior) há uma “área intermediária de experimenta-

ção”, que existe como “lugar de repouso para o indivíduo empenhado na perpétua tarefa humana de manter as realidades interna e externa separadas, ainda que inter-relacionadas”, uma “área intermediária entre o subjetivo e aquilo que é objetivamente percebido” (WINNICOTT, [1951] 1993, p. 391). Como o bebê ainda não desenvolveu plenamente sua capacidade de reconhecer e aceitar a realidade (“teste da realidade”), Winnicott afirma que está, “portanto, estudando a substância da *ilusão*, aquilo que é permitido ao bebê e que, na vida adulta, é inerente à arte e à religião” (WINNICOTT, [1951] 1993, p. 391, grifo do autor).

O tema da ilusão e sua importância para o bebê é desenvolvido mais adiante, quando Winnicott descreve o que seria uma “mãe suficientemente boa”:

[...] aquela que efetua uma adaptação ativa às necessidades do bebê, uma adaptação que diminui gradativamente, segundo a crescente capacidade deste em aquilatar o fracasso da adaptação e em tolerar os resultados da frustração. (WINNICOTT, [1951] 1993, p. 401)

De início, essa mãe se adapta quase completamente às necessidades do bebê: “A mãe coloca o seio real exatamente onde o bebê está pronto para criá-lo, e no momento exato” (WINNICOTT, [1951] 1993, p. 402). Assim, o bebê tem a “ilusão” de que o seio faz parte dele e está sob seu total controle onipotente (mágico) – ou seja, de que a realidade externa corresponde à sua própria capacidade de criar. Nas palavras do autor, “psicologicamente, o bebê recebe de um seio que faz parte dele e a mãe dá leite a um bebê que é parte dela mesma” (WINNICOTT, [1951] 1993, p. 403).

Na medida em que o tempo passa, a adaptação da mãe ao bebê vai diminuindo gradativamente, segundo a crescente capacidade do bebê em lidar com a frustração. Essa adaptação incompleta favorece o desenvolvimento psíquico do bebê, pois “torna reais

os objetos, o que equivale a dizer, tão odiados quanto amados” (WINNICOTT, [1951] 1993, p. 401; poderíamos dizer, numa linguagem kleiniana, que essa “frustração ótima” ajudaria o bebê na passagem da posição esquizoparanoide – objetos parciais – para a posição depressiva – objetos totais).

Aqui entra a importância dos fenômenos e objetos transicionais, área intermediária de experiência que permite o alívio das tensões do bebê relacionadas à tarefa de aceitação da realidade (desilusão) e, portanto, “necessária para o início de um relacionamento entre a criança e o mundo” (WINNICOTT, [1951] 1993, p. 404). O reconhecimento intuitivo pelos pais dessas tensões por que passa o bebê faz com que eles não contestem o objeto transicional quanto a sua subjetividade (“você concebeu isso?”) ou objetividade (“ou foi-lhe apresentado do exterior?”).

Na saúde, o destino do objeto transicional é ser, com o passar dos anos, gradativamente descatexizado pela criança, tornando-se “não tanto esquecido, mas relegado ao limbo” (WINNICOTT, [1951] 1993, p. 394). Em outras palavras: o objeto transicional perde o seu significado especial para a criança, pois uma vez que vai se ampliando o seu âmbito de interesses, os fenômenos transicionais se difundem, espalhando-se por todo o campo cultural. Segundo Winnicott:

Nesse ponto, meu tema se amplia para o do brincar, da criatividade e apreciação artísticas, do sentimento religioso, do sonhar e também do fetichismo, do mentir e do furto, a origem e a perda do sentimento afetivo, o vício em drogas, o talismã dos rituais obsessivos etc. (WINNICOTT, [1951] 1993, p. 395, grifo nosso).

A descatexização também pode acontecer, no entanto, de uma forma patológica, cuja descrição aqui é importante para comparação com a abordagem da adicção que será desenvolvida posteriormente por Joyce McDougall. Para Winnicott, “o bebê pode

usar um objeto transicional quando o objeto interno está vivo e é real e suficientemente bom (não muito persecutório)” (WINNICOTT, [1951] 1993, p. 400).

Isso depende, contudo, da “presença e vitalidade do objeto externo” (mãe real); “o fracasso deste em alguma função essencial leva indiretamente à morte, ou a uma qualidade persecutória do objeto” (WINNICOTT, [1951] 1993, p. 400, grifo nosso). Com a inadequação persistente do objeto externo ao longo do tempo, “o objeto interno deixa de ter sentido para o bebê, e então – e somente então – o objeto transicional também fica sem sentido” (WINNICOTT, [1951] 1993, p. 400, grifo nosso). Podemos relacionar essas ideias à “mãe morta” descrita por André Green, uma mãe “que permanece viva, mas que está por assim dizer morta psicologicamente aos olhos da pequena criança de quem ela cuida” (GREEN, [1980] 1988, p. 247).

A análise dessa questão é desenvolvida posteriormente por Winnicott no capítulo VII de *O brincar e a realidade* (1971), onde ele afirma que o uso do objeto transicional pelo bebê simboliza a união mãe-bebê num momento de transição entre a fusão e a separação. No entanto,

[...] a representação mental no mundo interno é mantida significativa, ou a *imago* do mundo interno é mantida viva, por meio do reforço concedido pela disponibilidade da mãe externa separada e concreta, juntamente com sua técnica de cuidado infantil (WINNICOTT, 1975, p. 135).

O autor, em seguida, apresenta a seguinte formulação do problema, que leva em conta o peso do fator temporal:

O sentimento de que a mãe existe dura x minutos. Se a mãe ficar distante mais do que x minutos, então a *imago se esmaece* e, juntamente com ela, cessa a capacidade do bebê utilizar o símbolo da união. O bebê fica aflito, mas essa aflicção é logo corrigida, pois a mãe

retorna em $x + y$ minutos. Em $x + y$ minutos, o bebê não se alterou. Em $x + y + z$ minutos, o bebê ficou traumatizado. Em $x + y + z$ minutos, o retorno da mãe não corrige o estado alterado do bebê. O trauma implica que o bebê experimentou uma *ruptura na continuidade da vida*, de modo que as defesas primitivas agora se organizaram contra a repetição da ‘ansiedade impensável’ ou contra o retorno do agudo estado confusional próprio da desintegração da estrutura nascente do ego (WINNICOTT, 1975, p. 135-136, grifos nossos).

A situação descrita por Winnicott também foi observada por René Spitz, que cunhou o termo “depressão anaclítica” (ou “privação afetiva parcial”) para designar

[...] perturbações que evocam clinicamente as da depressão no adulto e que aparecem progressivamente na criança privada da mãe depois de ter tido com ela, pelo menos durante os seis primeiros meses de vida, uma relação normal (LAPLANCHE; PONTALIS, 1988, p. 53).

De acordo com as observações efetuadas por Spitz (em crianças que, entre o sexto e o oitavo mês de vida, ficaram privadas da mãe), a partir do terceiro mês de ausência da mãe as crianças desenvolviam uma espécie de rigidez na expressão facial:

[...] os olhos abertos e inexpressivos, o rosto frio e imóvel, e um olhar distante, como se estivessem em estado de estupor, aparentemente sem ver o que acontecia ao redor delas (SPITZ, 1988, p. 201).

O sintoma era acompanhado por outros: lamúria, letargia, declínio no quociente de desenvolvimento, perda de peso. O autor verificou que, caso a mãe retornasse entre o terceiro e o quinto mês de ausência, a maioria das crianças se recuperava rapidamente; caso contrário, o quadro se agravava, evo-

luindo para o estado crônico que denominou “hospitalismo” (ou “privação afetiva total”). Mesmo com o retorno da mãe antes do quinto mês de ausência, contudo, segundo Spitz, “não há certeza de que a recuperação seja completa; penso que o distúrbio deixa marcas que aparecerão nos anos posteriores, mas ainda não se têm provas definitivas disso” (SPITZ, 1988, p. 203-204).

No final do artigo de 1951, Winnicott faz algumas proposições sobre a aplicação da teoria dos objetos e fenômenos transicionais à psicopatologia e afirma que “a *adicção* pode ser expressa em termos de uma regressão ao estágio primitivo no qual os fenômenos transicionais são incontestados” (WINNICOTT, [1951]1993, p. 407, grifo do autor).

Essa assertiva, suprimida na versão que republicada no capítulo I de *O brincar e a realidade* (1971), é substituída por uma seção que trata da “psicopatologia manifestada na área dos fenômenos transicionais” – onde é relatado o caso do “menino do cordão”, republicação do artigo *Cordão: uma técnica de comunicação* (1960), de que trataremos mais à frente.

Donald W. Winnicott (II): a “capacidade para estar só”

No artigo *A capacidade para estar só* (1958), Winnicott discorre sobre a capacidade do indivíduo de ficar só, que considera “um dos sinais mais importantes do amadurecimento do desenvolvimento emocional” (WINNICOTT, [1958] 1982, p. 31). Começa por apontar que a literatura psicanalítica tem se preocupado mais em analisar o medo ou o desejo de ficar só do que a “capacidade” de fazê-lo e chama a atenção para os aspectos positivos dessa capacidade. Não se trata aqui da pessoa que está realmente sozinha porque não tem companhia (e pode estar sofrendo com isso), mas da que tem a capacidade de apreciar o fato de estar só, mesmo que esteja acompanhada.

Essa capacidade, segundo o autor, se desenvolveria a partir da experiência infantil de

“ficar só, como lactente ou criança pequena, na presença da mãe” (WINNICOTT, [1958] 1982, p. 32, grifo do autor). O cuidado dedicado proporcionado pela mãe identificada com o seu lactente (a “mãe suficientemente boa”, já descrita acima) permite que um “objeto bom” exista na realidade psíquica (mundo interno) do lactente, diminuindo sua ansiedade persecutória e lhe dando “confiança no ambiente” (mundo externo), bem como “autossuficiência para viver, de modo que ele ou ela fica temporariamente capaz de descansar contente mesmo na ausência de objetos ou estímulos externos” (WINNICOTT, [1958] 1982, p. 34).

No início do artigo (p. 31), o autor faz uma referência ao conceito de “relação (objetiva) anaclítica”, conforme descrito por Freud em 1914 (no artigo *Sobre o narcisismo: uma introdução*), mas não tece maiores considerações sobre esse conceito. J. Laplanche e J.-B. Pontalis definem a escolha de objeto anaclítica (ou de apoio) da seguinte forma:

Tipo de escolha de objeto em que o objeto de amor é eleito a partir do modelo das figuras parentais enquanto estas asseguram à criança alimento, cuidados e proteção (LAPLANCHE; PONTALIS, 1988, p. 209).

Pode-se relacionar esse conceito freudiano com a ideia (kleiniana) utilizada por Winnicott de segurança do indivíduo nas relações com o mundo externo, a partir da existência de um objeto bom no mundo interno.

De início, segundo Winnicott, “a imaturidade do ego [do bebê] é naturalmente compensada pelo apoio do ego da mãe” (WINNICOTT, [1958] 1982, p. 34, grifos do autor). Assim, para o bebê, a mãe está “confiantemente presente, ainda que representada por um momento por um berço ou um carrinho de bebê, ou pela atmosfera geral do ambiente próximo” (WINNICOTT, [1958] 1982, p. 33). Com o passar do tempo, a criança

[...] introjeta o ego auxiliar da mãe e dessa maneira se torna capaz de ficar só sem apoio frequente da mãe ou de um símbolo da mãe (WINNICOTT, [1958] 1982, p. 34).

A essa relação desenvolvida entre a criança e o ego auxiliar da mãe, Winnicott denomina “relacionamento com o ego”. De acordo com o autor, o “estar só” depende da percepção (mesmo que inconsciente) pela criança da “*existência contínua de uma mãe disponível* cuja consistência torna possível para a criança estar só e ter prazer em estar só, por períodos limitados” (WINNICOTT, [1958] 1982, p. 35, grifo nosso; compare-se com a situação descrita acima, de privação materna levando à descategorização patológica do objeto transicional).

Para Winnicott, a capacidade para estar só permite ao indivíduo descobrir sua vida pessoal própria, relaxar, devanear,

[...] ser capaz de existir por um momento sem ser nem alguém que reage às contingências externas nem uma pessoa ativa com uma direção de interesse ou movimento (WINNICOTT, [1958] 1982, p. 35-36).

Segundo Eduardo Kalina (em artigo de 2001 no qual analisa a relação da “capacidade para estar só” com a toxicomania), os valores socioeconômicos do mundo atual agem no sentido oposto, promovendo “uma necessidade de ‘entorpecer’ (embrutecer) nosso estado mental para fins de adaptá-lo aos novos ideais sociais de um homem ‘robótico’” (KALINA, 2001, p. 104). Nesse contexto,

[...] estar só é equiparado à depressão e o depressivo é o estado mais evitado, considerado insuportável, tratando-se de encobri-lo de qualquer forma e a qualquer custo (KALINA, 2001, p. 104).

Assim, é necessário “fugir de si mesmo” o tempo todo, estimulando-se os estados maníacos, as condutas psicopáticas e as adic-

ções: “comprar, drogar-se, não pensar” (KALINA, 2001, p. 104). Para o autor:

Nem o fator predisposicional, que deveria ser formado pelo núcleo de um ego forte, nem as condições psicossociais e terapêuticas em que se desenvolve a vida atual favorecem a busca prazerosa da “capacidade de estar só” de que nos falava Winnicott. A consequência paradoxal disso é a condenação a uma tremenda solidão indesejada, estado angustiante que alimenta e, por sua vez, se realimenta, com o uso abusivo de drogas, culminando esse processo na *busca da morte como o estado ideal*. Ou seja, a possibilidade de se obter um estado mental no qual não exista a angústia, nem os conflitos (KALINA, 2001, p. 104, grifo nosso).

**Donald W. Winnicott (III):
o “menino do cordão”
(patologia transicional)**

No capítulo I de *O brincar e a realidade* (1971), antes da reprodução do artigo *Cordão: uma técnica de comunicação* (1960), Winnicott discorre sobre “o modo como a separação pode influenciar os fenômenos transicionais” (WINNICOTT, 1975, p. 31). Apresenta a ideia (já discutida acima) que irá desenvolver no capítulo VII do mesmo livro, de que a ausência da mãe por um determinado período faz com que sua representação interna no bebê se esmaça e, concomitantemente, os fenômenos transicionais percam gradativamente o sentido que têm para ele. Verifica-se, contudo, que:

Exatamente antes da perda, podemos às vezes perceber o exagero no uso de um objeto transicional como parte da *negação* de que haja ameaça de ele se tornar sem sentido (WINNICOTT, 1975, p. 31, grifo do autor).

O caso do “menino do cordão” ilustra bem esse fato. No artigo *Cordão: uma técnica de comunicação* (1960), Winnicott descreve o caso de um menino de sete anos que lhe foi encaminhado por apresentar uma série de

sintomas que, segundo o médico da família, poderiam indicar um distúrbio de caráter: mudanças súbitas de humor, dizer coisas que assustavam as pessoas (p. ex., que ia cortar a pessoa “em pedacinhos”), lambe pessoas e coisas, fazer ruídos com a garganta, recusar-se a evacuar. Além do menino, os pais tinham uma filha de dez anos (com deficiência mental) e outra com quatro anos de idade. A mãe apresentava depressão e já havia sido hospitalizada por causa disso durante dois meses (quando o menino tinha quatro anos e nove meses).

Na entrevista inicial com a criança, Winnicott costumava aplicar uma técnica que ele chamava de “jogo de rabiscos” (“*squiggle game*”), com objetivo de diagnóstico e para facilitar a comunicação interacional. No artigo, o autor descreve a técnica da seguinte maneira:

[...] neste jogo faço certo tipo de desenho linear impulsivo e convido a criança que estou entrevistando a transformá-lo em alguma coisa e então ele faz um rabisco para eu transformar em algo por minha vez (WINNICOTT, [1960] 1982, p. 141).

Ao aplicar o “jogo de rabiscos” ao menino, Winnicott verificou que a maioria dos desenhos resultantes estava relacionada a cordões: laço, chicote, relho, cordão de ioiô, etc. Perguntou, então, aos pais sobre essa preocupação do menino com cordões:

Responderam-me que se alegravam que eu tivesse levantado esta questão, mas que não a tinham mencionado por não estarem certos de seu significado. Disseram que o menino ficara obcecado com tudo que se relacionasse com cordão e que sempre que entravam em uma sala podiam constatar que ele tinha unido mesas e cadeiras; e poderiam achar uma almofada, por exemplo, com um cordão ligando-a à lareira. Disseram que a preocupação do menino com cordões se desenvolvera gradativamente como uma nova feição sua,

que os tinha preocupado ao invés de os interessar. Que ele tinha recentemente atado um cordão ao pescoço de sua irmã (aquela cujo parto provocou a primeira separação dele com a mãe) (WINNICOTT, [1960] 1982, p. 141).

Como só poderia rever o menino e os pais a cada seis meses (pois eles moravam no campo), Winnicott optou por orientar a mãe sobre o que estava acontecendo com o seu filho e como deveria agir: explicou-lhe que o menino tinha receio de se separar da mãe e tentava negar essa separação através do uso excessivo do cordão; quando se apresentasse a ocasião adequada, ela deveria ventilar o assunto com o menino e, de acordo com a reação dele, conversar com ele sobre o tema da separação.

Seis meses depois, ao rever a família, Winnicott perguntou à mãe sobre o que tinha acontecido. Ela lhe relatou que tinha conversado com o menino sobre a questão das separações ocorridas entre eles e que o menino demonstrara ansiedade em falar sobre o medo da perda de contato com ela; após a conversa, o brinquedo com cordões cessou.

Um ano depois, antes de uma hospitalização da mãe para uma operação, o menino voltou à preocupação com cordões; uma conversa da mãe explicando que a operação seria rápida e que ela retornaria em alguns dias foi suficiente para o fim da brincadeira com cordões. Quatro anos depois, num período em que a mãe estava deprimida e o pai desempregado, o menino voltou novamente a brincar com cordões, chegando a se pendurar numa árvore amarrado pelos pés, fingindo-se de morto. Após dois meses, com a melhora da situação no lar (o pai arranhou um emprego, e a família foi viajar de férias), a nova fase de uso excessivo dos cordões terminou.

Winnicott relata que, aos onze anos de idade, o menino mantinha uma coleção de ursos de pelúcia, aos quais tratava como crianças, inclusive costurando roupas para eles. Quando chegava uma visita, ele rapi-

damente colocava os ursos na cama da irmã para que ninguém soubesse que ele tinha essa família de ursos. Segundo o autor, o menino estava desenvolvendo “uma identificação materna baseada em sua própria insegurança em relação a sua mãe, e que pode se desenvolver no sentido da homossexualidade” (WINNICOTT, [1960] 1982, p. 143); já a preocupação com cordões “poderia se desenvolver no sentido de uma perversão” (WINNICOTT, [1960] 1982, p. 143).

Analisando o simbolismo relacionado ao cordão, Winnicott identifica algo que “une do mesmo modo que auxilia no embrulhar de objetos e na manutenção de material não integrado” (WINNICOTT, [1960] 1982, p. 143). Assim, o uso excessivo de cordões funcionava como uma técnica de comunicação por meio da qual o menino expressava sua insegurança. Essa forma de expressão poderia evoluir para uma perversão na medida em que a função do cordão mudasse “de união para *negação de separação*” (WINNICOTT, [1960] 1982, p. 143, grifo do autor), caso em que o cordão se tornaria “*algo por si mesmo, algo que tem propriedades perigosas e que tem de ser dominado*” (WINNICOTT, [1960] 1982, p. 143, grifos nossos).

No caso apresentado, segundo Winnicott, a mãe pôde agir a tempo, enquanto o uso do cordão “ainda traduzia esperança”. De acordo com o autor:

Quando a esperança está ausente e o cordão representa a negação de separação, então um estado de coisas muito mais complexo se origina – que se torna difícil de curar, por causa dos *ganhos secundários que se originam da habilidade que se desenvolve quando um objeto tem de ser manipulado para ser dominado* (WINNICOTT, [1960] 1982, p. 143, grifo nosso).

No capítulo I de *O brincar e a realidade* (1971), logo após apresentar o caso do “menino do cordão” (republicação do artigo de 1960), Winnicott acrescenta uma nota data-

da de 1969, na qual informa que, após uma década, percebeu que o menino não poderia ser curado enquanto permanecesse ligado à moléstia depressiva da mãe. Ao chegar à adolescência, o menino tornou-se um viciado em drogas, e não se conseguia tirá-lo de casa para tratamento: “Todas as tentativas para colocá-lo longe da mãe falharam, porque normalmente fugia e voltava para casa” (WINNICOTT, 1975, p. 37). A nota é finalizada com a seguinte pergunta: “um investigador que efetuasse um estudo desse caso de vício em drogas daria a devida consideração à psicopatologia manifestada na área dos fenômenos transicionais?” (WINNICOTT, 1975, p. 37).

Joyce McDougall: a adicção como patologia transicional

O livro de Joyce McDougall *As múltiplas faces de Eros* (publicado originalmente em 1995) tem como subtítulo “uma exploração psicanalítica da sexualidade humana”, tema que a autora procura tratar nos seus diversos aspectos. No capítulo 11 (*As neonecessidades e as sexualidades adictivas*), McDougall apresenta o conceito de “neonecessidades”, em que “o objeto, o objeto parcial ou a prática sexuais são buscados incansavelmente, à maneira de uma droga” (MCDOUGALL, 2001, p. 198, grifo da autora). Antes, contudo, de se aprofundar na análise do problema específico da sexualidade adictiva, a autora desenvolve algumas considerações sobre o que chama de “economia adictiva”, o modo de funcionamento psíquico que leva ao comportamento adictivo em geral.

A autora relata que teve sua atenção despertada para a questão da economia psíquica subjacente ao comportamento adictivo ao atender a mãe de um menino psicótico que tinha sido seu paciente. Prestes a se tornar alcoólatra, ela descreveu seu impulso irresistível de beber com as seguintes palavras: “Algumas vezes não sei se estou triste ou zangada ou com fome ou se estou querendo fazer sexo – e é aí que começo a beber” (MCDOU-

GALL, 2001, p. 199). Essa fala da paciente tornou claro para McDougall que “um dos objetivos do comportamento adictivo era *livrar-se de sentimentos*” (MCDOUGALL, 2001, p. 199, grifo nosso).

Mais tarde, quando decidiu parar de fumar, a autora se defrontou com as pressões que a impeliavam a adotar um hábito adictivo, chegando à conclusão de que “criava uma cortina de fumaça por cima da maioria de meus estados afetivos, neutralizando dessa maneira ou dispersando uma parte vital de meu mundo interior” (MCDOUGALL, 2001, p. 200). A autora relata a partir de então se dedicou a tentar conceituar a estrutura psíquica do comportamento adictivo.

Ao estudar o assunto mais a fundo, McDougall verificou que o termo “adicção” não existia em francês; só havia referência à “toxicomania”, com seu significado literal de “desejo louco por veneno”. A autora, no entanto, a partir de suas observações clínicas e experiência pessoal, entendia que a busca do objeto adictivo não implicava um desejo de se envenenar, mas “um ato que carregava a *ilusão de fazer algo para ajudar a si mesmo em meio às dificuldades da vida cotidiana*” (MCDOUGALL, 2001, p. 199, grifo nosso). Assim, portanto, recusou o uso do termo “toxicomania”, substituindo-o por “adicção”.

Segundo Eduardo Kalina e Santiago Kovadloff (1980, p. 24), “adicto” vem do latim *addictum*, termo que designava o cidadão que, na antiga República Romana, se oferecia como escravo para um outro como pagamento de uma dívida. Em seu texto, McDougall afirma que etimologicamente o termo “adicção” “[...] refere-se a um estado de escravidão” (MCDOUGALL, 2001, p. 198). O adicto pode até se sentir escravizado pelo objeto da adicção (droga, alimento, pessoa, etc.), mas paradoxalmente esse objeto é vivenciado como essencialmente “bom”, chegando às vezes a “[...] tornar-se a única busca que é sentida como dando significação à vida do indivíduo” (MCDOUGALL, 2001, p. 198).

A função do comportamento adictivo na economia psíquica do indivíduo é “[...] dissipar sentimentos de angústia, raiva, culpa, depressão ou qualquer outro estado afetivo que dê origem a uma tensão psíquica insuportável” (MCDOUGALL, 2001, p. 198), tensão que pode incluir afetos prazerosos que dão origem a sentimentos de excitação percebidos como proibidos ou perigosos. Uma vez descoberto,

[...] o recurso à substância ou ao ato adictivo é mantido sempre à mão a fim de atenuar essas vivências emocionais quando quer que isso seja necessário, mesmo por um curto período de tempo (MCDOUGALL, 2001, p. 199).

A autora ressalta que todas as pessoas estão sujeitas a se entregar temporariamente a comportamentos adictivos (beber ou comer demais, usar drogas farmacológicas, envolver-se em aventuras fugazes, etc.) para escapar rapidamente de situações afetivas dolorosas que ultrapassem os recursos habitualmente utilizados para lidar com a tensão psíquica.

Retomando o conceito winnicottiano de “mãe suficientemente boa”, McDougall afirma que, se a atitude fusional da mãe com o seu bebê nas primeiras semanas de vida for prolongada além desse período, a interação mãe-bebê passa a ser sentida por este como persecutória e patológica, afetando o desenvolvimento dos fenômenos transicionais e gerando no bebê um “medo de desenvolver seus próprios recursos psíquicos para lidar com a tensão” (MCDOUGALL, 2001, p. 201).

Para a autora, a motilidade, a vivacidade emocional e a erogeneidade corporal do bebê só podem ser desenvolvidas na medida em que a mãe as invista positivamente:

Ela pode, com a mesma facilidade, *inibir* a intensificação narcísica desses aspectos na estrutura somatopsíquica do bebê, se este estiver servindo para atenuar uma necessidade

não satisfeita do mundo interno dela própria (MCDOUGALL, 2001, p. 201, grifo da autora).

Segundo McDougall, devido a suas próprias angústias, temores e desejos inconscientes, a mãe poderá ser

[...] potencialmente capaz de instilar em seu lactente aquilo que pode ser conceituado como um *relacionamento adictivo com a presença dela* e suas funções de cuidados. Num certo sentido, é a mãe [nesse caso] quem está num estado de “dependência” em relação a seu bebê (MCDOUGALL, 2001, p. 201, grifo da autora).

Nessa situação, como não consegue desenvolver adequadamente a sua “capacidade para estar só”, o bebê passa a buscar constantemente a presença da mãe para lidar com quaisquer experiências afetivas motivadas seja por causas internas (pressões psicológicas), seja por causas externas (influências ambientais). O bebê, portanto, não consegue

[...] estabelecer uma representação interna de uma figura materna (e, mais tarde, paterna) que cumpra as funções que incluem a capacidade para conter e lidar com a dor psicológica ou com estados de superexcitação (MCDOUGALL, 2001, p. 201).

Não podendo se identificar com essa representação interna, a criança fica incapaz de cuidar de si mesma e de se tranquilizar frente às tensões de origem interna ou externa, buscando suprir essa “falha no mundo interno” com “objetos do mundo externo”. Assim, as drogas, a comida, o fumo, etc. são descobertos como objetos que podem preencher essa função materna, atenuando os estados mentais dolorosos com os quais o indivíduo não consegue lidar sozinho. Esses objetos são chamados pela autora de “objetos adictivos” e, segundo ela,

[...] *tomam o lugar dos objetos transicionais da infância*, os quais corporificavam o ambiente materno e, ao mesmo tempo, liberavam a criança da dependência total da presença da mãe (MCDUGALL, 2001, p. 201-202, grifo nosso).

Diferentemente dos objetos transicionais, no entanto, os objetos adictivos falham em sua função, proporcionando apenas um alívio temporário, pois “constituem tentativas antes somáticas do que psicológicas para lidar com a ausência” (MCDUGALL, 2001, p. 202). São para a autora objetos antes “transitórios” do que “transicionais”.

Segundo McDougall, portanto, “a solução adictiva é uma tentativa de cura de si mesmo diante de estados psíquicos ameaçadores” (MCDUGALL, 2001, p. 202, grifo nosso). Esses estados psíquicos podem ser classificados em três categorias, conforme a gravidade do problema a ser atenuado com a solução adictiva:

- Angústias neuróticas (conflito em relação aos direitos do adulto ao prazer nas relações amorosas, sexuais, sociais e com o trabalho);

- Angústia grave (muitas vezes paranoide) ou depressão (com sentimento de morte interior);

- Angústias psicóticas (medo da fragmentação corporal ou psíquica, sentimento de perigo à própria identidade subjetiva).

Dado que “a privação no mundo das representações objetivas internas não pode ser reparada por substâncias ou objetos encontrados no mundo externo” (MCDUGALL, 2001, p. 202), o indivíduo acaba recorrendo compulsivamente ao objeto adictivo. Além da descarga das pressões afetivas insuportáveis, busca-se com a solução adictiva reparar uma autoimagem avariada, o que implica uma tentativa de “acerto de contas” com as figuras parentais do passado. Segundo McDougall, esse desafio ocorre de três maneiras:

- Desafio ao objeto materno interior ausente ou falho: o objeto adictivo aparece

como “disponível como figurante das funções maternas que faltam” (MCDUGALL, 2001, p. 203) – a mensagem implícita é “Nunca mais você poderá me abandonar; daqui para a frente *eu a* controlo!” (MCDUGALL, 2001, p. 203, grifo da autora);

- Desafio ao pai interno: dispensado, por ser considerado como falho em suas funções parentais (o que é, tipicamente, projetado na sociedade) – a mensagem implícita é “Não me interessa o que você pensa de mim ou dos meus atos – vá para o inferno!” (MCDUGALL, 2001, p. 203);

- Desafio à própria morte, que se apresenta de duas formas: primeiro, uma atitude onipotente, em que a mensagem implícita é “nada me atinge – a morte é para os outros” (MCDUGALL, 2001, p. 203); posteriormente, quando “o sentimento de morte interior não pode ser mais negado, há a entrega aos impulsos de morte” (MCDUGALL, 2001, p. 203) – a mensagem implícita é “Talvez a próxima dificuldade (ou rodada, ou encontro) seja a *overdose* – e daí? Quem se incomoda com isso?” (MCDUGALL, 2001, p. 203).

Para McDougall, o objeto adictivo é “escolhido” de acordo com o período de desenvolvimento em que houve “o fracasso na integração dos objetos internos que ajudam e cuidam” (MCDUGALL, 2001, p. 203). Além disso, revela o “estado ideal” buscado pelo indivíduo (potência, exaltação, ausência de dor, nirvana, etc.), o que faz com que seja inútil sugerir ao adicto a troca do objeto eleito por outro que cause menos mal. Por outro lado, os resultados obtidos por grupos de ajuda mútua (como os Alcoólicos Anônimos, p. ex.) poderiam ser explicados pela criação, nesses grupos, de um “novo ambiente familiar, com um cuidado materno mais adequado do que aquele que esteve disponível no passado” (MCDUGALL, 2001, p. 202).

Conclusão: um modelo geral e outras possíveis aplicações

A partir das contribuições apresentadas acima, podemos tentar a construção de um mo-

delo geral que nos permita analisar a questão da toxicomania a partir de um enfoque relacional:

1) A falta de um objeto interno bom e forte leva a uma fragilidade do ego do indivíduo, que o torna incapaz de lidar com as frustrações e ansiedades, fazendo com que as tensões psíquicas (originadas do ambiente ou do mundo interno) sejam sentidas como insuportáveis. O indivíduo, então, busca utilizar drogas (objetos externos) cujo efeito farmacotóxico possibilite um alívio (temporário) dessas tensões, dissipando os sentimentos que dão origem às tensões psíquicas. A impossibilidade de um objeto externo suprir consistentemente uma falha no mundo interno leva ao uso compulsivo da droga pelo adicto.

2) A origem desse objeto interno falho é buscada no modo como ocorreram as interações mãe-bebê na infância do indivíduo, seja por uma ausência da mãe, seja por uma “presença excessiva” da mãe (atitude fusional com relação ao bebê):

(a) Uma mãe ausente ou “desvitalizada” (deprimida) por um período de tempo sentido pelo bebê como muito longo causa nesse bebê uma experiência de “ruptura na continuidade da vida”, de forma que o objeto interno (representação interna da figura materna) deixe de ter sentido para ele, “morra” – e esse objeto interno “morto” passa a apresentar características persecutórias. Frente a essa ameaça, a criança adota, como forma de expressar sua insegurança, um uso exagerado do objeto transicional (que simboliza sua união com a mãe). Com o passar do tempo, mantida a mesma situação na interação com a mãe, o objeto transicional também perde o sentido e se transforma num “objeto perigoso”, que precisa ser dominado: o quadro evolui para uma perversão (o objeto passa a simbolizar a negação da separação). A falta de uma presença consistente da mãe também impede o desenvolvimento na criança da “capacidade para estar só” – e, consequentemente, da confiança no ambiente (mundo externo) e da autossuficiência para viver.

(b) Por outro lado, devido às próprias angústias, aos temores e aos desejos inconscientes, a mãe pode “usar” o bebê para suprir suas necessidades não satisfeitas, prolongando excessivamente uma atitude fusional com o bebê, que deveria ocorrer apenas nas primeiras semanas de vida deste – essa mãe fica, em certo sentido, num estado de dependência em relação ao seu bebê. Por sua vez, o bebê passa a sentir a interação com a mãe como patológica e persecutória, o que gera nele um medo de desenvolver seus próprios recursos psíquicos para lidar com as tensões e uma inibição da motilidade, da vivacidade emocional e da erogeneidade corporal. Como o objeto materno interior é falho, o bebê não consegue desenvolver sua “capacidade para estar só”, tem sua autoimagem avariada e estabelece um “relacionamento adictivo” com a presença da mãe e seus cuidados, buscando constantemente a mãe para lidar com quaisquer experiências afetivas, motivadas por causas internas ou externas. Posteriormente, o indivíduo irá buscar em objetos externos (“solução adictiva”) uma tentativa de cura de si mesmo frente a estados psíquicos ameaçadores.

Seguindo a ideia de McDougall de que todas as pessoas podem, por vezes, adotar comportamentos adictivos para fugir de situações afetivas dolorosas, podemos pensar que o modelo acima pode ser utilizado com proveito para a análise de outros problemas importantes da contemporaneidade – não apenas os tradicionalmente considerados como patologias (jogo compulsivo, adicção ao sexo, etc.), mas também as chamadas “novas dependências” (da Internet, do celular, dos *video games*, das compras no *shopping center*, etc.), largamente difundidas na sociedade e que afetam os indivíduos em graus variados.

No caso do consumo excessivo, por exemplo, é notório o alto índice de endividamento das famílias na atualidade, que se converte num grave problema social – a análise da questão com base no modelo proposto po-

deria auxiliar no seu entendimento: o objeto do consumo pode estar funcionando como “objeto adictivo”, cuja posse irá proporcionar a “felicidade” (até o lançamento de um novo modelo mais moderno, ou a próxima promoção da loja).

De qualquer forma, reiteramos o que já foi dito na introdução deste artigo: essa maneira de abordar os problemas, privilegiando o ponto de vista relacional, não exclui a importância de outras contribuições fundamentadas numa perspectiva pulsional; ao contrário, o que se deve buscar, na medida do possível, é uma complementaridade entre as abordagens, com o intuito de tentar entender de forma cada vez mais abrangente os diversos aspectos envolvidos em questões tão complexas como a toxicomania e os outros problemas que afligem o ser humano na atualidade.

Abstract

Given the importance of the problem of toxicomania in the world today, as well as its complexity, a comprehensive psychoanalytic approach is necessary, focusing not only the pulsional aspect, but also a relational perspective. In this paper, we analyze the contributions of two authors who deal with the problem from the latter perspective: Donald W. Winnicott and Joyce McDougall. We conclude with a summary of these contributions, forming a general model for analysis of the problem from a relational approach and indicating possible applications of this model to other problems of contemporaneity.

Keywords: *Toxicomania, Addiction, Object relations, Transitional object, Addictive solution.*

Referências

- BIRMAN, J. A psicopatologia na pós-modernidade: as alquimias no mal-estar da atualidade. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, São Paulo, ano II, n. 1, março 1999, p. 35-49. Publicação da Associação Universitária de Pesquisa em Psicopatologia Fundamental.
- BOLLAS, C. *Forças do destino: psicanálise e idioma humano*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.
- FREUD, S. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade (1905). In: _____. *Um caso de histeria, três ensaios sobre a teoria da sexualidade e outros trabalhos (1901-1905)*. Direção-geral da tradução de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1989. p. 128-229. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 7).
- GREEN, A. A mãe morta (1980). In: _____. *Narcisismo de vida, narcisismo de morte*. São Paulo: Escuta, 1988.
- GREENBERG, J. R.; MITCHELL, S. A. *Relações objetais na teoria psicanalítica*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.
- KALINA, E. Algumas reflexões sobre o estado que D. Winnicott definiu como ‘a capacidade de estar só’ e sua relação com o uso abusivo de drogas neuropsicobióticas e sociais. In: _____. *Clínica e terapêutica de adicções*. Porto Alegre: Artmed, 2001.
- KALINA, E.; KOVADLOFF, S. *Drogadicção: indivíduo, família e sociedade*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1980.
- LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J.-B. *Vocabulário da psicanálise*. 10. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- MCDUGALL, J. *As múltiplas faces de Eros: uma exploração psicanalítica da sexualidade humana*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- NAKASU, M. V. P. Desejo de se fazer mal ou escravo de uma só solução? A qual dessas duas proposições estaria ligada a economia psíquica da adicção? *Ciências Humanas em Revista*, v. 4, n. 1, jun. 2006, p. 41-48.
- OUTEIRAL, J. O. O menino do cordão: o pensamento de Donald Winnicott sobre a drogadicção [1999]. Disponível em: <<http://www.joseouteiral.com>>. Acesso em: 06 jul. 2009.

ROSENFELD, H. A. Da toxicomania (1960). In: *Os estados psicóticos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

ROSENFELD, H. A. Psicopatologia da toxicomania e do alcoolismo - revisão crítica da literatura psicanalítica (1964). In: *Os estados psicóticos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

SPITZ, R. A. *O primeiro ano de vida: um estudo psicanalítico do desenvolvimento normal e anômalo das relações objetivas*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

WINNICOTT, D. W. Objetos transicionais e fenômenos transicionais (1951). In: _____. *Textos selecionados: da pediatria à psicanálise*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1993.

WINNICOTT, D. W. A capacidade para estar só (1958). In: _____. *O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1982.

WINNICOTT, D. W. Cordão: uma técnica de comunicação (1960). In: _____. *O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1982.

WINNICOTT, D. W. *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

Recebido em: 16/10/2014

Aprovado em: 21/10/2014

SOBRE O AUTOR

Ricardo de Lima Sedeu

Bacharel em Ciências Econômicas pela UFRJ.
Analista-Tributário da Receita Federal do Brasil (RFB). Psicanalista e membro efetivo do Círculo Brasileiro de Psicanálise
- Seção Rio de Janeiro (CBP-RJ).

Endereço para correspondência

Rua Almirante Tamandaré, 66/643 - Catete
22210-060 - Rio de Janeiro - RJ
E-mail: <sedeu@yahoo.com>

A construção da realidade através do brincar

The construction of reality through play

Sabrina Barbosa Sironi

Resumo

O estudo teórico e clínico no campo psicanalítico instiga os impulsos criativos e se constitui a matéria-prima do brincar que conduz à experiência cultural. Mas isso é possível pelo doloroso reconhecimento pelo lactente de que seus sentimentos de amor e ódio se dirigem à mesma pessoa, permitindo que a introjeção e a projeção se manifestem nas relações objetais desde o início, bem como à capacidade de superar os limites externos, o que leva à sublimação pulsional. Se o bebê suporta a frustração, ele pode usar o aparelho psíquico para produzir representações, simbolizações sem o incremento dos sentimentos persecutórios. Isso favorece a criatividade e a capacidade para brincar, tolerar e modificar os efeitos da pulsão destrutiva. Nesse processo do brincar, crianças e adultos se tornam criativos, espontâneos e acessam o verdadeiro *self*, ressignificando as limitações externas, o sentimento de abandono e o uso de defesas como a onipotência e a negação para construir uma realidade significativa a partir da existência de um eu.

Palavras-chave: Brincar, Criatividade, Eu (*self*).

Nesse semestre de 2014 pensei em iniciar supervisão à medida que escutava casuísticas relatadas por colegas e por coordenadores nos seminários de formação. Ao ler alguns casos expostos nos textos, percebi a difícil e instigante prática psicanalítica. O quanto aquilo que constitui o mundo interno influencia e transforma a percepção do mundo externo, assim como altera e influencia nosso mundo interno sob a ação das fantasias inconscientes. Cito alguns casos para ilustrar essas questões.

O livro *O brincar e a realidade*, de Winnicott (1971), traz o caso de uma mulher de meia-idade que só podia se adaptar numa base de submissão, representando o papel que lhe fora atribuído em brincadeiras da infância. Enquanto fantasiava dessa forma, mantinha-se dissociada e alimentava uma série de frustrações na tentativa de se tornar uma pessoa total. Com o tempo ela começou a se assustar em sua análise ao perceber

que sua onipotência a mantinha nas coisas maravilhosas que só podiam ser alcançadas em um estado de dissociação. Assim que essa paciente começou a pôr em prática coisas como pintar ou ler, descobriu algumas de suas limitações e acabou abandonando sua onipotência, lidando melhor com suas frustrações e construindo uma realidade.

Outro exemplo é uma paciente que se deu conta de que queria fazer coisas que agradassem o analista, desabafando do inferno de ter recebido uma educação religiosa: “malditas sejam as boas meninas!” Desabafa também do desejo de parar de procurar e somente ser. A procura é a evidência de que existe um eu (*self*), pois, a partir do buscar, a partir da pergunta, seria possível postular a existência de um eu.

Esses casos mostram a importância do brincar, da transicionalidade que está no encontro entre o mundo psíquico e o mundo socialmente construído.

Segundo Winnicott (1975, p. 92-93), a transicionalidade só pode vir a partir do brincar, uma zona intermediária entre a fantasia e a realidade, uma área de ilusão, de ludicidade. É nessa condição que a personalidade caminha à integração, na qual a criatividade, tal como o descrevemos, pode emergir. A ação e a deflexão das pulsões tornam-se parte da personalidade e permitem que postule a existência do eu (*self*). Isso nos dá indicação para o procedimento terapêutico: propiciar oportunidade para a experiência e para os impulsos criativos, sensórios e perceptivos que constituem a matéria-prima do brincar. É com base no brincar que se constrói a totalidade da existência experiencial do homem.

O brincar conduz naturalmente à experiência cultural, e isso acontece se a internalização segura do objeto bom se torna o núcleo do ego.

Segundo Spillius (2007, p. 110), psicanalista de orientação kleiniana, o bebê vive num mundo em que ele e alguns objetos são muito maus, enquanto outros objetos e outros aspectos seus são muito bons. Ele vive num mundo de objetos parciais orientados por fantasias inconscientes e ansiedade de aniquilamento, uma singular sensação de desamparo.

Por volta de três a seis meses, as relações com o cuidador mudam e se tornam menos ameaçadoras, o que favorece a integração do ego e a diferenciação, ou seja, o bebê se abastece e sacia a demanda de atendimento por outras vias, nas quais o exercício, o corpo, a sensação e a percepção se tornam visíveis.

A pessoa que gratifica também frustra, e isso fortalece a tolerância, o surgimento dos limites, as fronteiras entre o cuidador e o bebê. O doloroso reconhecimento pelo lactente de que seus sentimentos de amor e ódio dirigem-se à mesma pessoa mais tarde serão sentidos em relação ao pai, aos irmãos e outras pessoas. Especialmente na análise serão endereçados ao analista. Mas tudo isso depende da capacidade do bebê de suportar

a ausência. Se sua capacidade de lidar com a frustração for suficiente, ele usa o pensamento e suporta os sentimentos persecutórios. Isso favorece a simbolização, a criatividade e a capacidade para brincar e amar, pois o medo pode ser modificado.

Spillius (2007, p. 239) afirma que a projeção de sentimentos amorosos – subjacente ao processo de ligação da libido ao objeto – é uma pré-condição para encontrar um objeto bom. A introjeção de um objeto bom estimula a projeção de sentimentos bons para fora, e isso, por sua vez, através da reintrojeção, reforça o sentimento de posse de um objeto bom.

O brincar permite a introjeção dos bons objetos e precisa ser estudado como um tema em si mesmo, suplementar ao conceito da sublimação do instinto.

O brincar e a experiência cultural podem receber uma localização: o denominado 'espaço potencial'. Esse espaço potencial é uma área hipotética que existe entre o bebê e o objeto (não eu), isto é, ao final da fase de estar fundido ao objeto. O espaço que o brincar ocupa não fica dentro nem tampouco fora da subjetividade, fica na fronteira. Onde isso foi bem construído há confiança e segurança, tornando-se uma área infinita de separação, preenchendo-se criativamente com o brincar, que com o tempo se transforma na fruição da herança cultural.

Winnicott (1975, p. 142) argumenta que o espaço potencial entre o bebê e a mãe, entre a criança e a família, entre o indivíduo e a sociedade ou o mundo depende da experiência que conduz à confiança. Pode ser visto como sagrado para o sujeito, porque experimenta nele o viver criativo.

O brincar, tão evidente nas análises de adultos quanto o é no trabalho com crianças, manifesta-se na escolha das palavras, nas inflexões de voz e no senso de humor. Em termos de associação livre, significa que se deve permitir ao paciente que tenha acesso às lembranças, memórias da infância, brincquedos – espalhados no chão – e brincadei-

ras para que comuniquem uma sucessão de ideias, impulsos e sensações por meio das associações. É ali onde há tensão, ou ansiedade, ou escassez de confiança que o analista deve reconhecer e apontar a conexão entre os comportamentos e as narrativas do paciente.

Spillius (2007, p. 100) escreve que Klein considerava o brincar da criança como a contrapartida da associação livre. Quando Klein começou a analisar crianças, tentou fazê-las deitar no divã e associar livremente, porém percebeu que esse método não era adequado. Buscou, então, brinquedos dos seus filhos e foi desenvolvendo a tese de que o brincar, assim como o sonho, era uma via de acesso ao inconsciente.

Spillius (2007, p. 100) esclarece que nas brincadeiras Klein estava absolutamente preparada para desempenhar os papéis que a criança lhe sugeria, a fim de compreender suas motivações e sentimentos. Em 1927 criticou Anna Freud por introduzir elementos educativos na análise de crianças, ao incentivar a transferência positiva, por não interpretar a transferência negativa e, principalmente, por fazer uma psicanálise adaptativa, educativa.

É muito importante que o sujeito receba de volta a comunicação feita ao analista. Nessas condições pode agregar os aspectos cindidos de si mesmo e existir como unidade, sem o uso excessivo de defesas contra a ansiedade, mas como expressão do 'eu sou, eu estou vivo, eu sou eu mesmo'.

Spillius (2007, p. 169) afirma que os sentimentos agressivos são fonte de ansiedade e, se bem conhecidos, há possibilidade de conviver com eles modificando-os ou utilizando-os da maneira mais construtiva possível. Nesse posicionamento tudo é criativo!

A construção da confiança se sustenta na fase da dependência absoluta, antes da fruição, da separação e da independência. Quando se percebe a outra pessoa separada, sente-se que ela tem uma vida própria que o sujeito não controla. A relação com um terceiro objeto é a essência da "vida própria" do objeto primário da pessoa.

Winnicott (1975, p. 188) defende que o meio ambiente facilitador e suficientemente bom no início do desenvolvimento constitui algo muito importante. A independência relativa é um princípio que se alterna gradativamente e de maneira ordenada. Há genes que determinam padrões e uma tendência herdada a crescer e a alcançar a maturidade, mas nada se realiza no crescimento emocional sem que esteja em conjunção com uma provisão ambiental suficientemente boa.

A brincadeira é própria da saúde; facilita o crescimento e conduz aos relacionamentos grupais; está a serviço da comunicação consigo mesmo e com os outros.

É no brincar que a criança e o adulto podem ser criativos e utilizar sua personalidade integral e descobrir seu verdadeiro eu (*self*).

Mas há um grau de ansiedade que é insuportável e destrói o brincar. Isso vem da época em que o ser imaturo está continuamente à mercê de sofrer uma ansiedade inimaginável que é a essência das ansiedades psicóticas. Esse bebê não teve cuidados suficientemente bons no estágio precoce, antes de ter distinguido o "eu" do "não eu". Isso leva a uma condição patológica em que o sujeito sofre as ameaças dos elementos persecutórios dos quais não consegue se livrar, pois não dispõe de meios para tanto. Partindo das doenças psiconeuróticas e das defesas do ego, há saúde quando essas defesas não são rígidas.

O sentimento do eu (*self*) surge na base de um estado não integrado, não é observado, recordado e pode se perder, a menos que a criança seja olhada e cuidada por alguém que tolere suas exigências e estabeleça laços seguros desde o início da vida.

Spillius (2007, p. 239) afirma que, no desenvolvimento favorável normal, o sujeito se torna capaz de aceitar a responsabilidade por aquilo que sente e reconhecer a existência de seus objetos. Os objetivos da projeção mudam. Em vez de excindir aspectos de si, perdendo contato com eles, e agir como se eles fossem aspectos do objeto, ele pode ficar em contato com as partes que tende a atri-

buir aos outros. A projeção continua, mas se torna menos onipotente, rígida e a base da empatia.

Em termos clínicos, o paciente se apresenta com menor rigidez e fixação, enfrenta a ansiedade e a incerteza, consegue viver criativamente e constituir um estado saudável, onde a submissão não é mais base para a vida.

O impulso criativo é necessário ao artista na produção de uma obra de arte, mas também algo que se faz presente quando qualquer pessoa se inclina de maneira saudável para o que faz ou realiza. Está presente no viver momento a momento, frui no respirar, como na inspiração de um arquiteto ao descobrir subitamente o que deseja construir.

O vislumbre do bebê e da criança, vendo o eu (*self*) no rosto da mãe e, posteriormente, no espelho, proporciona um modo de olhar a análise que possibilita ao paciente a descoberta do próprio eu (*self*) e do sentido de existir, ou seja, o sentir-se real.

Sentir-se real é mais do que existir. É descobrir um modo de existir como si mesmo, relacionar-se com os objetos como consigo mesmo e ter um eu para o qual retirar-se para um relaxamento.

A neutralidade do analista é necessária. A interpretação fora do amadurecimento do material é doutrina e produz submissão, pois interpretar quando o paciente não tem capacidade para brincar não é útil ou causa confusão. A lentidão do processo analítico é a manifestação de uma defesa que o analista tem de respeitar, tal como respeitamos todas as defesas.

Reter interpretações possibilita que o paciente faça interpretações, permite a manifestação da capacidade do paciente de brincar, ser criativo no trabalho analítico, já que tem as respostas dentro dele.

Ao finalizar este trabalho debruço-me sobre a provocante arte de psicanalisar, de não se deixar influenciar pelas projeções do paciente, decorrentes do fato de as imagos internas dos pais serem muito mais ferozes do que os pais reais. O trabalho do psicanalista

oferece sustentação no brincar do paciente em um espaço e um tempo construídos transferencialmente.

O mundo interno não é uma réplica do mundo externo. Experiências do mundo externo ajudam a moldar o mundo interno, ao mesmo tempo que o mundo interno afeta a percepção do mundo externo. Neste ponto lembro-me do encontro onde a coordenadora do seminário conta que

[...] ao abrir a porta do consultório, uma paciente sente um agradável cheiro de café e comenta: parece o perfume do café mineiro, mas falta o pão de queijo. A paciente ri e diz: incrível, lembrei-me disso quando passava pelo corredor, do café passado num saquinho de pano que todo dia minha mãe fazia antes de eu ir à escola, em BH. A sessão começa e transcorre num vaivém: passado e presente, perdas, exclusões, aspirações e enunciados de mudanças. Entre o velho e o novo, entre o que fica e a palavra dita (RAMOS, 2014).

A esperança é que, por meio da análise, ocorra a lembrança não só dos fatos históricos, mas de tomada de consciência das ansiedades, das defesas e das relações internalizadas. Com os fatos do passado transformados pelas projeções do paciente, ele próprio fará ligações, desde que a capacidade de brincar libere o sujeito para conectar partes de si mesmo e de sua vida. Penso que, num ambiente criativo e lúdico de análise, pode-se “chamar a criança para conversar” e se manifestar.

Considerações finais

A análise é para quem pode tolerar o retorno do recalçado – analista e analisando.

Em consequência, onde o brincar não é possível, o trabalho efetuado pelo terapeuta é dirigido então no sentido de trazer o paciente de um estado em que não é capaz de brincar para um estado em que o é (WINNICOTT, 1971, p. 59).

O analista dá apoio e, por vezes, desempenha os papéis que o analisando lhe atribui. O analista precisa permanecer orientado para a 'realidade interna' e ao mesmo tempo identificado com o paciente, desvelando as defesas para que emergja um sujeito menos rígido, que possa representar e brincar, pois os meios de expressão oriundos do brincar permitem a reparação.

É necessário tomar consciência da enorme complexidade das questões intrapsíquicas e intersubjetivas, tornando-nos conscientes de quão cautelosos precisamos ser para assumir que na análise a história pode ser diferente, pode ser desigual, ainda que igual na repetição.

Abstract

The psychoanalytic process provides opportunity for developing experiences and creative impulses, constituting the prime material of playing and leading cultural experience. But this is possible through the painful recognition by the infant that his feelings of love and hate are directed to the same person only, allowing the introjection of good objects leading to sublimation of instinct. If the baby tolerates frustration, he uses his psychical apparatus to ward off persecutory feelings. This favors the symbolic, creativity and the ability to play and to bear and rework effects of the destructive drive. At the playing process, children and adults can be creative, use their full personality to discover their true self, to support and accept limitations, to abandon omnipotence and build a meaningful reality through the existence of a self.

Keywords: *Playing, Creativity, Self.*

Referências

RAMOS, M. B. J. Teoria e técnica psicanalítica III. *Curso de formação psicanalítica do CPRS*, Porto Alegre, mar.-jul. 2014. Notas de seminário. Manuscrito.

SPILLIUS, E. B. *Uma visão da evolução clínica kleiniana da antropologia à psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago, 2007.

WINNICOTT, D. W. *O ambiente e os processos de maturação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1983.

WINNICOTT, D. W. *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago, 1971.

Recebido em: 07/09/2014

Aprovado em: 21/10/2014

SOBRE A AUTORA

Sabrina Barbosa Sironi

Bióloga. Arteterapeuta. Em formação psicanalítica no Instituto de Estudos de Psicanálise (IEP) do CPRS.

Endereço para correspondência

Rua Garibaldi, 780, sala 103 - Centro
95670-000 - Gramado - RS
E-mail: <evoluir@via-rs.net>

Sexualidade masculina¹

Male Sexuality

Stetina Trani de Meneses Dacorso

Resumo

O presente artigo discorre sobre a clínica psicanalítica na escuta do masculino na atualidade. Tempos atrás foi o feminino que graças a Sigmund Freud saiu das sombras e ocupou o primeiro plano. Esse evento inaugural da psicanálise nos convoca a fazer o mesmo movimento na escuta do sujeito masculino, que sofreu uma mudança na dinâmica de seu lugar no mundo e principalmente no olhar para si mesmo. Para tal objetivo a autora usará de veredas clínicas.

Palavras-chave: Sexualidade masculina, Psicanálise, Clínica.

*Os homens não se encontram para falar de si.
Que interesse tem o homem em falar dele mesmo,
principalmente para outro homem?²*

Introdução

Este artigo é uma adaptação do trabalho apresentado no XX Congresso do Círculo Brasileiro de Psicanálise com o tema “O sexual e as sexualidades: da era vitoriana aos dias atuais”. Quando me deparei com um dos subitens do Congresso: “Sexualidade masculina”, surgiram várias possibilidades: o masculino da pulsão sexual, o masculino na feminilidade, mas optei pela sexualidade do “gênero” masculino. Aspas no gênero, porque penso, resvalaremos algumas vezes neste padrão cultural de definição de seres. Sobre gênero, existem nas últimas décadas inúmeros trabalhos, principalmente acadêmicos. Sexualidade no título deste trabalho é a sexualidade da psicanálise, da constituição da subjetividade do ser gênero masculino que na contemporaneidade se percebe mergulhado em representações sociais que o deixam confuso, angustiado, com raiva e

sem entender seus sentimentos e seu lugar nas relações.

Não vamos retomar de forma minuciosa o complexo de Édipo no menino, com suas vicissitudes das identificações nem discorrer sobre organizações psíquicas. Vamos nos debruçar sobre a escuta da clínica masculina contemporânea, suas angústias, suas dificuldades, seus conflitos. Nas investigações e nos questionamentos da produção de colegas psicanalistas, existem variadas abordagens nesse pensar, e alguns se perguntam se é possível pensar uma sociedade sem uma leitura de gênero e que em alguns momentos haverá uma hierarquização. Continuando em seus questionamento analisam que ficamos tão sensíveis a qualquer hierarquização que estamos face ao perigo da indiferenciação sexual.

O texto de Anne-Marie Sohn, na trilogia sobre a *História do corpo* (2008), a autora analisa que o corpo tomou um lugar central

1. Plenária do XX Congresso Brasileiro de Psicanálise do CBP-2013 e XXXI Jornada de Psicanálise do CPMG. Tema: *O sexual e as sexualidades: da era vitoriana aos dias atuais*.

2. Aluno dos últimos períodos da Psicologia depois de uma aula sobre sexualidade masculina.

nos últimos tempos, deixando às vezes num segundo plano a liberação do desejo. Mas quando os dois discursos se unem, temos uma exigência de transparência, uma recusa da sexualidade sobre pressão. A liberação de costumes beneficiou a homossexualidade, mesmo que ainda vejamos situações de recuo e progresso frente a eles. O texto é extenso e não cabe discuti-lo aqui, mas algumas de suas colocações finais nos servem muito bem: os corpos são portadores de valores, inculcados pelos gestos e pelos discursos científicos. Assim, a dinâmica dos corpos sexuados perpassa de um extremo ao outro as relações sociais de sexo.

Desenvolvimento

A análise das representações sociais de gêneros e relações coincide com a colocação feita acima pelo aluno de psicologia. A frase com a qual iniciamos esta apresentação reporta a um lamento repetido das mulheres: os homens não falam, ficam em silêncio, confirmado pela frase de um homem, 56 anos, professor, divorciado:

Fomos almoçar, só os homens (numa situação de Congresso). Muito melhor. Bebe-se cerveja, fala-se de futebol... nenhum assunto sério. Quando chegamos (ao curso) mais tarde, todas as mulheres perguntaram onde estávamos, para quê? Já combinamos para amanhã, almoçar junto novamente, só homem.

Por outro lado, Henfil escreveu uma crônica *Quero chorar, mas não tenho lágrimas*, da qual não temos a data, onde entre várias colocações que nos serviriam neste momento, pinçamos uns trechos:

O homem não conta a verdade para outro homem, e lembro que ouvia dizer: pô, fui para zona, fiz aquilo, peguei uma mulher [...] tudo mentira, cascata. Eu doido para perguntar: mas, onde coloca? Quem fica em cima? Quando é? Tem que falar? Quem coloca, eu ou ela? Não perguntava para não confessar

ignorância. [...] O corpo do homem não pode se revelar. E depois tem um negócio, para estar bonito tem de estar duro. Pô, eu quero um ginecologista para homem também. Para ficar sabendo para que serve isso ou aquilo. [...] Saber limpar, conhecer...

Freud (1908) analisou o poder criativo dos escritores, convidando-nos a prestar atenção em suas produções, como são capazes de provocar em nós um prazer cuja origem são profundas fontes psíquicas e capazes de pre-nunciar algo que ainda há de vir. Henfil faleceu em janeiro de 1988... E encontramos nas falas clínicas de nossos pacientes homens as mesmas angústias sobre si do texto de Henfil. Contudo, temos poucas produções sobre esse sujeito masculino.

A palavra “falo”, derivada do latim, designa o membro masculino em ereção, simboliza potência e está ligada a religiões pagãs e/ou orientais. O termo raramente surge em Freud. O que encontramos é o adjetivo “fálico”, ligado à diferenciação sexual e à teoria da sexualidade feminina (ROUDINESCO, 1998).

De forma geral, simboliza poder, certezas, controle, potência. Com o tempo e os vários desdobramentos da teoria psicanalítica, sua popularização e sua relação com a diferença entre os sexos e lugar do homem nas relações com a mulher provocaram muitas controvérsias e deformações da teoria psicanalítica, assim como novas abordagens do feminino.

Se retomarmos o simbolismo por trás do termo “falo” e sua relação com o homem, nos deparamos com a situação psíquica de que uma certeza falocêntrica não permite dúvidas, as verdades são inquestionáveis, não há perguntas a fazer, bem o disse Henfil. Mas o sujeito homem sabe que tais certezas só existiam/existem por não terem sido postas em cheque, ou porque havia um acordo tácito de que a verdade dali emergia. O preço sempre foi pago no discurso do, estresse ataque cardíaco, da úlcera, da morte prematura. Justificado pelo árduo trabalho de ser provedor, de

saber as respostas, de dar conta e não poder fraquejar e de ter que 'cuidar' daqueles considerados mais fracos: crianças, mulheres, subordinadas. Quando esse equilíbrio é perdido, e aqueles ditos menos assumem atitudes características das atitudes dos sujeitos ditos fálicos, encontramos a angústia o não saber.

Penso que as relações com as mulheres está muito difícil. Assisti a um seminário neste final de semana, e a coordenadora, falando sobre as mulheres, disse que antes elas traíam por vingança e agora traem por desejo. E agora? A gente não sabe o que fazer (Aluno de psicologia, 8 p.).

O masculino visto como já pronto, estabelecido, já dado, e o feminino em construção, indomável. O paradigma moderno, no século XVIII se estabeleceu baseado em relações binárias e de oposição, que serão contestadas na década de 1970/1980. A noção de valor absoluto e inquestionável afirma o não valor de seu oposto: Deus/Diabo, homem/mulher, fala/escrita; corpo/espírito. A psicanálise vai colocar em cena o feminino através do estudo da histeria centralizando o feminino-inferior, provocando discussão de toda relação binária. Analisar um unificador central historicamente significa buscar sua origem, surgimento, causa de sua construção e articulação com os vários saberes existentes. Pensar as sexualidades é questionar os centros organizadores dos gêneros: família nuclear, filiação, provedor, direitos, violência (ARÁN, 2006).

Utilizando de uma leitura crítica numa certa naturalidade para realizar a leitura dos gêneros e suas subjetividades, fomos investigar como o masculino se apresenta nos estudos acadêmicos. Deparamo-nos com pesquisas acadêmicas sobre acidentes, ataques de ira, violência contra a mulher, jogo, endividamento, toxicomanias. O homem analisado como supostamente pertencente a um grupo de risco. Alguns títulos de pesquisas: homens e acidentes de trabalho; homens e

violência doméstica; homens e drogadicção. E segue esse caminho o campo jurídico com artigos e discussões sobre o afeto paternal: paternidade biológica e paternidade afetiva. Em 2009 o Ministério da Saúde apresentou a *Política nacional de atenção integral a saúde do homem*, e um trecho do documento nos chamou a atenção:

[...] a política traduz um longo anseio da sociedade ao reconhecer que os agravos do sexo masculino constituem verdadeiros problemas de saúde pública... uma compreensão da realidade singular masculina.

Verdadeiros problemas de saúde pública? Porque o que acontece com o sexo masculino desestabiliza um *status quo* de equilíbrio social das relações. Mas ao mesmo tempo introduz o novo enquanto exigência de cuidados e discussões. Nesse documento existem seis eixos: (a) acesso e acolhimento do público masculino nas unidades de saúde; (b) direitos sexuais reprodutivos; (c) paternidade e cuidados; (d) promoção de saúde e prevenção de acidentes e violência; (e) atenção integral às doenças prevalentes na população masculina; (f) prevenção do uso de drogas e álcool. Expondo de forma clara que o grupo é de risco, pela violência e drogadicção. Esse é o sujeito-homem.

Porém, há poucos trabalhos sobre a dificuldade identificatória do homem ou modelos de identificação que possam ser encontrados. Se retrocedermos nosso olhar para uma abordagem histórica, veremos homens e mulheres em posição de diferenças bem definida. O olhar investigativo que rodeava a mulher levou a cristalizações: assexuada, doente dos nervos, feita para a maternidade, frágil e precisando de um cuidador e controlador de seu descontrole, limitada na objetividade e na vida pública. Esses adjetivos foram/são comprovados pelos discursos da educação, pedagogia, medicina, política e cotidiano das relações. Esses traços foram levantados a partir do olhar voltado para o

ideal masculino e, principalmente pela ordenação homem/público e mulher/privado. Essa ordem num processo em cadeia define relações sociais, leitura de subjetividades, relações afetivas, poder, Lei.

Os *Três ensaios* estão mais do que nunca atualizados, uma sexualidade na normalidade não existe. Uma nota de rodapé de Freud de 1910, nos *Três ensaios*, se refere à diferença entre os antigos que valorizavam a pulsão independentemente do objeto e o homem moderno que valoriza o objeto e despreza a pulsão se o objeto é considerado inferior é bastante atual nos nossos estudos destas novas subjetividades. A psicanálise trabalha com a pulsão. As dualidades no pensamento da psicanálise: fálico/castrado; ativo/passivo provoca e exacerba a angústia nas discussões: faltam limites bem definidos, falta esclarecer, são sempre colocações onde se procura por uma “ordem” na suposta desordem estabelecida por aquilo que autores têm chamado de “fluidez”, perda dos limites, homens sem gravidade, subjetividades fluidas são análises conhecidas e que contribuem para acaloradas discussões, mas nem sempre nos auxiliam numa escuta clínica.

Tento conversar com ele, mas não compreendo como pode ficar no quarto lendo aqueles livros – você (para mim) deveria ver o que ele lê! Vendo filmes e dormindo, sempre foi hiperativo! (Pai – que se define como homem ativo e de ação rápida e o filho que o define como tipicamente patriarcal – angustiado com o filho de 19 anos).

A posição do filho angustia e assusta esse pai, típico exemplar patriarcal, porque o homem que espera, fica parado e sofre está feminizado. Todo homem que fala a ausência, e não saber se declara feminino (BARTHES, 1981).

A sexualidade masculina é um saber em construção, como o foi décadas atrás o saber sobre as mulheres, foi necessário alguém se despir de uma grande parte de seus apriores

para “deixar falar, deixar que acontecesse a limpeza da chaminé”. É o que hoje nos demandam, nos exigem aqueles que nos procuram.

Joel Birman (2006) descreve o tempo patriarcal, como um período com modelos bem definidos, cristalizados, que implica características culturais definindo os gêneros e subjetividades, como colocamos anteriormente. Nesse modelo cabia à mulher o espaço privado e portanto a maternidade, que era, ou é, definidora de sua essência.

Atualmente é um período que podemos nomear de pós-patriarcal e se articula a algumas questões: (a) mudança da família nuclear, (b) feminismo – mulher no mercado de trabalho e a separação da sexualidade e maternidade, possibilitada pela pílula, que produziu uma enorme pesquisa nas técnicas de reprodução. Estas, por sua vez, afetaram de forma violenta nossos conceitos, valores e representações sobre filiação; (c) movimento *gay*, que retira os homossexuais da clandestinidade.

Na análise dessas questões percorremos produções teóricas como a análise inaugural de Michel Foucault; os trabalhos sobre o feminismo/feminino; psicanálise e feminilidades; homoerotismo/homossexualidades; o masculino e trabalhos sobre o transexual/corpo que muda, impensável para todos nós até um tempo atrás.

É um exercício exaustivo sair do que é considerado natural; afinal, são parâmetros bem reconfortantes! Sigmund Freud analisou há décadas que não sabe o que é um masculino e um feminino em seu estado puro! A mesma dificuldade encontrada para pensar as mulheres se apresenta agora para pensar os homens. Porque cada vez que nos referirmos às diferenças, está implicada uma relação de dualidade, hierarquia e assimetria entre os sexos. A alteridade não vai deixar de existir!

O período de mutação que estamos vivendo provoca em todos um mal-estar, não existe o discurso que possa ser considerado

a coluna vertebral social, isto é, um enunciatador com credibilidade. Não existe “o” valor verdadeiro, todos os discursos convivem no mesmo espaço solicitando em alguns momentos o lugar de supremacia. A consequência é um estado de confusão, angústia e fragmentação. A ilusão de onipotência é uma forma de tamponar esse estado de espírito

Sonho muito. Todos os meus sonhos são repetitivos. Tem portas que precisam ser abertas, mas eu não tenho as chaves, ou elas se perdem, ou caem em buracos que não dá para pegar. E tem sempre uma mulher comigo, diferente em cada sonho, eu não as reconheço. Devem ser corretoras de imobiliária... Mas mulheres, em todos??? Elas não são confiáveis. Mas atualmente só tem mulheres, e aí, como vai ficar????... (50 anos, viúvo, criou uma filha sozinho não quis casar novamente).

O discurso falocêntrico tem sido questionado em muitas construções teóricas (ou desconstruções) sobre o feminino – cuja condição foi ou é lida como imperfeita, passa para a cena central – os homens estão se feminizando! Essa abordagem não ameniza a confusão que o homem comum, parceiro, pai, filho vivencia em seu cotidiano. Cotidiano ainda ambíguo e que oscila como um pêndulo entre os dois modelos: patriarcalismo x pós-patriarcalismo. Devemos considerar que é muito difícil quebrar uma “naturalidade” de pensar e olhar que sempre tivemos para com o homem. A preocupação com a reformulação do discurso falocêntrico que colocou no centro as questões femininas, deixaram de lado os homens com suas angústias, cada vez maiores. E o masculino que aprioristicamente nunca precisou de definição, passou a ser pressionado, pelas mudanças ocorridas, a realizar uma revisão do ser homem.

Quer saber? No fundo eu sou machista, possessivo, mandão, hiperprotetor, controlador. Não gosto de ser assim... Não quero ser assim.

Namorando uma garota muito mais nova, suportando a angústia que ela me provoca (pela insegurança), eu posso me tornar um sujeito melhor, mais *light*... (Administrador, 45 anos, 3 casamentos).

São colocações carregadas de angústia. O deslocamento do feminino provocou novas formas de olhar. São mudanças que recaem sobre itens estabelecidos. Ser provedor, por exemplo, sempre significou a falcidade, a capacidade de sustento de si, prole e mulheres, sinônimo de sucesso. O que existe em muitas situações é o desempregado, o que ganha menos, até a impossibilidade de manter a si mesmo.

E outros entraves no pensar a relação com a mulher: o desejo de agradar, ser desejado e admirado pela mulher se torna mais explícito. Jovens questionam os modelos identitários de seus pais, rejeitando o masculino de suas famílias, presente através de seu pai. Porém, os processos de identificação da primeira infância não podem ser impedidos. Assim, encontramos jovens sofrendo, angustiados, com crises de ansiedade sentindo-se paralisados para estudar e/ou se envolver amorosamente com outra pessoa.

Meu pai é machista, interfere em tudo, ele tem a solução, sabe tudo. Não dá para conversar com ele. Diz que homem não pode se entregar, não pode ficar chorando sem parar, tem de levantar e fazer alguma coisa, tem de agir (19 anos largou curso superior, brigou com namorada de 5 anos, e tem um pai oriundo da pobreza que enriqueceu com o próprio trabalho).

Paralelamente à angústia que os homens sentem em relação a si mesmos, está o permanente desejo de satisfazer as mulheres sexualmente. É enorme medo que sentem em ser rejeitados ou comparados a outro homem pela mulher atual – que muitas vezes tem mais experiência do que ele. Algumas vezes a solução encontrada é transformar o

objeto desejado num desprezível corroborado por escolhas que fizeram sofrer.

As mulheres não são confiáveis, elas mentem, fazem qualquer coisa para casar... estava pensando que usei o sexo no lugar do sentimento. Me consideram bom de cama. E acho que também usei a criação da minha filha para não ficar dedicado a uma mulher (Homem de 50 anos).

Até um tempo atrás ser homem dependia da manutenção de um dogma (algo considerado certo, fundamental e inquestionável) e o tornar-se mulher implicava o abandono da miragem fálica. Ser fálico é não ter dúvida nem questionamentos. Com uma certeza fálica, isto é, o melhor homem é aquele que “não quer nem saber”, tem habilidade no fazer, fazer com que a mulher acredite que ele, sem perguntar, saiba perfeitamente o que ela quer.

Essa quantidade atual de garotas *gays*, lindíssimas, é um desperdício... Isto tá acontecendo porque esses garotinhos não sabem transar, não têm a mínima ideia de como comer uma mulher. Se elas pegassem um homem bom de cama, não tinha garotas *gays* (Administrador, 45 anos, namorando uma garota de 20 anos, *gay* assumida).

Colegas têm desenvolvido trabalhos com adolescentes, que nos trazem um se colocar no mundo de forma bem distinta dos homens de outras gerações. Conversando com um colega sobre este tema – sexualidade masculina – e trocando veredas clínicas sobre o desânimo que acomete jovens adolescentes masculinos, esse colega me chamou a atenção:

Você já reparou que o desânimo, tédio, cansaço, um não saber o que fazer, é uma prerrogativa dos adolescentes homens? As garotas apresentam em menor número, e estão sempre numa ação. Os garotos, por sua vez, até

a tesão se transforma num peso... Algo para pensarmos sobre o masculino.

Um jovem de 23 anos terminou uma relação de “ficante constante de 6 meses” com uma garota que disse não querer se prender num namoro sério, algo que ele queria muito. Relatou-me a situação:

Não compreendo como uma pessoa pode optar por preferir ficar na noite, pegando ora um, ora outro; bebendo, dançando, quase três noites por semana!!!! E não querer algo mais tranquilo: ver filme junto, sair com alguém que já está com você, ir jantar e não precisar ficar procurando alguém para transar...

E continuou nesse ritmo, recusando-se a reconhecer as diferenças de desejos. Posições antagônicas: a dele tranquilo, caseiro, privado e feminino, e a dela externo, ativa e masculina. Paralelo a essa fala encontramos um sofrimento masculino oriundo da perda das certezas, do saber como fazer, da segurança de não precisar se preocupar com seu objeto de desejo. Presente numa posição machista sempre tão preservada, mas que não lhe serve quando na conquista de algumas mulheres.

Me ajuda... estou sem comer, sem dormir. Vivo angustiado. Estou louco por aquela mulher Mas, se ligo demais, ela diz que estou controlando, está ocupada. Quero ver todo dia, e ela nem suporta esta ideia, está sempre com muita coisa para fazer.

É fala de um homem de 55 anos e divorciado há 15. Sempre se gabou de se relacionar com várias mulheres ao mesmo tempo, nenhuma delas saber que tem outras e não precisar casar porque as mulheres estão tão disponíveis que nunca precisou se ligar a uma apenas. Apesar de dizer que faz tudo com muita elegância, encontra-se em situação antes da chamada “mulherzinha apaixonada” e totalmente devastado. Tudo que an-

tes eram certezas de ação e sucesso está sem efeito. E tem de ficar na não ação, na espera, no não saber. Ai recorre “ao analista”, analista mulher, cujo ofício é espera e escuta.

Mas como temos repetido, são muitos os discursos e em várias áreas do saber. Contudo, a escuta da psicanálise com sua postura e discurso ético, tenho a pretensão de acreditar, nos torna aptos a acolher clinicamente esse ser humano masculino no seu padecimento psíquico.

Algumas considerações

Teremos de problematizar determinados temas considerados já definidos. Os últimos filmes de animação baseados em histórias infantis como *Frozen* e *Malévola*, não é o príncipe que descongela ou acorda a princesa, mas alguém que tem por ela um genuíno sentimento fraterno. O homem não é mais nas histórias o príncipe encantado, que desperta para vida, que leva e conduz. Como então dar conta de si e do que sempre se acreditou ser?

Quando nos referimos às formas de pensar o sujeito masculino e sujeito feminino como fálico x castrado; forte x fraco; superior x inferior; racional x emocional, sabemos que nos referimos a formas de subjetivação, e não a gênero masculino e gênero feminino, e que são posições que circulam entre homens e mulheres.

Contudo, somos sujeitos do individual e do coletivo, e no laço social nos relacionamos com as representações sociais, econômicas, morais, educacionais e disciplinares de saberes constituídos que têm sua lógica de funcionamento e avaliação para homens e mulheres.

Tudo que até o momento nos tem possibilitado analisar relações binárias possui um centro que separa os dois lados e que após a crise que se abateu sobre esses pensares, como já colocamos ao longo do texto, deixou de existir.

Assim, a positividade da feminilidade implica um caos de identidade e uma des-

construção de tudo aquilo que se ligava ao mundo simbólico masculino (ARAN, 2006). É a oportunidade para podermos pensar o masculino e feminino de uma outra forma, e fundamentalmente esse homem que agora recorre à psicanálise como o operador/gatilho que lhe dá acesso ao seu “ser homem”.

Para nós, psicanalistas, é uma provocação e desafio porque teremos de rever o que também sempre consideramos natural na escuta e nas hipóteses teóricas.

Abstract

This paper discusses the clinical psychoanalytic listening of today's men. Long ago were women that due to Sigmund Freud went out of the shadows and occupied the foreground. This inaugural event of psychoanalysis calls us to do the same movement in listening to the male subject who suffered a change in the dynamics of its place in the word and especially on the look at himself. For this purpose the author had used for clinical paths.

Keywords: *Male sexuality, Psychoanalysis, Clinic.*

Referências

ARÁN, M. *O avesso do avesso. Feminilidade e novas formas de subjetivação*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BARTHES, R. *Fragments de um discurso amoroso*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981.

BASTOS, R. L. *Psicanálise e a escrita de emancipação: discussão entre Deleuze e Joel Birman*. *Psicol. USP*, v. 24, n. 1. São Paulo jan./abr. 2013. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/So103-65642013000100005>>. Acesso em: set. 2014.

BIRMAN, J. *Mal-estar na atualidade. A psicanálise e novas formas de subjetivação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

BIRMAN, J. *Por uma estilística da existência: sobre a psicanálise, a modernidade e a arte*. São Paulo: Editora 34, 1996.

FREUD, S. Escritores criativos e devaneio (1908 [1907]). In: _____. *“Gradiva” de Jensen e outros trabalhos* (1906-1908). Direção-geral da tradução de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 135-143. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 9).

FREUD, S. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade (1905). In: _____. *Um caso de histeria, três ensaios sobre a teoria da sexualidade e outros trabalhos* (1901-1905). Direção-geral da tradução de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1979. p. 123-250. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 7).

HENFIL. *Quero chorar, mas não tenho lágrimas*. Inédito.

KEHL, M. R. *A mínima diferença*. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

NUNES, S. A. *O corpo do diabo entre a cruz e a caldeirinha. Um estudo sobre a mulher, o masoquismo e a feminilidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

ROUDINESCO, E.; PLON, M. *Dicionário de psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

Recebido em: 16/10/2014

Aprovado em: 21/10/2014

SOBRE A AUTORA

Psicóloga. Psicanalista.

Presidente do Círculo Brasileiro de Psicanálise no biênio 2012-2014.

Vice-Presidente CBP-RJ.

Professora do curso de Psicologia CES/PUC Minas.

Mestre em Letras: Literatura Brasileira CES-JF.

Endereço para correspondência

Rua Rei Alberto, 108/901 - Centro

36016-000 - Juiz de Fora - MG

E-mail: <stetina-dacorso@ig.com.br>

Filosofia e liberdade: o desafio da psicanálise

Philosophy and liberty: the challenge of psychoanalysis

Vincenzo Di Matteo

Resumo

O texto analisa as relações e as implicações da questão da liberdade com a do inconsciente psicanalítico. Num primeiro momento, é registrado o evento de Bonneval (1960) quando o tema do inconsciente foi objeto de reflexão entre psiquiatras, psicanalistas e filósofos franceses. Em seguida, são apresentadas algumas perspectivas para se repensar os limites e a possibilidade da liberdade humana dentro da atual conjuntura cultural.

Palavras-chave: Filosofia, Psicanálise, Psiquiatria, Inconsciente.

Introdução

Pretendo, nesta comunicação, analisar os desafios específicos que a invenção da psicanálise colocou para a filosofia da liberdade do século XX, em particular para os filósofos ligados à fenomenologia e à renovação dos estudos hegelianos na França. Registro o diálogo tenso, mas não impossível, entre filósofos e psicanalistas que culminou no famoso encontro de Bonneval (1960) sobre o inconsciente, mais de 50 anos atrás. No final, apresento algumas perspectivas com relação à questão da subjetividade e liberdade, que se abrem atualmente para filósofos e psicanalistas, dentro da atual conjuntura cultural.

1 A liberdade humana e seus limites

O conceito e o sentido de liberdade como autodeterminação e autocausalidade incondicionada a partir da vontade, o equivalente psicológico da liberdade, foi cedendo lugar, a partir da modernidade tardia, para um sentido mais matizado. O ser humano tem, sim,

uma liberdade, mas relativa, finita, situada, motivada e condicionada por determinadas circunstâncias. Conservaríamos certo grau de possibilidade de escolha a despeito de condicionamentos que podem, às vezes, comprometê-la seriamente.¹

No caso específico do determinismo inconsciente, como os filósofos do século XX se posicionaram? Filósofos e psicanalistas conseguiram, de fato, estabelecer um verdadeiro diálogo sobre temas e problemas que lhes são comuns, tais como a subjetividade, a liberdade, a ética, a cultura, ou permaneceram fechados em seus respectivos monólogos?

2 Filosofia e psicanálise: um diálogo impossível?

Teoricamente, o diálogo entre psicanálise e filosofia era possível, desejável e certamente poderia ser produtivo. Não seria a primeira vez que a filosofia se alimentaria de outras áreas do saber.² No entanto, as primeiras re-

1. Em suma, estaríamos sujeitos a várias formas de determinismo, mas não necessariamente ao fatalismo. Nesta última perspectiva do fatalismo, seríamos o que somos porque um 'outro', entendido como Fado, Deus, Ser (determinismo teológico-filosófico), economia (determinismo histórico-econômico), sociedade, cultura (determinismo sociocultural), corporalidade (determinismo biológico-genético), inconsciente (determinismo psíquico), nos destinam a sermos o que somos.

2. A história da filosofia atesta que a confrontação com outras disciplinas sempre a fecundaram. Assim foi com os pré-socráticos e a astrologia; com Pitágoras, Platão e a geometria e a matemática; com Aristóteles e as ciências naturais; com Agostinho, Tomás de Aquino e a teologia; com Descartes e a mecânica galileiana; com Kant e a física de Newton; com Hegel e as ciências históricas e sociais; com Husserl, Russell, Wittgenstein e as matemáticas.

lações desses dois saberes foram marcadas mais pelo desconhecimento, pela desconfiança, pelas resistências recíprocas do que pela abertura e diálogo.³

De fato, o inconsciente psicanalítico, entendido como metonímia do conjunto mais amplo da rica constelação semântica construída pela psicanálise para dizer o que seu fundador chamou de “revolução psicológica” contraria a concepção equivocada de que o sujeito da modernidade fazia de si mesmo como um ser de autoconsciência e de autodeterminação.⁴ A ideia fundamental que perpassa as três revoluções (cosmológica com Copérnico, biológica com Darwin e psicológica com Freud) é a de um *descentramento* do sujeito. Essa metáfora condensa em Freud uma pluralidade de sentidos que foram se enriquecendo com o tempo a partir da experiência clínica e de sua metapsicologia. Trata-se, inicialmente, do descentramento da consciência para o inconsciente (primeira tópica) (1900; 1915), mas também do eu para o outro (1914a teoria do narcisismo) e, finalmente, o maior e o mais radical dele: da consciência e do inconsciente para o da pulsão (segunda tópica) (1920; 1923), o que implica reconhecer que o ego não é senhor em sua própria casa, reduzido a um pobre diabo a serviço de seus tirânicos senhores: o Id, o Superego e o insensível e duro mundo da natureza.

Essa descrição mais sombria de nós mesmos pode ter contribuído para o surgimento das resistências iniciais à “jovem ciência” psi-

canalítica. Em vários escritos, Freud (1917; 1925) aborda esse tema explicitamente. Conforme, porém, suas palavras proféticas (1925, p. 273), “essa resistência não pode durar para sempre. Nenhuma instituição humana pode, a longo prazo, escapar à influência da crítica legítima”. Nesse sentido, é significativo o que aconteceu com os filósofos de língua francesa a partir da implantação do freudismo na década de 1920 até a década de 1960.

3. A geopsicanálise francesa

A França não foi inicialmente uma terra prometida para a psicanálise. É notório que ela entrou um pouco tardiamente nesse país, e sua incorporação pela psiquiatria e pela cultura em geral foi lenta, excetuando-se o movimento surrealista.

Não é por acaso que o artigo de Freud ([1925] 1976) *As resistências à psicanálise*, traduzido em francês e publicado inicialmente num periódico de língua francesa, destacava a medicina e a filosofia da consciência como as resistências mais fortes.

Alguns ‘obstáculos epistemológicos’ dificultavam essa inserção. Havia toda a tradição da psiquiatria de Charcot e de Janet que parecia tornar dispensável a tradição psiquiátrica alemã, incluindo nela a própria psicanálise de Freud. Persistia, também, toda uma tradição cartesiana da filosofia francesa, sem contar com a tradição espiritualista e idealista (DELACAMPANHE, 1997, p. 223) que via com desconfiança o materialismo e o ateísmo da doutrina freudiana.

A psicanálise parecia um cavalo de Troia deixado diante das muralhas milenares da filosofia. Um presente fascinante mas enigmático. Um verdadeiro presente de grego.

Questionava-se antes de tudo a validade ou não da ‘doutrina’ freudiana – mais especificamente a do chamado “realismo” do inconsciente – exposta numa linguagem positivista e que colocava em cheque uma abordagem filosófica ou psicológica do sujeito ‘em primeira pessoa’ (POLITZER [1928] 1973). É compreensível que a atitude inicial

3. Segundo Gay (1989, p. 291), o que importava a Freud “[...] não era tanto o que poderia aprender com a história da arte, a linguística e as demais [áreas do saber], mas o que elas poderiam aprender com ele; Freud entrou em terras alheias mais como um conquistador do que um suplicante”. Cfr. Também a carta a Jung, de 30 nov. 1911, em que Freud parece dispensar outros interlocutores: “A ψ fará da se” (FREUD/JUNG, 1976, p. 535).

4. “Ao ser arrastada, porém, na órbita do modelo *poiético* do conhecimento, a liberdade, enquanto autodeterminação e poder de escolha que avoca a si o *fazer* o sentido, torna-se, talvez, o traço mais característico da figura histórica do *sujeito* na modernidade” (VAZ, 1994, p. 12).

dos filósofos fosse mais de rejeição do que de acolhida, como o mostra claramente o caso do Sartre de *O ser e o nada*, ao opor ao inconsciente da psicanálise o conceito de *má-fé* ([1943] 1995, p. 92-118) e à psicanálise freudiana, que chamava de “empírica” sua psicanálise “existencial” ([1943] 1995, p. 682-703).

O livro de Dalbiez – *La Méthode Psychanalytique et la Doctrine Freudienne* – publicado em 1936, representou a concretização filosófica de toda uma atitude com relação à psicanálise que se tornou hegemônica na França após a Primeira Guerra Mundial: o ‘sim’ à técnica terapêutica, e o ‘não’ à doutrina freudiana que a sustentava.

Segundo o autor da primeira tese de doutorado em filosofia da psicanálise na França, a psicanálise seria apenas um método que se revelou extremamente fecundo para explicar a causalidade do que Dalbiez ([1936] 1947, p. 301) chama de ‘psiquismo inferior’ (atos falhos, sonhos, sexualidade) e a do ‘psiquismo mórbido’ (neuroses, psicoses), mas totalmente inadequado para explicar o ‘psiquismo superior’ (arte, moral, religião).⁵

No fundo, as críticas dos filósofos franceses revelavam o medo de que, sob “as astúcias do demônio inconsciente”, o homem se livrasse de suas responsabilidades, (RICOEUR, 1950, p. 352) seria o suicídio da liberdade, talvez até “obscuramente desejado por todo aquele que busca no freudismo não um socorro para compreender e sarar a consciência que fracassa, mas uma explicação que o livra da carga de ser livre” (RICOEUR, 1950, p. 378).

A despeito dessas leituras mais críticas de Freud, especialmente a partir da segunda parte do século XX, filósofos franceses ligados de alguma forma à fenomenologia de Husserl e/ou à analítica existencial de Heidegger, como M. Merleau-Ponty (1942, 1945,

1951, 1960), P. Ricoeur (1950, 1954, 1960), A. De Waelhens (1958, 1959) e/ou à renovação dos estudos hegelianos na França, como J. Hyppolite encontraram, em Freud, cada vez mais um interlocutor privilegiado com o qual mantiveram um diálogo crítico, mas não inamistoso, a ponto de Merleau-Ponty (1960) se perguntar: foram as resistências do leitor que cederam com o decorrer dos anos ou este caiu nas armadilhas da psicanálise? Foram justamente esses filósofos, junto com Henry Lefebvre, filósofo marxista e sociólogo de renome, os convidados para discutir com psiquiatras e psicanalistas o tema do inconsciente em Bonneval no ano de 1960.

4 Psiquiatras, psicanalistas e filósofos em Bonneval

As quatro jornadas de Bonneval (de 30 de outubro a 2 de novembro) (EY, 1966; Roudinesco, 1986, p. 328-340; Mijolla, 1982, p. 85), se tornaram um marco histórico e geográfico bem preciso e podem ser consideradas paradigmáticas para identificar as consonâncias e dissonâncias do inconsciente entre psiquiatras, psicanalistas e filósofos.

O convite partiu de Henri Ey, que desempenhou na área da psiquiatria francesa um trabalho de renovação que tem seu correspondente no de Lacan na área da psicanálise. Não era a primeira vez que ele reunia psiquiatras e psicanalistas para confrontar suas posições com relação à loucura e especificamente ao inconsciente freudiano.⁶

6. Bonneval mostra que a psiquiatria dinâmica, no decorrer da primeira metade do século XX se aproximou bastante da psicanálise ao tentar explicar o psiquismo não apenas a partir do modelo nosográfico da psiquiatria positivista, mas também do modelo cultural, fenomenológico e psicoterápico. Já em 1946, os adeptos de um “inconsciente biológico” e de um “inconsciente mais linguístico” tiveram oportunidade de expor seus pontos de vista. Assim, H. Ey relembra aquele terceiro encontro dos seis que ele organizou em Bonneval: “Em 1946 tivemos a famosa discussão sobre *A psicogênese das psicoses e das neuroses* cuja fama, um pouco empanada, ainda brilha no fundo de todos aqueles que dela participaram. Foi nessa jornada que entrei em contato com Jacques Lacan e, desde então, marcamos a divergência de nossa pesquisa da verdade e nosso comum esforço para chegar até ela” (EY, H. 1966, p. 9).

5. O livro se encerra com uma frase que parece salomônica para dividir o sim e não à psicanálise: “A obra de Freud é a análise mais profunda que conhece a história daquilo que no homem não é o mais humano” (DALBIEZ, [1936] 1947, p. 302).

Em 1960, porém, foram convocados psiquiatras,⁷ filósofos de renome e psicanalistas das duas sociedades: a Sociedade Psicanalítica de Paris (SPP)⁸ e a Sociedade Francesa de Psicanálise (SFP).⁹ Lacan, que pertencia então à SFP, foi convidado, a título de amizade pessoal, podendo participar dos debates, mas sem direito a nenhuma exposição.

Não nos deteremos na análise das peças tomadas isoladamente desse complexo jogo de saber e de poder em que as jornadas se transformaram. Tanto para Ey, quanto para Lacan, Bonneval não representava apenas um encontro científico, mas um verdadeiro acontecimento político, o que talvez possa explicar certos desvios de linguagem, certas atitudes polêmicas lastimáveis que ameaçaram transformar o Simpósio em “circo” (EY, [1966] 1969, p. 10).

Para Ey, tratava-se de abrir a psiquiatria francesa à experiência freudiana, mas sem que a primeira perdesse sua identidade e abdicasse da especificidade de seu discurso sobre a loucura. Para Lacan, se tratava de mostrar à IPA que o freudismo repensado na perspectiva linguística estava alcançando um verdadeiro estatuto científico na França; frente à SPP, de criticar a tendência médica que nela predominava e apresentar seu grupo coeso em torno das teses que relacionavam o inconsciente com a linguística estrutural; frente à psiquiatria, de provar que agora a psicanálise era a legítima herdeira da antiga psiquiatria, mesmo que “extramuros” e, frente aos filósofos, opor ao freudismo fenomenológico, o freudismo estruturalista (ROUDINESCO, 1994, p. 262).

Na realidade, os dois mais brilhantes representantes da psiquiatria e da psicanálise

francesa não conseguiram atingir seus objetivos, pelo menos totalmente. Primeiro, porque numerosos estudantes de psiquiatria que participaram do encontro ficaram seduzidos pelo discurso psicanalítico. Segundo, porque o grupo de Lacan não estava tão coeso ou mais coeso do que o da SPP. Terceiro, porque os filósofos, aparentemente os mais afetados pelo discurso psicanalítico do inconsciente, não tiveram dificuldade em reconhecer a necessidade de uma revisão de sua postura com relação à psicanálise.¹⁰ As ressalvas que apareceram foram com relação à concepção lacaniana do inconsciente estruturado como linguagem, por sinal brilhantemente defendida por Laplanche e Leclaire naquela oportunidade. A crítica que mais parece ter magoado Lacan foi a do seu amigo Merleau-Ponty. “Algumas vezes – teria dito – experimento um mal-estar em ver a categoria da linguagem ocupar todo lugar” (EY, 1966, p. 170).¹¹

Esse mal-estar decorria do fato de que Merleau-Ponty via na psicanálise freudiana algo que podia ajudar a filosofia a superar a compreensão idealista da consciência. No mesmo ano, escreve num prefácio ao livro do Dr. Hesnard, *A obra de Freud e sua importância para o mundo moderno*:

A psicanálise com suas metáforas energéticas e mecanicistas conserva o limiar de uma intuição que é uma das mais preciosas do freudismo: aquela de nossa *arqueologia* (HESNARD, 1960, p. 9).

7. Os psiquiatras foram representados por Georges Lantéri-Laura, Sven Follin, Claude Blanc, François Tosquelles e René Angelergues.

8. Os psicanalistas da Sociedade Psicanalítica de Paris, por Serge Lebovici, René Diaktine, André Green e Conrad Stein.

9. Os psicanalistas da Sociedade Francesa de Psicanálise, à qual pertencia Lacan, por Serge Leclaire, François Perrier, Jean Laplanche e J.-B. Pontalis.

10. Ricoeur, por exemplo, reconhece o abalo considerável que constitui para ele, enquanto filósofo, o encontro com a psicanálise e é forçado a uma dupla confissão que soa como uma verdadeira autocrítica: “[...] eu não compreendo o inconsciente a partir do que sei da consciência ou mesmo do pré-consciente [...]”; “[...] eu já não compreendo sequer o que seja a consciência [...]” (RICOEUR, 1966, p. 409).

11. Conforme o ‘resumo’ redigido por J. B. Pontalis a respeito da intervenção de Lacan na discussão do tema “o inconsciente e a linguagem”. Sobre ‘o resumo’ de Pontalis e sua fidelidade com a verdade histórica, remetemos tanto ao ‘sim’ de E. Roudinesco (HPF2, p. 336), quanto ao ‘não’ de Lacan (1966, p. 833; EY, 1966, p. 190).

Esse conceito-metáfora de *arqueologia* não é só da psicanálise. Seria também da filosofia do último Husserl que podia ser entendida como uma arqueologia da experiência humana.¹² A expressão foi recolhida pela fenomenologia e filosofia em geral de língua francesa a ponto de até o hegeliano J. Hyppolite (1988, p. 88) considerar a psicanálise como “arqueologia ou exegese do espírito”.¹³ Ao tema “da arqueologia do sujeito”, Ricoeur (1965, p. 407-443), em seu *Ensaio sobre Freud*, dedicará um inteiro capítulo.

Essa metáfora da arqueologia permite aos filósofos franceses mostrar tanto a necessidade da psicanálise de se precaver do risco idealista quanto aquela da fenomenologia em permanecer fiel a si mesma ao ‘descer no seu próprio subsolo’, não podendo se considerar uma ‘filosofia da consciência’. Isso implica que a consciência e a liberdade humana não podem ser consideradas como um dado, mas como uma tarefa infundável: tornar-se consciente e tornar-se livre.

Se naquele encontro os psicanalistas levaram a melhor sobre psiquiatras e filósofos, não houve, todavia, um consenso quanto ao modo de entender o inconsciente, nem entre o próprio grupo de Lacan. Laplanche tinha suas reservas com relação à tese lacaniana do inconsciente estruturado como linguagem.¹⁴

12. Segundo Fink *apud* Pintor Ramos, 1978, p. 253.

13. Trata-se de uma conferência proferida no King's College, em 04 mar. 1959, praticamente na mesma época do prefácio de Merleau-Ponty.

14. Sobre as divergências, isto é, se o inconsciente é a condição da linguagem (Laplanche) ou se a linguagem é a condição do inconsciente (Lacan) e os desdobramentos da polémica, remetemos tanto à obra de E. Roudinesco (*HPF2*, p. 330-337), quanto ao texto de Laplanche, especialmente ao *postscriptum* acrescentado em 1966 (LAPLANCHE, 1966, p. 111-112); ao texto que Lacan elaborou em 1964, após a ruptura, portanto, da SFP (*O inconsciente*. 1966, p. 188-199, também publicado nos *Escritos* com o título *Posição do inconsciente no Congresso de Bonneval* retomada de 1960 e 1964 (*Écrits*. 1998, p. 829-850); ao prefácio de Lacan à tese de doutorado de Anika Lemaire (LACAN, J. Prefácio. In: LEMAIRE, 1982. p. 17-27); bem como ao capítulo desse livro dedicado ao estudo crítico do artigo de Laplanche em Bonneval com esclarecimentos sobre o pensamento de Lacan (1998, p.161-181).

De qualquer maneira, Bonneval prometia um diálogo promissor entre filósofos e psicanalistas tanto mais que o tema da liberdade e da ética não eram estranhos à psicanálise como o mostra *O seminário, livro 7: a ética da psicanálise* (1959-1960).

Mas o que aconteceu nestes últimos cinquenta anos? Mudaram as relações e as correlações de forças entre psiquiatras, psicanalistas e filósofos?

5 Psiquiatras, psicanalistas e filósofos hoje

Evidentemente, o contexto histórico cultural atual não é mais como o do começo da segunda parte do século XX e menos ainda aquele francês. Com relação à psicanálise, temos que reconhecer que, enquanto moda, talvez já tenha passado. Não é por acaso que, no final do século que findou, a psicanalista Roudinesco (2000) sente a conveniência de lançar um livro em defesa da psicanálise com o título emblemático de *Por que a psicanálise?* Ao mesmo tempo, vários psicanalistas do mundo todo se autoconvocaram no Primeiro Encontro dos Estados Gerais da Psicanálise, realizado em Paris, no ano 2000 e no segundo em 2003, no Rio de Janeiro, para repensarem suas teorias, suas práticas a partir dos novos desafios que a cultura lançava à psicanálise. Dois filósofos ligados à psicanálise foram convidados oficialmente para participar do evento: Derrida (2001) no primeiro e Sergio Paulo Rouanet (2003) no segundo. Sinal inequívoco da permanência das afinidades eletivas entre os dois saberes de filosofia e psicanálise. Outros sinais são a criação do GT Filosofia e Psicanálise em 2003, aqui no Brasil, e a Sociedade Internacional de Psicanálise e Filosofia (SIPP), na Europa, em 2008.

Quanto às mudanças culturais ocorridas nos últimos decênios e que provavelmente vão continuar a ter seus desdobramentos e importantes reverberações sobre as subjetividades, nos próximos anos, destaco apenas a sensação de que gozaríamos hoje de uma liberdade superampliada mesmo sem as con-

trapartidas de segurança que deixa o sujeito contemporâneo tão ou, talvez, até mais infeliz daquele moderno.¹⁵ Talvez o peso excessivo dessa pretensa liberdade contemporânea levou o sujeito de hoje a procurar mais a proteção medicamentosa do que os referenciais da psicanálise.

De fato, a partir dos anos 1980, aproximadamente, a correlação de forças entre psiquiatria e psicanálise se alterou em favor da psiquiatria, graças também à poderosa Associação Americana de Psiquiatria, cujo *Manual diagnóstico e estatístico dos distúrbios mentais* (DSM) foi praticamente adotado pela Associação Mundial de Psiquiatria e, mais tarde, pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Desde o primeiro *Manual*, de 1952, até o *DSM 5*, de 2013, houve um progressivo distanciamento do referencial clínico da psicanálise por parte da psiquiatria (Cf. ROUDINESCO, 2000, p. 47-52).¹⁶

Esse divórcio entre psiquiatria e psicanálise, além de certa hegemonia da terapia medicamentosa, também teve, como efeito colateral, a explosão de numerosas formas de psicoterapias alternativas à psicanálise que se apresentavam com as credenciais de um tra-

tamento ideal: *tuto, cito, jocunde*, isto é, um tratamento seguro, rápido e prazeroso, mas que a psicanálise desde o começo do século passado não podia prometer (FREUD, 1905, p. 272) e nunca prometeu.

É provável que as causas do que chamamos de divórcio entre psiquiatria e psicanálise sejam sobredeterminadas. Além do avanço espetacular da neurobiologia, da neurofisiologia, da neuropsicologia, da inteligência artificial, das pesquisas farmacológicas e da força da indústria farmacêutica, não podemos esquecer as novas demandas nascidas com a globalização.

Se compararmos o contexto de Bonneval com o de hoje, é fácil perceber que o confronto mais problemático não é mais entre um inconsciente fenomenológico e outro psicanalítico, nem entre uma psiquiatria dinâmica e uma psicanálise repensada em categorias linguísticas, mas entre uma determinada compreensão de sujeito e de liberdade que assume a categoria do inconsciente de um lado e, do outro, uma psiquiatria radicalmente biológica, e muitas psicoterapias que, mesmo por razões teóricas diferentes, parecem prescindir ou renunciar à hipótese do inconsciente e ao jogo de linguagem que lhe é correlato.

Quem defende a validade também para os dias de hoje do jogo de linguagem que se articulou em torno do significante inconsciente para se falar da subjetividade e da liberdade humana não pode deixar de se perguntar: mas por que tentar salvar a categoria do inconsciente se o próprio fundador da psicanálise admite que os avanços da farmacologia um dia pudessem até acabar com o tratamento realizado por “meios psicológicos”? (FREUD, 1940, p. 210) e por que dar sobrevida a conceitos tão polissêmicos e problemáticos como sujeito, consciência, liberdade para dar conta do que seria propriamente o humano?

As objeções são pertinentes. Talvez tenhamos que fazer o luto tanto da longa e respeitada tradição filosófica da chamada “metafí-

15. Segundo Bauman (1998, p. 10) e parafraseando Freud, teríamos trocado uma segurança com pouca liberdade por uma liberdade sem segurança. “Se obscuros e monótonos dias assombavam os que procuravam segurança, noites insones são a desgraça dos livres”.

16. Inicialmente, o *Manual* levava em conta as contribuições da psiquiatria dinâmica e da psicanálise, isto é, reconhecia que os distúrbios mentais eram decorrentes da história pessoal do sujeito e de sua articulação com o mundo familiar e sociocultural, o que demandava um tratamento medicamentoso, mas associado com uma terapia que levasse em conta a história do sujeito. Essa síntese alcançada pela psiquiatria dinâmica foi se dissolvendo progressivamente com o abandono da terminologia psicanalítica. Os conceitos – psicose, neurose, perversão – viraram “distúrbios mentais” e entraram na órbita de uma medicina biofisiológica.

A última versão do *DSM*, com sua profusão de categorias clínicas, evidenciaria – segundo alguns críticos – uma verdadeira “psiquiatrização da vida cotidiana” ao mesmo tempo que revelaria uma moral psiquiátrica implícita, fiadora de determinados valores sociais apresentados com as credenciais de uma pretensa normalidade médica (SAFATLE, 2013).

sica da subjetividade e da liberdade”, quanto de categorias psicanalíticas. O que podemos lucrar com esse luto é certamente uma maior liberdade para criar novas metáforas, novos jogos de linguagem para responder ao eterno enigma da Esfinge: decifra-me ou devoro-te.

É provável, portanto, que o jogo de linguagem da psicanálise tenha que conviver com outros jogos de linguagem (Wittgenstein) ou outros jogos da verdade (Foucault). Penso, porém, que, independentemente de não ser mais hegemônica, a compreensão do homem que a psicanálise nos legou é ainda indispensável, para neutralizar duas ideologias que sempre rondam qualquer discurso sobre o humano: a idealista do consciencialismo e a cientificista do orgânico e do químico. Em Bonneval, os filósofos reconheceram que as metáforas psicanalíticas poderiam nos ajudar e evitar uma compreensão idealista de nós mesmos. Paradoxalmente, hoje, a psicanálise nos poderá ajudar a neutralizar a ideologia organicista.

A psicanálise, de fato, aponta para três grandes universais da subjetividade humana – o inconsciente, a sexualidade e a transferência – que remetem a certa visão trágica do humano, mas não niilista.

O trágico aponta para uma série de dificuldades que nenhum avanço tecnológico ou farmacológico poderá contornar sozinho, como tornar-se adulto (a infância como destino); saber amar (caráter errante do desejo); conhecer-se em profundidade (inconsciente); lidar com múltiplos conflitos (Ego, pobre diabo, servindo a três senhores); ser ético e não apenas moral (superego); se tornar animal social a despeito de ser mais um animal de horda (*Totem e tabu*); assumir o trágico da cultura, evidenciado na luta de gigantes entre Eros e Thanatos, enfim, a dificuldade de um desamparo fundamental e da impossibilidade de ‘ser feliz’.

Somos todos de alguma maneira como os heróis das tragédias gregas: ‘vítimas voluntárias’. Tanto no registro individual, quanto no registro social e mundial há algo que não

escolhemos. Foi dado ou imposto e muitas vezes está na origem das ‘desgraças’ que se abatem sobre nós, tais como a doença, a violência, o terrorismo, a guerra, a desigualdade, a exclusão social. Todavia, não podemos renunciar à nossa responsabilidade humana.

Nesse sentido, não é possível ignorar que a psicanálise é também habitada e animada por duas utopias (ROUANET, 2003, p. 154-164), isto é, que é possível minorar alguns dos males humanos tanto individuais quanto culturais. Trata-se, porém, de utopias como possibilidade de uma autotranscendência rumo a algo que é inalcançável e, ao mesmo tempo, irrenunciável.

Talvez possamos sintetizar a tensa relação inconsciente x liberdade com as duas utopias, que lhe estão atreladas, a individual e a social, numa única frase: “onde havia Id e Superego cultural deve advir o Ego”. Uma recaída ptolomaica de Freud? É provável. Segundo Marcuse, essa famosa frase de Freud é “a mais racional de todas as formulações que se possa imaginar em psicologia” (MARCUSE, [1968] 2001, p. 121). Otimismo ingênuo? Certamente não. Trata-se de um “otimismo desesperado” como o apelida Sergio Paulo Rouanet (2004, p. 123-134) ou, segundo as palavras do psicanalista austríaco Igor Caruso, de um “ceticismo desiludido, mas ao mesmo tempo, [com] a esperança obstinada, quase insensata, na vocação do homem para se tornar mais humano” (CARUSO, 1970, p. 127).

Conclusão

Para encerrar, gostaria de visualizar plasticamente esses ideais que se abrem para o homem contemporâneo que pode integrar o oráculo de Delfos “conhece-te a ti mesmo” com aquele pós-moderno: “constrói-te a ti mesmo”, o que postula uma liberdade menos domesticada e mais ousada.

Na figura mitológica do Ulisses de Homero se encontra a personificação do logocentrismo ocidental em geral, do racionalismo iluminista em particular e de uma liberdade

que finalmente se reencontra com a segurança. O herói homérico sempre leva a melhor sobre o irracional representado pela sede de vingança de Netuno, a força bruta de Polifemo, a sedução das sereias, a magia de Circe e, dessa maneira, volta para a rotina da vida familiar e política de Ítaca.¹⁷

Encontra-se, também, em Ulisses, o Odisseu, o Aventureiro, a personificação desse novo ideal de uma liberdade aberta a novas experiências e à ampliação de um autoenriquecimento, integrando com a racionalidade a astúcia, a malícia, a curiosidade, a criatividade quase infinita do nosso inconsciente. Na versão de Dante, Ulisses não volta para sua pátria, mas se arrisca no mar aberto além das Colunas de Hércules rumo ao desconhecido. Apesar de a aventura ter terminado tragicamente em naufrágio na versão dantesca, certamente permanecerá a razão que Ulisses apresentou a seus companheiros antes de fazer dos remos asas para o “folle volo” (voou enlouquecido):

Considerate la vostra semenza:
[Considerai vossa origem:]
fatti non foste a viver come bruti,
[feitos não fostes para viver como brutos,]
ma per seguir virtute e conoscenza
[mas para seguir virtude e conhecimento]
(DANTE. *Inferno*. Canto XXVI, v. 117-120)

17. Cf. A canção de Lúcio Dalla intitulada Ítaca. Nela, ficam evidentes o desejo e a felicidade dos remadores em voltar para sua cidade e suas famílias. Ao ritmo dos tambores, cantam em coro: “Ítaca, Ítaca, Ítaca, a minha casa eu a tenho somente lá e para casa eu quero voltar, do mar, do mar, do mar”. Na última estrofe, porém, a segurança dos lares vacila em favor da aventura da liberdade. “Capitão, que soluciona com a astúcia cada aventura, lembra-te de um soldado que cada vez tem mais medo, mas também o medo, no fundo, dá-me sempre um gosto estranho; se houver ainda mundo, estou pronto, onde vamos? Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=Xxk-j8YugkA>>. Acesso em 22 set. 2014.

Abstract

The text analyzes relations and implications of the question of freedom with the psychoanalytic unconscious. At first, is recorded the event in Bonneval (1960) when the issue of the unconscious was the object of discussion between psychiatrists, psychoanalysts and French philosophers. Then, some perspectives to rethink the limits and the possibility of human freedom within the current cultural context are presented.

Keywords: Philosophy, Psychoanalysis, Psychiatry, Unconscious.

Referências

BAUMAN, Z. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

CARUSO, I. Psicanálise e sociedade: da crítica da ideologia à autocrítica. In: REICH, W.; FROMM, E.; MARCUSE, H.; BERGLER, E. ROHEIM, G. *Psicanálise e sociedade*. Lisboa: Presença, 1970. p. 107-127.

DALBIEZ, R. *La Méthode psychanalytique et la Doctrine freudienne*. Paris: Desclée de Brouwer, 1936. (*O método psicanalítico e a doutrina de Freud*. Rio de Janeiro: Agir, 1947).

De WAELHENS, A. Réflexions sur une problématique husserlienne de l'inconscient, Husserl e Hegel. In: *Edmund Husserl 1859-1959. Recueil commémoratif publié à l'occasion du centenaire de la naissance du philosophe*. La Haya: Nijhoff, 1959.

De WAELHENS, A. Réflexions sur les rapports de la phénoménologie et de la psychanalyse. In: *Existence et signification*. Paris: Nauwelaerts, 1958.

DELACAMPANHE, C. *História da filosofia no século XX*. Tradução de Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Zahar, 1997. p. 223.

DERRIDA, J. *Estados-da-alma da psicanálise: o impossível para além da soberana crueldade*. São Paulo: Escuta, 2001.

EY, H. (Org.). *VI Colloque de Bonneval: l'Inconscient*. Paris: Desclée de Brouwer, 1966.

- EY, H. (Org.). *O inconsciente. Colóquio de Bonneval*. Tradução de José Batista. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1969).
- FREUD, S. *A interpretação de sonhos* (1900). Direção-geral da tradução de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 4).
- FREUD, S. *A interpretação dos sonhos* (1900-1901). Direção-geral da tradução de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 5).
- FREUD, S. Além do princípio de prazer (1920). In: _____. *Além do princípio do prazer, psicologia de grupo e outros trabalhos* (1920-1922). Direção-geral da tradução de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 12-75. (Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud, 18).
- FREUD, S. As resistências à psicanálise (1925 [1924]). In: _____. *O ego e o id e outros trabalhos* (1923-1925). Direção-geral da tradução de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 239-247. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 19).
- FREUD, S. Conferência XXXI: A dissecação da personalidade psíquica. In: _____. *Novas conferências introdutórias sobre psicanálise e outros trabalhos* (1932-1936). Direção-geral da tradução de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 63-84. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 22).
- FREUD, S. Esboço da psicanálise (1940 [1938]). In: _____. *Moisés e o monoteísmo, esboço de psicanálise e outros trabalhos* (1937-1939). Direção-geral da tradução de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 157-221. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 23).
- FREUD, S. O ego e o id (1923). In: _____. *O ego e o id e outros trabalhos* (1923-1925). Direção-geral da tradução de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 27-71. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 19).
- FREUD, S. O inconsciente (1915). In: _____. *A história do movimento psicanalítico: artigos sobre metapsicologia e outros trabalhos* (1914-1916). Direção-geral da tradução de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 171-209. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 14).
- FREUD, S. O mal-estar na civilização (1930). In: _____. *O futuro de uma ilusão, o mal-estar na civilização e outros trabalhos* (1927-1931). Direção-geral da tradução de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 67-153. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 21).
- FREUD, S. Psicologia de grupo e a análise do ego (1921). In: _____. *Além do princípio de prazer, psicologia de grupo e outros trabalhos* (1920-1922). Direção-geral da tradução de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 79-154. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 18).
- FREUD, S. Sobre a psicoterapia (1905 [1904]). In: _____. *Um caso de histeria, três ensaios sobre sexualidade e outros trabalhos* (1901-1905). Direção-geral da tradução de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 244-254. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 7).
- FREUD, S. Sobre o narcisismo: uma introdução (1914). In: _____. *A história do movimento psicanalítico, artigos sobre a metapsicologia e outros trabalhos* (1914-1916). Direção-geral da tradução de Jayme Salomão Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 81-113. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 14).
- FREUD, S. Uma dificuldade no caminho da psicanálise (1917). In: _____. *Uma neurose infantil e outros trabalhos* (1917-1918). Direção-geral da tradução de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 147-153. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 17).
- FREUD/JUNG. *Correspondência completa*. Rio de Janeiro: Imago, 1976.
- GAY, P. *Freud: uma vida para o nosso tempo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- HESNARD, A. *Œuvre de Freud e son importance pour le monde moderne*. Paris: Payot, 1960.
- HYPPOLITE, J. *Ensaio de psicanálise e filosofia*. Rio de Janeiro: Timbre Taurus, 1989.
- LACAN, J. Posição do inconsciente (1964). In: _____. *Escritos*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1998. p. 843-864.
- LACAN, J. Posição do inconsciente no Congresso de Bonneval (1960, retomado em 1964). In: _____. *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998, p. 843- 868.

- LACAN, J. Prefácio. In: LEMAIRE, A. *Jacques Lacan: uma introdução*. Tradução de Durval Checchinato. Rio de Janeiro: Campus, 1982, p. 17-27.
- LAPLANCHE, J. O inconsciente: um estudo psicanalítico. In: EY, H. *O inconsciente. Colóquio de Bonneval*. Tradução de José Batista. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1969. p. 111-154.
- MERLEAU-PONTY, M. O homem e a adversidade. In: *Signos*. Tradução de Maria Ermantina Galvão Gomes Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1951/1991. p. 253-275.
- MERLEAU-PONTY, M. Préface. In: HESNARD, A. *L'œuvre de Freud e son importance pour le monde moderne*. Paris: Payot, 1960. p. 5-10.
- MERLEAU-PONTY, M. *La structure du comportement*. Paris: PUF, 1942/1972.
- MERLEAU-PONTY, M. *Phénoménologie de la perception*. Paris: Gallimard, 1945.
- MIJOLLA, A. La psychanalyse en France (1893-1965). In: JACCARD, R. (Dir.). *Histoire de la psychanalyse. Tome II*. Hachette, 1982. p. 85.
- PINTOR RAMOS, A. Arqueología e Teleología del sujeto. *La ciudad de Dios, Rev. Augustiniana*, 190, n. 2, p. 223-277, 191, n. 2, p. 247-297, 1978.
- POLITZER, G. *Critique des fondements de la psychologie*. Paris: Rieder, 1928.
- POLITZER, G. *Crítica dos fundamentos da psicologia*. Lisboa: Presença, 1973.
- PONTALIS, J. B. Note sur le problème de l'inconscient chez Merleau-Ponty. *Les Temps Modernes*, Paris, n. 17, p. 184-185, 287-303, 1961.
- RICOEUR, P. *De l'interprétation: essai sur Freud*. Paris: Seuil, 1965.
- RICOEUR, P. *Da interpretação: ensaio sobre Freud*. Tradução de Hilton Japiassu. Rio de Janeiro: Imago, 1977.
- RICOEUR, P. *Finitude et culpabilité. I. L'homme faillible*. Paris: Aubier, 1960.
- RICOEUR, P. *Finitude et culpabilité. II. La symbolique du mal*. Paris: Aubier, 1960.
- RICOEUR, P. *Morale sans péché ou péché sans moralisme? Esprit*, Paris, n. 22, p. 294-312, août/sept. 1954.
- RICOEUR, P. *Philosophie de la volonté, I. Le volontaire et l'involontaire*. Paris: Aubier, 1950.
- ROUANET, S. P. Dupla utopia psicanalítica. *Percurso. Revista de Psicanálise*, São Paulo, ano XVII, n. 33, p. 123-134, 2004. Publicação do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae.
- ROUANET, S. P. Psicanálise e cultura. Disponível em: <http://egp.dreamhosters.com/encontros/mundial_rj/download/conf_Rouanet_port.pdf>. Acesso em: 14 set. 2011.
- ROUANET, S. P. Utopia e psicanálise. In: _____. *Interrogações*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.
- ROUDINESCO, E. *História da psicanálise na França (1925-1985)*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988b. v. 2.
- ROUDINESCO, E. *História da psicanálise na França*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988a. p. 288; 310-311. v. 1.
- ROUDINESCO, E. *Jacques Lacan: esboço de uma vida, história de um sistema de pensamento*. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- ROUDINESCO, E. *Por que a psicanálise?* Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- ROUDINESCO, E.; PLOM, M. *Dicionário de psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- SAFATLE, V. A moral psiquiátrica. *Folha de S. Paulo*, 01 out. 2013.
- SARTRE, J.-P. *O ser e o nada: ensaio de ontologia fenomenológica*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995. Sobre a *má-fé*, cf. p. 92-118; Sobre a psicanálise existencial, cf. p. 682-703.
- VAZ, H. L. Sentido e não sentido na crise da modernidade. *Síntese, Revista de Filosofia*, Belo Horizonte, 21, n. 64, p. 5-14, jan./mar. 1994. Publicação da Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia.

Recebido em: 30/09/2014
Aprovado em: 21/10/2014

SOBRE O AUTOR

Vincenzo Di Matteo

Prof. Dr. Aposentado da UFPE - Depto. de Filosofia.

Endereço para correspondência

Av. Beira Rio, 660/1601 - Madalena
50610-100 - Recife - PE
E-mail: <dimatteo@nlink.com.br>

O direito se lê como campo de gozo: o caso jurídico como caso único e a clínica no laço social

*The law read as a field of jouissance:
the legal case as unique case and the clinic in the social bond*

Walter Rodrigues Filho

Resumo

A relação entre direito e psicanálise é tratada de modo discursivo e operacional. A psicanálise é usada como operador de leitura de um campo discursivo, segundo as premissas lógicas, éticas e topológicas da psicanálise lacaniana. O direito não é reduzido ao aspecto normativo. O direito se lê como um campo operatório estruturado discursivamente – um campo de gozo, que ex-siste em ato, a partir dos diferentes discursos jurídicos, um a um. O caso jurídico, concebido como caso único, se estrutura a partir do *sinthoma* jurídico, sendo correlato da *père-version*, como produção discursiva, e condição da clínica no laço social, uma clínica de discurso que faz ex-sistir o analista, *só depois*, como aquele que lê topologicamente.

Palavras-chave: Direito e psicanálise, Campo de gozo, Operador de leitura, *Père-version* e *sinthoma* jurídico, Clínica de discurso e laço social.

A relação entre direito e psicanálise é aqui tratada a partir da seguinte questão: como usar a psicanálise enquanto operador de leitura (LACAN, 1985, p. 39 e seg.; LACAN, inédito [1974-1975], aula de 14 jan. 1975) de um campo discursivo – no caso, o direito? Entende-se que não se trata de opor aprioristicamente os dois campos, nem se trata de uma abordagem metalinguística (ou seja, falar *sobre* o direito, a partir da psicanálise e de sua semântica), e sim de uma abordagem discursiva e operacional, segundo as premissas lógicas, éticas e topológicas da psicanálise lacaniana. Trata-se de inscrever uma clínica de discurso, que lê o direito a partir de suas operações, fazendo do campo jurídico um

campo operatório estruturado discursivamente – um campo de gozo (RODRIGUES FILHO, 2007c; RODRIGUES FILHO, 2007a; RODRIGUES FILHO, 2007b),¹ que ex-siste em ato.

O direito como campo de gozo tem existência em sua práxis e em seu funcionamento discursivo, e não como um conjunto pressuposto de normas, indivíduos, valores ou instituições.

Não é o caso, pois, de afirmar ou (de)negar o direito (na suposição de que ele tem um estatuto predeterminado, anterior às suas operações), mas de ler o campo jurídico em seu funcionamento, através dos atos de fala e modos de dizer inscritos pelos operadores

1. É nesse contexto que situamos a seguinte afirmação de Lacan: “[...] o direito fala do que vou lhes falar – o gozo. [...] É nisso mesmo que está a essência do direito – repartir, distribuir, retribuir, o que diz respeito ao gozo” (LACAN, [1972-1973] 1985, p. 10-11). Sobre a noção de campo de gozo, remetemos ainda a QUINET (2006, p. 27).

do direito, um a um. Tais operadores, no ato mesmo de suporem² possível uma descrição ou compreensão correta do direito, inscrevem uma razão, constitutivamente enganada, que funciona e produz efeitos de gozo e de poder, fazendo ex-sistir a verdade do sujeito de direito – um sujeito de discurso, ser falante – em torno do furo que estrutura o campo jurídico.³

O campo do direito se estrutura assim como um discurso *a*-científico. Trata-se, a partir do objeto *a* da notação lacaniana, de um discurso em que a alteridade e o vazio lhe são constitutivos; não se trata de um discurso que se opõe ao discurso jurídico ou ao discurso científico, já que a psicanálise, em sua práxis discursiva, opera em relação ao sujeito da ciência (LACAN, [1965] 1998, p. 873) (ou do direito)... que se escreve e se lê. Pode-se dizer do que chamo aqui de discurso *a*-científico o que Lacan diz de alíngua ou do discurso analítico: de tal discurso “[...] há sempre alguma emergência a cada passagem de um discurso a outro” (LACAN, [1972-1973] 1985, p. 26). O discurso *a*-científico, antes de se opor, condiciona a ex-sistência dos diferentes discursos jurídicos, um a um, e com isso inscreve o vazio constitutivo da razão jurídica.

É essa razão jurídica – uma razão discursiva e pragmática (LACAN, 1985, p. 26; LA-

CAN, [1974] 1986, p. 28; COSTA, 1980, p. 2, 42)⁴ – que faz existir efetivamente a *carta* constitucional. A *carta* e o direito ex-sistem e se escrevem com letras, uma a uma. As letras usadas pelos operadores do direito e pelos cidadãos situam o ser falante em uma posição discursiva e produzem efeitos ex-cêntricos – políticos, sociais, econômicos, culturais, éticos etc. –, fazendo ex-sistir, *só depois*, o sistema ou conjunto jurídico⁵. Trata-se de um conjunto descentrado (ou diz-centrado) das oposições apriorísticas tradicionais: normal/patológico; ciência natural/ciência humana; sistema fechado/sistema aberto. O fechamento do sistema jurídico se faz operacionalmente e, enquanto tal, funciona como condição de sua abertura (LUHMANN, 200-, p. 384 e seg.) e ex-sistência (LACAN, [1972] 2003, p. 473),⁶ inscrevendo, por efeito da letra, um modo de dizer e de ex-sistir contingente, que enoda topologicamente direito e poder (LUHMANN, 200-, p. 384 e seg.).⁷ Ou seja: da mesma forma que o significante se articula ao gozo (LACAN, 1992, p. 44 e 169; ver ainda GERBASE, 2006), os modos de *real*-ização do direito constituem modos de exercício do poder,⁸ em uma articulação topológica, que se escreve e se lê.

2. A questão da suposição é discursiva e, portanto, se coloca no contexto da função do sujeito suposto saber e da seguinte afirmação de Lacan (*Proposição...*, [1967] 2003, p. 253): “Um sujeito não supõe nada, ele é suposto. Suposto, ensinamos nós, pelo significante que o representa para outro significante”, em um campo discursivo. Em Alexy (2010, p. 87 e seg.), essa questão se articula aos problemas da teoria do discurso e, em particular, ao problema da correção.

3. Conforme Lacan ([1972] 2003, p. 469-475 e 493-495; [1967] 2003, p. 337-339; [1976-1977] inédito), para um ser falante, a ex-sistência do dizer em relação ao dito inscreve o registro do engano ou do equívoco como constitutivo da razão; uma razão *não-toda*, que se estrutura em torno de um furo. É nesse contexto que podemos entender o que Miller (2005, p. 150) fala sobre o positivismo e o dizer na leitura analítica: “Se somos positivistas, há apenas os ditos. Se somos lacanianos, o dizer é isolável do dito, ‘o dizer se demonstra, e por escapar ao dito’”.

4. Sobre a articulação entre razão jurídica, pragmática e o discurso psicanalítico, remetemos a Rodrigues Filho (*O direito como campo de gozo e o laço social...*, 2007c). Sobre a razão pragmática e discursiva e os atos de fala, a que nos referimos, ver Austin (1990). E em relação à práxis do uso da linguagem, ver Wittgenstein (1995, p. 177 e seg.).

5. É por isso que, como diz Lacan, a letra não designa, e sim constitui o conjunto... e seu funcionamento (Cf. LACAN, [1972-1973] 1985, p. 65).

6. A propósito, remetemos a Lacan ([1972] 2003, p. 473): “Em nossas asferas, o corte, o corte fechado, é o dito. Ele produz o sujeito, o que quer que circunscreva...”, em suma, a ex-sistência do dizer.

7. Em terminologia de Luhmann, trata-se do acoplamento estrutural entre os sistemas jurídico e político, mediado pela função da Constituição, que se efetiva, caso a caso, de modo contingente, através da argumentação jurídica (Cf. LUHMANN, [200-], p. 384 e seg.).

8. Conforme Lacan, “[...] que outra coisa jamais estudei senão as motivações e os modos do poder?” (Cf. LACAN *apud* ROUDINESCO, 1994, p. 286).

O direito é o que se lê⁹... e o que se lê não são os conteúdos ou ditos jurídicos, e sim essa articulação topológica, que estrutura (LACAN, [1972] 2003, p. 485; LUHMANN, 200-, p. 384 e seg.)¹⁰ o campo jurídico, em ato – o ato de usar e dizer discursivamente o direito. Não existe, portanto, o último fundamento jurídico, anterior a sua ex-sistência discursiva. Nem existe hierarquia *a priori* entre as normas jurídicas ou entre os direitos fundamentais – assim como não há hierarquia *a priori* ou metadiscursiva entre os Nomes-do-Pai ou entre os três registros, porque Há Um, na função de 4, como ato discursivo, um a um, que enoda e inscreve o sinthoma (LACAN, inédito [1974-1975], aulas de 11 e 18 mar. 1975; LACAN, 2007, p. 21 e seg e 50 e seg.; BADIOU, 1994, p. 102; VIDAL, 1993, p. 43).

Os direitos (ditos) humanos ex-sistem como fundamentais, justamente porque funcionam, um a um, como fundamentos da argumentação e decisão jurídica, inscrevendo, em ato, a *a-nomia* estrutural ao campo jurídico. Essa *a-nomia* não é o resultado da falta, insuficiência ou ilegitimidade da lei, mas efeito da lei, efeito da norma e dos modos discursivos de operar e dizer o direito, em uma estrutura que admite a positivação de critérios ou fundamentos de decisão incompatíveis, ponderáveis caso a caso.¹¹ A *a-nomia*, portanto, não significa mera falta (ou in-determinação semântica) do todo. Ela

institui a *père-version* como correlata da lógica do *não-todo* e, com isso, inscreve o ato de nomeação e de de-cisão, em um campo discursivo.

A ênfase, portanto, não é colocada no direito escrito em sua origem – por um suposto poder constituinte originário –, nem no seu desenvolvimento linear (no sentido de um suposto consenso social), já que o direito, ao se realizar, desloca a linearidade do esquema temporal passado-presente-futuro: ele se escreve e se *real-iza* em ato, em um tempo *atual... literalmente*.

Há Um ato discursivo, por efeito da letra, que produz furo e inscreve o sujeito de direito como um sujeito sinthomático, responsável por suas posições discursivas, posições de gozo e de poder. A inscrição desse sujeito sinthomático é discursiva e funcional: ela funciona como condição de uma clínica social, entendida aqui não como clínica *do* social, mas como uma clínica de discurso, uma clínica *no* laço social (LACAN, [1972-1973] 1985, p. 110; LACAN, [1972] 2003, p. 475), que ex-siste através dos atos de fala dos operadores do direito, um a um, produzindo o caso jurídico como caso único.

O caso jurídico se escreve e se lê como caso singular, único, em torno do sinthoma jurídico que o estrutura.¹² O caso jurídico não tem uma existência empírica imediata, nem existe em conformidade com a Norma (então pressuposta como suscetível de *aplicação*), já que ele se *real-iza* e ex-siste como produção discursiva, em um contexto jurídico-argumentativo, através da mediação dos discursos e modos de dizer jurídicos.

O caso jurídico como caso único: a *père-version* como produção discursiva e o dispositivo jurídico

A definição do caso jurídico como caso único repercute, por exemplo, na definição do

9. Isso deve ser reportado à função do ato de leitura no discurso analítico (LACAN, [1972-1973] 1985, p. 39 e seg.).

10. Conforme Lacan ([1972] 2003, p. 485), “A topologia não foi ‘feita para nos guiar’ na estrutura. Ela é a estrutura [...] o corte instaurado pela topologia (ao fazê-lo fechado por direito [...] é o dito da linguagem, porém não mais esquecendo seu dizer”. Sobre Luhmann, ver nota 7, supra.

11. É nesse contexto que entendemos o problema da fundamentação no campo do direito, decorrente das diferentes dimensões (diz-mensões) dos direitos fundamentais (SARLET, 2001, p. 48 e seg., 80 e seg.), o que requer uma decisão jurídica condicionada, no caso concreto (BOBBIO, 2004, p. 23-4), ou seja, uma decisão jurídica *atual*, como ato discursivo, um a um, que se fundamenta caso a caso e tem ex-sistência *na* situação discursiva, produzindo efeitos ex-cêntricos e o vazio como estrutural ao sistema jurídico.

12. É nesse contexto que situo a tese de Lacan de que “[...] não há senão *um único sintoma social* [...]” (Cf. ASKOFARÉ, 1997, p. 182).

crime ou da *perversão*. O crime e a perversão constituem efeitos de discurso, não podendo ser identificados imediatamente a um indivíduo ou a um fato. A norma não se *aplica* imediatamente à *pessoa* ou ao indivíduo dito *marginal*, já que o dispositivo jurídico faz existir a conduta criminosa, o ato criminoso, através da mediação discursiva: o crime e a perversão ex-sistem, em ato, através do uso discursivo das normas e dos procedimentos jurídicos.

A procedimentalização do direito, presente nas diferentes áreas jurídicas e de implementação de políticas públicas (como mostram os exemplos cotidianos de gestão da saúde, bolsa família, segurança pública, educação, PAC, etc.), faz dos direitos fundamentais, direitos condicionados discursivamente, que requerem decisão para sua existência: mesmo o estatuto da vida humana é um f-ato discursivo... e *real* e, por isso mesmo, impossível.¹³ Os direitos fundamentais não são naturais, ideais, absolutos ou essenciais, nem possuem objetividade normativa, senão por efeito de uma pretensão ou suposição do ser falante, que o inscreve em uma posição discursiva. Os direitos fundamentais ex-sistem através do dispositivo jurídico, entendido como um campo discursivo, dotado de corpo: não simplesmente um campo de linguagem, mas um campo de gozo, ou seja, os mecanismos e procedimentos jurídicos se estruturam como procedimentos de gozo e

de poder que modulam a decisão; a constituem, *só depois*, como uma de-cisão radical, em seu modo de dizer. A de-cisão jurídica, que faz a justiça ex-sistir como justiça contingente (LUHMANN, 200-, p. 173), em ato, é correlata de uma práxis discursiva regulada pela ética do bem-dizer (LACAN, [1970] 2003, p. 539), o que coloca a questão da responsabilidade do ser falante (FORBES; REALE JR; FERRAZ JR, 2005, p. 81; cf. FORBES e p. 101, cf. FERRAZ JR).

Ora, com isso a sociedade contemporânea não se define nos termos do discurso do capitalista (Lacan) ou do relativismo pós-moderno, que pressupõem uma ética normativista. A sociedade contemporânea ex-siste, a cada ato de dizer, como uma sociedade radicalmente *atual*, condição da democraci-a. Ela se atualiza e se *real*-iza através da mediação discursiva e, em particular, a mediação do campo do direito, constitutivo do sintoma jurídico e do impossível de se dizer, *no* dizer. É por isso que a decisão jurídica não é simplesmente uma decisão sobre o que é ou não é o direito, e sim uma decisão sobre o modo de proceder e decidir (ALEXY, 2010, p. 87 e seg., 172 e seg.; FERRAZ JR., 2001, p. 309) – decisão sobre o modo de dizer e fazer ex-sistir o direito.

Não se trata, portanto, de denunciar a crise do direito ou o declínio da metáfora paterna, já que tais denúncias se sustentam na im-potência e, pois, na possibilidade mesma de uma função simbólica capaz de ordenação do gozo, então imaginarizado. A im-potência não vale senão enquanto uma posição discursiva entre outras e, pois, condição do impossível de se dizer, *no* dizer. Na práxis discursiva, a afirmação de que o Outro não existe se escreve e se lê operacionalmente, nos termos das premissas lógicas, éticas e topológicas da psicanálise lacaniana: o Outro ex-siste. A metáfora paterna ex-siste. A perversão ex-siste como *père-version*, como produção discursiva, através dos atos de fala, um a um, que condicionam a de-cisão jurídica com os efeitos ex-cêntricos que produz.

13. Lacan ([1974] 1986, p. 40): “[...] que é que escrevi ao nível do círculo do real a palavra ‘vida’? É que incontestavelmente, da vida [...] tudo o que nos induz a ciência, é a ver que não há nada de mais real, o que quer dizer, nada de mais impossível [...]”. Lacan ([1967] 2003, p. 350) alerta para que “Não nos detenhamos na magia da palavra ‘real’”, já que o real ex-siste através da mediação discursiva (*Ibid*). Sobre o estatuto discursivo da vida, remetemos ainda à questão da vida na biologia do século XXI (EMMECHE; EL-HANI, 2000, p. 31 e seg.) e à questão do biopoder em Foucault (1988, p. 135). A problemática no campo jurídico pode ser colocada, por exemplo, a partir das discussões sobre aborto, genética e uso das células-tronco embrionárias em pesquisas científicas.

Na perspectiva da nossa abordagem, a chamada *perversão generalizada*¹⁴ é entendida de modo radical: ela é constitutiva do mal-estar na cultura como estrutural (FREUD, [1930] 1974, p. 116-117, 170; ver ainda SANTOS, 2014, p. 21 e seg. e BOBBIO, 2004, p. 42-4, sobre o problema da realização dos direitos humanos); é constitutiva da anomia, da qual falamos, sendo condição da definição da estrutura, do geral, como constitutivamente furado e, pois, condição da responsabilidade do ser falante. Ela não significa a falta ou falha da normatização, nem a instituição da norma como degenerada, que tudo admite, justamente porque coloca a questão do impossível de se dizer, *no dizer*, que é correlata da ex-sistência da *père-version* como ato discursivo. Afinal, Há Um ato discursivo, que se escreve e se lê.

Se a perversão (ou o crime) não tem existência imediata nem caracteriza imediatamente a passagem ao ato, é porque para sua constituição é necessária a mediação discursiva, em um contexto jurídico-argumentativo específico, o que faz do caso jurídico um caso único. O caso único se articula à *père-version* jurídica e é por isso que ele não pode ser dito de difícil ou fácil interpretação, de modo *a priori*. A questão fundamental não é mesmo de interpretação, mas de literalização discursiva: a inscrição do limite entre caso fácil e caso difícil se dá, em ato, e importa a função da letra, ou seja, importa a ex-sistência de uma posição discursiva e argumentativa que condiciona a de-cisão jurídica.

A construção discursiva da perversão não precisa, aliás, aguardar o funcionamento do dispositivo jurídico. Ou ainda ela se realiza mesmo quando o funcionamento do dispositivo jurídico se produz articulado a um não funcionamento. Seja porque a não decisão é um modo de produzir de-cisão; seja porque o dispositivo jurídico, se não é *causado*, se

faz atravessado, furado pela inscrição discursiva de outros mecanismos sociais. A mídia, por exemplo, produz (ou não) um fato como perversão ou crime, segundo as estratégias utilizadas na redação e divulgação do relato, dentre as quais a decisão quanto à seção em que o inscreve: política, econômica, esportiva, cultural... ou policial.

A perversão e o crime, em suma, o sintoma social não existe, pois, como evidência empírica ou como resultado imediato da compreensão geral da sociedade. O sintoma social se faz único, porque ex-siste, *só depois*, através da sua inscrição em um dispositivo discursivo. Essa ex-sistência sinthomática condiciona a clínica social, fazendo dela uma clínica de discurso, uma clínica no laço social.

A clínica no laço social: leitura topológica e ex-sistência do analista

A clínica no laço social inscreve o caso único e a ex-sistência do analista. A constituição do caso como caso único não decorre do *ser* do analista, do seu *reconhecimento* (jurídico, social ou institucional), nem da semântica que utiliza, mas do modo como opera e relata o caso... que se escreve e se lê. O relato do caso faz ex-sistir o analista (na posição de analista). Ele funciona como passe, passagem à posição de analista: ele produz, *só depois*, em ato, a ex-sistência do analista, como aquele que lê, segundo as premissas lógicas, éticas e topológicas da psicanálise lacaniana.¹⁵

14. Para fazer referência a uma terminologia de MILLER (2007, p. 29 e seg.).

15. É nesse contexto que situo o ato analítico (Cf. LACAN, [1969] 2003, p. 371, 373, 375) e o aforismo lacaniano “o analista só se autoriza de si mesmo” (Cf. LACAN, [1967] 2003, p. 248; LACAN, [1973] 2003, p. 311). A ex-sistência do analista, a partir da clínica de discurso, segundo as referidas premissas lógicas, éticas e topológicas, relaciona-se com a seguinte afirmação de Lacan ([1970] 2003, p. 517): “Não baseio essa idéia de discurso na ex-sistência do inconsciente. É o inconsciente que situo a partir dela – por ele só ex-sistir a um discurso”. E ainda: “[...] é na análise que ele [o inconsciente] se ordena como discurso” (Cf. LACAN, [1972] 2003, p. 452).

Tome-se, por exemplo, o relato de um caso que envolve a ex-sistência de um sujeito em um contexto de supostas práticas ilegais na administração pública (através de atos institucionais de autoridades e funcionários... que a corrompem e privatizam, *só depois*). Tal relato não há de se basear em uma estrutura que opõe o dentro e o fora, o crime e o não crime. Não se trata de simplesmente descrever que o indivíduo *saiu* (empiricamente) da situação em que se encontrava. Afinal, para o sujeito sair... ele há de entrar (discursivamente) no dispositivo analítico, ou seja, ele há de formular uma questão que o implique na produção do seu sintoma, no mal que o acomete (LACAN, [1958] 1998, p. 602, se reporta a Freud; ver ainda VILLALBA, 2005).

O relato de um caso como caso único há, portanto, de mostrar as operações relacionadas a esse efeito topológico, como condição para que o analisante, enquanto ser falante, se analise¹⁶ e possa saber fazer, aí, com o sintoma (LACAN, inédito [1976-1977], aula de 16 nov. 1976).¹⁷ A ênfase está no relato do modo discursivo de proceder, e não na descrição tipológica do sintoma (obsessivo, histérico, fóbico, ‘novos sintomas’, etc.) ou na descrição do resultado supostamente objetivo e eficaz do tratamento.

Tais descrições, que reproduzem a estratégia de relato dos modelos gerenciais de gestão e das diversas terapias (de *base* psicanalítica, humanista, cognitiva, tanto faz), desconhecem aquele efeito topológico e de implicação do sujeito, que inscreve o ser falante em uma situação *atual* e complexa, dis-

curtivamente condicionada, subvertendo a oposição entre crime e não crime.¹⁸

É *isso* (que se lê, topologicamente): o sujeito pode (discursivamente) sair (mudar de posição, colocando-se na posição de sujeito)... dentro do crime (empiricamente) (por exemplo, quando analisa a situação em que se encontra para decidir como agir e inclusive como sair de contextos que envolvem práticas criminosas, diante de condições muitas vezes incompatíveis: recursos econômicos, segurança pessoal e da família, prestígio, preceitos normativos, amizade, anseios de liberdade e de exercício de uma profissão, etc.); assim como pode (discursivamente) manter-se dentro, ainda quando sai (empírica ou normativamente) do crime (por exemplo, quando se afasta, voluntariamente ou por imposição jurídica... e isso produz como efeito o encobrimento da insistência e do modo de funcionamento das práticas criminosas).

O ato analítico é um ato discursivo, ou seja, um ato de leitura das posições discursivas e dos modos de gozo e de poder que fazem ex-sistir, efetivamente, a práxis social e jurídica. Não se trata de mera denúncia dos desvios institucionais, na suposição de que o Outro existe; de que existe uma direção correta ou um ideal normativo, suscetível de ser interpretado ou bem dito por alguém supostamente capaz de se colocar em uma posição metadiscursiva. Afinal, como dissemos, a *a-nomia*, que constitui o campo jurídico e institucional, não se opõe à norma, e sim é efeito da norma e dos modos de operar e dizer *na* práxis social e jurídica.

16. É nesse contexto que se coloca a questão do desejo do analista.

17. Lembre-se que Lacan (*Ibid.*) associa esse modo de proceder ao final de análise, ou seja, à saída do dispositivo analítico, como enfatiza VILLALBA (2005).

18. Ou ainda, subvertendo as oposições direito/não direito e estranho/familiar, o que mostra que a questão topológica pode ser reportada à perspectiva freudiana (Cf. FREUD, [1930] 1974, p. 116-117; [1919] 1976, p. 277; [1925] 1976, p. 295, 298, 300).

A afirmação de que do que se trata é de ler, e não simplesmente de denunciar, relaciona-se a uma questão operatória, que remete à práxis jurídica e institucional. A denúncia, enquanto tal, não dá existência discursiva senão ao discurso que é criticado. A intervenção a partir daí não pode ser senão uma intervenção incondicional: as razões supostamente pensadas (por um sujeito que pensa e goza; ou antes, que se faz pensado, se faz objeto de um imperativo de gozo) não valem para e *na* situação discursiva.

A questão não é simplesmente do *saber* institucional (identificado, por exemplo, ao *saber* do jurista, do burocrata, do governante, do educador, do cientista, etc.), mas da reprodução da posição (suposição) de saber, através dos diferentes atos de fala. A questão, portanto, não se coloca no nível do saber, mas do fazer e do gozo – da posição de gozo que se repete, de diferentes modos, tanto nos discursos de comando, quanto naqueles de obediência ou denúncia; uma repetição, em ato, ou seja, que ex-siste em razão do *ato* de comandar, obedecer ou denunciar (que se lê, um a um).

Os diferentes discursos, que ex-sistem na instituição, a constituem, efetivamente, e a fazem funcionar (ainda que os sujeitos não saibam ou, sintomaticamente, não queiram saber *d'isso*, que os implica). Não se trata, pois, de hierarquizar-los de modo *a priori*, mas de ler as posições de gozo e de poder que os diferentes discursos veiculam, inscrevendo o *não saber* enquanto estruturante da práxis social e jurídica, como condição da ex-sistência da de-cisão *na* situação discursiva.

Os diferentes discursos, um a um, inscrevem, incluem... a exclusão *na* instituição. A inclusão não está lá, no futuro, como correlata de uma demanda de superação da exclusão; mas está aí, em ato, na positivação de cada modo dizer, que inscreve a exclusão, ou seja, inscreve o vazio e os efeitos ex-cêntricos que produz, fazendo da instituição uma instituição constitutivamente *a-nômica*.

A leitura dessa articulação topológica inscreve a clínica *no* laço social, fazendo ex-sistir o dispositivo jurídico e institucional enquanto campo discursivo, campo de gozo (RODRIGUES FILHO, 2007c; RODRIGUES FILHO, 2007a; RODRIGUES FILHO, 2007b), como condição do saber fazer, aí, com o sintoma.

Conclusão

O ato de leitura, segundo as premissas lógicas, éticas e topológicas da psicanálise lacaniana, é constitutivo da clínica no laço social, uma clínica de discurso. A ênfase no jargão psicanalítico, independente do uso da leitura topológica, produz o encobrimento do impossível das práticas cotidianas, que, como indicamos, subvertem a oposição dentro/fora (ou direito/não direito, estranho/familiar). O ato de leitura tem a função de inscrever o caso jurídico enquanto caso único, como condição da ex-sistência de uma argumentação e decisão *na* situação discursiva.

Note-se que não se trata de garantir que tal decisão é correta ou bem dita (porque eficaz, razoável, legítima, justa. etc.), e sim de afirmar que se trata de uma decisão, segundo a ética do bem-dizer, constitutiva do saber fazer aí com o sintoma, ou seja, constitutiva de um ato de sujeito (na posição de sujeito), que o responsabiliza enquanto ser falante – uma decisão condicionada (irreduzível a qualquer normativismo ou ativismo político incondicional): ela se realiza mediante a análise das condições discursivas e do funcionamento efetivo e *atual* da práxis social e jurídica.

A decisão tem então o estatuto de uma de-cisão contingente e racional, já que a razão jurídica – uma razão discursiva e pragmática, como vimos – admite a positivação de critérios ou fundamentos de decisão incompatíveis, ponderáveis caso a caso, aí, em ato. Afinal, Há Um ato discursivo que faz ex-sistir o direito, enquanto direito que se lê como campo de gozo.

Abstract

The connection between Law and Psychoanalysis is treated in a discursive and operational mode. Psychoanalysis is used as a reading operator of a discursive field, according to the logical, ethical and topological assumptions of the lacanian psychoanalysis. Law is not reduced to normative aspects. Law is read as a discursively structured operating field - a field of 'jouissance', which 'ex-sists' in act, from different legal discourses, one by one. The legal case designed as unique case is structured from the legal 'sinthome', being correlated to the 'père-version', as a discursive production, and a condition of the clinic in the social bond, a discourse clinic that makes 'ex-sist' the analyst, afterwards, as the one who reads topologically.

Keywords: Law and psychoanalysis, Field of jouissance, Reading operator, Père-version and legal sinthome, Clinical discourse and social bond.

Referências

- ALEXY, R. *Direito, razão, discurso: estudos para a filosofia do direito*, Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.
- ASKOFARÉ, S. O sintoma social. In: GOLDENBERG, Ricardo (Org.). *Goza! capitalismo, globalização e Psicanálise*. Salvador: Ágalma, 1997. p. 164-189.
- AUSTIN, J. L. *Quando dizer é fazer*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- BADIOU, A. Um, dois, três, quatro, e também zero. In: _____. *Para uma nova teoria do sujeito*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, p. 95-105.
- BOBBIO, N. *A era dos direitos*. Porto Alegre: Elsevier, 2004.
- COSTA, N. *Ensaio sobre os fundamentos da lógica*. São Paulo: HUCITEC; Edusp, 1980.
- EMMECHE, C.; EL-HANI, C. N. Definindo vida. In: EL-HANI, C. N.; VIDEIRA, A. A. P. (Orgs.). *O que é vida?*: para entender a biologia do século XXI. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000. p. 31-56.
- FERRAZ JR., T. S. *Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão, dominação*. São Paulo: Atlas, 2001.
- FORBES, J.; REALE JR, M.; FERRAZ JR, T. S. (Orgs.). *A invenção do futuro: um debate sobre a pós-modernidade e a hipermodernidade*. Barueri, SP: Manole, 2005.
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- FREUD, S. A negativa (1925). In: _____. *O ego e o id e outros trabalhos*. Direção-geral da tradução de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1976. p. 291-300. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 19).
- FREUD, S. O 'estranho' (1919). In: _____. *Uma neurose infantil e outros trabalhos (1917-1918)*. Direção-geral da tradução de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1976. p. 271-318. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 17).
- FREUD, S. O mal-estar na civilização (1930). In: _____. *O futuro de uma ilusão, o mal-estar na civilização e outros trabalhos (1927-1931)*. Direção-geral da tradução de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1974. p. 73-171. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 21).
- GERBASE, J. *O desejo e o gozo*. Disponível em: <<http://www.campopsicanalítico.com.br/index.php?blog=15&p=230&more=1&c=1&t...>> Acesso em: 28 dez. 2006.
- LACAN, J. A ciência e a verdade (1965). In: _____. *Escritos*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1998. p. 869-892.
- LACAN, J. A direção do tratamento e os princípios de seu poder (1958). In: _____. *Escritos*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1998. p. 591-652.
- LACAN, J. Da psicanálise em suas relações com a realidade (1967). In: _____. *Outros escritos*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. p. 350-358.
- LACAN, J. Nota italiana (1973). In: _____. *Outros escritos*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. p. 311-315.

- LACAN, J. O ato psicanalítico. Resumo do seminário de 1967-1968 (1969). In: _____. *Outros escritos*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. p. 371-379.
- LACAN, J. O aturdito (1972). In: _____. *Outros escritos*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. p. 448-497.
- LACAN, J. O engano do sujeito suposto saber (1967). In: _____. *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. p. 329-340.
- LACAN, J. Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da escola (1967). In: _____. *Outros escritos*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. p. 248-264.
- LACAN, J. Televisão (1970). In: _____. *Outros escritos*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. p. 508-543.
- LACAN, J. A terceira (1974). *Che Vuoi? - Psicanálise e Cultura*, Porto Alegre, ano 1, n. 0, p. 13-42, 1986.
- LACAN, J. *O seminário, livro 17: o avesso da psicanálise (1969-1970)*. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.
- LACAN, J. *O seminário, livro 20: mais, ainda (1972-1973)*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- LACAN, J. *O seminário, livro 22: R. S. I. (1974-1975)*. Inédito.
- LACAN, J. *O seminário, livro 23: o sinthoma (1975-1976)*. Tradução de Sérgio Laia. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- LACAN, J. *O seminário, livro 24: l'insu que serait de l'une bévue saïle à mourre (1976-1977)*. Inédito.
- LUHMANN, N. *El derecho de la sociedad*. Tradução provisória de Javier Torres Nafarrate. [200-]. Mimeografado.
- MILLER, J.-A. Sobre o discurso da ciência. In: _____. *O sobrinho de Lacan*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005. p. 145-159.
- MILLER, J.-A. Fundamentos de la perversión (Conferência pronunciada na Kent State University em 1989). In: vários autores. *Perversão: traço e estrutura: o que é a perversão hoje?* (coletânea de textos). Salvador: EBP, 2007. p. 15-38.
- QUINET, A. *Psicose e laço social*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
- RODRIGUES FILHO, W. *A letra que escreve o direito e a ética do bem-dizer (a ex-sistência da carta constitucional como condição de uma clínica no laço social)*. In: Jornada/Pré-Jornada Psicanálise e Direito da Escola Brasileira de Psicanálise da Bahia. Inédito. Salvador, 2007a.
- RODRIGUES FILHO, W. *Estratégia e poder nas organizações contemporâneas: os modelos organizacionais (eficiência, eficácia, efetividade) na perspectiva da análise de discurso*. Monografia (Conclusão de curso de psicologia). FTC, Salvador, 2007b.
- RODRIGUES FILHO, W. *O direito como campo de gozo e o laço social (direito, pragmática e o discurso psicanalítico: uma crítica na razão jurídica)*, 2007. Tese (Doutorado em Direito: Filosofia do Direito), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007c.
- ROUDINESCO, E. *Jacques Lacan: esboço de uma vida, história de um sistema de pensamento*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- SANTOS, B. S. *Se Deus fosse um ativista dos direitos humanos*. São Paulo: Cortez, 2014.
- SARLET, I. W. *A eficácia dos direitos fundamentais*, Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001.
- VIDAL, E. A. Cifra e nó. *Revista Letra Freudiana*, Rio de Janeiro, ano XII, n. 14 (1, 2, 3, 4: número, transferência, fantasma, direção da cura), 1993, p. 40-44.
- VILLALBA, I. T. *Seminário sobre o cálculo do gozo*. Salvador, 2005 (notas manuscritas).
- WITTGENSTEIN, L. *Investigações filosóficas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995.

Recebido em: 22/09/2014

Aprovado em: 21/10/2014

SOBRE O AUTOR

Psicólogo. Psicanalista. Professor da Universidade Católica de Salvador (2000-2014). Doutor em Direito (Filosofia do Direito) com a tese *O direito como campo de gozo e o laço social*.

Endereço para correspondência

Rua Miguel Navarro y Canizares, 247/801 - Pituba.
41810-215 - Salvador - BA
E-mail: <walter.rf@uol.com.br>

Normas de Publicação¹

1. Serão publicados apenas trabalhos inéditos de psicanálise e textos de colaboradores convidados pela Comissão Editorial. Entende-se como inéditos os que não foram publicados, nem no todo nem em parte, em periódicos, capítulos de livros nem em anais de eventos.
2. Os trabalhos serão publicados em língua portuguesa ou em língua estrangeira. Ficará a cargo do autor a tradução para o português do resumo dos trabalhos enviados em outro idioma.
3. Poderão também ser publicados:
 - 3.1 Reflexões sobre a psicanálise, articulando-a com outras áreas do conhecimento;
 - 3.2 Casos clínicos;
 - 3.3 Entrevistas;
 - 3.4 Resenhas;
 - 3.5 Ensaios.
4. A estrutura dos trabalhos deverá estar de acordo com as normas abaixo:
 - 4.1 Todo trabalho deverá ser obrigatoriamente acompanhado de:
 - 4.1.1 Folha de rosto com o título do trabalho, nome dos autores e titulação. No corpo do trabalho não deverá constar o nome dos autores, com o objetivo de manter o anonimato na avaliação feita pelo corpo editorial.
 - 4.1.2 Título em português e em inglês no corpo do trabalho.
 - 4.1.3 Resumo expressando o conteúdo, salientando os elementos novos e indicando sua importância. Deverá ser colocado antes do texto e não deve exceder a duzentas e cinquenta palavras.
 - 4.1.4 Palavras-chave, de três a cinco, que identifiquem o conteúdo, para a completa descrição do assunto, após o Resumo.
 - 4.1.5 *Keywords*, de três a cinco, após o *Abstract*.
 - 4.1.6 Referências. Citadas como no exemplo a seguir:
 - 4.1.6.1 Registrar as referências em ordem alfabética conforme os exemplos, observando os detalhes de dois pontos, abreviaturas e vírgulas, bem como qualquer outro assinalado abaixo:

1. Normas atualizadas para as próximas edições.

a) De livro

AUTOR. *Título em itálico*: subtítulo. Edição. Local (cidade) de publicação: Editora, ano de publicação. Exemplos: CERVO, A. L. *Metodologia Científica*: para uso dos estudantes universitários. 2. ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1978. PIMENTEL, D. *O sonho do jaleco branco*: saúde mental dos profissionais de saúde. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, 2005.

b) de capítulo de livro

AUTOR DO CAPÍTULO. Título do capítulo. In: Autor do livro. *Título em itálico*: subtítulo. Edição. Local (cidade) de publicação: Editora, ano de publicação. Número do volume (se houver). Intervalo das páginas.

Exemplos:

FREUD, S. Sobre a psicoterapia [1905]. In: FREUD, S. *Edição Standard Brasileira das obras psicológicas completas*. Trad. de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1989, v. VII, p. 239-251.

LAMBOTE, M. C. O tempo anunciador. In: LAMBOTE, M. C. *Estética da melancolia*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2000, p. 103-109.

PIMENTEL, D. Interfaces entre a Psicanálise e Psiquiatria. In: PIMENTEL, D.; ARAUJO, M.G. (Orgs.). *Interfaces entre a Psicanálise e Psiquiatria*. Aracaju: Círculo Brasileiro de Psicanálise, 2008, p. 9-13.

c) de artigo de revista

AUTOR. Título do artigo. *Título do periódico em itálico*, local de publicação (cidade), número do volume, número do fascículo, páginas inicial e final, mês e ano. Exemplos:

PIMENTEL, D; VIEIRA, M.J. Perfil e saúde mental dos psicanalistas. *Psychê*, São Paulo, n. 15, p. 155-165, jun. 2005.

BERNARDES, W. S. Condenação, desmentido, divisão. *Reverso*, Belo Horizonte, v. 26, n. 51, p. 115-122, set. 2004.

d) Outros modelos de referência, consulte os editores ou o *site* do Círculo Brasileiro de Psicanálise.

5. Tabelas e gráficos deverão ser enviados em separado, numerados, com as respectivas legendas e indicação da localização no texto entre dois traços horizontais.

6. As citações deverão estar acompanhadas de suas fontes, com as respectivas páginas.

6.1 Direta: Quando é extraído um trecho literal, copiado fielmente do original. Neste caso é obrigatório colocar sobrenome e ano da obra, além da página.

As citações diretas podem ser de dois tipos, conforme o número de linhas.

6.1.1 Até três linhas

Aparece incorporada ao texto, entre aspas.

Ex. a) Como diz Pontalis (1998, p. 274): “Nossas memórias para serem vivas, nossa psique, para ser animada, devem se encarnar”.

Ex. b) “O objetivo da análise é preparar o paciente para a autoanálise” (GREEN, 1988, p. 302).

6.1.2 Mais de 3 linhas

Devem ser destacadas com recuo de 4 cm da margem esquerda, com letra menor (tamanho 10) e espaçamento simples. Não há necessidade de colocar entre aspas.

Ex.: Conforme Freud (1919):

Recusamo-nos decididamente a transformar em propriedade nossa o paciente que se entrega a nossas mãos em busca de auxílio, a conformar o seu destino, impor-lhe nossos ideais e, com a soberba de um Criador, modelá-lo à nossa imagem, nisso encontrando prazer (FREUD, 1999, p. 424).

6.2 Indireta: texto baseado na obra do autor consultado.

Ex. a) Diversos autores citam a importância do estudo das perversões para entender as psicopatias da vida cotidiana (CLAUVREUL, 1990; DOR, 1991; ANDRÉ, 2003; CORRÊA, 2006).

Ex. b) A concepção médica de oposição entre o normal e o perverso se desfaz, segundo Corrêa (2006), à medida que o inconsciente vai sendo revelado.

Ex. c) Para a psicanálise, o Sujeito não seria natural como queria Sade, seria um Sujeito irremediavelmente dividido, como demonstrou Freud, ao que Lacan acrescenta que isso aconteceria pela relação dele, Sujeito, com a linguagem (LACAN *apud* LEITE, 2000).

7. Usar o mínimo de notas de rodapé, porque as referências do texto devem vir no corpo do texto.
8. Cabe ao Conselho Consultivo de cada sociedade participante do CBP o exame e aprovação dos trabalhos, em primeira instância, de seus respectivos sócios, e o encaminhamento à Comissão Editorial, já dentro das normas de publicação da revista, que decidirá sobre a sua publicação de acordo com a programação da revista.
9. A Comissão Editorial reserva-se o direito de recusar os trabalhos que não se enquadrem nas normas citadas ou não tenham qualidade editorial.
10. Os originais deverão ser enviados em duas vias, devidamente numeradas e rubricadas, com espaço simples, fonte Times New Roman tamanho 12, não excedendo 8 laudas. O título do trabalho deve conter no máximo dez palavras e o tamanho da fonte 14, em negrito.

10.1 Os originais deverão ser encaminhados também em mídia eletrônica no Word 1997-2003.

10.2 Os autores deverão enviar os originais para a sede do Círculo Brasileiro de Psicanálise, com carta dirigida aos editores, autorizando a publicação e ratificando ser um trabalho inédito.

A carta deve conter o título do trabalho, nome do(s) autor(es) com sua titulação acadêmica e institucional, e o endereço físico e eletrônico do autor principal.

10.3 Os trabalhos deverão ser enviados para:

Revista Estudos de Psicanálise

Rua Maranhão, 734/3º andar – Santa Efigênia

30150-330 – Belo Horizonte/MG

Tel.: (31)3223-6115 – Fax: (31)3287-1170

E-mail: <cpmg@cpmg.org.br> – Site: <www.cpmg.org.br>

Roteiro de avaliação dos artigos

1. Título claro e preciso sobre o conteúdo do artigo.
2. Resumo claro e preciso sobre o conteúdo do artigo, contendo no máximo 250 palavras.
3. Palavras-chave adequadas ao conteúdo, em número máximo de cinco.
4. *Abstract e Keywords* conforme instruções.
5. Normas para citações e referências conforme instruções.
6. Relevância do tema.
7. Clareza de pensamento.
8. Consistência e coerência na fundamentação teórico-metodológica do trabalho.
9. Linguagem, considerando objetividade, estilo e correção.
10. Aspectos éticos de acordo com a Resolução CNS 196/96 sobre privacidade e anonimato das pessoas envolvidas, e declaração de conflitos de interesses.
11. O artigo deverá conter conclusão ou considerações finais.

